

plural

revista de ciências sociais

USP

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA

v.25 n° 2 | ISSN 2176-8099 | segundo semestre de 2018

revistas.usp.br/plural



plural

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SOCIOLOGIA DA USP

25

Departamento de Sociologia
Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas
Universidade de São Paulo

Plural

Revista de Ciências Sociais

Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo

Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

Vice-Reitor: Prof. Dr. Antonio Carlos Hernandez

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Diretor: Profa. Dra. Maria Armanda do Nascimento Arruda

Vice-Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Departamento de Sociologia

Chefe: Prof. Dr. Ruy Gomes Braga Neto

Coordenador do Programa de Pós-Graduação:

Prof^ª. Dr^ª. Marcia Regina de Lima Silva

Equipe Editorial - Revista Plural v. 25, n. 11

Comissão Editorial

Alvaro A. Comin, Fernando Antônio Pinheiro,

Ricardo Mariano (editor responsável)

Comissão Executiva

André Campos Rocha, Anouch Neves de Oliveira Kurkdjian, Brenda Rolemberg, Cristhiane Falchetti, Danilo Mendes Piaia, Gustavo Ferreira de Queiroz, João Filipe Araujo Cruz, João Victor Kosicki, Letícia Simões Gomes, Luiz Vicente Justino Jácomo, Marcello Giovanni Poci Stella, Marcus Campos, Maurício Piatti Lages, Paula Carvalho, Pedro Paulo Martins Serra, Ugo Urbano Casares Rivetti, Wellington Pascoal de Mendonça, William Santana Santos.

Conselho Científico

Aldo Duran Gil, Ana Paula Cavalcanti Simioni, Andrea Braga Moruzzi, Anete Brito Leal Ivo, Angélica De Sena, Daisy Moreira Cunha, Dominique Vidal, Edson Silva de Farias, Evelina Dagnino, Flavio Wiik, Heloísa André Pontes, Iram Jácome Rodrigues, Jordão Horta Nunes, Marcelo Kunrath Silva, Marcelo Ridenti, Maria José Rezende, Maria Lívia de Tommasi, Martha Celia Ramírez-Gálvez, Mirlei Fachini Vicente Pereira, Myriam Raquel Mitjavila, Roberto Vecchi, Sergio Costa, Simone Meucci.

Equipe Técnica

Diagramação: Diagrama Editorial

Revisão de texto: Comissão Executiva da *Plural*

Capa: Sonia Bischain Vista da Brasilândia para o centro de São Paulo, Copan, Ed. Itália, Ed. Altino Arantes, 2013.

Financiamento: CAPES

Os conceitos e ideias emitidos nos textos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores, não implicando obrigatoriamente a concordância nem da Equipe Editorial nem do Conselho Científico

Endereço para correspondência: Depto. de Sociologia - FFLCH/USP Av. Prof. Luciano Gualberto, 315, CEP. 05508-900 - São Paulo - SP - Brasil

E-mail: plural@usp.br

Site: <http://www.revistas.usp.br/plural>

Facebook: www.facebook.com/pages/Revista-Plural/293342497360416

Publicação eletrônica semestral referente ao 11º semestre de 2018. Plural. Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, vol. 25, n. 11, 2018 (publicado em dezembro de 2018).

ISSN: 2176-8099

1. Sociologia 2. Ciências Sociais



Dossiê

Direito à cidade: problema teórico e necessidade empírica

Apresentação

- Direito à cidade: problema teórico e necessidade empírica 1
Derek Pardue e Lucas Amaral de Oliveira

Artigos

- Reconfigurando a cidade: arte e ocupação no Hotel Cambridge em São Paulo 20
Alex Flynn
Traduzido por Selma Vital

- “Nós por nós”: visibilidade e politização entre a juventude da periferia de Salvador. . . 46
Roselene Cássia de Alencar Silva e Hildon Oliveira Santiago Carade

- Do direito à cidade ao direito à periferia: transformações na luta pela cidadania nas
margens da cidade 63
Leonardo de Oliveira Fontes

- Imigrantes e refugiados na cidade: reconhecimento pelo sofrimento e construção de
“vítimas” 90
Silvia Zelaya

- Militâncias culturais em contextos de violência rotinizada na zona oeste do
Rio de Janeiro, Brasil, e em Guerrero, México 112
Simone da Silva Ribeiro Gomes

- Cruzar a metrópole: segregação urbana, exclusão social e a lógica restritiva dos
serviços de transporte. 128
Marina Abreu Torres

- Fantasmas na teoria urbana contemporânea? Notas para reivindicar uma
atitude crítica 150
Cristhian Parrado Rodríguez e Andrea Cevallos Aráuz

Resenha

- Para compreender a sociologia urbana de Robert Ezra Park 163
Thiago Oliveira Lima Matioli

Entrevistas

- A cidade está em falência: viva a cidade! 169
Entrevista com Morten Nielsen
Realizada por Derek Pardue
- O espectro criminal: entre sombras e imagens. Uma entrevista com Jean Comaroff e John Comaroff. 182
Realizada por Andrea Roca

Traduções

- Autoconstrução Redux: A Cidade Como Método 193
Alberto Corsín Jiménez
Tradução de André Campos Rocha e João Victor Kosicki
- Cidadãos Transitórios: Práticas de habitação contenciosa na África do Sul contemporânea 220
Kerry Ryan Chance
Tradução de Letícia Simões Gomes

Artigos

- Como e por que fazer de Câmara Cascudo um objeto de pesquisa sociológica? . . 250
Aluizio Lins de Oliveira
- Neodesenvolvimentismo, neoliberalismo e a correlação de forças nos governos Lula e Dilma 269
Marco Antonio Bestetti Paccola, Giovanni Antonio Pinto Alves

Tradução

- Sociedade como interação simbólica 282
Herbert Blumer
Tradução: Caio Moraes Reis | Revisão Técnica: Fraya Frehse

Lista de pareceristas *ad hoc*

- Lista de pareceristas *ad hoc* do volume 25 294

Direito à cidade: problema teórico e necessidade empírica

Right to the city: a theoretical problem and an empirical necessity

Derek Pardue^a e Lucas Amaral de Oliveira^b

Resumo Este ensaio abre o dossiê *Teoria Social Urbana e Direito à Cidade: um debate interdisciplinar*. O texto está dividido em duas partes. Na parte inicial, revisamos a literatura que informa, de modo mais direto, a ideia de “cidade” como dinâmica socioespacial e política, produção contínua de sujeitos sociais. Para tanto, discutimos abordagens das ciências sociais contemporâneas que, a partir de Henri Lefebvre, pensaram o “direito à cidade” como um campo de disputas e negociações. Por fim, introduzimos as contribuições que integram esta edição, apresentando os resumos articulados dos textos em relação à proposta epistemológica do dossiê.

Palavras-chave Direito à cidade; Teoria urbana; Produção do espaço, Práticas culturais; Fluxos.

Abstract *This essay serves as an introduction to the Special Issue entitled Right to the City: a theoretical problem and an empirical necessity. The text is divided into two parts. First, we critically review the academic literature that informs directly the idea of the city as a socio-spatial and political dynamic, in other words, a continual production designed by different social actors. We focus on contemporary perspectives from the Social Sciences, which, beginning with Lefebvre, reckon the “right to the city” as a field of disputes and negotiations. Second, we summarize the essays in relation to the proposed epistemology of the dossier.*

Keywords *Right to the city; Urban theory; Spatial production; Artistic practices; Flows.*

PENSAR A CIDADE, FAZER A CIDADE

Herdeiros europeus da Revolução Industrial, os “primeiros” sociólogos contemplaram a cidade moderna como um objeto intrigante e virtualmente promissora para as realizações humanas, salientando seu poder de transformação social (DURKHEIM, [1893] 1999; ENGELS, [1872] 1986; MARX, [1858] 2011; MARX e ENGELS, [1867] 2007; SIMMEL, [1903] 1973; [1903] 1997; TÖNNIES, [1887] 1972; WEBER, [1921] 1966). Tenha ela sido percebida como o grande “farol da modernidade”, a solução

a Antropólogo e Professor do Departamento de Estudos Globais da Universidade de Aarhus, Dinamarca.

b Sociólogo e o Professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, Brasil.

mais racionalizada e segura para a ordem social e a solidariedade orgânica ou, em vez disso, como um parasita capaz de corromper as liberdades burguesas recém-adquiridas (LOWENTHAL, 1985), a cidade tornou-se o quadro totalizador da ação humana, cenário máximo da estratificação social, horizonte histórico no qual a desigual relação entre capital e trabalho se concretiza. De qualquer forma, como motivo de receio ou de confiança, para os “clássicos” da sociologia europeia, a cidade passou a ser um mediador de tempo e espaço; para o bem ou para o mal, marca maior da modernidade ocidental.

Mas a cidade talvez seja, ainda hoje, o campo mais complexo, sedutor e em crescimento das relações humanas/não humanas, sendo que os imaginários nela inventariados insurgem como forças capazes de pautarem a política, prática e crítica da questão urbana. Pessoas vivem cada vez mais e desejam viver nas cidades. Isso não é notícia nova. No entanto, ainda assim, a cidade parece não ter oferecido tudo aquilo que poderia à teoria social, em termos de potencial analítico e recurso metodológico. Nos últimos anos, a legitimidade da categoria “cidade” tem sido periodicamente questionada nas ciências sociais, dada a difusão de programas econômicos neoliberais globalizantes que impactaram, diretamente, em seu arranjo atual, o que fez com que as cidades perdessem suas idiossincrasias (HARVEY, 1991). Nesse contexto, juntamente com a ideia de “nação” e de “identidade”, a “cidade” seria categoria caduca, em vias de expiração, em razão de fluxos liberadores e intensos que fazem circular, indiscriminadamente, pessoas, ideias, bens, serviços, extrapolando fronteiras e, em boa medida, homogeneizando paisagens urbanas.

Paralelamente, querendo fugir desse prisma analítico, teóricos urbanos contemporâneos, como Brenner e Schmid (2015), Harvey (2012), Merryfield (2013) e Agier (2011; 2015), têm discutido, de modo implacável, a noção de “direito à cidade”, tal qual elaborada pelo geógrafo urbano Henri Lefebvre ([1968] 2001) no final dos turbulentos anos 1960 parisienses. O *slogan* do teórico francês tem voltado à tona não só em virtude de sua eficácia analítica e aplicabilidade empírica, mas da força mobilizadora, isto é, de sua penetração popular nas ruas – em especial, no repertório discursivo de novos sujeitos que delas emergem. No Brasil, por exemplo, lembremos que o Movimento Passe Livre (MPL), ao qual foi atribuído o protagonismo inicial das “Jornadas de Junho de 2013”, empregou a frase em várias ocasiões, sobretudo em redes sociais, como estratégia mobilizadora e retórica política.

Para Brenner (2013) e Massey (2005), a importância crescente conferida ao fenômeno espacial, mormente nos dias de hoje, é devida ao fato de que a cidade se

teria convertido em arena de lutas que vão além das meramente políticas, englobando, inclusive, guerras simbólicas e litígios por cidadania cultural¹. Para os/as autores/as, a expansão definitiva da urbanização e dos elementos que a distinguem – fluxos e vias de comunicação e circulação de mercadorias, inclusive culturais – foi capaz de criar um tecido urbano fragmentado e contraditório, mas, ao mesmo tempo, indiciário e aberto para o futuro. À medida que o fenômeno urbano foi ganhando centralidade, tanto mais a cidade se tornou, concomitantemente, objeto, cenário e decorrência de interesses diversos, sobretudo de sujeitos coletivos ligados à produção de bens simbólicos.

No entanto, alguns cuidados devem ser tomados em relação ao que se presuppõe com os termos que integram essa bandeira política tão contemporânea. Primeiro, é preciso notar que a expressão “direito à cidade”, em alguma medida, pode reforçar a ideia (meio modernista) de existência de uma entidade supostamente estável, objetiva e a-histórica, “a cidade”, categoria sempiterna. Como estudos de distintas abordagens já corroboraram (AUGÉ, 2009; EARLE, 2017; HARVEY, 2012; LOW; LAWRENCE-ZÚÑIGA, 2003; LOW, 2018; MASSEY, 2005; SCHILLER; ÇAGLAR, 2011; SELLER; URRY, 2006), a cidade pode ser tudo, menos entidade fixa, presa a condições temporais e especiais. Logo, a ideia de cidade como realidade dinâmica é central neste dossiê.

As duas palavras que arranjam o jargão de Lefebvre, “direito” e “cidade”, adquirem correspondência graças à contração da preposição “a” com o artigo definido feminino, o que implica movimento em direção a alguma coisa, moção cujo objetivo é estabelecer um processo de construção de algo desejado, concreção de uma potência de vontade, digamos. Contudo, o mote também nos instiga a preencher de sentido o hiato que se encontra por detrás de perguntas hipotéticas: afinal, de que direito estamos falando? E como conquistá-lo? Direito à integralidade dos lugares da cidade? Direito ao ir-e-vir que, normativamente, deveria contemplar a própria existência do espaço urbano? Ou direito de ocupá-lo com corpos, desejos e processos criativos?

De qualquer forma, esse direito implicaria, tal qual a cidade – que, nesse contexto, é seu objeto de cobiça –, lutas, reivindicações, contestações de poderes e saberes que se acham, volta e meia, em plena negociação. Talvez deveríamos pensar no direito de impor-se enquanto habitante e cidadão/a; direito de ocupar

1 Marilena Chauí (2006) critica visões de cultura como saber de peritos, campo de belas-artes ou arma persuasiva, e propõe a noção de “cidadania cultural”, em que o Estado administra o acesso ao patrimônio artístico, assegurando a dimensão participativa e reflexiva de práticas e processos criativos. Ver: Rosaldo (2000) e Stevenson (2003).

fisicamente, criar materialidades e bens simbólicos, de performar corpos e fluxos de desejos, de narrar histórias, inventar novas memórias; ou do direito de combater, com os mecanismos apropriados a cada grupo identitário, a vulnerabilidade e a marginalidade, tão reais para muitos/as e, ao que tudo indica, tão intrinsicamente colados às inconstâncias da cidade pós-colonial. Ou, quiçá, deveríamos nos inspirar na cidade utópica do escritor Ítalo Calvino, como Eudóxia, que, mediante alegórica relação com a tapeçaria, mostra-se idealmente nesse objeto material, onde cada um “compara a ordem imóvel do tapete a uma imagem sua de cidade, uma angústia, e todos podem encontrar, escondidas entre os arabescos, uma resposta, a história de suas vidas, as vicissitudes do destino” (CALVINO, 1990, p. 92).

Arriscamos a dizer que a grande contribuição de Henri Lefebvre com o termo “direito à cidade” foi problematizar o lugar das tensões sociais no espaço público. Em vez de voltar-se para a fábrica ou o ambiente restrito de trabalho, mime-se da racionalização moderna do espaço, a questão urbana tornou-se campo aberto de contestação social, cultural e política; a cidade é o local do encontro, mas, também (ou por isso mesmo), ambiente de negociação e conflito, muitas vezes violento. O “direito à cidade”, nesse sentido, pressupõe, segundo a equação de Tavolari (2016), uma ideia de cidadania e pertencimento múltiplos, demanda que está, em boa medida, vinculada à própria ideia de democracia e consenso. Logo, a questão espacial e as experiências urbanas de seus sujeitos são determinantes não só para a geração de sentimentos de pertença e identificação, e para a própria estrutura das relações funcionais de interdependência que esses sujeitos fundam entre si, mas, sobretudo, para a ampliação de seus espaços de atuação e de fala.

Se tomarmos tal abordagem como fundamento analítico, temos que o “direito à cidade” deveria contemplar uma ampla gama de prerrogativas, como o direito à educação, à moradia, à saúde, à arte, à permanência territorial, ao fluxo e a outras dimensões cotidianas, materiais e simbólicas, da condição humana. Como pilar da democracia, ainda deveria incluir a mobilidade, isto é, o direito de ir-e-vir na cidade, conforme um dos motes do MPL paulista: “uma cidade só existe para quem pode movimentar-se por ela”². Podemos ir além da afirmativa, argumentando que, ao tomarmos a cidade como arena de luta por direitos – portanto, espaço em que micro poderes e micropolíticas se articulam –, teremos como implicação que ambos, cidade e política, são, inclusive, produtos dessas lutas dinâmicas e cruzadas. Cidade é arena, sim, espaço de negociação; mas, também, de produção e resultado de conflitos (LEFEBVRE, [1974] 2006). Se a cidade é cenário, objeto e fruto do desejo

2 Ver: <https://bit.ly/2K9o6Ci>. Acesso em: 16 de setembro de 2018.

coletivo de sujeitos, deduzimos que o “direito à cidade” consta como epistemologia contemporânea, porquanto emerge como uma linguagem comum a partir da qual diferentes sujeitos “fazem a cidade”. Trata-se, então, de um processo, uma busca, uma retórica, um projeto de construir uma cidade cheia de aspirações e esperanças.

É desta discussão que surgiu a ideia do dossiê *Teoria Social Urbana e Direito à Cidade: um debate interdisciplinar*. A ideia é justamente explorar o jargão de Lefebvre, que se encontra atualizado, hoje, na retórica dos movimentos sociais e culturais urbanos, e problematizá-lo nas ciências sociais, percebendo seus limites e suas potencialidades a partir de estudos de casos específicos. Para tanto, achamos de bom grado abarcar pesquisas empíricas, apontamentos metodológicos e reflexões teóricas que discutem as relações contemporâneas entre a questão urbana e os processos de “fazer-cidade”, tal qual elaborado recentemente por Agier (2015).

Michel Agier (2011; 2015), querendo escapar das armadilhas de uma teoria social sem objeto empírico, sem materialidade e afeto, argumentou que seria preciso tratar dos processos reais e diários de “fazer-cidade” como modelos de qualquer análise crítica do contemporâneo. Este alerta é motivado por um novo enquadramento de pesquisa nas ciências sociais, que gira em torno do movimento dinâmico de pessoas, imagens, bens, dados e narrativas no processo de produção do espaço. Tal recorte distancia-se de uma concepção estática do mundo, na medida em que explora a mobilidade de pessoas, ideias, projetos, performances e práticas, juntamente com suas decorrências culturais e epistemológicas, a fim de incorporar novas formas de pensar, sentir, viver e fazer a cidade (FORTUNA, 2012; FREIRE-MEDEIROS, 2015; PARDUE, 2015; SHIELDS, 2013). É nesse raciocínio que nos inclinamos a defender a importância de uma perspectiva espacializada e historicizada do social, para compreender a cidade contemporânea, seus espaços constituintes, a criatividade de seus protagonistas e a produção cultural que ela comporta.

Nessa medida, questões orientadoras incluem: se abordamos a cidade como recurso, cenário, objeto, dinâmica e produto da dinâmica social de sujeitos empíricos, em vez de apenas um lugar delimitado e fixo para a interação social, qual é a decorrência disso para a teoria social? Como tal abordagem pode influenciar a análise de políticas públicas, do fazer político e do próprio planejamento urbano? Que tipo de implicação tal perspectiva poderia ter em nosso entendimento acerca de questões ligadas à modernização, à diáspora, ao desenvolvimento, à produção cultural, etc.? A intenção, aqui, é saber sob quais condições a cidade deixa de ser uma metonímia desenfreada da violência, da desigualdade sociocultural, do estereótipo, da assimetria, da injustiça, da discriminação e da marginalização, inclusive

em seu aspecto epistêmico, para converter-se em campo para o reconhecimento da cidadania cultural e social.

O “agir urbano”, nova acepção da ideia de agência no contexto da cidade (AGIER, 2011), formataria possibilidades de atuação no espaço público, cujo saldo seriam ocupações prediais, intervenções espaciais, performances corporais, instalações artísticas, manifestações políticas de rua, expressividades plástico-visuais, etc. Assim, em um esforço para apreciar de forma mais eficaz a urgência dessa dinâmica, este dossiê temático visa cultivar uma relação interdisciplinar entre sociologia, antropologia, geografia humana, estudos migratórios e teoria social urbana.

Doreen Massey, sobretudo em *For Space* (2005), produziu uma reflexão interessante sobre nossa forma de perceber o espaço urbano público contemporâneo. A autora esclarece que o espaço da cidade não pode ser visto como algo estático, neutro, entidade imóvel. Este espaço é algo que se acha interligado com o tempo e/ de seus agentes; por esse motivo, está sempre em transformação. Pensar o espaço é pensar dinâmicas. Seguindo Massey, o espaço público deve ser refletido, de um lado, como território físico que recebe pessoas, mas, de outro, como produto das inter-relações humanas, esfera da possibilidade de existência *entre* os diferentes, arena dos novos direitos e das novas cidadanias. Portanto, é o espaço da criação, do possível, do novo.

Em vez de problematizar a cidade como entidade estável, dada de antemão, os trabalhos expostos nesta edição juntam-se àqueles que priorizam variáveis afetivas, materiais, políticas e representativas da cidade, prismas que compõem a “experiência” da vida urbana dos sujeitos, a partir do qual torna-se possível desenvolver teorias e análises sobre migração e mobilidade, infraestrutura e planejamento, raça e classe, sociedade e cultura. Fundamentado em estudos de casos empíricos, os/as autores/as procuraram conexões entre temporalidade e espacialidade, produção artística e ocupação, experiência e conhecimento, rotina de vida e relações de poder.

O dossiê, como um todo, é a tentativa de tratar a vida urbana como método e a cidade enquanto ferramenta heurística que, potencialmente, pode gerar novos caminhos para a teoria social contemporânea, a partir da experiência empírica que ela abriga. Nessa medida, vale dizer que há uma proposta epistemológica a orientar este dossiê sobre “direito à cidade” que, de certa forma, tangencia os artigos. Trata-se de deslocar o ponto de vista da cidade, como entidade que narra a si em razão de atributos supostamente imanentes, para os sujeitos que a vivem e a fazem mediante práticas sociais – o agir urbano. Em estudos recentes sobre urbanização e fluxos de pessoas (HIKIJI; CHALCRAFT; SEGARRA, 2017; MAGALHÃES;

BOGUS; BAENINGER, 2018; SCHILLER; ÇAGLAR, 2011), sobretudo atinentes à migração e à diáspora, nota-se um foco aguçado na agência nos processos de produção do espaço – ou, como argumentou Agier (2015), de “fazer cidade”. Com tal deslocamento, queremos trazer a questão sobre *o que é* a cidade para *o que faz* a cidade.

Logo, o objetivo é entender a importância da cidade para os sujeitos que a habitam e a constroem usualmente. Entender a cidade feita dia-a-dia é notar como a representação ou subjetivação do espaço remete àquilo que Fortuna (2012), certa feita, denominou de “geografia emocional” do urbano, que transmite aos espaços físicos da cidade uma enorme carga afetiva. É como se o território, enquanto macroestrutura, fosse convertido em micro espaços a fazer parte efetiva das pessoas que o descrevem e o narram, como se passasse, de algum modo, a compor uma casa ou um *habitat* da experiência urbana subjetiva. O espaço da cidade não é só materialidade externa e objetiva, alheia aos sujeitos, palco para a expressão de identidades e a consolidação de vivências, mas, principalmente, território virtual que pode ser “incorporado”, porque envolve complexos processos de subjetivação formatados por novos enclaves e novas paisagens emocionais – processos que impõem um outro regime de interesses, reivindicações, exigências, atuações e intervenções de cada grupo e/ou sujeito (JAMESON, 1991; FORTUNA, 2012).

Ao que parece, há um forte investimento desses novos sujeitos urbanos em trazer para a narrativa (oral, escrita, performada, grafada, cantada, encenada, festejada) o território afetivo da cidade, de subjetivá-lo de alguma forma, ou melhor, de “presentificá-lo”, o que traduz uma maneira diversa de enunciar o “direito à cidade” e, por essa via, outra maneira de auto enunciar-se enquanto sujeito protagonista do “agir urbano”. A estratégia de enunciar a cidade a os sujeitos que a vivem, por assim dizer, seria uma tentativa de representá-la como espaço dos possíveis.

Em ambas as nossas pesquisas nas periferias da cidade de São Paulo, com o movimento hip hop, com refugiados/as, com os saraus periféricos e a literatura marginal, algo recorrente foi a insistência de nossos/as interlocutores/as e colaboradores/as com a expressão “conquistar espaço”³. Eles/as a usam, com frequência, para avaliar eventos, grupos ou até mesmo o próprio movimento. É um desafio colocado pelo espaço excludente da cidade e, simultaneamente, uma perspectiva de que ela é um direito ainda a ser conquistado – por meio da luta e da presença

3 Em publicações recentes, Derek Pardue (2011; 2015; 2018) tem enfatizado o papel da produção espacial na construção e expressão identitárias, sobretudo em comunidades marginalizadas, tais como o movimento hip hop e grupos de imigrantes/refugiados africanos que habitam o centro e a periferia de São Paulo. Lucas Oliveira (2016; 2018), por sua vez, tem analisado o impacto de experiências urbanas variadas no labor literário e nas estratégias de atuação cultural de escritores/as oriundos/as das periferias de São Paulo, sobretudo ligados/as a saraus e *slams*.

espacial. Isso mostra, aliás, que a luta por direitos foi sempre gramática social de quem vive nas margens da sociedade. A cidade, para eles/as, é de fato produto dessa dinâmica, algo por se fazer.

O antropólogo brasileiro Ruben Oliven (2010, p. 34) lembra que o uso da categoria “marginal” nas ciências sociais precedeu o estudo da “marginalidade” na América Latina, cuja origem sociológica parece ter sido a publicação do famoso artigo de Robert Park, “Human Migration and the Marginal Man”, de 1928. Pode-se dizer que Park (1928) abriu caminho para o desenvolvimento de toda uma corrente de estudos urbanos que, mais tarde, seria continuada por Everett Stonequist (1935) e outros intelectuais, que fizeram do “homem marginal” um problema sociológico, na medida em que esse tipo sintetizava o indivíduo moderno que, no seio da cidade, se “supunha viver na margem de duas culturas”, como o migrante, por exemplo⁴.

Mas “estar na margem”, como reconheceu a Bell Hooks (1990, p. 153), significa ocupar “um lugar de criatividade [...] a partir do qual se constrói um outro sentido do mundo”. Pensar o mundo de outra forma, com base na experiência urbana e na ressignificação de uma história até então excluída das narrativas, é criar, também, uma experiência sensorial e estética com a cidade, algo próximo do que os/as artistas do hip hop fizeram ao propor, por exemplo, o “quinto elemento”⁵, que é o conhecimento, que, por sua vez, poderia ser traduzido como uma propriedade essencial – intelectual e afetiva – para a formação identitária, étnica e racial de sujeitos urbanos, sobretudo em contextos populacionais negros, pobres e periféricos.

4 Isso faz lembrar a figura do “estrangeiro” da cidade, de Simmel ([1908] 2005), cujos atributos são o anonimato e a errância, o que marcaria um posicionamento diferenciado no espaço urbano, uma dubiedade, isto é, distante e próximo ao mesmo tempo: “O estrangeiro, o estranho ao grupo, é considerado e visto como um não pertencente, mesmo que este indivíduo seja um membro orgânico do grupo, cuja vida uniforme compreenda todos os condicionamentos particulares deste social. O que não se parecia saber, até agora, apenas, era designar diferentemente a unidade estranha desta posição, de modo que se acumulava em certas massas de uma proximidade e certamente de uma distância que caracteriza quantidades em cada relação, mesmo que em porções específicas. Onde cada relação caracterizada induziria a uma tensão mútua nas relações específicas, solidificando mais e mais as relações formais com respeito ao considerado ‘estrangeiro’, que dela resultam” (SIMMEL, 2005, p. 271).

5 No final dos anos 1970, o DJ Afrika Bambaataa, visando estruturar o hip hop enquanto movimento artístico, estabeleceu seus quatro pilares: “o DJ (*disc-jockey*), responsável pelas batidas para o cantor rimar; o MC (*master of ceremony*) ou *rapper*, caracterizado por uma maneira de cantar marcada por frases longas e rimadas – seu estilo musical recebe o nome de rap (*rhythm and poetry*); o *Break*, dança executada pelo b.boy (dançarinos); e o *Graffiti*, expressão visual que tem como foco a pintura de muros e prédios das cidades, torna[ra]-se as características fundamentais do hip hop”. Posteriormente, um quinto elemento foi integrado aos quatro já existentes, o “conhecimento social”, saber que integra os anteriores no contexto da cultura periférica, mas, também, expande e insere o movimento cultural na economia e na política (SILVA, 2012, p. 33).

Em termos sociológicos, cada país ou região dispõe de categorias específicas para lidar com suas comunidades periféricas e mais estigmatizadas, isto é, para tratar dos espaços sociais localizados nas “margens” do sistema hierárquico de regiões geográficas que compõem uma metrópole, nas quais os considerados “párias urbanos” residem, os problemas sociais se acumulam e o desamparo parece atrair a atenção desigual e desproporcionalmente negativa da mídia, de políticos e dirigentes estatais (WACQUANT, 2001). Nesse sentido, acredita-se que uma suposta combinação entre excesso de crime, miséria e desintegração social seriam as marcas constituintes e definidores desses espaços, cujos efeitos imediatos são violência e hostilidade.

Mas as margens, que aparecem sócio espacialmente no fenômeno das periferias, ocupam posição de destaque nesse contexto, pois são capazes de redefinir espaços da cidade, fronteiras e narrativas, bem como pontos de interseção entre arte e urbanismo, a partir de sua intrínseca “intimidade porosa” (HOLSTON, 2008, p. 24). Esse espaço não é um fato dado de antemão, como mapas entregues a turistas em saídas de aeroportos, mas um fenômeno produzido socialmente por dinâmicas que podem ser de ordens políticas e culturais, locais e translocais, hegemônicas e marginais (OLIVEIRA, 2018). Esse espaço não coincide com a “esfera pública”⁶, tal como vista por Habermas (1989), uma comunidade interpretativa e racional das democracias ocidentais. Nós nos referimos ao espaço marginalizado, público, urbano, local físico-espacial e simbólico de sociabilidades populares, de convívio, encontros, afetividades, que, segundo Fortuna (2002), teria como arquétipos a rua, a esquina, o bar, o ponto de ônibus, a praça, o prédio ocupado. É o espaço de “cidadanias políticas e culturais insurgentes”, diria Holston (1996), onde se vislumbra a articulação de elaborações estéticas e políticas variadas, e cuja novidade consiste na produção e divulgação de uma representação local – nunca de “fora para dentro” – a emergir como conjunto polifônico de representações e narrativas (FRÚGOLI JR., 2005; PARDUE; OLIVEIRA, 2018).

Assim, deslocando o enfoque para as práticas de produção e de transformação da cidade, as abordagens de pesquisas empreendidas neste dossiê tendem a incluir dimensões translocais de luta por direitos. A cidade, nessa medida, manifesta-se não apenas como um objeto em si, tampouco como o fim derradeiro de um processo

6 A título de referência, remetemos o/a leitor/a a Arendt (2005, p. 212), para quem “o poder é o que mantém a existência da esfera pública”; a “cassação da palavra” significaria a sua destruição. Sobre isso, ver: Sennett (1988), que compreende o espaço público como ambiente de convivência criativa, encontro do diferente e permanência.

conflitivo, mas, sobretudo, enquanto um ponto inicial de compreensão e análise do mundo, que estrutura e é estruturado pelas lutas sociais.

ANALISAR A CIDADE, POLITIZAR A CIDADE

Os/as autores/as que participam deste dossiê partem da suposição de que a cidade condensa encontros, conexões, negociações, conflitos e disposições múltiplas de agenciamento. Nesse sentido, o dossiê centra-se na negociação de tensões sociais e políticas em torno de questões étnicas, sociais e culturais, incluindo modos performativos de ocupação e fluxos. Se seguirmos Siu (2005) e Pennycook (2010), por exemplo, podemos assumir a posição política, analítica e metodológica de dizer que práticas culturais expressivas, como a arte, não apenas possuem valor simbólico em si, como refazem as realidades materiais da vida urbana de forma marcante. Enfatizando a interdependência e contingência da cultura, adotamos a posição de que os processos de “fazer cidade” são instáveis e múltiplos; portanto, emergem do contato híbrido das interações sociais contemporâneas, dos encontros e das convivências, das epistemologias, da diferença cotidiana, que são elementos tão numerosos quanto presentes na vida da cidade.

Como o/a leitor/a terá oportunidade de apreciar, o dossiê tem uma questão metodológica e epistemológica que o orienta, qual seja: refletir sobre uma articulação possível com a cidade que não seja essencializadora, mas sim o exato contrário disso: um esboço dialógico e indutivo – ou seja, da observação à descrição, da etnografia à interpretação –, desprendendo a teoria de presunções normativas sobre “cidade”. Trata-se de examinar um processo em plena ocorrência, analisando a cidade que é vivida, sentida, narrada, negociada, tecida e em constante construção.

É justamente nessa toada que iniciamos o dossiê com a contribuição de Alex Flynn, da Universidade de Durham (Inglaterra), intitulada “Reconfigurando a cidade: arte e ocupação no Hotel Cambridge em São Paulo”. A partir de uma abordagem etnográfica, Flynn demonstra como artistas da Residência Artística da Ocupação Cambridge – da qual foi curador convidado – tentaram colocar em prática um tipo de “desobediência epistêmica”, no sentido de propor uma reconfiguração sociocultural dos espaços de criação da cidade. Um dos argumentos centrais do texto é de que o “direito à cidade”, tal qual teorizado por uma tradição de intelectuais das ciências sociais e humanas, pode ser, inclusive, um direito à ressignificação do espaço urbano por intermédio da arte, prerrogativa que deve envolver diferentes e criativas formas de participação popular, sendo que a localização e o posicionamento são condições essenciais na formatação da prática artística e nos processos plurais de produção de saberes.

Roselene Cássia de Alencar Silva, da Universidade Federal da Bahia, e Hildon Oliveira Santiago Carade, do Instituto Federal Baiano, em “Nós por nós’: visibilidade e politização entre a juventude da periferia de Salvador”, analisam o pixo como artefato de cultura expressiva capaz de viabilizar e vocalizar demandas de jovens das periferias de Salvador em suas lutas diárias pelo “direito à cidade”. A análise é circunvalada pelas “Jornadas de 2013”, a partir das quais os dois pesquisadores, baseados em relatos orais, desenvolvem uma interessante narrativa a fim de assinalar o lugar do pixo e sua capacidade enunciativa na torrente de eventos que marcaram a história recente do país. O argumento contribui para pensar processos de circulação e desterritorialização de enunciados e performances artísticas praticadas por pixadores/as, algo que marca uma forma transgressora de participação política no espaço público.

Atento à emergência de novos/as protagonistas da cultura periférica, Leonardo de Oliveira Fontes, doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, apresenta dados de pesquisa realizada em dois distritos das periferias paulistanas: Jardim Ângela, na zona sul, e Brasilândia, na zona norte. O objetivo do texto “Do direito à cidade ao direito à periferia: transformações na luta pela cidadania nas margens da cidade” é analisar as concepções de “cidadania” e “direito à cidade” formuladas a partir da perspectiva de sujeitos envolvidos em lutas das periferias urbanas. Para tanto, desenvolve o argumento de que a cidadania deve ser entendida como estratégia política e, ao mesmo tempo, circunscrita dentro de um embate pelo “direito de ter direitos”, categoria que Fontes empresta da filósofa alemã Hannah Arendt. O artigo oferece uma contribuição ímpar ao dossiê, na medida em que trabalha o “direito à periferia” como forma de entender o “direito à cidade” a partir da perspectiva epistemológica de sujeitos periféricos que buscam articular-se e entrar na cena política desde as margens territoriais e simbólicas da cidade.

Silvia Zelaya, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, nos brinda com uma discussão inadiável sobre a questão migratória no Brasil, problematizando o papel do espaço urbano e seu entrelaçamento com a implementação de políticas de direitos humanos. Partindo de uma etnografia multissituada em Porto Alegre e São Paulo, entre os anos de 2013 e 2016, Zelaya explora, em seu texto “Imigrantes e refugiados na cidade: reconhecimento pelo sofrimento e construção de ‘vítimas’”, as relações entre saber e poder responsáveis por produzir e reproduzir “o refugiado” como arquétipo da população urbana sujeita à intervenção de atores governamentais e não governamentais. Esses atores, muitas vezes, nos processos de construção de “ajuda humanitária”, empregam tramas, tecnologias, dispositivos, normativi-

dades e saberes que por fim acabam por moralizar a questão migratória e, com efeito, reificar o grupo alvo das preocupações, nutrindo imagens que emulam a complexidade da realidade social.

Por sua vez, Simone da Silva Ribeiro Gomes, do Departamento de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas, no artigo “Militâncias culturais em contextos de violência rotinizada na zona oeste do Rio de Janeiro, Brasil, e em Guerrero, México”, propõe-se a analisar as militâncias culturais em contextos urbanos com alto grau de coerção. Sua pesquisa empírica recai sobre uma região do Rio de Janeiro e outra do estado de Guerrero, no sudoeste mexicano, metodologicamente comparáveis, segundo a autora, devido à convergência entre os vetores pobreza e violência – em ambas as localidades, por exemplo, agentes armados se instalaram ostensivamente e vêm ditando rotinas sociais. A pesquisadora argumenta que muito das opções de militância desses/as jovens se organizam em torno de resistências culturais ativas a tais constrangimentos e ameaças. Não é necessário dizer que o tema abordado pela socióloga é urgente nos belicosos dias de hoje, em que a violência acaba despontando como forma legitimada de resolução de conflitos. Olhemos para o caso da brutal execução de Marielle Franco e Anderson Gomes, na zona central do Rio de Janeiro, em março de 2018, honradamente lembrado por Simone Gomes, fato ainda não devidamente apurado por autoridades locais, mas que já evidencia o risco que corre quem ousa enfrentar-se com os poderes armados da cidade.

Marina Abreu Torres, pesquisadora do Observatório das Metrôpoles da Universidade Federal do Rio de Janeiro, trata do papel dos transportes coletivos na vida urbana das pessoas. Seu artigo “Cruzar a metrópole: segregação urbana, exclusão social e a lógica restritiva dos serviços de transporte” condensa um estudo de caso de Ribeirão das Neves, município da Região Metropolitana de Belo Horizonte, explorando as relações conflituosas entre transporte, segregação urbana e exclusão social. A autora mostra, a partir de dados quantitativos e qualitativos, os processos restritivos de direitos que levam a mobilidade urbana em Ribeirão das Neves a ser tão baixa, o que afeta a possibilidade de moradores/as acessarem outras regiões da cidade, em função das barreiras sociais impostas pelo sistema de transportes da região.

Para encerrar a sequência de artigos, em “Fantasmas na teoria urbana contemporânea? Notas para reivindicar uma atitude crítica”, Cristhian Parrado Rodríguez e Andrea Cevallos Aráuz, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, em Quito (Equador), propõem um modelo teórico de análise urbana articulado a debates sobre colonialidade na América Latina. Com isso, colocam em xeque a

concepção tradicional de cidade e as práticas coloniais presentes na teoria contemporânea – para eles, fantasmas analíticos do Norte Global que, inevitavelmente, geram saberes hegemônicos e marginais sobre o urbano. Tensionando epistemologias variadas nos processos de “fazer-cidade”, o artigo sugere a construção de uma noção de cidade a partir, e capaz de dar conta, das reivindicações políticas e sociais de vários movimentos em torno da bandeira do “direito à cidade”, respeitando dinâmicas fenomenológicas e demandas políticas.

Dentro das análises teóricas, e compreendendo a cidade enquanto laboratório do social, os/as leitores/as terão acesso a trabalhos do imprescindível Robert Ezra Park, um dos pioneiros da sociologia urbana e, talvez, o mais eminente colaborador da chamada Escola de Chicago. Trata-se de uma resenha feita pelo sociólogo Thiago Oliveira Lima Matioli, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do livro *A sociologia urbana de Robert Park*, organizado por Licia do Prado Valladares, professora emérita da Universidade de Lille, na França.

Excepcionalmente nesta edição, oferecemos duas traduções de artigos lançados em revistas internacionais e que são significativos dos debates urbanos mais recentes. A primeira, publicada na *Cultural Anthropology*, é o texto “Autoconstrução *Redux*: a cidade como método”, de Alberto Corsín Jiménez, pesquisador do Conselho Superior de Investigações Científicas da Espanha. Jiménez recupera o conceito de autoconstrução como heurística possível para se pensar o método antropológico e a teoria social urbana. Para tanto, parte de um relato de sua etnografia com coletivos de arquitetura contracultural em Madri, mostrando mudanças de um terreno abandonado no coração da cidade para um projeto comunitário auto organizado. Assim, analisa a forma como ativistas tensionam a cidade enquanto método de labor. A segunda tradução é a de um texto publicado na *Social Analysis*, “Cidadãos Transitórios: práticas de habitação contenciosa na África do Sul contemporânea”, de Kerry Ryan Chance, professora associada da Universidade de Bergen, na Noruega. A pesquisadora examina práticas informais de moradia que “pobres urbanos” mobilizam para construir, transformar e acessar a cidadania sul-africana. Circunscrevendo sua análise em consequências históricas do regime do *apartheid*, e examinando como residentes ocupam papéis políticos a partir das margens urbanas, Chance argumenta que tais práticas informais evidenciam um aspecto essencial de luta pelo “direito à moradia”, redefinindo os domínios legítimos da vida política, por meio da produção de novas formas de cidadania e identidade, nunca perdendo de vista a intersecção de raça e classe.

O dossiê ainda apresenta duas entrevistas inéditas e bastante relevantes para o debate. A primeira delas, realizada por Derek Pardue, foi feita com o antropó-

logo dinamarquês Morten Nielsen, que tem estudos atuais sobre a relação entre cidade, presença espacial, temporalidade e globalização. A segunda entrevista foi feita com Jean Comaroff e John Comaroff, pela socióloga da Universidade de São Paulo Andrea Soledad Roca Vera, que conversou com o casal de intelectuais sobre criminalidade na cidade contemporânea, objeto de seus últimos trabalhos.

Por fim, é preciso dizer que este dossiê, no limite, congrega um exercício e um clamor político de nossa parte. O objetivo é que a reflexão acadêmica desenvolvida sobre a cidade se some aos, e dialogue com os, sujeitos sociais históricos que a produzem cotidianamente. Um exemplo dessa produção cotidiana pode ser observado nas práticas artísticas desenvolvidas por Sonia Regina Bischain, escritora do movimento marginal paulistano, fotógrafa e ativista do Coletivo Cultural Sarau da Brasa no distrito da Brasilândia, na extrema zona norte de São Paulo. Sonia Bischain vem produzindo, para além de uma obra literária já conhecida dentro da literatura brasileira contemporânea, imagens indiciárias, políticas e de uma coloração diversa sobre formas possíveis de exercício do “direito à cidade”. A fotografia que compõe a capa deste dossiê é parte do projeto gráfico da Revista Plural iniciada em 2011, e compõe uma visada – que é afetiva, mas também de ordem epistemológica – para a cidade de São Paulo desde as ruas da Brasilândia, a partir de onde se vê símbolos arquitetônicos que marcam a paisagem mais consagrada da metrópole paulista, como os edifícios Copan, Itália e Altino Arantes, por exemplo. O título da obra é “Janelas da Brasa”, produzida em 2017 para um projeto local.

Talvez outra ideia que sintetize pressupostos políticos do dossiê possa ser localizada em “A Cidade”, composição de 1994 do pernambucano Chico Science e seu grupo, Nação Zumbi⁷. O grupo musical, parte do movimento de contracultura denominado Mangubeat, que surgiu em 1991, nas ruas de Recife, já alertava que a cidade é um híbrido social, local de “embolada, samba e maracatu”, o “centro das ambições”, caleidoscópio de mendigos, pobres e ricos, “coletivos, automóveis, motos e metrô, trabalhadores, patrões, policiais e camelôs”. A cidade é aquilo que não para. Pode ser, de um lado, o grande trampolim para quem, a partir de cima, só se faz crescer, acumulando privilégios e lugares sociais, e, de outro, obstáculo maior para quem, de baixo e marginalmente, só despenca no espectro social – afinal, a cidade é espaço de produção e reprodução da vida, laboratório social da humanidade: “uns com mais, outros com menos”, dizia o poeta. As “pedras evoluídas” que constituem tal laboratório só foram armadas devido à força de “pedreiros

7 Ver: <https://www.youtube.com/watch?v=UVab41Zn7Yc>. Acesso 15 de novembro de 2018.

suicidas”, migrantes do Brasil real. E a cidade é, finalmente, campo de conflito, local de “cavaleiros” armados que circulam “vigiando as pessoas” que a produzem.

Esta última frase é significativa, trazendo-nos ao desfecho desta apresentação. Sempre escrevemos de um lugar determinado e imersos em um contexto sócio-político específico. Por isso, querendo ou não, nossa escrita evidencia algo além do tema estudado – e revela muito mais do que nós mesmos. O exemplo de Marielle Franco – assassinada em 14 de março de 2018 por “cavaleiros armados” da cidade ou, como prefere Rita Segato (2014), pela esfera paraestatal de controle da vida – é sintomático destes dias, marcados pela brutalidade extrema travestida de normalidade. E não podemos ignorar algo representativo disso, que foi o salto drástico à direita anunciado nas últimas eleições, a nível federal e estadual, fato que, certamente, terá sérias implicações nas disputas e negociações políticas sobre a produção da cidade brasileira, bem como nos sentidos sobre suas dinâmicas diárias. Para ficar em um exemplo, em setembro de 2018, o Instituto Pólis, via Observatório das Metrópoles, publicou um guia⁸ prático para entender o compromisso dos candidatos à presidência com os princípios orientadores do “direito à cidade”, conforme lei federal conhecida como Estatuto da Cidade⁹. Ainda que nenhuma das candidaturas oferecesse uma plataforma inteiramente coerente com o Estatuto, uma delas se destacou negativamente pelo desprezo em relação à lei e pela inversão de seus princípios constitutivos. Dentre os 14 eixos ligados ao “direito à cidade”, o futuro presidente, antes do processo eleitoral, apresentava, em sua proposta de governo, pontos que tangenciavam apenas 3 desses eixos, pautando mais a questão da vigilância social e da repressão biopolítica ao “agir urbano” do que, propriamente, os temas ligados à acessibilidade, à sustentabilidade, à garantia de direitos fundamentais e à democratização de espaços públicos. A avaliação dessas categorias, segundo a análise do Instituto Pólis, mostra que o programa de governo de Jair Bolsonaro para os próximos anos explicita diretrizes antagônicas à ideia de “direito à cidade”.

Contudo, neste caso, a negligência não é inócua; e, por isso, não pode ser ignorada. Pelo contrário, ela nos parece proposital, reveladora, nociva. O “direito de ter direitos”, que Hannah Arendt (1989, p. 330) situou como condição necessária para o exercício mínimo da cidadania, periga de tornar-se, cada vez mais, prerrogativa marginalizada. Isso nos leva a deduzir que políticas públicas básicas de inclusão urbana estão sob forte ameaça. Pelo menos, é isso o que vem sendo aclamado na

8 Sobre isso, ver: <https://bit.ly/2Q0IKik>. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

9 Sobre a Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, ver: <https://bit.ly/1O6qbRX>. Acesso em: 15 de novembro de 2018.

retórica nacionalista e anacrônica que ocupará o posto maior do executivo, especialmente quando ataca minorias sociais e movimentos do campo progressista.

No entanto, ainda que afetados por um derrotismo intelectual momentâneo, precisamos buscar explicações, exemplos e saídas para tal condição. Muitos sujeitos sociais coletivos vêm demonstrando que a resistência não é de hoje e, para além disso, que ela é grande, rebelde, indomável e heterotópica nas frestas das cidades. É isso o que os/as autores/as do dossiê nos informam. Há um exuberante, variado e colorido processo de invenção e reinvenção da cidade e de seus espaços possíveis colocados em prática, todos os dias e obstinadamente, pela aguerrida juventude periférica, em toda a sua abundância identitária e performática. A cultura expressiva marginal e antifascista é potente, rizomática. Existe muita coisa nela que buscará interditar, de maneira radical se necessário, o avanço do conservantismo social, cultural e político. E é nessa produção ressignificada de saberes, corpos, agências, identidades, espaços, bens, projetos, ideias e valores “marginais” que devemos nos amparar para ver mais além da cortina de fumaça imposta por representantes do retrocesso. Os próximos anos serão decisivos para o “direito à cidade”, ideia e realidade que, não é demais salientar, e hoje mais do que nunca, exige proteção intelectual e muito ativismo de todos/as nós. Marielle, presente! Anderson, presente!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, Michel. *Antropologia da cidade*. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.
- _____. Do direito à cidade ao fazer-cidade. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.
- ARENDT, Hannah. *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- AUGÉ, Marc. *Pour une anthropologie de la mobilité*. Paris: Payot and Rivages, 2009.
- BRENNER, Neil. Theses on Urbanization. *Public Culture*, v. 25, n. 1, p. 85-114, 2013.
- _____; SCHIMID, Christian. Towards a New Epistemology of the Urban? *City*, v. 19, n.3, p. 151-182, 2015.
- CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CHAUÍ, Marilena. *Cidadania cultural e direito à cultura*. São Paulo: Perseu Abramo, 2006.
- DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- EARLE, Lucy. *Transgressive Citizenship and the Struggle for Social Justice: The Right to the City in São Paulo*. London: Palgrave, 2017.
- ENGELS, Friedrich. “Contribuição ao problema da habitação”. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Obras escolhidas v. I*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1986. p. 105-82.

- FORTUNA, Carlos. Culturas urbanas e espaços públicos: sobre as cidades e a emergência de um novo paradigma sociológico. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63, p. 123-148, 2002.
- _____. (Micro) territorialidades: metáfora dissidente do social. *Revista Terra Plural*, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 199-214, jul/dez de 2012.
- FREIRE-MEDEIROS, Bianca. *Touring Poverty*. New York: Routledge, 2015.
- FRÚGOLI JR., Heitor. O urbano em questão na antropologia: interfaces com a sociologia. *Revista de Antropologia*, USP, São Paulo, n. 48(1), p. 133-165, 2005.
- HABERMAS, Jürgen. *The Structural Transformation of the Public Sphere*. Cambridge Mass.: The MIT Press, 1989.
- HARVEY, David. *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. New York: Verso, 2012.
- _____. *The Conditions of Postmodernity*. Oxford: Blackwell, 1991.
- HIKIJ, Rose Satiko; CHALCRAFT, Jasper; SEGARRA, Josep. Bagagem desfeita: a experiência da imigração por artistas congolezes. *GIS*, São Paulo, v. 2, p. 305-312, 2017.
- HOLSTON, James. Espaços de cidadania insurgente. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, Rio de Janeiro, n. 24, p. 243-253, 1996.
- _____. *Insurgent Citizenship*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- HOOBS, Bell. *Yearning: Race, Gender and Cultural Politics*. Boston: South End Press, 1990.
- JAMESON, Fredric. “Demographies of anonymous”. In: DAVIDSON, Cynthia (Org.) *Anyone*. New York: Rizzolo, 1991. p. 56-57.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. Paris: Éditions Anthropos, [1974] 2006.
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, [1968] 2001.
- LOW, Setha (Org.) *The Routledge Handbook of Anthropology and the City*. New York: Routledge, 2018.
- _____; LAWRENCE-ZÚÑIGA, Denise (Orgs.) *The Anthropology of space and place: locating culture*. Malden: Blackwell Pub, 2003.
- LOWENTHAL, David. *The Past is a Foreign Country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.
- MAGALHÃES, Luís Felipe; BOGUS, Lúcia M.; BAENINGER, Rosana. Migrantes haitianos e bolivianos na cidade de São Paulo: transformações econômicas e territorialidades migrantes. *Revista Interdisciplinar de Mobilidade Humana*, v. 26, n. 52, p. 75-94, 2018.
- MARX, Karl. *Grundrisse*. São Paulo: Boitempo, [1858] 2011.
- _____; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [1867] 2007.
- MASSEY, Doreen. *For space*. London: SAGE, 2005.

- MERRIFIELD, Andy. *The Politics of the Encounter: Urban Theory and Protest under Planetary Urbanization*. Athens, GA: University of Georgia Press, 2013.
- OLIVEIRA, Lucas Amaral de. Experiência literária e experiência urbana: notas sobre a literatura marginal. *Veredas*, Lisboa, n. 27, p. 24-46, 2018.
- . Speaking for themselves: observations on a “marginal” tradition in Brazilian Literature. *Brasiliana - Journal for Brazilian Studies*, London, v. 5, n. 1, p. 441-471, jan. 2017.
- . OLIVEN, Ruben George. “Marginalidade urbana na América Latina: aspectos econômicos, políticos e culturais”. In: *Urbanização e mudança social no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. p. 34-53.
- PARK, Robert Ezra. Human Migration and the Marginal Man. *American Journal of Sociology*, v. 33, n. 6, p. 881-893, 1928.
- PARDUE, Derek. *Brazilian Hip Hoppers Speak from the Margins: We’s on Tape*. New York. Palgrave McMillan, 2011.
- . *Cape Verde, Let’s Go: Creole Rappers and Citizenship in Portugal*. Urbana, Chicago, Springfield: University of Illinois Press, 2015.
- . “Lies that Take Place”. In: BAENINGER, Rosana et alli (Orgs). *Migrações Sul-Sul*. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2018. p. 816-822.
- . & OLIVEIRA, Lucas Amaral de. City as mobility: a contribution of Brazilian *saraus* to urban theory. *Vibrant*, Florianópolis, v. 15, p. 1-19, 2018.
- PENNYCOOK, Alastair. *Language as a Local Practice*. New York: Routledge, 2010.
- ROSALDO, Ronaldo. La pertenencia no es un lujo: procesos de ciudadanía cultural dentro de una sociedad multicultural. *Desacatos*, México, D.F., n. 3, s/p, primavera de 2000.
- SCHILLER, Nina Glick; ÇAGLAR, Ayse (Orgs.) *Locating Migration: Rescaling Cities and Migrants*. Ithaca: Cornell University Press, 2011.
- SCIENCE, Chico & Nação Zumbi. “A cidade”. *Álbum Da Lama ao Caos*, 1994.
- SEGATO, Rita Laura. Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres. *Sociedade & Estado*, 29(2), p. 341-371, 2014.
- SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- SHELLER, Mimi; URRY, John. The new mobilities paradigm. *Environment and Planning A*, n. 38, p. 207–226, 2006.
- SHIELDS, Robert. *Spatial Questions: social specializations and cultural topologies*. London: Sage, 2013.
- SILVA, Rogério Souza. *A periferia pede passagem: trajetória social e intelectual de Mano Brown*. Tese (Doutorado em Sociologia), Unicamp, Campinas, 2012.

- SIMMEL, Georg. “A metrópole e a vida mental”. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org.) *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, [1903] 1973.
- . O estrangeiro. *Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v.4, n.12, p. 265-271, [1908] 2005.
- . “The Sociology of Space”. In: FRISBY, David; FEATHERSTONE, Mike (Orgs.) *Simmel on Culture*. London: Sage, [1903] 1997. p.137-70.
- SIU, Lok C. D. *Memories of a Future Home: Diasporic Citizenship of Chines in Panama*. Stanford: Stanford University Press, 2005.
- STEVENSON, Nick. *Cultural Citizenship: Cosmopolitan Questions*. Maidenhead: Open University Press, 2003.
- STONEQUIST, Everett. The Problem of the Marginal Man. *American Journal of Sociology*, v. 41, n. 1, p. 1-12, 1935.
- TAVOLARI, Bianca. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. *Novos Estudos*, CEBRAP, v. 104, p. 93-109, 2016.
- TÖNNIES, Ferdinand. *Comunidad y Asociación*. Barcelona: Ed. Península, [1887] 1972.
- WACQUANT, Loïc. “Gueto, banlieue, favela: ferramentas para se repensar a marginalidade urbana”. In: *Anais do XXV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais*, Caxambu, outubro de 2001. Disponível em: <goo.gl/Bf1Qjd>. Acesso: 30/10/2017.
- WEBER, Max. *The City*. Nova York: The Free Press; Londres: Collier-Macmillan, 1966.

Reconfigurando a cidade: arte e ocupação no Hotel Cambridge em São Paulo

Reconfiguring the city: art and occupation at the Hotel Cambridge in São Paulo

Alex Flynn^a

Traduzido por Selma Vital

Resumo Neste artigo, exponho como os praticantes da arte contemporânea incorporam desobediência epistêmica e o conceito de ocupação para proporem uma reconfiguração da cidade. Primeiro, argumento que há cada vez mais reflexão sobre a resignificação do espaço urbano, provocada por um tipo particular de prática de arte contemporânea intersticial; em seguida, defendo que os contextos em que essas práticas ocorrem sugere que artistas trabalhando com tais paradigmas encontram, e respondem a, uma noção totalmente diferente de “participação” do que aquela articulada por Claire Bishop (2004, 2012) ou Nicolas Bourriaud (2002). A localização é essencial ao que caracteriza e forma a prática artística. Situadas na fronteira porosa entre espaços de arte contemporânea institucionais e não-institucionais e frequentemente integradas às complexas lutas pelo direito à cidade, essas práticas ocorrem dentro de redes e hierarquias, que derivam de múltiplos modos de vida. É esta encruzilhada de eixos – o horizontal e o vertical, o efêmero e o utópico – que dá a tal reconfiguração seu potencial único, enquanto também oferece uma teorização da já amplamente observada iminência da arte.

Palavras-chave Fazer-cidade; Arte contemporânea; Desobediência epistêmica; Hotel Cambridge; Política prefigurativa.

Abstract *In this article, I present how contemporary art practitioners engage with epistemic disobedience and the concept of occupation in order to propose a reconfiguration of the city. First, I argue that there is ever more reflection on the resignification of urban space brought about by a particular type of interstitial practice of contemporary art; and second, that the contexts in which these practices occur mean that artists working with such paradigms encounter, and respond to, an entirely different notion of ‘participation’ than that articulated by Claire Bishop (2004, 2012) or Nicolas Bourriaud (2002). Central to what characterizes and*

a Durham University (Reino Unido).

forms this artistic practice is its location: situated on the porous border between institutional and non-institutional spaces of contemporary art, and often embedded in complex struggles regarding the right to the city, such processes occur within networks and hierarchies, deriving of multiple modes of life. And it is this crossing of axes – the horizontal and the vertical, the ephemeral and the utopian – that gives such reconfiguration its unique potential, while also putting forward a theorisation of the widely observed imminence of art.

Keywords *Right to the city; Contemporary art; Epistemic disobedience; Hotel Cambridge; Prefigurative politics.*

INTRODUÇÃO

O direito à cidade foi originalmente conceitualizado por Henri Lefebvre em *Le droit à la ville*, publicado em 1968. Lefebvre estimula uma definição pela qual este direito é entendido como uma “demanda... [por] um acesso transformado e renovado à vida urbana” (1996, p. 158). Representante de outra geração, se não de uma outra tradição crítica, David Harvey enfatiza a dimensão coletiva dentro deste processo:

O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização (HARVEY, 2008, p. 23).

A proposta desta edição especial pedia de seus participantes uma pesquisa empírica e/ou reflexões teóricas para discutir relações contemporâneas neste processo coletivo de “fazer a cidade”. A chamada indicava uma preferência por textos que refletissem sobre a mobilidade de pessoas, imagens, conhecimento e objetos na trama urbana e/ou análises da circulação das relações de poder, da produção do espaço público, das definições de fronteiras, criação artística, políticas de identidade e paradigmas epistemológicos. A lista de subtemas era extensa: fluxos migratórios e o direito à cidade; desafios da mobilidade nas metrópoles; a dicotomia centro-periferia em tensão; produção social de espaço e cidadania; imaginários urbanos e práticas culturais, e foco na cidade como uma forma social de pensar, entre outros.

Partindo-se de uma abordagem tão ampla, deve estar claro, portanto, que tanto para os editores como também para um ainda mais amplo corpo de estudiosos, o espaço urbano é socialmente produzido fundamentalmente por forças desiguais e contraditórias (Beauregard, 2018; Jacobs, 1961; Caldeira, 2000; Sa, 2008). Na

cidade, experimentamos uma série de convergências: infraestruturas ligadas ao capital; agentes que são empoderados ou destituídos de poder por certos tipos de conhecimentos técnicos; e relações que alternadamente conectam ou rompem a mais ampla matriz de sociabilidade, com diretas consequências para a produção de subjetividades. É dentro destas redes assimétricas que os processos sociais abstratos, muitas vezes apresentados como um discurso supostamente tecnocrático e neutro, se tornam sedimentados no espaço concreto urbano, resultando em situações de contrastes sociais brutais: cidades se transformaram, nos últimos anos, em índices reconhecíveis na perpetuação de condições de dominação, segregação e exploração desumana do trabalho assalariado. Contudo, qualquer análise produtiva deve também considerar a cidade como um caldeirão: ao mesmo tempo um espaço de degradação humana e ambiental e uma série de alianças instáveis que criam espaços produtivos de antagonismo e dissonância e cenário para uma rica negociação de experimentação social de esforços inventivos, e até mesmo de um imaginário que está sempre buscando novas formas de participação e sociabilidade.

A proposta deste artigo é construir, por meio de uma abordagem etnográfica, uma crítica de possibilidades imbuídas de criatividade para uma cidade socializada. Para este fim, o artigo defende que, de um quadro de contradições, o trabalho de praticantes de arte contemporânea propõe noções de desobediência epistêmica e produção de conhecimento, em ambos os casos respondendo a *insights* teóricos (e os gerando), à resignificação e, em última instância, à reconfiguração do espaço urbano. Este estudo, situado em um interstício particular de estética e instanciações sociais da forma, complementa trabalhos similares de Teresa Caldeira (2014) sobre como grupos de jovens e suas intervenções artísticas resignificam espaços da cidade; de Derek Pardue (2008) acerca da importância do urbano marginalizado como lugar e ideologia para os praticantes do hip hop em busca de transformação para si mesmos e suas comunidades; de Pedro Costa, Paula Guerra e Pedro Soares Neves (2017) sobre universos criativos e cenas culturais nos espaços urbanos contemporâneos; e da monografia de Marina Peterson (2010) sobre renovação urbana em Los Angeles e as tensões inerentes a projetos desse tipo. O estudo também dialoga com um amplo escopo de literatura que foca em performance de um lugar específico (Schechner, 2017; Pearson, 2010) e instalações urbanas de lugares específicos de arte contemporânea (Kwon, 2002), mais geralmente e especificamente na América Latina (Fábregas et al., 2013).

Contribuindo para esses estudos, argumento que a teoria e a prática da arte contemporânea reconfiguram a cidade ao agir sobre o imaginário por meio do qual seus habitantes reivindicam transitar (por) e ocupar seus diversos espaços.

A ênfase que esta edição especial oferece sobre o *direito à cidade* destaca como a noção de ressignificação artística encontra e reage a um conceito inteiramente diferente de participação daquele articulado por Claire Bishop (2004, 2006, 2012) ou Nicolas Bourriaud (2002). Argumento ainda que o que caracteriza e dá forma a esses processos é sua localização. Posicionadas na fronteira porosa entre os espaços de arte contemporânea institucional e não-institucional, essas práticas ocorrem dentro da trama de redes e hierarquias que derivam de múltiplos modos de vida urbana. É essa encruzilhada de eixos – o horizontal e o vertical, o efêmero e o utópico – que oferece à tal reconfiguração seu potencial único, enquanto também expõe uma teorização da já amplamente observada iminência da arte.



Figura 1. A Ocupação Hotel Cambridge. Foto: Alex Flynn

A RESIDÊNCIA ARTÍSTICA CAMBRIDGE

Uma estrada de oito faixas no meio do centro de São Paulo. Sob o asfalto, um rio escondido, apenas um entre centenas de riachos que atravessam os subterrâneos da cidade. Às sextas e sábados, nesta intersecção em particular, há um clube de rock para jovens. A calçada lota e a bateria do Led Zeppelin ecoa aos quatro ventos. Ao lado, há o boteco do Bin Laden, cujo dono inspira seu visual em Osama Bin Laden: usa uniforme militar o dia todo, uma longa barba grisalha e um turbante. Há também o *churrasco de gato*, espaço onde vendedores ambulantes vendem carne grelhada ilegalmente, ao lado de uma boate chamada Caravaggio's. A seção para fumantes da boate disputa espaço com um restaurante estabelecido por imigrantes palestinos, que já sofreram ataques de gás lacrimogêneo da polícia, a qual se localiza próxima a uma comunidade de sem teto, que vive sob um viaduto. Em meio a essa densa confluência humana, situa-se um prédio alto, a Ocupação Hotel Cambridge.

Abandonado em 2002, este prédio receberá um prêmio na categoria de “apropriação urbana”. O evento desta noite é uma palestra com Raquel Rolnik, professora de Arquitetura na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo (FAU-USP) e ex-relatora especial da ONU pelo Direito à Moradia Adequada. Ela está falando sobre seu novo livro, *Guerra dos Lugares* (2015), como parte da residência artística de Ícaro Lira na *Residência Artística Cambridge*.

Ícaro é o primeiro dos quatro artistas em residência e em seguida virão a dupla Jaime Lauriano e Raphael Escobar, Júlian Fuks e, finalmente, Virginia de Medeiros. Cada residência dura em média três meses. A *Residência* tem lugar na Ocupação Hotel Cambridge, que foi de hotel luxuoso onde se hospedaram celebridades como Bing Crosby e Nat King Cole nos anos 1950, para lugar onde se alugavam quartos por hora nos anos 1980 e 1990, antes de se transformar em *nightclub* e, finalmente, num espaço vazio e abandonado. Apesar de sua aparência cavernosa, o espaço é limitado: os artistas usam um quarto de 9 metros quadrados no 15º andar em um edifício sem elevador. Escobar vai dormir lá por um período curto de tempo e Virgínia vai reformá-lo para passar as celebrações de Natal e Ano Novo no prédio em 2016.

Quinze andares abaixo, na entrada, há degraus em mármore, grades de ferro em frente a uma enorme porta vermelha feita inteiramente de metal, que tem uma parte corrediça para se ver quem está do outro lado. Foi atrás desta porta que, em 2012, o Movimento dos Sem Teto do Centro (MSTC) se abrigou contra a polícia para ocupar este prédio. Depois, residentes me contam que, ao ocuparem o imóvel, suas equipes coletivamente removeram 15 toneladas de entulho, antes

que 170 famílias pudessem mudar-se propriamente: 500 pessoas foram alojadas em um edifício de 15 andares sem elevadores, saneamento, eletricidade ou privacidade neste período inicial.



Figura 2. Carmen da Silva Ferreira, líder do MSTC. Foto: Luiza Sigulem

No *lobby*, uma líder do MSTC, Carmen, me chama do mezanino. “Vem Alex, eles estão aqui”. Carmen conheceu Eliane Caffé, uma cineasta de São Paulo, e juntas trabalharam em um filme sobre a ocupação, “Era o Hotel Cambridge”. Juliana Caffé, sobrinha de Eliane, acompanhou o processo e, tendo discutido várias ideias com Yudi Rafael, os dois curadores abriram discussões bem-sucedidas com a liderança do MSTC sobre a possibilidade de um ano de programa de residência artística dentro da ocupação.

Um lance de escadas acima fica o espaço chamado de biblioteca, que está absolutamente lotado. Raquel Rolnik está em pé à frente, segurando um microfone de plástico conectado a uma caixa de som sobre rodas. Ao lado dela está Ícaro, um dos artistas. Nós já estávamos trabalhando juntos quando ele, ao aceitar o período de residência, me pediu para acompanhar o processo como um interlocutor. Há grandes bandeiras vermelhas esticadas nas paredes e o som do tráfego da avenida abaixo entra pelas janelas abertas. Estamos em 19 de abril de 2015, no primeiro evento de Ícaro em seus três meses de programa, o primeiro evento da *Residência*

Artística Cambridge. Quanto a mim, não fazia a menor ideia de que permaneceria trabalhando neste espaço pelos próximos 12 meses, assumindo um papel de curadoria ao lado de Yudi e Juliana, enquanto o projeto avançava.

Ícaro falou primeiro. O público é misto, incluindo urbanistas, residentes da ocupação, estudantes, artistas, jornalistas, curadores e pesquisadores universitários. Ícaro fala sobre um tipo diferente de trabalho de arte e a importância de ter Raquel falando aqui, neste espaço, neste momento. Ele agradece algumas pessoas, entre elas Carmen, que está sentada à frente, de braços cruzados. Ele então conclui entregando o microfone rapidamente a Juliana e Yudi. Yudi e Juliana estão vacilantes. Talvez pareça estranho apresentar um trabalho de arte, que tomará a forma de uma palestra de alguém tão ilustre, de dentro de uma ocupação. As dimensões da estratificação social são visíveis na sala: os residentes da ocupação chegam atrasados, porque vêm do trabalho. Há uma diferenciação facilmente observável na forma como se vestem, comparada aos acadêmicos, artistas e estudantes. De fato, em sua pequena abertura, Ícaro ressalta ser uma vergonha que não haja mais residentes da ocupação presentes.

Raquel, em contraste, depois dos discursos preliminares, domina o palco e comunica, sem esforço, complexas ideias acadêmicas para um público tão diverso, argumentando como condições de moradia adequadas são um direito de todos os cidadãos e como sistemas políticos e econômicos pelo mundo têm falhado em prover esses direitos à maioria dos cidadãos. Ela explica que São Paulo vive uma situação de emergência habitacional com um déficit de 230 mil moradias. Assinalando as tendências predatórias do mercado imobiliário global, Raquel fala diretamente aos residentes da ocupação, defendendo que somente por meio da ação direta, em consonância com diferentes setores da sociedade, pode-se combater a colonização da terra e lutar por melhores condições de moradia.

Depois da fala de Raquel,¹ Carmen, inesperadamente, toma o microfone fazendo um discurso forte que leva as pessoas a aplaudirem, dominando o palco e exigindo a atenção de todos os presentes. É impossível não se impressionar com sua incrível performance. Quando Carmen termina seu discurso, há tempo para questões e discussão. Há algumas questões específicas sobre urbanismo assim como comentários em solidariedade ao discurso de Carmen a respeito da necessidade de lutar. Como afirma o slogan do MSTC: *Quem Não Luta Tá Morto*.

1 Palestra completa disponível online: https://www.youtube.com/watch?v=4Rq_naj24HI. Acessado em 2 fevereiro 2017.

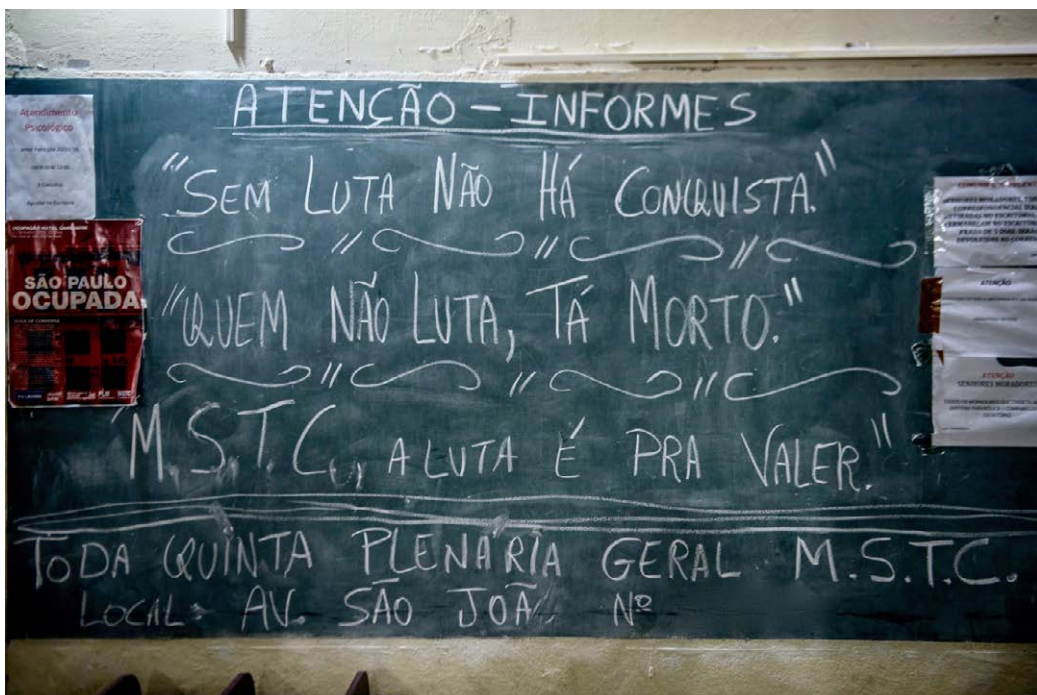


Figura 3. 'Quem Não Luta Tá Morto'. Foto: Luiza Sigulem

Mais tarde, a equipe de curadores e amigos foram a um bar e todos pareciam aliviados e surpresos com o sucesso do evento. O discurso de Raquel alcançou diferentes tipos de público e ao final houve momentos de confraternização: os curadores conversaram com residentes, se apresentaram e delinearam o que era a *Residência* e o que eles poderiam esperar disso. Ícaro me convidou para o projeto, inicialmente, com este espírito exatamente, ou seja, para trocar ideias, oferecer um ângulo diferente. O que eu não sabia é que no final trabalharia na *Residência* por todo o ano seguinte. No bar, o principal tema de conversa foi como a *Residência* poderia comunicar-se melhor – via pôsteres e vídeos – para tentar alcançar pessoas diferentes. Havia uma preocupação grande sobre a audiência e como envolver mais residentes com o programa de Ícaro.

Enquanto os curadores pediam mais bebidas, eu me surpreendia em vê-los tão reflexivos sobre suas próprias práticas. Três da manhã e eles continuavam falando sobre o significado de se conduzir eventos de arte em uma ocupação no centro de São Paulo: o que significava o fato de Carmen ter tomado o microfone; como a presença dela como líder havia criado uma certa dinâmica; como poderíamos facilitar melhor a participação do público sem pressões. A principal preocupação é a estrutura vertical da liderança do movimento, e se Carmen irá “forçar” os residentes a assistir às atividades do projeto. Pensávamos em antecipação a eventos futuros: como o projeto pode melhor facilitar a troca livre de opiniões?

Foi uma boa noite, mas compreendi, com eles, que aquele era apenas o começo, um sentimento reforçado por um esboço no caderno de notas de Ícaro, que ele me mostrou alguns dias depois, detalhando as atividades que estava propondo para os dois meses de residência que lhe restavam:

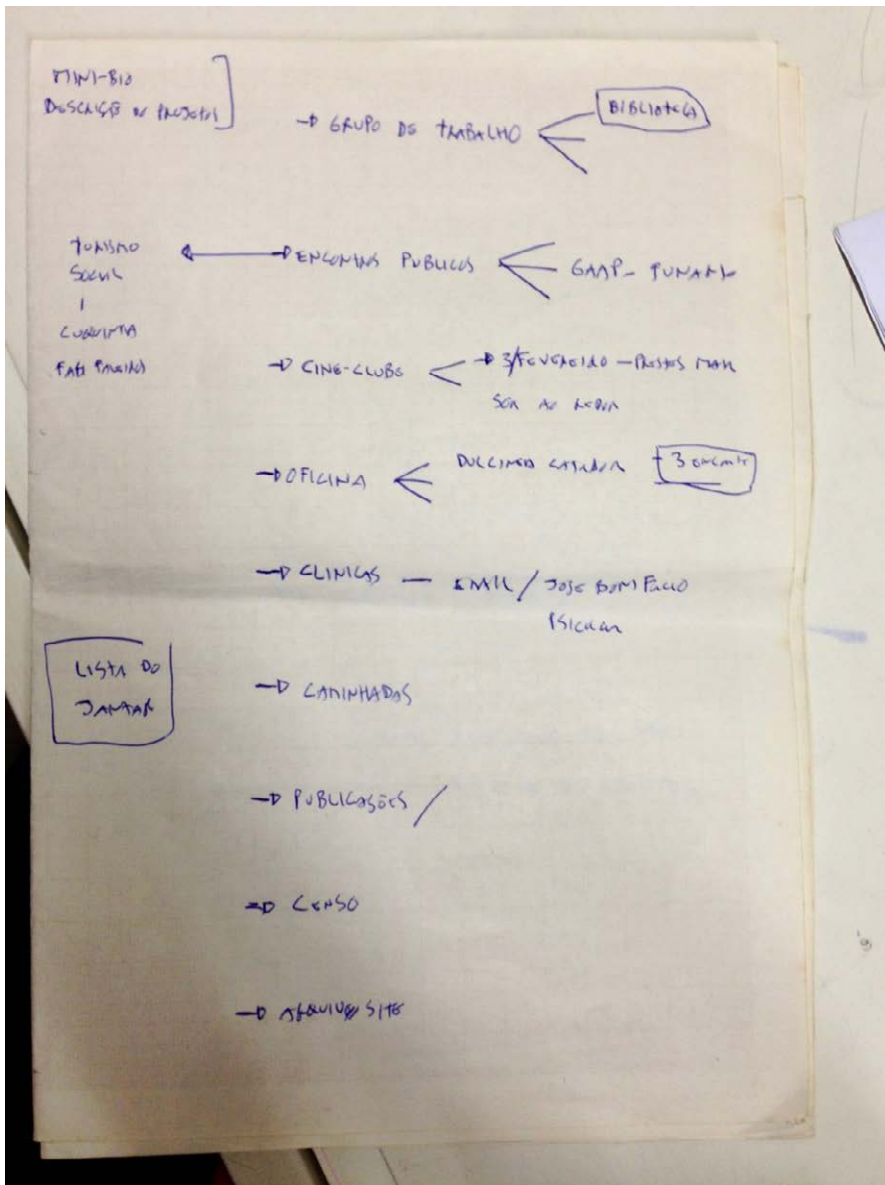


Figura 4. Planejando uma residência, do caderno do Ícaro Lira. Foto: Alex Flynn

Mais cinco palestras públicas; visitas a projetos parceiros de outras ocupações do MSTC; um censo sobre filmes alcançando todas as 170 famílias; um grupo de psicoterapeutas que deve se encontrar a cada duas semanas e oferecer terapia de grupo dentro da ocupação a pedido dos residentes; um grupo de trabalho para

investigar o potencial de uma biblioteca, como espaço de aprendizado comunitário; cineclube quinzenal, com mostra de filmes ligados às palestras; oficinas com editoras independentes para as crianças da ocupação; e um livro contendo contribuições de todos os que participassem do projeto, com textos críticos e reflexivos. Em suma, um período bem ocupado.

A ARTE PARA ALÉM DO MUSEU

A *Residência Artística Cambridge* teve lugar no antigo Hotel Cambridge, uma das nove ocupações administradas pelo MSTC, que por sua vez faz parte de um coletivo maior, a Frente de Luta por Moradia (FLM). A FLM articula a luta pelo direito à moradia dentro de um contexto muito específico e hostil: São Paulo é uma das cidades com maior desigualdade do mundo e, de acordo com dados coletados no Censo de 2010, o número de residências vazias na cidade totalizava quase 290 mil propriedades. De acordo com a Secretaria Municipal de Habitação, 130 mil pessoas não têm um lugar para morar. É também importante notar que, segundo esses dados, aqueles vivendo em moradias irregulares ou precárias, tais como cortiços, não entraram nesse total. Em tal contexto, portanto, a *Residência* correspondia a uma forma muito diferente de entender e de articular a prática de arte contemporânea: havia uma urgência e uma pressão imediata de assumir uma posição política em face da realidade.

Mas como podemos teorizar estas intervenções estéticas e políticas que, tendo o urbano como contexto, objetivam abrir outros espaços dentro de um coletivo imaginário? Fica claro que a defesa do chamado “fim da arte” (DANTO, 1998) foi superestimada: achamos, pelo contrário, que os processos artísticos que colocam praticantes de arte contemporânea em contato com interlocutores urbanos, eles próprios atores altamente reflexivos, geralmente com objetivos em comum, são mais frequentes. A noção de Jacques Rancière de uma “partilha do sensível” é uma abordagem útil para construir a compreensão deste tipo de prática intersticial. A “partilha do sensível” designa “um sistema de fatos auto-evidentes do sentido de percepção” que separa “algo comum” de “partes exclusivas”, o compartilhado do privado (RANCIÈRE, 2013, p. 7). Práticas artísticas, como narra Rancière, não são meios privilegiados de entender a “realidade”, mas “formas de fazer e construir” que intervêm na distribuição geral de tais formas, assim como nos relacionamentos que eles mantêm com “modos de ser e formas de visibilidade” (RANCIÈRE, 2013, p. 8). Toda arte, nesse sentido, é política – e, em contrapartida, “há [...] uma estética no cerne das políticas” – porque é construída sobre a percepção sensorial, sobre o “que é visto e o que é dito, em torno de quem tem a habilidade de ver e o talento

de falar” (RANCIÈRE, 2013, p. 8). São capazes de produzir igualdade e desigualdade, inclusão e exclusão e práticas artísticas, ao oferecer formas alternadas de ver, são capazes de “intervir” em diferentes arranjos e distribuições. O conceito de García Canclini da arte pós-autônoma, que deve muito ao pensamento de Rancière, fala mais concretamente sobre como uma história da arte seria “uma combinação paradoxal de condutas dedicadas a assegurar independência do seu campo próprio e condutas comprometidas em acabar com os limites que separam esses campos” (CANCLINI, 2014, p. xvi). García Canclini sugere que a cidade é apenas um dos muitos espaços nos quais as práticas de arte estão sendo deslocadas dos arredores institucionalizados da “arte contemporânea” e propõe a definição “prática de arte pós-autônoma” como forma de refletir sobre o arranjo particular das fronteiras porosas que caracterizam a produção artística:

Com esta terminologia eu me refiro aos processos das últimas décadas nos quais os deslocamentos de práticas artísticas baseadas em objetos para práticas baseadas em contextos aumentaram, a ponto de conseguir inserir os trabalhos em mídia de massa, espaços urbanos, redes digitais e formas de participação social, onde a diferença estética tende a desaparecer. Muitos trabalhos ainda são exibidos em museus e bienais, ainda são assinados por artistas e alguns deles vencem prêmios de arte, mas prêmios, museus e bienais compartilham a difusão e a consagração com revistas de moda e a televisão. A assinatura única, a noção de autor, permanece meio submersa em campanhas publicitárias, mídia de massas e grupos não artísticos (CANCLINI, 2014, p. xviii).

Para García Canclini, uma realidade que tinha sido previamente teorizada como um “sistema” hermético, ou um “mundo de arte” com margens e convenções definíveis, não pode mais ser contida dentro desses termos. A arte não é mais um campo singular, com uma gama limitada de atores, tais como o artista idealizado, o galerista ou o curador, atuando dentro de uma série de locais determinados, como a chamada “white cube”, o museu ou o espaço privado dos colecionadores. Os trabalhos estão agora em busca de públicos radicalmente diferentes e almejando criar diálogo com estruturas de recepção heterogêneas.

De acordo com García Canclini, esta condição pós-autônoma é caracterizada por uma posição intersticial, uma oscilação “entre a inevitabilidade de estar inserido na sociedade e o desejo de autonomia” (CANCLINI, 2014, p. xxiv). Para ele, o significado do urbano neste desalojamento processual de práticas artísticas baseadas em *objetos* para aquelas baseadas em *contexto* é chave para sua teorização do trânsito entre a autonomia e o que constitui a iminência da arte: obras que “não

simplesmente suspendam a realidade mas se encontram em um momento prévio, quando o real é possível, quando ainda não se desfez” (CANCLINI, 2014, p. xiv).

Muito do que García Canclini identifica já havia, claro, sido teorizado a partir dos anos 1990; porém nos campos da História da Arte, primariamente por meio de duas perspectivas, as de Nicolas Bourriaud e Claire Bishop, servindo de sua compreensão de uma arte mais socialmente engajada. Examinando, por exemplo, as obras de arte dos anos 1990 (muitas das quais com curadoria dele), Bourriaud argumenta em *Relational Aesthetics* (2002) que a arte deve ser considerada em referência às relações que a obra viabiliza e aos modelos de sociabilidade que ela propõe. Nesse sentido, uma obra de arte “toma como horizonte teórico a esfera das relações humanas e seu contexto social” (BOURRIAUD, 2002, p. 14), criando “micro utopias”, espaços nos quais as pessoas podem entrar em diálogo e criar significado de maneira democrática. Claire Bishop, contudo, contestou essa posição rebatendo que Bourriaud coloca ênfase demais na mediação de relações intersubjetivas, deixando inteiramente de fora a questão maior sobre quais tipos de relações estão sendo criadas e por quem (BISHOP, 2004, 2012). Desse modo, Bishop implicitamente questiona o potencial emancipatório da participação, argumentando que a arte relacional, por mais que proclame sua horizontalidade, pode na verdade terminar sendo nada mais do que outra esfera de arte exclusiva, onde as únicas relações permitidas são “fundamentalmente harmoniosas”, uma arte “dirigida a uma comunidade já com alguma coisa em comum” (BISHOP, 2004, p. 68). Já me detive sobre esse debate com maior produtividade (Flynn, 2016), mas neste momento quero salientar que uma das contribuições deste artigo consiste em demonstrar como as atividades da *Residência* exigem um entendimento da participação completamente diferente daqueles propostos por Bourriaud e Bishop, o que será descrito nos próximos parágrafos.

DESOBEDIÊNCIA EPISTÊMICA

Se aceitarmos, portanto, que a arte é cada vez mais praticada em contextos do que em objetos, no domínio das interações humanas e sociais, como podemos conectar isso às noções de resignificação e plasticidade em qualquer dado contexto no qual um artista possa trabalhar? Aqui o conceito de Walter Dignolo de desobediência epistêmica (MIGNOLO, 2009) pode ser frutífero, ligando o caráter extra-institucional da arte praticada na cidade aos processos de resignificação que podem ocorrer em tal espaço. Mignolo, junto a estudiosos latino-americanos da rede *modernidade/colonialidade*, incluindo Aníbal Quijano (2000, 2007), Arturo Escobar (2007, 2008) e Enrique Dussel (2008), apresenta uma série de

ferramentas teóricas e práticas que apoiam o que se tornou conhecido como a plataforma “Sul Global”. Em particular, Mignolo defende que para perceber mundos alternativos, aqueles que existem além do imaginário do imperial, deve-se começar com um processo de desobediência epistêmica. Rejeitar o pensamento de um conhecimento imperial/colonial, cuja premissa é a mercantilização da vida, exige modelos alternativos de produção de conhecimento, e um aspecto-chave da plataforma *Global South* é que ela busca descolonizar não somente o conhecimento, mas sobretudo a indumentária dos “fazedores de conhecimento”. Esse segundo momento, portanto, almeja criar condições pelas quais a redefinição de significado seja possível, distinta da “teia do conhecimento imperial/moderno e da matriz de poder colonial” (MIGNOLO, 2009, p. 23).

A desobediência epistêmica foi praticada na *Residência* em uma variedade de maneiras: o sentimento de atravessar o institucional acontecia em múltiplos níveis e era explícito e implícito em termos do seu posicionamento e prática. Em seu aspecto mais simples, a *Residência* foi um programa de residência artística que convidou quatro artistas para que cada um trabalhasse por um período, teoricamente flexível, de três meses de um calendário anual.² A localização da *Residência* era crucial para a prática dos artistas: removidos dos típicos espaços de arte contemporânea, a *Residência* convidou artistas a trabalhar dentro de um movimento social radical, a entrar em um diálogo diário, não mediado, em um edifício residencial que abriga 500 pessoas e a conduzir um processo de pesquisa em um local profundamente estigmatizado, no centro de São Paulo.

A *Residência* foi também feita sem nenhum financiamento: curadores, artistas e colaboradores trabalharam gratuitamente. A ausência de relações financeiras ou de patrocinadores não é usual para um projeto que é inteiramente sem fins lucrativos e, para a *Residência*, isso significava que o projeto tinha acesso limitado a apoio técnico, embora fotocópias, impressões e A/V básico tenham sido oferecidos pelo escritório do MSTC. Essa falta de patrocínio não foi acidental. Em repetidas entrevistas com os curadores ficou claro que a *Residência* buscava se colocar explicitamente contra iniciativas de arte contemporânea comercializadas. O time de curadores voltou mais de uma vez ao tema da fetichização do objeto e da mercantilização do trabalho artístico e à medida que o programa de residência avançou, a direção curatorial do projeto começou a se orientar em direção a uma compreensão pós-material da arte contemporânea: muitas vezes fui informado de que, sem objetos tangíveis, não é somente mais difícil fazer uma venda, mas que qualquer intervenção estética deveria responder ao espaço ao qual ela esteja integrada, mais do que ao mercado, supostamente além do espaço de ocupação.

Situada assim nas fronteiras do espaço da arte contemporânea em muitos sentidos, o projeto, em si considerado extra-institucional, mas também experimental, busca não somente desconectar-se das instituições de arte mundial mais voltadas para o mercado, como também criar horizontalidade nos relacionamentos do projeto e deste modo abrir um espaço reflexivo que proponha uma crítica contínua do projeto, de suas atividades e dos parâmetros sob os quais opera.

As condições de precariedade da *Residência*, sua estrutura organizacional não-hierárquica e seu foco na arte não-comercial apontam, portanto, para uma desobediência, mas em que medida poderia um projeto de arte contemporânea realisticamente “ir além” – como expressa o discurso da *Residência* – da arte contemporânea mundial na qual está inserida? Todos os artistas dentro do programa da *Residência* foram contratados por poderosas galerias comerciais, e surgiu a questão de como esses relacionamentos se manifestariam no futuro. Os participantes também se perguntaram se o projeto poderia ser realmente considerado extra-institucional, quando é operado dentro de um movimento social centralmente concebido e organizado. Tornou-se questão recorrente: o que o desejo de atuar horizontalmente implicaria diariamente? Que tipo de conhecimento, arte ou resultado poderia ser produzido a partir de um projeto horizontalizado que operava em espaços intersticiais caracterizados por sua verticalidade?

Pensando por meio de processos de ressignificação, é marcante como esses espaços contestados se transformaram em temas centrais de pesquisa do projeto. Por exemplo, trabalhando no contexto de um movimento social que é centralmente concebido e organizado, a *Residência* encontrou e respondeu a uma noção inteiramente diferente de “participação” daquelas articuladas por Claire Bishop ou Nicolas Bourriaud.

PARTICIPAÇÃO

A participação sempre foi um foco teórico para a *Residência*, como exemplifica um comentário de Ícaro por ocasião do primeiro evento, desejando ver mais habitantes da ocupação em eventos futuros. Mas que tipo de participação poderia ocorrer onde eixos de verticalidade e horizontalidade se cruzavam, o ponto que em matemática é chamado de “origem”?

Com o passar dos meses, ficou cada vez mais claro que a *Residência* estava operando dentro e fora da lógica de um movimento social que busca mobilizar e massificar seus membros e estruturas. Esta tecnologia de movimento social pressupõe uma estrutura piramidal de poder e o carisma dos líderes para colocar um grande grupo dentro de uma proposta definida e, no mais das vezes, utópica.

Este paradigma está presente em análises acadêmicas diversamente focadas no “comportamento coletivo” (Park, 1967), “mentalidade da multidão” (Arendt, 1951), ou “escolha racional” (Olson, 1965), mas as atividades articuladas pela *Residência* foram, desde o princípio, baseadas em uma compreensão bem diferente do que significa participar. A natureza não-obrigatória das atividades dos artistas se situava em contraste total a muitas das tarefas coletivas organizadas pela liderança do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Para assegurar o funcionamento tranquilo de um espaço residencial, e em um paradigma de um movimento social que já foi descrito como pragmático (Carter, 2005; Meszaros, 2000), havia tarefas de limpeza obrigatórias, grupos de trabalho coletivizado e assembleias gerais, assim como um nível de disciplina no que concerne a bebidas, festas e barulho. O primeiro artista residente, Ícaro Lira, e os dois subsequentes, a dupla Jaime Lauriano e Raphael Escobar, trabalharam com um processo artístico totalmente não-compulsório. Enquanto Ícaro organizou palestras públicas, oficinas para as crianças da ocupação e noites de cineclube para o público em geral, entre outras atividades, Jaime e Escobar se concentraram em preparar uma série de três jantares comunitários, cada um recebendo em torno de quarenta dos residentes da ocupação, como forma de construir relacionamentos e a partir deles estabelecer conexões entre esses atores e a cidade em seu sentido mais amplo.

Ambas as abordagens, a de Ícaro e a de Jaime e Escobar, entraram em um certo diálogo com o paradigma de estéticas relacionais de Bourriaud: o foco, no discurso da *Residência*, na arte pós-material significava que uma associação com esse paradigma era inevitável, embora nenhum dos artistas jamais o tenha referido como uma influência. De fato, o que distinguia o trabalho desses artistas do paradigma de estéticas relacionais era a dimensão temporal estendida nas quais as atividades tiveram lugar, o “público” com o qual eles trabalhavam e o espaço no qual seus processos eram desempenhados.

À sua própria maneira, as duas primeiras residências focaram nos relacionamentos, redes de trabalho e na criação de um espaço no qual a ressignificação poderia ser elaborada, oferecendo um toque em direção da micro utopia, como na terminologia de Bourriaud. Mas trabalhar ao lado dos habitantes do prédio por um período de meses tornou possível um redesenhar simbólico das linhas e práticas não somente de como a ocupação era percebida, mas como era experienciada. Os processos artísticos que foram conduzidos dentro da *Residência*, seja em forma de convites para jantares ou palestras, deixaram claro que a participação não era nem uma visita a um museu ou a uma galeria particular para se engajar com dada obra de arte, como no paradigma de Bourriaud, nem o experienciar que Claire

Bishop (2004) chama de uma experiência mais antagônica, motivada por razões de autoria ou comunidade (BISHOP, 2006, p. 12).



Figura 5. Raphael Escobar e Jaime Lauriano. Foto: Juliana Caffé

O que emergiu do posicionamento da *Residência* no coração de um movimento social e em suas conflitantes lógicas de organização foi que a participação definia-se *a priori* para os residentes da ocupação, uma condição ausente das análises de Bourriaud e Bishop em decorrência de seu foco no artista, em oposição ao conteúdo do trabalho em si, às pessoas, que por fim constituem sua legitimação. Este foco, que é particular a um certo tipo de prática artística, pode ser sintetizado pela descrição de Liam Gillick sobre seu próprio trabalho: “Meu trabalho é como a luz do refrigerador. Só funciona quando alguém abre a porta. Sem gente não é arte – é outra coisa – são objetos em uma sala” (GILICK, 2000, p. 16).

Gillick foi um dos artistas com quem Bourriaud trabalhou enquanto conceitualizava as estéticas relacionais, e suas suposições acerca de participação e temporalidade são reveladas nessa citação. Para Gillick, o trabalho somente se torna arte quando alguém “abre a porta da geladeira”. Nessa concepção, uma outra pessoa pode abrir a porta, ou ainda outra, mas será apenas por um breve momento, no qual a luz vai brilhar sobre seu trabalho, e nesse sentido a capacidade

de cada pessoa, ou a maneira como ela “abre a porta da geladeira”, presume-se ser a mesma. Em outras palavras, para Gillick as pessoas são intercambiáveis, a função delas é meramente “iluminar” e então transformar coisas em arte. Por contraste, na *Residência*, onde o horizontal encontra o vertical, a participação é um recurso infinito para ser arrebanhado por um oficial da polícia montada perto da galeria londrina *Tate Modern*, como na obra de Tania Bruguera, “Tatlin’s Whisper #5”, que ilustra a capa da monografia de Bishop, ou por uma abertura e fechamento mecânicos que possam ser desempenhados por um autômato. A participação era mais propriamente uma moeda corrente que sustentava a razão primeira para alguém ser um membro do MSTC, na qual era negociada pelo e, em termos incrementais, subjetivamente igualada ao direito a um lar. Sem ter participado ativamente, primeiro, em uma das muitas comunidades de base do MSTC pelos subúrbios de São Paulo e mais tarde, se selecionado para um apartamento, em uma ocupação, não haveria um relacionamento sustentável e de longo prazo entre membro e movimento. Isso levou a uma ressignificação do termo participação, à medida que os residentes da ocupação começaram a entender, tácita e pessoalmente, as propostas dos eventos propostos pela residência, se eram obrigatórios e, se não, se valia a pena participar deles.

Uma das iniciativas de Ícaro era convidar um grupo de psicoterapeutas para oferecer aconselhamento gratuito na ocupação, em resposta ao *feedback* dos residentes, dando conta de que era isso o que faltava ao espaço. Em um evento de terapia de grupo, os terapeutas ficaram intrigados com a presença de quarenta residentes, quando a frequência normal seria de menos de 10 pessoas. Como era de rotina, um grupo de discussão foi convidado a se apresentar e quando perguntados por que queriam fazer parte, um deles explicou que estava presente porque os líderes tinham dito a ele que era uma boa ideia e que valia “pontos”. Teoricamente, este modelo aproxima-se das noções de participação como destacadas pela etnografia de Angeliqne Haugerud sobre o movimento dos Bilionários nos Estados Unidos, no qual, como um dos membros executivos do comitê afirma: “Surpresa, surpresa! – as pessoas que fazem a maior parte do trabalho têm o maior poder” (HAUGERUD, 2015, p. 153) –, do que daquela dos ativistas da chamada *alter globalization* detalhados por Marianne Maeckelbergh. Ela vê a participação como crucial para o processo de política pré-figurativa (MAECKELBERGH, 2009, p. 72). Mas, fundamentalmente, focando nas pessoas que participam, em oposição à participação de quem exhibe, como a dos curadores, revela que nos interstícios do movimento social e da prática artística, a participação tem uma posição simbólica em uma relação complexa,

estruturada pelo intercâmbio: os residentes reservam energia e tempo para participar, em troca do direito de terem um lar.

Para muitos residentes, investir em participação era um presente diferenciado que eles permutavam em troca de uma solução de moradia economicamente acessível. Entretanto, em uma compreensão antropológica e tendo em mente trabalhos acadêmicos recentes (SANSI, 2015), tal presente, aqui sob a forma de participação, deve conter um *hau*, o espírito que vive dentro de todos os presentes e que busca retornar a quem presenteou. Mas qual é o retorno para o artista que entrou casualmente em uma série complexa de relações anteriores? Como pode a arte almejar a não ser mercantilizada e evitar ser reduzida a uma *commodity* e ainda oferecer um retorno claramente definido? Que forma terá o *hau* para o artista?

DE RESSIGNIFICAÇÃO A RECONFIGURAÇÃO

A desobediência epistêmica, implícita e explícita, inerente ao projeto da *Residência*, criou uma certa fricção em sua interação com pelo menos duas esferas: a mais ampla, de ecologia política, como Arturo Escobar definiria, da arte contemporânea mundial e a da lógica pragmática do MSTC. Mas como isso funciona na ressignificação do ato de ocupação? Uma das práticas diárias que respaldava o desejo mais amplo de horizontalidade dentro da *Residência* era a forma como os praticantes buscavam conceitualizar as estruturas nas quais operavam. Por meio de seus trabalhos, os artistas Ícaro Lira, e Jamie Lauriano e Raphael Escobar (este artigo foca somente nessas duas primeiras residências) questionavam, por um lado, como o projeto trabalhava com a lógica piramidal de mobilização e como a mitigava e, por outro, a lógica do sistema de arte contemporânea conduzida pelo mercado, recentemente submetida à revigorada crítica de Suhail Malik (2018). Esses artistas negociavam continuamente com a equipe de curadores, suas galerias, a liderança do MSTC e os residentes da ocupação, para tentar de fato entender o que constituía uma ocupação com conotações estéticas, e como noções como participação poderiam ser repensadas por meio de intervenção artística.

Nesse sentido, a *Residência* abordou noções de participação através de atividades de seus artistas residentes, mas também ofereceu a possibilidade de comentário sobre o que é a ocupação e como, por meio da interação com 500 indivíduos todos os dias por um ano todo, o papel da arte contemporânea poderia ser produtivamente ressignificado. Os curadores, Juliana e Yudi, rejeitaram a noção de que o que eles estavam fazendo se constituía em um tipo de ativismo, como fizeram os artistas. A atividade central para esses praticantes era baseada na plataforma estética, embora em uma que criasse múltiplas sobreposições com

formas sociais paralelas. O artista Hito Steyerl analisa o que uma ocupação pode significar e onde ela pode existir:

O território de ocupação não é só um espaço físico, e certamente não é para ser encontrado dentro de qualquer território ocupado já existente. É um espaço de afeto, materialmente apoiado por uma realidade arruinada. Pode se materializar em qualquer lugar e a qualquer tempo. Ele existe como uma experiência possível (STEYERL, 2011, 2).

Os praticantes da *Residência* buscaram se afastar da reificação da arte e do artista. Eles abriram e sustentaram, ainda que em curto período de tempo, possibilidades de diálogo com o dia-a-dia, o relacional e o que era aparentemente invisível. E, de fato, isso é o que tornou possível um redesenhar simbólico das linhas em relação a como a ocupação era percebida e experienciada.

No entanto, tais transformações simbólicas eram somente parte de uma *reconfiguração* maior da ocupação e de seus relacionamentos com a cidade na qual se insere. A ressignificação das “representações espaciais” da ocupação, tomando emprestada a terminologia de Lefebvre, foi acompanhada por transformações afetivas e materiais para os “espaços representacionais” e as “práticas espaciais”, transformações que propunham uma reconfiguração do *ato* de ocupação dentro da própria cidade. A equipe de curadores argumentou que o projeto fez avançar uma proposta mais ampla que foi além da sua localização marginalizada, o que em qualquer caso não é nada novo,² ao buscar pôr em prática políticas pré-figurativas: para fomentar novas formas de participação e sociabilidade, cujas dimensões materiais e incorporadas foram reconhecidas por meio dos convites do projeto, para pessoas de dentro e de fora do local da ocupação, para “ocupar” e ser desobediente em uma miríade de diferentes maneiras. Nesse sentido, passou a existir um reconhecimento da ressonância e importância políticas únicas do Hotel Cambridge para um espaço urbano alargado e por meio da implementação da reconfiguração urbana e artística que ele apresentou. Esta abordagem foi apoiada por um fluxo constante de diversos colaboradores, atraídos de dentro e de fora da ocupação, dentro e fora de seu espaço físico. Ícaro descreveu seu projeto como a instalação de uma rede de trabalho (*network*) enquanto a motivação mais forte de Jaime e Escobar foi facilitar melhores conexões entre os residentes da ocupação e os diversos atores na cidade, em sua forma mais ampla. À medida que o projeto avançava, foi a especi-

2 No começo dos anos 1990, um grupo de artistas afro-americanos em Houston, Texas, incluindo Rick Lowe, mobilizou o conceito de Joseph Beuys de “escultura social”, fundando o Project Row Houses. Essa instalação permanente abriu em 1994 em uma área marginalizada, composta por um conjunto de sete ou oito *shotgun houses* renovadas, dedicadas aos artistas dos projetos.

ficidade dessas conexões que sustentou as tentativas de reconfigurar a posição da ocupação, dentro de um panorama político hostil. O livro de Alexandra Boutros e Will Straw, *Circulation and the City* (2010), reconhece a importância de como a matriz da sociabilidade urbana é ao mesmo tempo constituída e separada por meio de diferentes tipos de relações. Eles afirmam em seu conceito central:

A circulação pode designar o controle de condutas (sua integração dentro de circuitos rigidamente regulados) assim como sua flexibilização (a capacidade de se libertar da autoridade). A diferença entre estes usos materializa uma tensão de longa data na escrita sobre cidades, a qual inevitavelmente se esforça para capturar a ordem reguladora e a efemeridade fugaz da vida urbana moderna (BOUTROS E STRAW, 2010, p. 1)

Quando a *Residência* teve início na ocupação, além das portas e grades de metal, todas as janelas dos fundos do prédio eram não só externamente protegidas por barras de metal, como também eram cobertas internamente por grandes placas de compensado. A ocupação, em seus primeiros momentos em 2012, era um tipo de forte, uma vez que a liderança temia o despejo por uma Polícia Militar hostil.³ Os projetos de Ícaro e de Jaime e Escobar buscavam, ambos, construir conexões entre a ocupação e o cenário urbano no qual estavam inseridos e marginalizados, e essa circulação, mantida em tensão, entre a cidade e o espaço da ocupação, foi fundamental para a prática dos artistas. Para Boutros e Straw, a mutabilidade de tal conjunto é inerente à noção de cidade em si mesma: “A circulação não é algo que simplesmente acontece *para a* cidade, nem é alguma coisa que acontece exclusivamente *na* cidade. Mais do que isso, a cidade em si mesma é constituída pela circulação” (BOUTROS E STRAW, 2010, p. 9).

Um dos mais notáveis exemplos de como essa circulação levou à reconfiguração foi a matéria sobre a *Residência* em um dos jornais mais conservadores de São Paulo, *O Estado de S. Paulo*.⁴ No artigo, destacado na capa do suplemento de cultura, o Hotel Cambridge é referido como uma ocupação e não como invasão, na manchete e, repetidamente, ao longo do artigo. Isso em grande parte graças ao reconhecimento, por parte da repórter do jornal, das práticas e intencionalidades incorporadas e afetivamente imbuídas que ela própria testemunhou em sua visita ao espaço físico. Confrontada com a escala de atividades acontecendo entre o Hotel

3 Um dos exemplos mais marcantes da ação da polícia militar contra ocupações no Brasil ocorreu em Brasília, em junho de 2016. Dois helicópteros da Polícia Militar abriram fogo contra o prédio do Hotel Torre Palace, antes que uma tropa de choque baixasse ao telhado. Cf. https://www.youtube.com/watch?v=jOliJ_P3Qus. Acessado em 2 fevereiro 2017.

4 Artigo completo disponível online: cultura.estadao.com.br/noticias/artes,artistas-criam-no-antigo-hotel-cambridge-de-sao-paulo,10000048707. Acessado em 2 fevereiro 2017.

Cambridge e a cidade, da qual ela própria fazia parte, e que previamente seria impensável, a linguagem de invasão se tornou insustentável para a repórter, mesmo que isso significasse lutar sua própria batalha dentro da redação antagonista de seu jornal. A distinção entre “invasão” e “ocupação” pode parecer pequena para alguns, mas no ambiente profundamente politizado de São Paulo é de alta importância e uma indicação para uma série de posições ferozmente contestadas: a palavra “ocupação” confere ao Hotel Cambridge a legitimidade que tem sido vastamente negada a outras ocupações. “Ocupar” e “invadir” também têm diferentes conotações legais, sendo que a primeira refere-se a uma cláusula constitucional e, portanto, à possibilidade de legalidade, enquanto a segunda invoca a noção de transgressão, que coloca o “invasor” sob o imediato jugo da ação policial (HAMMOND, 2004). O artigo 7 da Constituição Brasileira explicitamente garante o direito a um lar, estabelecendo que um salário mínimo deve cobrir todas as necessidades básicas, incluindo condições de vida dignas. Com relação às ocupações, advogados de Direito Constitucional têm discutido o que o direito à casa envolve, além do direito de ocupar um espaço e de transformá-lo em um lar, em virtude do fato de que morar constitui uma faceta básica do caráter humano (SARLET, 2008), fornecendo uma conexão interessante entre enquadramentos legais e teorias desenvolvidas por Lefebvre e Harvey. Duas semanas depois da publicação do artigo de jornal, a líder do MSTC, Carmen, afirmava que a cobertura foi uma vitória, e que o MSTC nunca havia sido representado desta forma por nenhum jornal.

A partir desse momento, os participantes do projeto começaram a considerar a reconfiguração do espaço do Hotel Cambridge e como as conotações estéticas de seu trabalho tinham facilitado esse processo. Essas reflexões foram complementadas por uma enorme expansão da atividade: no período imediatamente posterior à publicação, ocorreu um processo incremental de eventos, palestras públicas, manchetes em jornais e revistas, como os habitantes do Hotel Cambridge tornaram possível a reconfiguração do que uma ocupação poderia ser. Nesse período, o prefeito de São Paulo fez um discurso na biblioteca da ocupação, que por sua vez requisitou reconhecimento formal como um espaço cultural. Camila Márdila, uma atriz de cinema brasileira, falou em um evento no cineclubes, no qual o filme em que ela atuou, “Que horas ela volta”, foi mostrado, e uma série de relacionamentos entre os residentes e os participantes do projeto foram criados, evidência da materialidade e corporeidade da circulação dentro e fora do espaço físico da ocupação.

O que esses exemplos demonstram é que as atividades da *Residência* envolveram mais do que entendimento e promoção da produção de conhecimento

artístico como a *representação* variável das realidades já presentes e foram além de meramente enfatizar a *enunciação* de um porvir. Enquanto o redesenhar simbólico resultante do projeto foi sem dúvida significativa, a série de jantares organizados por Jaime e Escobar, por exemplo, criou circulação de ideias, todas decorrentes dos relacionamentos entre artistas e residentes da ocupação, como o tipo de futuro que poderia ser realizado dentro do espaço, entre suas paredes e para além delas, na cidade. Nos jantares, e por meio de longas conversas não só à mesa, mas no processo de convidar todos os residentes pessoalmente porta a porta, os artistas desenvolveram uma compreensão dos tipos de serviços profissionais que eram oferecidos pelos membros da ocupação. Jaime e Escobar construíram uma rede de trocas e aptidões, com o objetivo de criar uma espécie de “páginas amarelas” estetizada. A meta deles era destacar como a ocupação era marginalizada do fluxo diário de pequenas trocas comerciais que caracterizam São Paulo, ou qualquer outra cidade, e reforçar a ideia de que aos residentes da ocupação não faltavam competências e que eles não precisavam necessariamente de caridade e doações, mas que eram indivíduos com talentos e agência e que queriam participar do comércio diário. O conceito de uma forma de “páginas amarelas” levou Escobar a criar uma série de cartões de visita para pequenos negócios dentro da ocupação, incluindo uma confeitaria, um salão de beleza e uma alfaiataria e, finalmente, uma série de logotipos iluminados que foram colocados sobre cada um dos locais de trabalho dos comerciantes residentes.

CONCLUSÃO

As atividades da *Residência* foram resultado de uma série de conversas, mas também se constituíram delas. Essas conversas, de perspectivas radicalmente diferentes, eram centradas não somente nas formas de viver na cidade, mas de ativamente fazer a cidade na qual se vive. Essas diversas atividades promoveram a noção de que tal conhecimento adquirido não era alguma coisa restrita aos espaços institucionais, mas que poderia inevitavelmente irradiar a partir da comunidade, através da ativação de relações de mundos que existem e que ainda estão por existir. David Harvey enfatiza fortemente a dimensão coletiva do processo “fazer a cidade”, e o que aconteceu no Hotel Cambridge oferece um exemplo tangível de tal teoria: o espaço foi reconfigurado por muitos e diferentes coletivos trabalhando juntos, e colocado em diálogo, no fundo, por uma proposição artística.

O “fazer a cidade” é, no entanto, processual, e sugiro que este tipo particular de prática de arte contemporânea aberta, imbuída no relacional e articulada dentro de um certo enquadramento temporal, fornece um exemplo concreto da noção de

García Canclini de iminência da arte: processos que “se situam em um momento anterior, quando o real é possível, quando ele ainda não se quebrou” (Canclini, 2014, p. xiv). As dimensões explícitas e implícitas da desobediência epistêmica da *Residência* facilitaram certas transformações simbólicas que somente foram parte de um reordenamento ou uma reconfiguração da ocupação e de seus relacionamentos mais amplos com a cidade em que se situa. Práticas artísticas, como “formas de fazer e realizar” na terminologia de Rancière, aconteceram por meio de uma rede de trabalho especificamente contextualizada, um tipo de conhecimento particularmente situado que seria diferente em um outro contexto: o que transgride hierarquias em São Paulo será diferente em processos similares em Berlim, Bangkok ou Nova York. Nesse sentido, a dissonância que a *Residência* e, claro, a mais ampla ocupação do Hotel Cambridge criaram, oferece um contraponto ao tipo de completa “desvinculação” (*de-linking*) que Mignolo tem defendido em seu trabalho estético, no sentido de que tal processo limita resultados mais produtivos que emergem como resultado de sua instanciação em situações contestadas. O que emprestou ressignificação e, por fim, uma reconfiguração tão atraente aos processos de participação na *Residência*, foi precisamente o entendimento de que isso estava ocorrendo em inevitáveis pontos de conflito: uma das motivações principais do programa era dar visibilidade às contradições sobre as quais ele próprio se baseava, deixando claro como qualquer direito à cidade, qualquer “fazer-cidade” é pressuposto em movimento e condicionalidade (AGIER, 2015). Nesse sentido, o urbano, a participação e a prática artística colidiram sob circunstâncias muito específicas: paradigmas diferentes do vertical e do horizontal, do efêmero e do utópico, possibilitaram que invasão se tornasse ocupação, ocupação se transformasse em apropriação, e um prédio abandonado se convertesse, pelo menos por um breve momento, num dos pontos centrais da cidade. Esse ponto, sobre os quais esses eixos se cruzam, que em matemática é chamado “origem”, é um aspecto da “iminência”: para o real ser invocado e mesmo por um curto período se manter intacto, como se dentro de uma elipse entre o presente e o futuro, uma série de oposições devem estar presentes, oposições que um tipo particular de prática de arte contemporânea aberta (*open-ended*) e intersticial pode colocar em movimento e sustentar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.
- ARENDT, Hannah. *The Origins of Totalitarianism*. New York: Harcourt, Brace & World, 1951.

- BEAUREGARD, Robert. *Cities in the Urban Age: A Dissent*. Chicago: University of Chicago Press, 2018.
- BISHOP, Claire. Antagonism and Relational Aesthetics, *October*, n. 110, p. 51-79, 2004.
- _____. *Artificial Hells: Participatory Art and the Politics of Spectatorship*. London and New York: Verso, 2012.
- BOURRIAUD, Nicolas. *Relational Aesthetics*. Translated by S. Pleasance and F. Woods with the participation of M. Copeland. Dijon: Les presses du Réel, 2002.
- BOUTROS, Alexandra and STRAW, Will. *Circulation and the City: Essays on Urban Culture*. Montreal: McGill-Queen's University Press, 2010.
- CALDEIRA, Teresa. *City of Walls: Crime, Segregation, and Citizenship in São Paulo*. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 2000.
- _____. "Gender is still the Battleground: Youth, Cultural Production, and the Remaking of Public Space in São Paulo". In: PARNELL, Susan and OLDFIELD, Sophie (Ed.). *The Routledge Handbook on Cities of the Global South*. London and New York: Routledge, 2014, p. 413-428.
- CARTER, M. The landless rural workers' movement (MST) and democracy in Brazil, Working Paper Number CBS-60-05, 2005.
- COSTA, Pedro et al. *Urban intervention, street art and public space*. Lisboa: UrbanCreativity, 2017.
- DANTO, Arthur. *After the end of art: contemporary art and the pale of history*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- DUSSEL ENRIQUE. "PHILOSOPHY OF LIBERATION, the Postmodern Debate, and Latin American Studies". In: MORANA, Mabel et al (Ed). *Coloniality at Large: Latin America and the Postcolonial Debate*. Durham and London: Duke University Press, 2008, p. 335-349.
- ESCOBAR, Arturo. Worlds and Knowledges Otherwise: The Latin American Modernity/ Coloniality Research Program. *Cultural Studies*, n. 21, p. 179–210, 2007.
- _____. *TERRITORIES OF DIFFERENCE: PLACE, Movements, Life, Redes*. Durham and London: Duke University Press, 2008.
- FÁBREGAS, Marcela et al (Ed). *Tránsitos, apropiaciones y marginalidades del arte público en América Latina*. Buenos Aires: RIL Editores, 2013.
- FLYNN, Alex. Subjectivity and the obliteration of meaning: Contemporary art/ activism/ social movement politics. *Cadernos de Arte e Antropologia*, v. 5, n. 1, p. 59-77, 2016.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. *Art beyond itself: Anthropology for a Society without a Story Line*. Durham and London: Duke University Press, 2014.
- GILICK, Liam. *Renovation Filter: Recent Past and Near Future*. Bristol: Arnolfini Gallery Publications, 2000.

- HAMMOND, John. The MST and the Media: Competing Images of the Brazilian Landless Farmworkers' Movement, *Latin American Politics and Society*, v. 46, n. 4, p. 61–90, 2004.
- HARVEY, David. The right to the city, *New Left Review*, n. 53, p. 23-40, 2008.
- HAUGERUD, Angelique. *No Billionaire Left Behind: Satirical Activism in America*. Stanford: Stanford University Press, 2013.
- JACOBS, Jane. *The death and life of great American cities*. New York: Vintage, 1961.
- KWON, Miwon. *One place after another: Site-specific art and locational identity*. Cambridge: MIT Press, 2002.
- LEFEBVRE, Henri. "The right to the city". In: KOFMAN, Eleonore and LEBAS, Elizabeth. *Writings on cities*. Cambridge: Wiley-Blackwell, 1996, p. 147-159.
- MAECKELBERGH, Marianne. *The Will of the Many: How the Alterglobalisation Movement is Changing the Face of Democracy*. London: Pluto Press, 2009.
- MALIK, Suhail. *On the Necessity of Art's Exit from Contemporary Art*. Falmouth: Urbanomic Media, 2018.
- MESZAROS, George. No Ordinary Revolution: Brazil's Landless Workers' Movement, *Race & Class*, v. 42, n. 2, p. 1-18, 2000.
- MIGNOLO, Walter. Epistemic Disobedience, Independent Thought and De-Colonial Freedom, *Theory, Culture & Society*, v. 26, n. 7-8, p. 1-23, 2009.
- OLSON JR., Mancur. *The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups*, *Harvard Econ. Stud.*, v. 124, Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1965.
- PARDUE, Derek. *Ideologies of Marginality in Brazilian Hip Hop*. New York: Palgrave Macmillan, 2008.
- PARK, Robert. On Social Control and Collective Behavior. In: TURNER, Ralph (Ed). *Selected Papers*. Chicago and London: The University of Chicago Press, 1967.
- PEARSON, Mike. *Site-specific performance*. New York: Palgrave Macmillan, 2010.
- PETERSON, Marina. A Center for a Centrifugal City. In: PETERSON, Marina. *Sound, Space, and the City: Civic Performance in Downtown Los Angeles*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010, p. 16-45.
- QUIJANO, Anibal. Coloniality of Power, Eurocentrism, and Latin America, *Nepantla: Views from South*, v. 1, n. 3, p. 533–580, 2000.
- . Coloniality and Modernity/Rationality, *Cultural Studies*, v. 21, n. 2-3, p. 168–78, 2007.
- RANCIÈRE, Jacques. *The Politics of Aesthetics*. London: Bloomsbury, 2013.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização de terra e moradia na era de finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- SÁ, Lúcia. *Life in the Megalopolis: Mexico City and Sao Paulo*. London: Routledge, 2008.

SANSI, Roger. *Art, Anthropology and the Gift*. London: Bloomsbury, 2014.

SARLET, Ingo. Supremo Tribunal Federal, o direito à moradia e a discussão em torno da penhora do imóvel do fiador. In: FACHIN, Zulmar (Ed.). *20 anos de Constituição cidadã*. São Paulo: Método, 2008, p. 41-66.

SCHECHNER, Richard. *Performance studies: An introduction*. London: Routledge, 2017.

STEYERL, Hito. *Art as Occupation: Claims for an Autonomy of Life*. E-flux 30, 2011.

“Nós por nós”: visibilidade e politização entre a juventude da periferia de Salvador

“For us by us”: visibility and politicization of marginalized youth in Salvador

Roselene Cássia de Alencar Silva^a e Hildon Oliveira Santiago Carade^b

Resumo O presente trabalho analisa a visibilidade como artefato político, na medida em que ela tem sido utilizada por jovens da periferia urbana em suas tentativas de garantir o seu “direito à cidade”. Quase sempre invisíveis, comumente, esses jovens aparecem na esfera pública como associados à violência, mesmo quando se dedicam às atividades vinculadas ao lazer, ao entretenimento e à indústria cultural. Por intermédio do acompanhamento de coletivos de jovens da cidade de Salvador que têm se dedicado à pixação, ao grafite, ao rap, dentre outras práticas artísticas marginais, argumentamos que há um processo de construção de visibilidade das demandas desses segmentos, uma vez que, antes, durante e após as chamadas “jornadas de junho de 2013”, eles passaram a se articular com os movimentos sociais mais tradicionais (aqueles centrados em bandeiras de cunho racial e social). Com essas articulações, esses jovens da periferia têm criado uma alternativa à “visibilidade perversa”, que é a projeção a eles conferida pela mídia e pelas autoridades policiais, sobretudo quando os enquadram nos termos da desordem e da anomia social. Por fim, consideramos que a politização desses movimentos artísticos tem possibilitado aos jovens a emergência de um outro tipo de juventude da periferia, nem vinculada ao tráfico de drogas, tampouco às iniciativas governamentais (isto é, os jovens de projetos sociais).

Palavras-chave Pixação; “Jornadas de Junho”; Visibilidade; Direito à Cidade.

Abstract *This paper analyzes visibility as a political artefact, since it has been used by young people from the slums in their attempts to guarantee their “right to the city”. Almost always invisible, these young people commonly appear in the public sphere as being associated with violence, even when engaged in activities related to leisure, entertainment and the cultural industry. Through the accompaniment of youth groups in the city of Salvador that has been dedicated to graffiti, rap, among other*

a Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Contato: <rocaalencar@gmail.com>.

b Doutor em Antropologia pela Universidade Federal da Bahia. Contato: <hildoncarade@yahoo.com.br>.

marginal artistic practices, we argue that there is a process of building visibility of the demands of these segments, during and after the so-called “June 2013 days”, as long as they began to articulate with the more traditional social movements (those centered on racial and social flags). With these articulations, these young people from the slums have created an alternative to “perverse visibility”, which is the projection given to them by the media and police authorities, when they frame them in the terms of disorder and social anomie. Finally, we consider that the politicization of these artistic movements has made it possible for these young people to create another type of youth from the periphery, not linked to drug trafficking, nor to governmental initiatives (young people from social projects).

Keywords Graffiti; “June 2013 days”; right to the city.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este artigo é uma tentativa de olhar culturalmente para um capítulo recente de nossa história política. O capítulo em questão repercute a série de movimentos e passeatas políticas que ocorreram em junho de 2013 nas principais metrópoles do país. Se ainda não há um consenso sobre como nomear estes eventos – “acontecimentos” ou “jornadas de junho”, pergunta-se Singer (2013) –, tampouco parece haver uma narrativa mais consistente sobre as suas motivações e principais consequências para o futuro da nação.

Não é nosso objetivo recontar, de uma maneira supostamente mais fiel, o desenrolar de fatos e eventos que suscitaram as manifestações de junho de 2013. Antes, propomos uma inflexão às narrativas já produzidas sobre o assunto, tomando como recorte um encontro inusitado ocorrido na iminência e durante as passeatas que eclodiram na cidade de Salvador, qual seja, o encontro entre coletivos de pixadores e setores mais tradicionais dos movimentos sociais, notadamente aqueles vinculados às entidades estudantis e as que pautam questões étnico-raciais. Tal encontro, inclusive, não ficou restrito a estes acontecimentos, algo que também será analisado neste texto, pois é no contexto pós-junho de 2013 que surge o grupo de rap Nós por Nós, nome utilizado como título deste artigo.

Para contar esta história, tomamos de Sahlins (1990) a ideia de “estrutura de conjuntura”, mediante a qual compreendemos como as culturas reagem a um evento, promovendo o diálogo entre os contextos do presente com estruturas do passado. De acordo com o autor, “o grande desafio para uma antropologia histórica é não apenas saber como os eventos são ordenados pela cultura, mas como, nesse processo, a cultura é reordenada” (SAHLINS, 2008, p. 28). Desse ponto de vista,

toda e qualquer recepção será pautada por estruturas anteriores, motivadas pela dinâmica da cultura (SCHWARCZ, 2005).

No caso em análise o contato entre pixadores, de um lado, e militantes universitários, artistas performáticos e ativistas das ocupações, de outro, ocorrido entre as manifestações de junho de 2013 e as ocupações de escolas, universidades e ministério da Cultura, provocou mudanças em ambos: os pixadores passam a conhecer grupos artísticos e militantes, e são iniciados em outras práticas artísticas, tais como a performance e a poesia urbana recitada em praças, e, especialmente, em ônibus coletivos. De outra ponta, os movimentos sociais mais tradicionais começam a aderir à pixação como forma de contestação política, reconhecendo o seu caráter de arte ao mesmo tempo engajada e anárquica.

A trama que tentaremos deslindar nas páginas vindouras apontará para um outro tipo de visibilidade, e porque não de “visibilidade política” (MARQUES; CAMPOS, 2017), conquistado pelos pixadores a partir de sua participação nas manifestações de junho de 2013: não mais uma “visibilidade perversa” (SALES, 2007), porquanto quase sempre esses jovens estejam relacionados, pelas autoridades policiais e a grande mídia, à violência urbana, mas sim uma “visibilidade insurgente”, na medida em que suas práticas culturais passam a operar questionamentos referentes ao “direito à cidade” (LEFEBVRE, 2001).

Assim, na primeira sessão procuramos fazer um apanhado sobre a pixação antes das chamadas jornadas de junho de 2013. Em seguida, nos concentraremos no desenrolar dos acontecimentos suscitados por estas manifestações para encontrar o lugar do pixo nesta torrente de eventos. Uma vez elucidado o processo de circulação e de desterritorialização dos pixadores, como um ganho de sua participação em atividades políticas, partiremos às considerações finais. Cabe afirmar que este artigo está baseado em relatos orais coletados entre os pixadores e também na própria memória dos autores. Em outro momento, pretendemos fazer uma incursão de cunho mais analítico e etnográfico.

A PIXAÇÃO EM SALVADOR

Como em outras capitais do Brasil, em Salvador, os pixadores não são um grupo homogêneo quanto ao estilo de vida e o tipo ocupacional. Tão diversificado como a arte urbana, também é o perfil dos escritores/pintores de rua. Por isso, é preciso cuidado para não tecer generalizações apressadas a respeito do perfil ou identidade dos praticantes. Mesmo assim arriscamos dizer que a sua quase totalidade é composta por homens jovens, negros, moradores do subúrbio da cidade e de bairros periféricos. Contudo, com isso não queremos dizer que todos os

pixadores soteropolitanos se enquadram neste perfil. Mas como há pouco conhecimento sobre estes jovens e seus grupos autointitulados de gangues e sistemas, é pertinente oferecer maiores detalhes. São jovens estudantes, cuja idade varia entre 16 e 40 anos, trabalhadores do comércio, garçons, rodoviários, membros de torcidas organizadas de futebol, pintores de parede, trabalhadores informais. Normalmente, iniciam o treino dos letrados ainda na escola ou com algum vizinho. Treinam a escrita em cadernos, tanto sozinhos quanto em grupos. Muitos são ou já foram membros de torcidas organizadas de futebol, alguns entram em conflito com a lei por outros motivos alheios à pixação. A música também não é um critério definidor de suas identidades, pois muitos gostam do hip hop, tendo alguns MCs entre eles, mas também curtem pagode, vertentes mais radicais do rock’roll e a música percussiva do Olodum (ganguê Olodunicos). A despeito da participação feminina ser pouco expressiva e, na maioria das vezes, estar associada às relações de amizade e/ou namoro com pixadores, recentemente surgiu um coletivo de mulheres que vem tentando se firmar em um cenário essencialmente masculino (SILVA, 2012).

As gangues de pixadores são grupos de homens jovens, normalmente amigos e que se identificam por uma sigla como U16, 163, Bactérias de Parede, FB etc. Estas gangues guardam um vínculo com o território, sem contudo serem determinadas por ele, porquanto existam membros oriundos de bairros mais distantes a fazer parte da mesma gangue. É comum as gangues se juntarem para formar os “sistemas” ou “coligas”. Em Salvador os primeiros sistemas e muitas gangues faziam sempre alusão a substâncias psicoativas, quanto ao uso ou venda. Este tema exigiria um estudo específico, bem como os codinomes dos pixadores, gangues e sistemas (SILVA, 2012).

Quando começamos a ter contato com alguns coletivos de pixadores, em meados de 2011, poucas pessoas do circuito universitário e da vida diária dos movimentos sociais tinham algum conhecimento sobre que prática social era essa, a pixação, que tanto incomodava as autoridades locais. Havia mesmo, dentro desses setores, uma opinião marcadamente etnocêntrica a respeito desses jovens da periferia urbana, uma vez que a ação mesma de pixar os muros da cidade era vista como vandalismo e destruição do patrimônio público, ou, eufemisticamente, como uma intervenção de mau gosto na paisagem urbana.

Paulatinamente, esse desconhecimento e estranhamento foram sendo suplantados, muito por conta da mediação da professora Roca Alencar¹ que, dentro do Departamento de Antropologia da UFBA, começou a trazer aos estudantes de disciplinas tais como “Etnografia” e “Antropologia urbana”, fatos, relatos e discussões que versavam sobre a pixação. Essa intermediação foi aplainando o terreno de contato entre pixadores e movimentos sociais tradicionais, que disputam o protagonismo no palco da universidade, contato este que encontrou nos eventos políticos ocorridos em junho de 2013 uma conjuntura favorável para se estreitar e gerar frutos mais duradouros. Este será o tema do nosso próximo tópico.

SOBRE JUNHO DE 2013

Passados cinco anos, as chamadas “jornadas de junho de 2013”² ainda surgem ante nosso olhar como uma esfinge a desafiar nossos poderes interpretativos. Politicamente heterogêneos, esses acontecimentos foram palco para a entrada de atores dos mais diferentes estratos sociais e ocupacionais: desde a classe média tradicional até o operariado, passando por diversas gradações que variam entre o novo “precariado urbano” (os sujeitos, em geral jovens, que foram integrados ao mercado de trabalho na Era Lula (2003-2013), mas que sofrem com a baixa remuneração e as péssimas condições de trabalho) e os excluídos sociais. Assim, esses eventos acabaram por ser, nos dizeres de Singer (2013), uma espécie de “jornadas de Juno”, cada intérprete vislumbrando na poeira levantada pelas ruas a imagem de uma deusa diferente.

Também em 2013 Castells publica um volume descritivo sobre os movimentos sociais que varreram o mundo desde o início da crise do capitalismo em 2008. Interpretando as mobilizações ocorridas na Espanha, nos Estados Unidos e nos países árabes, o autor destaca o papel importante desempenhado pelas redes sociais na convocação destas manifestações. Em comum, todas elas primaram pela horizontalidade das relações, o desencanto para com a democracia representativa (ou melhor, a dissonância entre participação social e representação política no âmbito dos regimes democráticos) e o desejo por uma política voltada mais

1 Poderíamos mesmo dizer que a professora Roca Alencar tem desempenhado um papel de “mediadora cultural” (VELHO, 2010), aproximando o pixo de outras searas e segmentos sociais.

2 Singer (2013) explica que o termo “jornadas de junho” começou a ser utilizado pela imprensa já na quinta-feira, dia 20, deste mês de 2013. Embora reconheça que o termo passou a ser utilizado, com bastante frequência, para definir a onda de eventos, o autor prefere o termo “acontecimentos” porque as jornadas originais ocorreram em 1848, na França, no contexto daquilo que foi a mais importante guerra civil vivenciada pela Europa. A revolta proletária de 1848, afirma ele, produziu abalos sísmicos sem paralelos com aqueles provocados pelas chamadas “jornadas de junho de 2013.”

aos cidadãos e menos ao grande capital. De acordo com Domingues (2013), as chamadas “jornadas de Junho de 2013” se enquadram, em parte, a este quadro descrito por Castells. Se, por um lado, o fim da deferência em relação às autoridades públicas e a articulação coletiva via novas tecnologias da informação apresentam-se como fenômenos globais, por outro, a *des-democratização* tecnocrática e a perda de vínculos e compromissos para com os cidadãos, características atuais dos sistemas políticos europeus e americano, destoavam do contexto brasileiro de então, marcado por um processo crescente de democratização e participação social, bem como pela diminuição da pobreza e das desigualdades sociais, frutos das políticas da era lulista.

Assim, o país parecia dormir em berço de prosperidade e paz quando as ruas foram tomadas em junho de 2013 (ROLNIK ET AL., 2013). E aqui começa a nossa história. 2013 encontra uma periferia urbana que, embora ainda vivenciasse muitas das já conhecidas mazelas sociais (déficit de cidadania; más condições de trabalho e habitação; dentre outras), havia sido minimamente integrada ao mercado de consumo, em virtude das políticas redistributivas dos governos petistas. Cada vez mais essa periferia urbana conquistava acesso a bens de consumo duráveis, notadamente eletrodomésticos e telefones celulares. E esse é um dado bastante importante para toda a trama que pretendemos desenrolar.

Analisando a revolução egípcia, Castells (2013) utiliza o termo “rede multimodal” para descrever como a batalha entre governo e manifestantes se deu, simultaneamente, nas plataformas oferecidas pelos meios de comunicação e nas praças públicas. Segundo ele, o *contrapoder* revolucionário se expressou por meio de telefones móveis e frequências clandestinas de rádio e *modens dial-up* e outros expedientes para driblar a repressão governamental. Ora, a utilização dessas redes sociais também explica a formação da rede nacional do pixo. Esse movimento foi articulado por pixadores de diferentes cidades, dentre elas, Salvador, com o objetivo de coordenar ações de ataque (intervenções com pixo, participação em passeatas e bloqueios de ruas) durante as chamadas jornadas de junho de 2013. Essa articulação se deu no contexto de debates e seminários acontecidos em 2011³ e 2013⁴. Resta dizer que a realização destes eventos na Universidade com a participação de um pixador paulista produziu uma articulação nacional, culminando numa rede nacional de pixadores em diversos estados do Brasil.

3 Exibição do documentário Pixo e debate com pixadores e participação do Djan Cripta, ator do filme e ex pixador.

4 Seminário Memórias Contemporâneas, Derivas e Pixação organizado por Sérgio Miguel Franco, Djan Cripta e Roca Alencar na UFBA com financiamento da Funarte/MinC.

Os seminários e eventos acadêmicos ocorridos no triênio 2011-2013 foram articulados, conjuntamente, por intelectuais e pixadores, com o intuito de convidar o grande público a participar da construção de sentidos para a manifestação cultural da pixação. A perspectiva formulada pelos atores partícipes dessas atividades era baseada nas relações de expressão e produção estética das grandes metrópoles, articulando o pixo ao campo das artes. Para além da edificação de um outro tipo de discurso sobre esta prática (ou seja, de uma ação executada por vândalos a uma manifestação artística), o palco aberto a esses jovens da periferia, que não tinham nenhum vínculo institucional com a universidade, lhes possibilitou não apenas a escuta de suas falas, mas também um conhecimento dos debates e das polêmicas sociais que, por assim dizer, atravessavam o *campus* universitário, que é um espaço, desnecessário lembrar, plural e multifacetado. E assim, aos poucos, os pixadores foram se municiando de categorias sociológicas e antropológicas, que passaram a fazer parte de seu repertório político, motivando-os a se engajarem em outros movimentos sociais e ocupações da cidade, fazendo com que a pixação cruzasse fronteiras ainda não alcançadas. E foi desta maneira que se deu a articulação entre pixadores, *black blocks* e militantes estudantis durante e após às chamadas jornadas de junho de 2013. Para a narrativa a seguir, nos apoiaremos nos relatos ofertados por dois sujeitos participantes dessa torrente de acontecimentos, quais sejam, Juvenal Montes e Justino, o último servindo como o principal articulador de toda essa trama⁵. Vejamos.

OS PIXADORES ENTRAM EM CENA

20 de junho de 2013. Salvador, na qualidade de cidade sede da Copa das Confederações (evento futebolístico que sempre antecede em um ano a realização da Copa do Mundo), recebeu a primeira partida da competição em terras baianas, a saber, o confronto Nigéria versus Uruguai. Por meio das redes sociais, passeatas e manifestações foram marcadas, como uma forma de protesto contra os vultosos gastos públicos para com a infraestrutura necessária ao campeonato, tendo como destaque a demolição e reconstrução do estádio Fonte Nova, agora rebatizado como Itaipava Arena Fonte Nova⁶.

Os manifestantes se encontraram no largo do Campo Grande, centro da cidade, e saíram em cortejo rumo à Arena Fonte Nova, situada no Dique do Tororó. Em redes sociais não muito conhecidas pelo grande público, uma articulação já

⁵ Para preservar nossos interlocutores, seus nomes foram modificados.

⁶ Em virtude de um contrato estabelecido com uma cervejaria que possui este mesmo nome, o estádio de futebol sofreu esta mudança em sua nomenclatura.

estava sendo feita entre pixadores, estudantes universitários e *black blocks*, com o intuito de perpetrar algumas ações durante as manifestações. Quem nos conta isso é Juvenal Montes, estudante de ciências da computação, que vislumbrou nessa ocasião uma oportunidade de ensaiar performances que questionassem o sistema.

Juvenal se define como membro de uma “célula” de um “grupo de afinidade”. Em outras palavras, um integrante de grupos de ação direta, citados constantemente na grande mídia como sendo *black blocks*. Este termo procurava distinguir a ação de participantes de mobilizações e aquela executada por “baderneiros”. Os primeiros estariam interessados em lutar por direitos legítimos; os últimos, em cometer atos de vandalismo. Juvenal Montes se enquadraria, a princípio, nesta última classificação.

Mas Barreira (2014) nos explica que a ação direta mencionada por Juvenal Montes vem se desenvolvendo sob os auspícios da procura por um ideal de justiça não restrito à ordem legal. Recupera, pois, um repertório de indignação que, por vezes, se traduz na luta contra o “sistema”. Para Juvenal Montes, nesse confronto seria necessário, inclusive, a utilização de táticas de guerrilha porque as manifestações que até então ocorriam em Salvador eram despolitizadas e, por este motivo, eram ocasiões propícias apenas à bebedeira e à fanfarronice.

Foi com o objetivo de imprimir um ar mais politizado às manifestações, com a utilização, inclusive, da violência como uma forma de confrontar a ação repressiva dos policiais, que os “grupos de afinidade” começaram a se articular com os pixadores através de um software de troca de mensagens não muito conhecido pelo grande público, numa articulação que englobava sujeitos das cidades de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. No tocante aos pixadores, esse contato terminou sendo estabelecido via rede nacional, conforme dito anteriormente, o que está em conformidade com as análises feitas sobre as jornadas de junho de 2013, como o espaço em que se deu o encontro de diversas classes e estratos sociais⁷.

Quando a passeata alcançou as imediações do Vale dos Barris, na descida que dá acesso ao estádio da Fonte Nova, os manifestantes se depararam com as barreiras de proteção erguidas pela FIFA, entidade organizadora do evento esportivo. Ali, encurralados, eles foram duramente reprimidos pelas autoridades policiais com a utilização de balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo. A

7 Embora nas outras capitais o desenrolar dos acontecimentos de junho de 2013 tenha sido marcado pela expulsão da esquerda tradicional das ruas (SOUSA E SOUSA, 2013; ANTUES E BRAGA, 2014; dentre outros), a aproximação entre estudantes, militantes políticos e pixadores ocorrida em Salvador nos sugere uma relativização dessa grande narrativa. Entretanto, os pixadores não deixaram de manifestar a mesma ojeriza em relação aos partidos políticos, elemento este constituinte do ambiente político desses eventos.

cidade vivenciou cenas de batalha campal⁸, com dezenas de feridos e presos como saldo final do evento.

“Salvador não é uma cidade preparada à ação direta”, disse Juvenal Montes. Ele se certificaria disso por ocasião do desfile de sete de setembro, momento em que são realizadas paradas militares e passeata de grupos escolares em torno do centro da cidade, em comemoração à independência do Brasil. Mais uma vez a articulação pixadores, “células” e estudantes universitários, promoveu ações de cunho mais agressivo.

Mais uma vez eles foram duramente reprimidos. A repressão policial provocou muitas baixas dentre os integrantes. Uns foram presos; outros, precisaram mudar de cidade para não serem perseguidos. No entanto, alguns vínculos foram preservados. As manifestações de junho de 2013 e, posteriormente, a ação no desfile de Sete de Setembro foram os primeiros movimentos políticos na vida de um pixador cuja trajetória iremos abordar. Ele se chama Justino.

Justino se define como “pixador, ator, artista, arteiro”. Iniciou-se na pixação por volta dos 13 ou 14 anos, quando morava em um bairro periférico de Salvador. Atualmente aos 19 anos, reside entre a casa da mãe e a moradia compartilhada com amigos. Ainda não concluiu o ensino médio, mas pretende se inscrever no ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), ainda este ano. Com mais 3 amigos, ele forma um coletivo de poetas urbanos que se apresenta em diversos espaços públicos e transita pelos ônibus que fazem o transporte da população, recitando suas poesias em troca de qualquer colaboração oferecida pelos usuários do serviço.

As coisas nem sempre foram assim. Justino é irmão de Skilo, um pixador de 26 anos com bastante prestígio entre seus pares. Por volta de 2015, o ponto de encontro dos pixadores era o Campo Grande, às sextas-feiras do meio para o fim da tarde. Foi lá que Justino conheceu Bozó. Estes encontros serviam para trocar ideias, pixar, riscar as folhinhas, ou seja “fazer o lazer”, ou “fazer lama”. Estes encontros, itinerantes, já ocorreram em áreas internas de shoppings, praças do centro histórico, porém, atualmente, acontecem em uma pista de skate no centro da cidade. A itinerância é tanto pela prática da pixação, como pelo fato de serem negros, em sua maioria, e sofrerem com o racismo praticado por agentes do estado e município (Polícia Militar e Guarda Municipal).

O encontro de Justino com Bozó foi fundamental para esta nova configuração de pixadores “artevistas” e poetas. Bozó era um jovem de 28 anos muito amigável

⁸ Para mais detalhes sobre a onda de violência que se espalhou pela cidade em junho/2013, ver: <<https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/revolta-do-buzu-semelhancas-e-diferencas-de-dois-movimentos-que-agitaram-a-cidade/>>.

e conversador. Roca Alencar conheceu Bozó em 2013, durante um baba (expressão usada na cidade para tratar de uma partida de futebol)⁹ de pixadores na praia de Piatã. Depois o reencontrou muitas vezes em shows de rap, festa de pixadores (LAMA), em saraus e *slam10* de poesias. Além disso, dialogaram muitas vezes em fóruns da internet dedicados ao tema. Morreu aos 28 anos, vítima de uma queda enquanto pixava e se tornou o símbolo desta nova geração de pixadores.

O relato de Justino nos aponta para a importância de Bozó enquanto um dos agentes responsáveis pelo trânsito entre os “repertórios” da poesia de rua e da pixação, isto é, da arte escrita e da arte falada. Ao construir a sua teoria da mobilização política, Charles Tilly define “repertório” como “meios definidos de ação coletiva”, um conjunto de práticas utilizadas para a reivindicação, que “estão à disposição das pessoas comuns” (TILLY, 1976, p. 22), em um dado período histórico. Este conjunto finito de formas de manifestação - passeatas, greves, campanhas na internet, paradas artísticas, protestos, dentre outros - sofrem mudanças, a depender do contexto histórico e da performance dos atores. Entretanto, foi com o estudo dos momentos de confronto, especialmente as manifestações de rua, que o autor passou a perceber o fenômeno da “transferência política” (TILLY, 2005), um processo que envolve escolhas e criatividade, na medida em que pode modificar uma rotina de interação já conhecida. Seria esta “transferência de repertórios” que estamos observando ao descrevermos este encontro entre pixadores e poetas e músicos de rua.

Em maio de 2016, como parte das mobilizações contra as reformas propostas pelo governo federal, dentre elas, a extinção do Ministério da Cultura, aconteceram ocupações em sedes da referida pasta em mais de uma dezena de capitais do Brasil. Em algumas cidades foram ocupadas sedes da Funarte (Fundação Nacional de Artes), em outras os prédios ocupados foram do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional); em Salvador¹¹, a ocupação ocorreu na Fundação Palmares, no Pelourinho, onde funciona a representação regional do MinC. Na manhã de 17 de maio de 2016, um grupo de artistas, ativistas de movimentos sociais e estudantis, além de grupos de militantes que atuam contra a gentrificação no centro da cidade de Salvador, ocuparam a sede da representação do MinC da Bahia e Sergipe, no Pelourinho¹².

9 Ver <<https://portuguese.stackexchange.com/questions/4906/qual-a-origem-da-express%C3%A3o-pegar-o-baba>>. Acesso: 11/11/2017.

10 Ver <<https://portugalslam.com/o-que-e-o-poetry-slam/>>. Acesso: 11/11/2017.

11 Ver <<https://www.facebook.com/Ocupa-MinC-BA-535590696620897/>>. Acesso: 30/06/2016.

12 Ver <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2016/05/18/manifestantes-ocupam-escritorio-do-ministerio-da-cultura-em-salvador/?from_rss=None>. Acesso: 30/06/2016.

No período de quase um mês, a OcupaMinC-Ba, dentre seus outros ocupantes, recebeu um grupo de quase dez jovens unidos por laços de amizade e a prática da pixação, liderados por Bozó, o pixador mais experiente da turma. A chegada destes jovens negros e pixadores à ocupação não foi bem vista por muitos militantes políticos e artistas. Os pixadores, por seu turno, não deixaram de perceber o tratamento excludente que receberam e uma hierarquização na distribuição das tarefas entre ocupantes: “Foi muito estranho, porque a gente ocupou o espaço, mas não tinha lugar de fala. A gente era silenciado toda vez que a gente tentava opinar em alguma coisa. Às vezes a gente até deixava de opinar, porque sabia que ia ser silenciado. E aí foi chegando mais gente do underground, da galera rua, foi chegando Sara, uma galera do Alto da Conquista e cada vez mais a galera foi ocupando. Teve um momento que eles falaram que a gente não poderia ficar mais lá, que tinha que sair porque estava dando errado. E a gente falou que não ia sair, *a gente ocupou a ocupação, a gente ficou lá*”.

Esta narrativa de Justino deixa claro os recortes de classe e raça que separavam e hierarquizavam os ocupantes do MinC. De um lado, estavam os ativistas militantes vinculados ao campo da arte e cultura. Do outro, estavam os jovens periféricos vinculados ao pixo. Segundo relatos destes ocupantes, a divisão do trabalho nesta ocupação também refletia esta hierarquização, pois os trabalhos de limpeza e outras tarefas similares eram designadas a estes jovens. Enquanto que as instâncias de decisão ou produção de textos e/ou peças de áudio visual, eram tarefas desempenhadas pelos demais ocupantes.

Nos estudos sobre os grupos desviantes, sustenta Gilberto Velho (2008), é recomendável sempre observar como se dá a dinâmica de solidariedade e diferenciação inter e intragrupal. O autor já havia demonstrado em Nobres e Anjos (VELHO, 1998) que quase sempre a identidade de *grupo de status*, baseada no *ethos* da classe social de origem, ou seja, nas visões de mundo e nos estilos de vida cultivados por um determinado estrato social, se sobrepõe aos laços de solidariedade surgidos a partir do compartilhamento de uma determinada prática social. Assim, de acordo com ele, o uso de tóxicos entre membros da classe média carioca não fez com que eles se identificassem com os usuários oriundos das favelas. Algo semelhante ocorreu por ocasião da ocupação do MinC: embora os pixadores tivessem ocupado o mesmo perímetro transitado por militantes políticos e artistas, o estranhamento proporcionado pelas distâncias sociais que separavam os distintos grupos não foi vencido.

Mais um evento importante para este grupo de jovens, e também citado por Justino, foi a aproximação com a Casa Antuak¹³. “A casa Antuak foi parte da ocupação do MINC. A galera (...) Manfred também colou, Mendonza também colou e eles foram as pessoas cruciais para a nossa evolução como pessoa dentro da ocupação”. Ele reconhece a importância do contato travado entre eles e dois artistas negros que ocuparam o MinC. Foram estes dois artistas e estudantes universitários que cancelaram a permanência de Justino e seus amigos no prédio do MinC.

Justino relata como foi importante este contato, pois foi a partir daí que participou pela primeira vez de discussões sobre gênero: “Eu nunca tinha parado para me questionar sobre gênero. Sobre sexualidade. Sobre roupa mesmo. Quando chegou no MINC, foi uma coisa. Eu estava me descobrindo. Rolava muito isso de homem tá passando batom, de homem tá vestindo saia, de homem de top. E eu fui olhando aquilo e me identificando e fui começando a fazer. Não pensei muito de porque eu vou fazer”. Esta nova subjetividade adquirida a partir do contato com artistas e militantes implicou em alterações na forma de vestir (uso de saias longas e brincos grandes); ao mesmo tempo em que abriu as portas de um novo mundo menos pautado pelo binarismo sexual, também trouxe choques entre os pares de gerações mais velhas e a família.

Após os eventos acadêmicos na UFBA (2011 e 2013) que tiveram sua centralidade no pixo, percebemos que houve uma inserção deste tema na agenda destes jovens universitários. Primeiro semestre de 2014, além de a temática ter entrado na arena de debates acadêmicos, surgem gangues de pixadores na UFBA. No começo de junho de 2014, início de semestre letivo, a convite do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, a professora Roca Alencar participou de um debate sobre o documentário “Pixo”. Naquela oportunidade, uma estudante fez um comentário sobre as gangues de pixadores estudantes da UFBA. E assim, percebemos o quanto esse tema havia ganhado importância dentro do ambiente acadêmico, na medida em que, em 2011, quando o referido documentário fora apresentado pela primeira vez, pouquíssimas pessoas detinham algum tipo de conhecimento sobre o assunto. Após um período inicial de resistência de muitos pixadores aos novatos universitários, em 2016 um grupo de pixadores de rua e pixadores universitários formaram um coletivo (Lama) com a intenção de fazer festas. Tem início a primeira festa Lama, festa de pixadores para pixadores, palco hoje de muita visibilidade para o movimento.

13 Morada coletiva de jovens artistas e universitários localizada no Largo Dois de Julho, Centro de Salvador.

Essas formas de expressão - as festas e a pixação em si - teatralizam o lugar marginal que elas, geograficamente e culturalmente, ocupam. A publicização do pixo para além do seu *locus* de origem fez com que os pixadores passassem a transitar em outras esferas sociais, o que lhes proporcionou ganhos culturais e a aquisição de novos “repertórios”. É nesse diapasão que se torna importante retomarmos a ideia de multipertencimento. “As pessoas têm uma experiência complexa, movem-se em múltiplos planos, articulam-se a redes diversificadas e suas identidades não são homogêneas nem se desenvolvem de modo unilinear” (VELHO, 2010: 20).

Chegando a este ponto, percebemos que o Lama parece ter sido a coroação de todo esse processo de disseminação e mesmo de inserção da pixação em outras esferas da cidade e outros grupos sociais, para além do próprio ato de pixar muros e paredes. Um dos produtos desse processo foi a criação do grupo de rap “Nós por Nós”, onde o Mc é um pixador. Em si, a expressão “nós por nós” já era muito difundida entre os pixadores, numa referência às diversas ausências do estado e das políticas culturais que não atingem estes jovens. De outra ponta, a estética do pixo, pelos efeitos que produz, sempre foi um artefato político, mas a politização em si dos jovens participantes deste ciclo de sociabilidade, pelo menos entre os nossos interlocutores, é um processo mais recente, que cabe mais algumas análises. Este será, pois, o nosso objetivo nas considerações finais deste artigo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contato entre pixadores e militantes de movimentos sociais, ainda que tenha ocorrido por meio de seminários sediados pela universidade, se intensificou com a adesão dos primeiros às manifestações de rua durante as chamadas jornadas de junho de 2013. Após este evento, encontros, saraus de poesia, festas de hip hop passaram a ser os novos espaços ocupados pelos jovens pixadores. A pixação se desterritorializou e começou a alcançar outros segmentos sociais mais vinculados à luta política dentro dos moldes do regime democrático de direito. Nesse processo, assistimos às descobertas de Justino que, sendo um dos sujeitos da nova geração do pixo, passou a confrontar a geração anterior a partir do aumento de seu repertório identitário, conquista suscitada por sua adesão às bandeiras vinculadas às questões de gênero, sexualidade e raça. Para finalizar este texto, cabem ainda algumas análises.

Desde quando passamos a conhecer melhor o universo da pixação, sempre estive em nosso horizonte uma preocupação em definir o que representa a ação dos sujeitos vinculados a esta prática, mas uma definição que assumisse o ponto de

vista nativo. Assim, em termos êmicos, enxergar os pixadores como uma espécie de movimento social significava a utilização inapropriada de nossas ferramentas teóricas, uma vez que faltava aos jovens das gangues e das galeras um linguajar próprio às tópicas do reconhecimento e da redistribuição, discurso mais costumadamente encontrado entre os segmentos mais tradicionais dos movimentos sociais. Essa realidade vem mudando após os eventos aqui descritos.

Entretanto, é necessário ainda especificar como e porque a pixação pode ser um artifício para aqueles que lutam por de um direito à cidade, independentemente da vinculação ou não dos pixadores aos movimentos sociais tradicionais, bem como aos partidos políticos. Desde Lefebvre até Harvey, somos informados de como a urbanização, e não mais a industrialização, se tornou a principal força motriz das transformações sociais a partir do século XX. Ambos os autores, ainda que permaneçam dentro dos ditames marxistas, redirecionam o nosso olhar para outras paragens. Agora, para falar sobre a alienação e a consciência de classe, não olhemos mais as fábricas, mas sim à urbanidade. Assim, a miséria urbana descrita por eles é aquela motivada pela redução do espaço urbano à apropriação do capital; é a da cidade que não oferece ao trabalhador nenhuma possibilidade de dela tirar proveito; é, enfim, a da transformação do corpo dos sujeitos em mera força de trabalho, o que os impede a manifestação de seus desejos e prazeres. Neste sentido, se falamos em direito à cidade como algo atrelado à ação dos pixadores não é porque, em primeira instância, eles passaram a se apropriar desse linguajar jurídico e acadêmico, mas por conta de um tipo de sociabilidade e *modus operandi* que ousa a dar um outro sentido à cidade diferente daquele dado pelo capitalismo. Quando os pixadores saem para fazer os seus rolês, nas altas horas da madrugada, eles estão, inclusive, desafiando a lógica dos enclaves fortificados¹⁴, para quem a urbanidade, por si só, é sinônimo de perigo. Ainda que esta lógica enxergue os pixadores como um dos sujeitos responsáveis pela insegurança e a violência que rondam as grandes cidades, estes cultivam um tipo de ocupação do espaço urbano, um tipo de conhecimento e vivência da cidade, praticamente inacessível aos indivíduos não vinculados a esta prática.

Por fim, sabemos, conforme já foi dito por Marques e Campos (2017), que não apenas exploramos visualmente o mundo, mas também ajudamos a criá-lo visualmente.

14 Termo usado por Caldeira (2000) para descrever o conjunto de condomínios fechados, dotados de um grande aparato de segurança, que tem sido o local de moradia das classes mais abastadas da sociedade nas grandes metrópoles.

O Estado, a igreja ou as grandes empresas também agem neste campo. Seja na arquitetura monumental que ostenta o seu poder e o seu domínio sobre o espaço, seja na monopolização ou domínio de certos canais de produção e difusão de imagens, seja na imposição de uma certa mundividência, seja pelo aperfeiçoamento dos mecanismos de vigilância, entre muitas outras situações. (...) Actualmente, o poder de intervenção na esfera pública não é exclusivo daqueles que detém capacidade económica e técnica para produzir imagens em termos profissionais. Cada vez mais há circuitos extra-institucionais, minoritários e amadores que desafiam a hegemonia de alguns (MARQUES E CAMPOS, 2017, p. 06).

Hegemonicamente, a pixação sempre oscilou entre a esfera da invisibilidade e a redoma da “visibilidade perversa” (SALES, 2007), ou seja, ou eram quase que um grupo de desconhecidos para o público em geral ou sua prática compreendida nos termos de uma ação cometida por vândalos e depredadores do patrimônio público. Quando o pixo passa a ser incorporado por outros segmentos sociais, uma outra “política de visualidade” (MARQUES E CAMPOS, 2017) parece estar sendo erigida para esse coletivo. Do efeito estético promovido pelas escrituras nas vias e muros da cidade, paulatinamente emerge uma outra imagem da pixação: ao se poetizarem e mesmo se musicarem, os pixadores ampliam as suas competências criativas, se apropriando de uma variedade de linguagens e artefatos até então não disponíveis a eles.

Enfim, é neste sentido que podemos propor o conceito de “visibilidade insurgente”¹⁵ para estes sujeitos. Claro está o parentesco para com outro tipo de insurgência, a saber, aquela promovida pela cidadania, etnograficamente estudada em bairros paulistanos por Holston (2013). O referido autor sustenta que o processo de consolidação das periferias se deu a partir de elementos que, a princípio, seriam considerados como fatores excludentes para a assunção da cidadania plena. São eles: a ocupação ilegal de terras; os conflitos em torno de seu usufruto; a organização de novas formas de articulação política; a edificação e a melhoria das moradias. De acordo com ele, não foi o poder público quem incentivou a classe trabalhadora a lutar pelo seu direito à cidade; em verdade, foram os reinos do cotidiano e da vida doméstica que cumpriram esse papel, tendo como núcleo principal a construção de residências.

15 Agradecemos a professora Núbia Rodrigues, do departamento de Antropologia da UFBA, pela criação do conceito. No entanto, todas as análises e considerações suscitadas pela categoria são de nossa responsabilidade.

Guardadas as suas devidas proporções, o mesmo poderia ser dito a respeito dos pixadores, na medida em que eles passaram a se integrar aos movimentos de rua, manifestações estas que, nos dizeres de Harvey (2013), implicariam o sentido de retomada da cidade: a rua, pois, como o lugar da atividade política. Entretanto, em nosso entendimento, muito embora o contato entre pixadores, militantes políticos e estudantes universitários tenha ampliado o repertório acadêmico e cultural dos primeiros, eles não fizeram ainda uma apropriação de uma retórica dos direitos, mais comum aos movimentos sociais, o que sugeriria a busca de um outro tipo de cidadania, talvez uma cidadania vinculada aos direitos culturais do grupo em ter a garantia do exercício da prática da pixação. Portanto, por este motivo, enxergamos entre estes pixadores uma “visibilidade” e não uma “cidadania insurgente”, na medida em que a própria presença e performance deles no espaço público os tornam elementos disruptivos para o sistema. E assim, está havendo a criação de uma juventude ainda não assimilada pelas políticas governamentais, tampouco ao usual comércio de entorpecentes: a juventude do pixo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo; BRAGA, Ruy. Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013, *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, número especial, p. 41-47, jul. 2014.
- BARREIRA, Irllys A. F. Ação direta e simbologia das “jornadas de junho”: notas para uma sociologia das manifestações, *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 4, n. 1, p. 145-164, jan./jun. 2014.
- CALDEIRA, Teresa. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/ EDUSP, 2000.
- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DOMINGUES, José M. Las movilizaciones de junio de 2013: ¿Explosión fugaz o novísima historia de Brasil?, *Observatório Social de América Latina*, v. 14, n. 34, p. 63-73, nov. 2013.
- HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: ROLNIK, Raquel et al. (Orgs.). *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial; Carta Maior, 2013.
- HOLSTON, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

- MARQUES, Sandra C. S.; CAMPOS, Ricardo. Políticas de visualidade, práticas visuais e a construção de espaços de imaginação, *Cadernos de Arte e Antropologia*, Salvador, v. 5, n. 2, p. 5-10, 2017.
- MARTINS, Carlos E. A “primavera” brasileira: que flores florescerão?, *Lutas Sociais*, São Paulo, v. 17, n. 31, p. 140-152, jul./dez. 2013.
- ROLNIK, Raquel et al. (Orgs.). *Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo Editorial; Carta Maior, 2013.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1990.
- _____. *Metáforas históricas e realidades míticas: estrutura nos primórdios da história do reino das ilhas Sandwich*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- SALES, Mione A. *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*. São Paulo: Cortez, 2007.
- SCHWARCZ, Lília K. M. Questões de fronteira: sobre uma antropologia da história, *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 72, p. 119-135, jul. 2005.
- SILVA, Roselene C. de Alencar. “Pixo, logo existo”: estratégias etnográficas entre pixadores de Salvador. Comunicação apresentada na Reunião Brasileira de Antropologia, São Paulo, 2012.
- SOUSA, Cidival M. de; SOUSA, Arão de A. (Orgs.). *Jornadas de Junho: repercussões e leituras*. Campina Grande: Eduepb, 2013.
- SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas, *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 97, p. 23-40, nov. 2013.
- TILLY, Charles. Getting it together in Burgundy, 1675-1975. *CRSO Working Paper U128*, Center for Research on Social Organization, Universidade de Michigan, maio 1976.
- _____. *Identities, boundaries and social ties*. Londres: Paradigm Publishers, 2005.
- VELHO, Gilberto. MetrÓpole, cosmopolitismo e mediação, *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 16, n. 33, p. 15-23, jan./jun. 2010.
- _____. Projeto, emoção e orientação em sociedades complexas. In: *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. 8 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. p. 13-40.
- _____. *Nobres e Anjos: um estudo de tÓxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

Do direito à cidade ao direito à periferia: transformações na luta pela cidadania nas margens da cidade

From the right to the city to the right to the periphery: changes in the struggle for citizenship on the margins of the city

Leonardo de Oliveira Fontes^a

Resumo A partir de uma pesquisa etnográfica em dois distritos da periferia de São Paulo, o objetivo deste artigo é realizar uma análise a respeito das concepções de “cidadania” e “direito à cidade” formuladas a partir de uma perspectiva periférica. O texto argumenta que a cidadania deve ser entendida como estratégia política e dentro de uma luta pelo “direito a ter direitos”. Dessa maneira, promove-se uma leitura histórica em torno das lutas pela cidadania e de como elas têm se transformado recentemente nas periferias urbanas no Brasil. Ao fim, é apresentada a ideia de “direito à periferia” como forma de compreender o “direito à cidade” contemporaneamente na perspectiva dos sujeitos que buscam se articular e entrar na cena política nas periferias. A ideia de um “direito à periferia” emerge do fortalecimento de movimentos culturais de cunho identitário que buscam valorizar o “ser periférico” como parte fundamental da formação política de moradores de periferias. Desse modo, a mobilização política e social nas periferias aponta para uma luta que busca garantir o direito à igualdade de forma concomitante com o direito à diferença. O “direito à periferia” articula a luta política e a luta cultural de modo a reconhecer uma relação intrínseca e não oposta entre a igualdade e a diferença.

Palavras-chave Direito à Cidade; Periferia; Cidadania; Luta Política.

Abstract Based on ethnographic research in two neighborhoods situated in São Paulo’s peripheries, the aim of this article is to analyze the conceptions of citizenship and “right to the city” from a peripheral perspective. The text argues that citizenship should be understood as a political strategy and as part of a struggle for the “right to have rights”. Therefore, it will be promoted a historical reading on the struggle for citizenship and how it has changed recently in Brazilian urban peripheries. In the end, will be introduced the idea of “right to the periphery” as a way to understand the “right to the city” from the perspective of urban peripheries’ contemporary political activists. The idea of “right to the periphery” emerges from the strengthening of

a Doutor em Sociologia pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP/UERJ)

identity and cultural movements that seek to value the peripheral belonging as a fundamental part of the political formation of the inhabitants of these areas. In this way, the political mobilization in the urban peripheries points to a struggle that seeks to assure the right to equality as much as the right to difference. Thus, the “right to the periphery” seeks to articulate both political and cultural struggle in order to recognize an intrinsic and non-opposing relationship between equality and difference.

Keywords *Right to the City; Periphery; Citizenship; Political Struggle.*

INTRODUÇÃO

Era uma tarde de quinta-feira, 12 de maio de 2016, estava no Jardim Ângela realizando mais um dia de pesquisa para minha tese de doutorado e assistia a um debate com a temática “direito à cidade” organizado pela Paróquia Santos Mártires e pela Fundação Tide Setúbal. O salão paroquial estava lotado, contei mais de 60 pessoas sentadas em roda, a grande maioria ansiosa por participar do debate e dar sua visão a respeito daquele tema tão rico e controverso.

Na ocasião da roda de conversa, como os organizadores denominaram o debate, os temas tratados foram variados: educação, saúde, moradia, violência, segregação urbana, cultura, em suma, as carências e as dificuldades em acessar certos direitos típicos das periferias e que apontavam para a diversidade de possibilidades de interpretações da noção de direito à cidade.

Diferentemente do que vinha notando na maioria dos fóruns e debates de que participei, organizados pela Santos Mártires ou em instâncias oficiais de participação política, a presença de jovens era bem mais marcante. Na maior parte dos casos que observara até então, as pessoas que atuam de forma mais sistemática nesses canais de interlocução com o poder público tinham, em geral, de 40 anos para mais, muitas já aparentavam ser sexagenários. Essa realidade vinha me dando a crescente impressão de que os movimentos sociais das periferias da cidade e os espaços que haviam conquistado ao longo de décadas de atuação política vinham passando por um processo de envelhecimento, deixando de ser atrativos para os mais jovens.

A ausência de jovens nesses fóruns coincidia com o que parece ser um consenso crescente na literatura que se debruça sobre movimentos sociais ou sobre as periferias urbanas de que “a narrativa político-partidária, ou mesmo movimentista” é desinteressante para esses sujeitos (FELTRAN, 2011b, p. 261). Esse fato isoladamente não pode, contudo, ser interpretado como mera apatia ou desinteresse dos mais jovens por temas políticos ou coletivos de maneira geral.

No intervalo da roda de conversa, entre um café e outro, conversava com Karina, de 36 anos, professora de uma escola municipal de educação infantil e uma das minhas interlocutoras de pesquisa naquela região. Karina me contava que sua filha de 17 anos não estava ali, pois estava em uma ocupação de uma Escola Técnica Estadual (ETEC) reivindicando a garantia de merenda para os alunos pelo governo, dentre outras demandas, em um movimento que buscava repetir o sucesso da ocupação de escolas públicas do ano anterior e que havia impedido a “reorganização escolar” proposta pelo governo estadual¹.

Em meio a muitas reflexões e lamentos a respeito dos problemas que o país enfrentava e da falta de perspectivas positivas que se avizinhavam, Karina me disse com um ar de esperança: “nunca, em toda minha vida, vi tanta gente, em tantos contextos diferentes, falar em lutar por seus direitos como agora, especialmente os jovens”.

Eu já estava em campo há mais de um ano e não tive dúvidas em concordar com ela. O Brasil que vinha observando desde que iniciara minha pesquisa de doutorado nas periferias de São Paulo, no primeiro semestre de 2015, era muito diferente do país que cientistas políticos e sociais descreviam a partir do sucesso do *lulismo* no fim dos anos 2000.

O Brasil adentrou na década de 2010 em meio a um período de crescimento econômico e mobilidade social ascendente, no qual as promessas de inclusão social e ampliação do acesso a direitos pareciam que finalmente se realizariam para os mais pobres. Entre os analistas da cena social havia, de um lado, certo ufanismo em torno da ideia de que o Brasil estaria se tornando “um país de classe média” (NERI, 2008; 2010); de outro, surgiam críticas, sobretudo à esquerda, que apontavam para certa “pacificação social”, por meio de uma “cooptação” de setores populares para que aderissem ao “pacto conservador” em troca de um “reformismo fraco” com concessões pontuais e centradas apenas na ampliação das oportunidades de consumo por parte das classes populares².

O Brasil que saía das manifestações de junho de 2013, contudo, era bastante diferente desse país “pacificado” a partir da integração pelo consumo³. Os *acontecimentos* daquele ano acabavam, em alguma medida, por contradizer ou ao menos

1 Voltarei a mencionar o processo de ocupação de escolas públicas de 2015 em São Paulo em outros momentos deste texto. O escopo do artigo, contudo, não permite uma análise mais aprofundada daquele episódio. Para uma leitura mais detalhada das motivações e do desenrolar dos fatos ao longo daquele processo ver: Campos; Medeiros e Ribeiro (2016).

2 Ver diferentes versões desse argumento em Oliveira (2010), Singer (2012) e Braga (2012; 2014).

3 As manifestações de junho de 2013 e suas possíveis conexões com o *direito à cidade* serão trabalhadas mais adiante. Para uma reconstrução mais detalhada daqueles episódios em São Paulo ver: Judensnaider et al. (2013).

questionar a tese de que a mobilidade social produzida nos anos “lulistas” tinha como principal consequência a despolitização dos mais pobres e a passividade das diferentes camadas da sociedade. Além disso, ao ter como pauta central, ao menos em seu momento inicial, a questão do transporte coletivo, junho de 2013 trouxe a questão urbana de volta para o centro do debate político.

Desde então, diversos movimentos ligados a temática racial, de gênero, à habitação ou à questão urbana de maneira geral – além de mobilizações articuladas por movimentos tradicionais como partidos, sindicatos ou ainda as mencionadas ocupações de escolas públicas por estudantes secundaristas em 2015 – vinham expressando suas demandas de diferentes formas⁴. Desse modo, minha experiência de campo e as diversas mobilizações que vinham ocorrendo nos últimos anos apontavam para um “espalhamento da noção de direitos” (NOVAES; ALVIM, 2014), com o retorno às ruas de diversos movimentos e coletivos sociais de diversas matizes políticas e com variadas agendas de reivindicação.

Diante desse cenário, faz-se necessário realizar um esforço mais sistemático de interpretação a respeito das origens desse discurso recente em torno da reivindicação dos direitos de modo a analisar qual a noção de cidadania e, mais especificamente, de *direito à cidade* é mobilizada pelos jovens que têm protagonizado as manifestações políticas recentes.

Este artigo pretende contribuir nesse sentido. O intuito aqui é olhar para a emergência dessa nova cultura em torno dos direitos, que parece se reafirmar no Brasil atualmente, a partir da minha experiência de pesquisa nas periferias de São Paulo. Ao elaborar algumas reflexões a respeito do status da cidadania nas periferias urbanas, a temática do *direito à cidade* surge como central.

Parto, portanto, do pressuposto de que a noção de cidadania deve estar intrinsecamente ligada à experiência concreta dos movimentos sociais (DAGNINO, 1994) ou, de forma mais ampla, à experiência daqueles que lutam para conquistar e/ou consolidar seus direitos, destacando, com isso, a necessária articulação entre as dimensões da cultura e da política. Dessa forma, é preciso construir uma noção de *direito à cidade* que dialogue com a concretude das reivindicações políticas e das lutas sociais atualmente em curso de modo a analisar conjuntamente os processos de luta cultural e de luta política.

4 Não quero, com isso, defender que junho de 2013 foi o principal responsável pelo aparecimento desses movimentos, uma vez que muitos deles já estavam em processo de formação e articulação muito antes disso. Advogo apenas que os acontecimentos de junho tiveram papel crucial para dar visibilidade para algumas pautas bem como para a politização de muitos de seus participantes.

Para realizar tal esforço de interpretação, utilizo o material que colhi ao longo da já mencionada pesquisa de doutorado que realizei em dois distritos periféricos de São Paulo: Jardim Ângela, na zona sul da cidade, e Brasilândia, na zona norte. Nessas regiões, realizei, ao longo de um ano e meio, cerca de 80 entrevistas em profundidade a partir de um roteiro semiestruturado⁵, que foram gravadas e transcritas, além de conversas informais e observações participativas em variados fóruns e espaços de participação política⁶.

Como recurso expositivo, minha experiência etnográfica no Jardim Ângela, junto à Paróquia e à Sociedade Santos Mártires e a outros atores locais terá maior destaque, uma vez que aquela região expressa de forma bastante eloquente a história de luta e organização política de parcela relevante dos moradores das periferias de São Paulo, justificando, assim, a abertura do texto com o evento sediado por essa organização⁷.

O texto que segue se divide em mais quatro partes além desta introdução. Na segunda seção, trato brevemente dos caminhos e características da cidadania no Brasil e procuro argumentar como a expansão dos direitos por aqui acabou por reproduzir, de diferentes formas, relações hierárquicas entre as pessoas, relegando uma parcela da população à condição de subcidadãos que tem seu “direito a ter direitos” negada frequentemente. Na terceira parte, argumento em favor do entendimento dos conceitos de cidadania e de direito à cidade como *estratégia política*, enfatizando, com isso, o caráter histórico desses conceitos e procurando articulá-los concretamente com as lutas políticas de cada momento histórico. Na quarta parte, apresento o conceito de *direito à periferia* como tentativa de articular as demandas por direito à igualdade com a reivindicação de um direito à diferença que advém de movimentos culturais e identitários que se fortalecem nas periferias atualmente. Por fim, reservo algumas linhas para tecer considerações finais.

5 Os sujeitos entrevistados possuíam perfil social diverso tanto em termos de idade e trajetória socioeconômica quanto no que se refere ao histórico de atuação política. O roteiro das questões versava sobre temas como histórico pessoal e familiar de renda e trabalho, redes de amizade e atividades de sociabilidade e relação com a cidade, engajamento político e concepções de cidadania.

6 Para análise do material empírico colhido, procurei me basear no que Burawoy (1998) chama de “método do caso estendido”, que busca aplicar a ciência reflexiva à etnografia a fim de extrair o geral do particular e conectar o presente com o passado em antecipação do futuro a partir da teoria existente.

7 Em ambas as regiões onde esta pesquisa foi realizada foram encontradas histórias semelhantes em diversos aspectos no que tange à organização política e às formas de reivindicação de direitos. Os relatos e experiências colhidos no Jardim Ângela, contudo, terão destaque, pois na região o histórico de luta política é mais intenso devido principalmente às organizações surgidas no entorno da Paróquia Santos Mártires, como será explorado ao longo deste texto.

OS TORTUOSOS CAMINHOS DA CIDADANIA NO BRASIL E A NEGAÇÃO DO “DIREITO A TER DIREITOS”

Ao tratar da temática da cidadania, a referência à obra de Marshall (1967) é inevitável. Ainda que se trate de uma leitura liberal e formalista da temática dos direitos, seu pioneirismo e o fato de ter construído uma tipologia e uma linha argumentativa bastante influentes justificam sua importância.

Por meio de um estudo histórico a respeito da conquista de direitos na Inglaterra, Marshall divide os direitos de cidadania em três grandes grupos: civis, políticos e sociais. Além disso, ele aponta que, naquele caso histórico concreto, houve um alcance progressivo, primeiramente de direitos civis, em seguida dos direitos políticos e, finalmente, dos direitos sociais, argumentando que a consolidação de uns serviu como base para a conquista dos demais.

José Murilo de Carvalho (2002) procurou aplicar esse modelo ao caso brasileiro de modo a apresentar suas especificidades. A constatação do autor é que aquela sequência construída por Marshall operou de maneira invertida no Brasil, uma vez que boa parte dos direitos sociais, como a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e a expansão desses direitos aos trabalhadores rurais, foram assegurados durante períodos não democráticos, quando boa parte dos direitos civis e políticos estavam suspensos. Dessa forma, a cidadania no Brasil apresentaria um percurso bastante peculiar, colocando um papel preponderante para sua consolidação no Estado e não na sociedade civil.

Diversas críticas podem ser levantadas a essa leitura de Carvalho. A principal delas se deve justamente à visão demasiadamente formalista dos direitos e a consequente desconsideração de importantes movimentos sociais que atuavam, mesmo em contextos ditatoriais, na reivindicação e conquista dos direitos políticos e sociais⁸.

Contudo, o objetivo aqui não é fazer essa discussão histórica detalhada a respeito da cidadania no Brasil, mas sim apontar para outro de seu aspecto central: a permanente exclusão formal e/ou prática de parcela expressiva da população do status de cidadão. Mesmo quando se trata de direitos minimamente consolidados parece sempre haver “pré-requisitos” que operam como uma espécie de barreira invisível para o acesso de toda população à cidadania plena.

Quem melhor expressou isso foi Wanderley Guilherme dos Santos (1979) ao elaborar o conceito de “cidadania regulada”. Analisando a forma como os direitos

⁸ Esse é o caso, por exemplo, dos movimentos analisados por Decca (1981) em torno da Revolução de 1930, bem como dos movimentos analisados por Sader (1988), que lutavam por direitos sociais, mesmo tendo seus direitos civis e políticos tolhidos por regimes ditatoriais, entre vários outros.

de cidadania foram constituídos a partir da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), o autor apontou que a conquista do status de cidadão e do acesso a diversos direitos sociais, naquele contexto, não advinha da simples participação em uma comunidade política, mas dependia da inserção produtiva dos indivíduos em profissões previamente regulamentadas pelo Estado.

A ideia de uma “cidadania regulada” é definida, então, como “o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional [...] definido por norma legal.” (SANTOS, 1979, p. 75). Dessa maneira, no período pré-constituição de 1988, a cidadania no Brasil estava “embutida na profissão” e os direitos dos cidadãos restringiam-se “aos direitos do lugar que ocupa[vam] no processo produtivo, tal como reconhecido por lei” (SANTOS, 1979, p.76). Três seriam, portanto, os parâmetros definidores da cidadania regulada: a regulamentação das profissões, a carteira profissional e o sindicato público, uma vez que estes seriam os requisitos necessários para que as pessoas pudessem acessar toda uma gama de direitos sociais.

Em suma, o acesso à *dimensão social da cidadania* (ROBERTS, 1997) trazia, como *pré-requisito*, a inserção formal no mercado de trabalho e em determinadas profissões, excluindo, por consequência, a maior parte da população desses direitos.

Essa realidade de restrição do acesso a direitos não é exclusividade deste momento histórico. Desde o instituto da escravidão é possível observar, em diferentes períodos da história brasileira, o estabelecimento de determinadas pré-condições para que todos os brasileiros fossem considerados cidadãos plenos, mesmo se levarmos em conta os já restritos direitos então em voga. Tal padrão de exclusão vem sendo reproduzido de diferentes formas ao longo de nossa história. Como bem aponta Vera Telles (2001), não se trata propriamente de leis que não funcionam e que seriam “revogadas” pela própria realidade, mas sim da própria maneira como as leis são postas, criando hierarquias e reproduzindo desigualdades.

Em outras palavras, é possível dizer que há, no Brasil, um “autoritarismo social” (DAGNINO, 1994), que organiza as relações sociais de forma hierárquica e desigual de modo a estabelecer diferentes categorias de pessoas, dispostas nos seus respectivos lugares na sociedade e cuja eliminação é fundamental para efetiva democratização da sociedade.

Essas contradições são especialmente visíveis quando nos debruçamos sobre a realidade das periferias urbanas no Brasil. Não são poucos os autores que têm apontado para os aspectos *inacabados* de nossa democracia (ZALUAR, 2007), para a fragmentação de nossa integração social (MACHADO DA SILVA, 2004), ou para os aspectos *disjuntivos* (HOLSTON; CALDEIRA, 1999) de nossa cidadania.

No caso específico do contexto urbano, um dos principais elementos apontados pela maior parte dos autores, sobretudo por aqueles que se debruçam sobre a temática da violência urbana, está na constante violação dos direitos civis dos moradores de favelas e periferias das cidades brasileiras, tanto por parte do “mundo do crime”, quanto do próprio Estado, por meio das forças policiais.

A essas violações sobrepõem-se diversas outras, como a permanente desigualdade social, a precariedade dos serviços públicos ou a desconsideração da opinião daqueles que habitam as margens da cidade tida muitas vezes como politicamente menos relevante por políticos ou pela “opinião pública” de forma mais ampla. Desse modo, uma parte expressiva da população, em especial a parcela negra, pobre e periférica, segue tendo seu “direito a ter direitos” negada cotidianamente⁹.

Conforme argumenta Hannah Arendt (1989), a existência do “direito a ter direitos” significa fundamentalmente que os indivíduos vivam em uma estrutura onde são julgados por suas ações e opiniões e possuem o direito de pertencer a algum tipo de comunidade organizada. O contrário disso, ou seja, a negação de direitos humanos fundamentais, estaria manifestada na “privação de um lugar no mundo que torne a opinião significativa e a ação eficaz” (ARENDR, 1989, p. 330). Nessa situação em que privilégios (em alguns casos) e injustiças (na maioria das vezes) independem das ações concretas dos sujeitos, estes perdem mais do que a liberdade, perdem o status de *pessoa* e até mesmo a possibilidade de lutar pela liberdade, uma vez que se tornam subcidadãos.

Essa situação de negação do pertencimento básico à comunidade em que nasceram, que no caso em análise por Arendt estava relacionada aos povos apátridas e refugiados, está intimamente ligada, no caso aqui em questão, à desigualdade socioeconômica e à estrutura de segregação residencial de nosso espaço urbano que dificultam contatos mais permanentes entre as classes sociais, inibem a troca de noções de civilidade¹⁰, a construção de empatias e exclui a maior parte da população de uma série de direitos e bens de consumo coletivo – tais como saúde, educação, transporte etc. –, além de dificultar o acesso a bens de ordem privada – como postos de trabalho de qualidade. A forma como nossas cidades estão organizadas, “tem funcionado como um importante limitador do pleno uso popular do potencial político inerente aos regimes democráticos”, tornando-se

9 Outros autores como Feltran (2005; 2011a), Telles (1994) e Dagnino (1994) também trabalham com essa noção de “direito a ter direitos” para pensar as transformações da cidadania no Brasil.

10 Civilidade é entendido aqui conforme Villavicencio (2007), como o estabelecimento de práticas de reconhecimento e inclusão por meio do estabelecimento de um espaço público onde os agentes possam regular seus conflitos de forma não violenta.

uma causa importante da reprodução e até do aprofundamento da desigualdade social (BURGOS, 2005, p. 191).

Em suma, a separação da cidade entre centro e periferia é ainda um fenômeno bastante relevante para explicar a dificuldade de acesso de parcela expressiva da população a alguns direitos fundamentais, como os direitos civis que são desrespeitados pela atuação da polícia e do “mundo do crime” nas periferias, os direitos políticos, muitas vezes limitados ao voto periódico e os direitos sociais com alcance ainda bastante limitado nesses territórios.

CIDADANIA E DIREITO À CIDADE COMO ESTRATÉGIA POLÍTICA

Diante do que foi até aqui exposto e tendo em vista que a cidadania e a conquista de direitos no Brasil é, por vezes, expressa por meio da reafirmação de desigualdades, faz-se necessário compreender a cidadania como “estratégia política” (DAGNINO, 1994), enfatizando seu caráter histórico e a contínua transformação de seu conteúdo e das formas de luta por sua conquista, a partir dos interesses em jogo e práticas de luta. Em outras palavras, o conteúdo, o significado e os meios para alcançar os direitos vinculados à ideia de cidadania – e no caso específico deste artigo, do *direito à cidade* – não são universais nem definidos previamente, mas devem estar em diálogo com os conflitos sociais vividos em cada momento histórico de acordo com a luta política que se trava naquele contexto.

Nesse sentido, a luta pela cidadania deve ser entendida não apenas pela ótica da incorporação ao sistema político no seu sentido estrito ou pela conquista formal de algum direito, mas também enquanto uma busca pela construção de novas formas de sociabilidade, a partir de um desenho mais igualitário das relações sociais em todos os seus níveis (DAGNINO, 1994).

Dessa maneira, a questão central proposta aqui está em pensar como a noção de *direito à cidade* dialoga concreta e historicamente com as lutas por cidadania entre os moradores das periferias paulistanas e como podemos atualizá-lo a partir das práticas e reivindicações que têm emergido contemporaneamente nesses territórios. Afinal, a realidade concreta dos moradores das periferias urbanas só pode ser entendida se vista também por meio de seu viés simbólico e valorativo, atribuído pela experiência daqueles que sofrem as opressões e que têm seus direitos negados cotidianamente. É preciso, portanto, conectar o conceito de *direito à*

cidade com os problemas públicos (public issues) (CEFAÏ, 2017) que são postos em cada momento histórico e das gerações¹¹ que são cristalizadas por esses processos.

Retorno, então, ao debate que assisti no Jardim Ângela em maio de 2016 justamente a respeito do “direito à cidade”, mencionado na parte introdutória deste texto. A abertura dos debates foi feita com uma fala do Padre Jaime, pároco da região e que acompanha, apoia e organiza os movimentos políticos e sociais das periferias desde os anos 1980. Em sua breve colocação, Jaime contou uma anedota em que dizia mais ou menos o seguinte: “Se perguntarmos à Dona Maria, que está agora no ponto de ônibus aqui da frente pra onde ela está indo, a resposta dela será ‘vou para a cidade’. Isso significa que para ela, a cidade não está aqui, a cidade fica pra lá da ponte.” Assim, o padre conclui que, na perspectiva desses moradores, ter direito à cidade significa “trazer a cidade para mais perto das pessoas”, ou seja, garantir a infraestrutura urbana e os serviços públicos próximos de onde elas moram.

As periferias de São Paulo foram formadas ao longo do período que Caldeira (2000) classifica como sendo um *segundo padrão de segregação residencial*, que perdurou sobretudo entre as décadas de 1940 e 1980 e foi caracterizado pelas grandes distâncias que apartavam os habitantes mais ricos do centro dos mais pobres, moradores das precárias periferias. A partir do Plano de Avenidas desenvolvido pelo engenheiro Francisco Prestes Maia, estruturou-se um modelo de desenvolvimento urbano radial e concêntrico responsável, em grande medida, pela atual estrutura de segregação residencial que assistimos na capital paulista¹².

O Plano de Prestes Maia que previa a construção de novas avenidas principalmente sobre os leitos de rios canalizados possibilitou o estabelecimento de amplas conexões rodoviárias entre a região central da cidade, onde estavam a maioria dos postos de trabalho, e as periferias, onde foram progressivamente se instalando aqueles que buscam “melhorar de vida” em São Paulo.

Com isso, o rápido crescimento populacional do período foi sendo absorvido por essas regiões periféricas onde praticamente inexistia infraestrutura básica como serviços de água, luz, esgotamento sanitário, calçamento, transporte coletivo etc. Desse modo, para boa parte dos moradores das periferias paulistanas, em especial aqueles membros da primeira geração que se mudaram para essas

11 Para a definição de uma “geração” sigo a linha argumentativa de Mannheim. O autor argumenta que, ao invés de considerar a contemporaneidade um dado cronológico, a partir de limitadores biológicos ou temporais, deve-se considerá-la a partir da existência de influências similares que afetam as experiências dos sujeitos. Desse modo, ao longo da pesquisa, identifiquei três gerações de moradores nas periferias de São Paulo que serão melhor explorados a seguir, com destaque para a geração mais recente, ainda em processo de formação e consolidação.

12 Para um aprofundamento do debate a respeito das mudanças recentes no padrão de segregação residencial em São Paulo ver: Marques (2014) e Fontes (2018b).

regiões nas décadas de 1960, 1970 e 1980, “a cidade” funcionava como uma categoria nativa que representava a região central de São Paulo.

O uso da cidade que essas pessoas historicamente praticaram desde que firmaram residência nas regiões periféricas de São Paulo, ao se deslocarem cotidianamente para as regiões centrais onde estava localizada a maioria dos postos de trabalho e os serviços públicos, revelava-lhes um nítido contraste em termos de paisagem urbana. Assim, “trazer a cidade para mais perto”, como disse Padre Jaime, significava garantir “toda uma série de benefícios urbanos” (FONTES, 2008, p.48), nas proximidades de onde viviam, para que pudessem desfrutar dessa urbanidade, até então ausente em seus bairros.

Desse modo, o afastamento das classes populares para longe do centro da metrópole fez com que essas pessoas perdessem o “sentido da obra”, por meio desse distanciamento entre “bairro” e “cidade”, de modo a criar uma “periferia desurbanizada”, mas dependente da cidade (LEFEBVRE, 1991). Assim, para alcançar o direito à cidade, seria preciso superar essa condição de separação e afastamento social, a fim de garantir a todas as classes o direito “à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos da vida e empregos de tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais”, conforme aponta a leitura pioneira de Lefebvre (1991, p. 143) sobre o tema.

Essa visão sobre direito à cidade exposta de forma didática pelo Padre Jaime, e que em alguma medida se encontra presente na leitura lefebvriana, serviu de base para a reivindicação de acesso a bens e direitos que estavam associados ao “progresso” da cidade. É nesse período que Padre Jaime, nascido na Irlanda, chega ao Brasil. Sob forte influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), diversos movimentos de bairro passaram a se organizar e reivindicar direitos sociais ausentes nas periferias.

A partir de leituras bíblicas embasadas na teologia da libertação, uma forma de organização horizontal que dividia o protagonismo da celebração religiosa com “o povo” e com o explícito objetivo de “manter uma trama de relações humanas fraternas e solidárias” (CAMARGO; SOUZA; PIERUCCI, 1980, p. 69), as CEBs estiveram na base de um intenso processo de politização do cotidiano das classes populares que habitavam as periferias urbanas naquele período (SADER, 1988). Com isso, os problemas mais graves das periferias, como a falta de saneamento, iluminação, segurança, calçamento, creches, postos de saúde, entre outros, passaram, pouco a pouco, a ser percebidos como problemas que afetavam toda a comunidade e não apenas suas vidas privadas.

A conscientização dos problemas do bairro e da importância de lutar para conquistar melhores condições de vida produziu, nos membros das Comunidade Eclesiais, uma forte atitude crítica e uma disposição, inédita até então entre as classes populares que habitavam as periferias urbanas, em reivindicar seus direitos.

Desse modo, as atividades internas das CEBs, centradas na reflexão ou na resolução dos problemas da própria comunidade, por meio de creches comunitárias, doações, mutirões para limpeza ou construção de centros comunitários, foram dando lugar a ações “para fora”, de reivindicação junto aos poderes públicos (SADER, 1988, p. 207).

Assim, se em um primeiro momento consolidou-se uma consciência de que os problemas antes tidos como privados e naturais eram, na verdade, problemas sociais compartilhados por diversas famílias e que poderiam ser amenizados com o apoio mútuo; em um segundo momento, passou-se a perceber que esses problemas eram fruto de direitos que lhes eram negados e que poderiam ser alterados a partir da luta política coletiva. Com isso, a concepção de *direito à cidade* produzida nessas lutas das décadas de 1970 e 1980 aproxima-se da reivindicação pelo acesso a bens de consumo coletivo associados à reprodução da força de trabalho mostram sua relevância.

De acordo com a formulação de Castells (2009), a cidade é um espaço fundamentalmente de reprodução da força de trabalho e, desse modo, as políticas públicas que poderiam funcionar como “salário indireto” para os trabalhadores, teriam papel crucial nesse processo. Desse modo, o conceito de *direito à cidade* que emerge das lutas políticas e sociais daquele período acaba por se aproximar da dimensão social da cidadania¹³.

Havia, contudo, na emergência desses movimentos, uma dimensão mais ampla de construção da democracia e de sua extensão e aprofundamento. Assim, com a redemocratização do país e a abertura de canais de participação política, observa-se um processo de institucionalização dos movimentos sociais nas décadas de 1990 e 2000, quando se consolidou uma segunda geração de moradores das periferias. É o que ocorre com os movimentos originados nas Comunidades Eclesiais de Base nas periferias de São Paulo.

É deste processo que surge a Sociedade Santos Mártires, vinculada diretamente à Paróquia de mesmo nome e coordenada pelo Padre Jaime, no Jardim Ângela. A atuação da Santos Mártires nos projetos sociais é contada por muitos

13 Para uma formulação a respeito do caso brasileiro e que guarda grande semelhança com essa leitura de Castells, ver a conceituação de Kowarick (1979) a respeito da “espoliação urbana”.

de seus militantes como um prolongamento das ações que as CEBs desenvolviam até o fim dos anos 1980. A partir da redemocratização do país e com a chegada ao governo municipal de governos progressistas, diversos movimentos e organizações surgidas no seio das Comunidades de Base passaram a atuar em parceria e diálogo com o poder público, sobretudo no nível municipal.

A Sociedade Santos Mártires constituiu-se nesse período como uma associação civil sem fins lucrativos e passou a atuar não apenas na mobilização dos moradores da região, mas também na construção e gestão de projetos e serviços públicos em parceria com o Estado, sobretudo na gestão de convênios com a prefeitura, mas também incentivando e articulando a participação de seus membros nos diversos canais de consulta e fiscalização das atividades do Estado.

A luta por mais e melhores serviços públicos nas periferias da cidade seguiram presente, mas, ao seu lado, ampliaram-se as reivindicações em torno da garantia e efetivação de espaços de participação política por meio dos quais a população pudesse influenciar permanentemente nos rumos das políticas e dos serviços públicos e não apenas em sua conquista. Assim, para além da reivindicação de serviços públicos e de infraestrutura urbana presente nas concepções anteriores, tratava-se, agora, de demandar novos direitos políticos de participação popular que permitiriam ampliar a influência das classes populares sobre os rumos das políticas públicas e na efetivação de direitos sociais.

Nesse contexto, o *direito à cidade* para essa segunda geração não aparece mais apenas como um direito condicional de acesso àquilo que já existe, mas, sobretudo como um direito ativo e coletivo, e, portanto, político, de fazer a cidade diferente e de formá-la de acordo com nossos desejos e necessidades, na linha em que argumenta Harvey (2009). Nesse sentido, o “direito à cidade” poderia ser entendido como “o direito de mudar a cidade mais de acordo com o desejo de nossos corações” ou como “o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade” (HARVEY, 2012, p. 74).

Como dito no início do texto, é nítido um envelhecimento dos que participam desses espaços de deliberação e influência sobre os rumos políticos da cidade. Paralelamente, têm crescido um diagnóstico, entre militantes históricos das periferias de São Paulo e que há décadas ocupam de forma ativa e combativa essas esferas públicas a respeito de um esgotamento das possibilidades em termos de conquistas de direitos que esses espaços poderiam oferecer.

É neste contexto que as manifestações de junho de 2013 adquirem centralidade para a formação e consolidação de uma terceira geração de moradores das periferias urbanas no que se refere ao ativismo político. Ao mesmo tempo em que

os protestos de junho de 2013 trouxeram à tona diversas questões associadas aos problemas urbanos e, desse modo, colocaram a temática do *direito à cidade* no centro da agenda política do país, eles expuseram de forma latente a necessidade de renovação das formas e conteúdos da luta pela *cidadania* no espaço urbano.

Os acontecimentos que tomaram o Brasil naquele mês tiveram início a partir de uma convocação do Movimento Passe Livre (MPL) que reivindica o “direito à cidade” por meio do direito à mobilidade urbana gratuita¹⁴. As primeiras manifestações se opunham ao aumento da passagem de ônibus de R\$ 3,00 para R\$ 3,20 em São Paulo e no Rio de Janeiro e ganharam grandes proporções, inclusive em nível nacional, após a forte repressão policial contra a manifestação do dia 13 de junho, ocorrida no centro da capital paulista.

Dessa forma, as manifestações de junho de 2013 traziam à tona, de imediato, três questões que até então recebiam pouca atenção do debate público e que dialogam diretamente com questões urbanas, em especial com as periferias da cidade: a mobilidade urbana, a violência policial e o direito à participação política nas decisões ligadas à vida na cidade, aspectos centrais para despertar a identificação e o desejo de participação nas decisões políticas.

Diante desse cenário, não foram poucos os autores e os próprios movimentos sociais que buscaram associar as reivindicações ali presentes à ideia de *direito à cidade*. É o caso de Maricato (2013), que destaca a centralidade das cidades na melhoria da qualidade de vida das pessoas, para além dos ganhos monetários de renda. Para ela,

as cidades são o principal local onde se dá a reprodução da força de trabalho. [Por isso,] nem toda melhoria das condições de vida é acessível com melhores salários ou com melhor distribuição de renda. [...] a cidade não fornece apenas o lugar, o suporte ou o chão para essa reprodução social. Suas características, e até mesmo a forma como se realizam, fazem a diferença. (pp.19-20).

No mesmo sentido, Rolnik (2013), argumenta que

14 Os argumentos do MPL correlacionam diretamente o direito à circulação ao direito à cidade, como se pode notar na frase a seguir citada em Tavolari (2016), extraída de uma postagem do movimento nas redes sociais: “Cada vez que a tarifa sobe, aumenta o número de pessoas excluídas do transporte coletivo. Com menos gente circulando, novos aumentos serão necessários, numa espiral que diminui cada vez mais o direito à cidade da população.”

não se compra o direito à cidade em concessionárias de automóveis e no Feirão da Caixa: o aumento da renda que possibilita o crescimento do consumo não resolve nem o problema da falta de urbanidade nem a precariedade dos serviços públicos de educação e saúde, muito menos a inexistência total de sistemas integrados eficientes e acessíveis de transporte ou a enorme fragmentação representada pela dualidade da nossa condição urbana. (p.9)

Essas leituras, embora pertinentes e em diálogo com o que estava em pauta naquela ocasião, capturaram apenas aspectos parciais daquelas mobilizações. Mais do que isso, do ponto de vista dos sujeitos que habitam as periferias da cidade e lutam pela conquista da cidadania, pensar o direito à cidade atualmente não se limita ao acesso a melhores condições de transporte ou mesmo aos aspectos ligados à *reprodução da força de trabalho*, como essa leitura baseada no histórico de luta dos movimentos sociais urbanos parece indicar. Afinal, a negação da cidadania aos moradores das periferias urbanas está relacionada a aspectos muito mais amplos, incluindo seu status fundamental de cidadão, enquanto portador do “direito a ter direitos”, como argumentado acima.

Além disso, é preciso lembrar que, entre as condições materiais de vida e a ação social dos grupos que reivindicam direitos de cidadania, há todo um “processo de produção de experiências” que não está dado pelas condições materiais objetivas (KOWARICK, 1991, p. 3). Sendo assim, não basta apontar a carência estrutural de um direito para afirmar que esta é a base de uma reivindicação, afinal, elementos como justiça, dignidade, carência, moralidade são questões produzidas historicamente e não automaticamente dados pela realidade material.

É preciso, portanto, pensar um conceito atualizado de *direito à cidade* que dialogue com as demandas e anseios dos movimento e coletivos que têm emergido nas periferias urbanas contemporaneamente e que dialogue com a estratégia política dos sujeitos que atualmente se mobilizam em torno dessa luta.

DO DIREITO À CIDADE AO DIREITO À PERIFERIA

Como dito, analisar em detalhes as manifestações de junho de 2013 fugiria do escopo proposto por este trabalho. Cumpre apenas dizer que elas serão entendidas aqui como um “acontecimento” que “cristalizou” uma nova geração política (NUNES, 2014). Desse modo, mais do que nos prolongarmos sobre aquele momento específico, é preciso compreender qual o conceito de cidadania e de direito à cidade que essa geração, cristalizada naquela ocasião, traz consigo, em especial aqueles que olhar para a cidade de uma perspectiva periférica.

Dessa forma, a relevância de junho de 2013 para o tema aqui em questão está tanto na explicitação das fissuras existentes nas formas de participação política tradicionais quanto por possibilitar que diversos jovens tivessem suas primeiras experiências de participação política mais efetiva, o que lhes proporcionou uma oportunidade inédita de politização e de expressarem seus anseios. Como apontam Bringel e Pleyers (2015, p.11), as manifestações de junho produziram “‘marcas’ nos participantes, reforçando a propensão a que possam se engajar politicamente no futuro e podendo, ademais, transformar, no médio e longo prazo, suas identidades sociais e seus valores políticos”¹⁵.

De outro lado, do ponto de vista coletivo, aquelas manifestações acabaram mostrando para esses jovens das periferias a possibilidade de recorrer a outras táticas de luta e reivindicação política, alternativos à via negocial dos canais de participação institucionalizados, típicas das gerações anteriores e que para eles sempre pareceu pouco atrativa e ineficiente.

Nesse sentido, o momento político pelo qual passa o Brasil atualmente é prenhe de significados. Para além das frustrações econômicas com os limites e com os retrocessos na mobilidade social que foi vivenciada pelas classes populares no Brasil ao longo da última década e das frustrações com os tradicionais canais de participação política (FONTES, 2018b), é latente a ameaça a uma série de direitos que até então pareciam consolidados. Desse modo, as crises política, econômica e social parecem se sobrepor de modo a produzir uma crise que não é apenas de representação política, mas também de formas e conteúdos das lutas políticas e sociais.

Trata-se, portanto, de um momento de interrogarmos menos a arte de governar e suas condições institucionais e nos debruçarmos mais sobre a constituição de uma “sociabilidade política democrática na experiência histórica, coletiva, da sociedade brasileira”, o que não significa deixar de lado o entendimento do funcionamento do poder do Estado, mas “interroga-lo a partir das formas de cultura e dos universos simbólicos que perpassam a sociedade” (PAOLI, 1989, p. 40).

15 Essa entrada na cena política dos jovens moradores das periferias nas manifestações de junho de 2013 e sua importância em termos de “marcas biográficas” no sentido da politização individual e coletiva pode ser atestado por diversos depoimentos que colhi ao longo de minha pesquisa de campo. Destaco a fala de Mari, de 17 anos, moradora da Brasilândia. Ela afirma que foi em junho de 2013 que teve seu primeiro “acesso às manifestações” e à política de forma mais ampla e conclui: “Aí eu não parava mais, tava sempre participando. Foi assim que eu comecei a conhecer partido, comecei a pesquisar política, comecei a me politizar mais. Eu sempre tive uma ideia assim, só que era aquela coisa mais... Eu sabia a minha posição como mulher, eu sabia minha posição como LGBT, eu sabia minha posição como periférica, mas era somente isso. Eu não sabia da minha posição política ao todo: o que tá acontecendo? O que eles querem? O que é direita? Eu não conhecia isso”.

Entender a questão da cidadania e do direito à cidade enquanto uma luta pelo “direito a ter direitos” não se limita, portanto, a analisar as conquistas legais ou o acesso a direitos previamente definidos, nem mesmo à implementação efetiva de direitos abstratos e formais. Trata-se de incluir a invenção e a criação de novos direitos que emergem de lutas específicas e da sua prática concreta (DAGNINO, 1994).

Retorno, então, ao evento que discuti a questão do direito à cidade na Paróquia Santos Mártires, mencionado no início deste texto com o intuito de buscar algumas pistas a respeito de como esse conceito pode ser entendido a partir da estratégia política daqueles que atualmente se mobilizam politicamente nas periferias de São Paulo. Dentre as vozes que se expressaram naquela roda de conversa, duas me chamaram especial atenção por defenderem uma concepção de direito à cidade diferente do que tradicionalmente se entende pelo conceito e destoante de boa parte das vozes ali presentes.

O primeiro deles, vinda de uma educadora da região, argumentava que, ao invés de falar em *direito à cidade*, deveríamos falar em “direito da periferia dentro da cidade”, ressaltando a importância da perspectiva periférica que se deve atribuir à ideia. De forma complementar, um militante do movimento negro afirmou que, ao falarmos em ter direito à cidade, estaríamos trazendo implicitamente a noção de que queremos ter acesso à “cidade deles” e em seguida questionou: “a gente quer ter direito a essa cidade ou a gente quer construir a nossa?”.

Essas falas dialogam diretamente com o que tenho observado nas periferias de São Paulo em termos de conteúdo político e das formas de mobilização coletiva que emergem atualmente. Desde pelo menos o início dos 1990, e com mais força nas duas últimas décadas, têm crescido de forma expressiva a quantidade de coletivos artísticos que surgiram nos bairros periféricos de São Paulo, em grande medida, sob influência do movimento hip-hop.

Como bem aponta D’Andrea (2013, p.16), “estes coletivos exaltam o orgulho periférico do mesmo modo que são fenômenos decorrentes desse orgulho”. O movimento hip-hop, em especial por meio das letras e canções de rap, esboçou, ao longo das últimas décadas, uma crítica profunda e contundente à realidade social a que os moradores dessas regiões estavam submetidos.

Os problemas sociais como a violência policial, a violência do “mundo do crime”, o desemprego, a segregação residencial, a ausência de infraestrutura urbana, de espaços de lazer, e a ausência de reconhecimento social constituem uma experiência comum entre os jovens periféricos que passam, então, a compartilhar os elementos culturais associados ao hip-hop, fortalecendo “uma ideia de pertencimento e identidade”. A periferia passa progressivamente de signo de estigmatização

a elemento identitário, constituindo-se como um “espaço social e geográfico que gera um denominador comum para jovens negros, mestiços, nordestinos e brancos: a classe pobre” (MACEDO, 2014, p. 9).

Dessa maneira, além de oferecer elementos para a crítica da situação social e de conscientização com relação aos processos experienciados e da construção identitária em torno da periferia, o hip-hop desempenhou também um importante papel na elevação da autoestima dos moradores dessas regiões.

Mais recentemente, outro movimento cultural tem contribuído com o fortalecimento desse orgulho de ser da periferia e de atuar politicamente em suas próprias regiões de origem. Falo da autodenominada “literatura marginal”, que se consolida a partir da organização da edição especial da revista Caros Amigos, em 2001, que tinha como título “Caros Amigos/Literatura Marginal: a cultura da periferia”. De acordo com Nascimento (2011, p. 9), por traz dessa articulação haveria

um projeto intelectual comum de dar voz ao seu grupo social de origem, através de relatos dos problemas que os acomete em textos literários. Além de procurar dar novos significados à ideia de periferia por meio da valorização do que seria a cultura singular de tal espaço e de intervenções pragmáticas que visam estimular a produção, o consumo e a circulação de bens culturais.

No seio do crescimento da produção cultural das periferias e derivada do movimento da “literatura marginal”, os saraus de poesia aparecem, conforme o relato de muitos jovens que têm se engajado politicamente, inclusive nas manifestações de 2013 e nas ocupações de escolas públicas em 2015 e 2016, como experiência mais marcante em seus processos de formação pessoal e coletiva.

“A lógica básica do hip-hop tanto quanto da literatura marginal é diretamente identitária”, o que “requer e produz espaço” (PARDUE, 2017, p. 165). Dessa forma, o sarau pode ser visto como um desenvolvimento “sócio-geográfico” da empreitada dos hip-hoppers, que “têm mudado a geografia cultural de São Paulo” (PARDUE, 2017, p. 165).

A proximidade dos saraus com o rap fica ainda mais evidente quando se observam as semelhanças em muitas declamações de textos construídos em sintonia com as letras de rap e declamados com as rimas e os gestos corporais típicos de rappers. Do mesmo modo, “a conformação de um ‘ser periférico’ ressignificado também se articula nas poesias que circulam nos saraus por meio da conformação de um sujeito lírico como representante de um coletivo que tem o mesmo inimigo” (TENNINA, 2013, p.17).

Os saraus de poesia não são, em São Paulo, um fenômeno exclusivo das periferias, uma vez que diversos eventos do tipo são organizados em regiões centrais da cidade e com um público formado pelas mais diversas classes sociais. De toda forma, sua presença nas periferias é marcante e, por isso, os saraus devem ser entendidos como um fenômeno sintomático da “efervescência cultural que vem modificando as representações sobre os espaços sociais que margeiam centros geográficos e simbólicos” (NASCIMENTO, 2011, p.110). Além disso, os interlocutores com quem conversei ao longo da minha pesquisa de campo, e que fazem parte dos coletivos culturais que organizam ou participam de saraus na periferia, fazem questão de frisar o caráter periférico – ou “de quebrada” de seus saraus.

A “quebrada” funciona atualmente como uma categoria nativa que trata de localizar os sujeitos “numa rede bem concreta de pertencimentos e, ao mesmo tempo, como participante de uma condição geral de vida” (MAGNANI, 2006, p. 39). Com isso, busca-se apontar para uma “rede de relações particularizadas”, mas também para uma universalização da experiência daqueles que vivem nas periferias (PEREIRA, 2010), em que se ressalta principalmente a capacidade de superação de condições adversas e a valorização de uma determinada estética.

Independente das diferenças nos formatos que cada sarau adota, o clima, em geral, é de grande proximidade. Trata-se de um espaço essencialmente de criação de laços, de sociabilidade e, claro, de formação cultural e política. É comum, nos saraus, como em qualquer festa, as pessoas conversarem e até compartilharem a mesa com pessoas desconhecidas, fazerem novas amizades e construírem novas relações. Foi também Karina, mencionada anteriormente, que me chamou atenção para esse aspecto do sarau enquanto espaço de sociabilidade por excelência:

É meio aquele lance de as pessoas saírem de casa pra ter contato com outras, que na minha geração a gente fazia isso na Igreja. E essa geração tem um espaço que é muito mais bacana que eu acho que são os saraus. Então, o sarau acolhe a molecada do rap, que com música e rima eles conseguem refletir sobre questões políticas que são fundamentais. Tem aquele lance da poesia, que é isso de você sair dessa coisa concreta, em que ao mesmo tempo que você faz aquela movimentação com as palavras você tá fazendo isso com seu olhar, que eu acho que também ajuda muito. E tem o fato de as pessoas poderem estar em contato em um lugar que é alegre, sabe? Desenvolver vínculo mesmo, porque eu acho que você só começa a se importar com o meio quando você desenvolve vínculo, com as pessoas e com o lugar. É aquela noção de pertencimento, né? Acho que os saraus fazem isso de uma forma muito bacana. (Karina, 36 anos, Jardim Ângela, depoimento ao autor, 2016).

Desse modo, na confluência entre a tradição literária marginal e o hip-hop, representada pelos saraus de poesia, emerge uma *cultura periférica*, consolidada e expandida pelos movimentos culturais das periferias. Chamo essa manifestação cultural de *cultura periférica*, seguindo Nascimento (2011), não porque ela seja capaz de representar toda a diversidade cultural das cada vez mais heterogêneas periferias de São Paulo. Tampouco quero defender que ela seja mais “verdadeira” ou “autêntica” do que qualquer outra. A alcunha se deve ao fato de ela se reivindicar como tal, isto é, como sendo representante de um *modo de vida* próprio da periferia, o que abarca comportamentos, valores, práticas, linguajares, modos de se vestir, visões de mundo, colocando-se em luta com a “cultura dominante”.

Compreendo, então, a cultura periférica de forma semelhante a que Stuart Hall (2003) conceitua a “cultura popular”, isto é, sem a preocupação de encontrar seu “sentido puro”, uma vez que se trata, na realidade, do “terreno sobre o qual as transformações são operadas”. É necessário, portanto, compreender a conformação dessa cultura dentro da “dialética da luta cultural” entre a cultura dominante e as formas de resistência que a cultura periférica apresenta. Desse modo, o foco da análise deve estar no processo pelo qual as relações de dominação e subordinação são articuladas: “o processo pelo qual algumas coisas são ativamente preferidas para que outras possam ser destronadas”. Em outras palavras, ao analisar a cultura periférica, o foco deve estar na “relação entre cultura e as questões de hegemonia” (HALL, 2003, pp. 248-258).

A ideia de uma cultura periférica procura trazer para “o centro do debate público sujeitos políticos que se colocam como portadores de demandas dos moradores da periferia num contexto amplo de luta por direitos sociais e de afirmação da particularidade de suas produções culturais” (NASCIMENTO, 2011, p.162). Em outras palavras, trata-se de um esforço para transformar os problemas típicos das periferias urbanas em *problemas públicos*.

Como aponta Cefaï (2009, p. 27), a descoberta de “pontos comuns” a e “constituição de uma linguagem comum, na enunciação de repertórios de identidade coletiva e na confecção de modos de engajamento público”, são elementos essenciais para converter disputas privadas e mal-estares pessoais em causas coletivas e, assim, construir um “problema público”. Afinal, esta construção do que é algo que deve ser publicamente debatido enquanto problema da sociedade “não ocorre no vazio, mas é formado por precedentes e encontra suas marcas numa “cultura pública” em que se sedimentam respostas a problematizações anteriores” (CEFAÏ, 2017, p. 193).

É com base nessa *cultura pública*, portanto, partilhada por um número crescente de jovens periféricos, que eles passam a tomar partido, definir seus lugares nas lutas políticas e adotar determinadas formas e expressão que buscam não mais apenas acessar os direitos ligados à cidade, mas também reivindicar a construção de uma “cidade” própria, a partir da valorização de um *modo de vida* próprio das periferias. Como disse um dos participantes do debate no Jardim Ângela, mencionado acima, mais do que ter acesso à “cidade deles”, o que esses novos sujeitos políticos que buscam se articular nas periferias de São Paulo recentemente têm apontado é a necessidade de construir uma cidade que seja “nossa”.

Abrir espaço para a construção de uma cidade “nossa”, nos obriga a reconhecer a existência de um vínculo intrínseco entre a reivindicação por igualdade, na luta pela conquista de direitos negados aos moradores das periferias, e luta por um *direito à diferença*.

Assim, se o direito à cidade tem como elemento central a “individualização na socialização” (LEFEBVRE, 1991), é preciso compreender a integração social para além da pura formalidade, algo que surgiria automaticamente do simples oferecimento de oportunidades políticas ou econômicas e que obriga os “novos integrados” a uma assimilação cultural à realidade a qual se integram. É preciso que esse processo integrativo ofereça espaço para a identidade e para diferença dos grupos sem que isso signifique isolamento ou hostilidade (LEFEBVRE, 2003).

É justamente nesse sentido que apontam as demandas dessa nova geração de *sujeitos políticos* que buscam se organizar atualmente nas periferias de São Paulo. Ao mesmo tempo em que buscam uma integração política, econômica e social e querem ter acesso a novos direitos, o querem sem precisar abrir mão de suas *diferenças*. Buscam, assim, na contramão de toda a história da cidadania brasileira, estabelecer uma cidadania sem pré-requisitos, isto é, que não estabeleça, ainda que de modo tácito, distinções hierárquicas entre cidadãos que não estejam descumprindo a lei¹⁶. Uma cidadania em que para ter seus direitos civis respeitados, por agentes privados ou estatais, não seja necessário deixar de se vestir como gostam pelo simples fato de serem “roupas de bandido”, ou que precisem esconder traços ou características de sua ascendência étnico-racial para serem aceitos nos padrões estéticos estabelecidos, ou que para terem suas opiniões e vontades políticas respeitadas precisem primeiro se tornar alguém de “classe média”.

16 Conforme aponta Hannah Arendt, a ausência de “direito a ter direitos” se dá justamente quando algum grupo é excluído de seu status de cidadão sem que esteja cometendo algum crime, ou seja, trata-se de uma discriminação *a priori* baseada unicamente na pertença àquele grupo e não em suas condutas efetivas.

A *diferença*, no Brasil, apareceu historicamente como (re)afirmação de privilégios e, portanto, como reforço da desigualdade. Contudo, a demanda atual articulada por esses movimentos que atuam no espaço urbano a partir de uma perspectiva periférica coloca a diferença enquanto reivindicação, precisamente na medida em que ela determina desigualdade. Assim, é a partir da defesa de um *direito à diferença* que as lutas pela cidadania se estabelecem. A afirmação da diferença aparece conectada com a reivindicação de que ela possa simplesmente existir como tal sem que tenha como consequência o tratamento desigual ou a discriminação (DAGNINO, 1994).

Assim, ao lado e em complemento à ideia de *direito à cidade* o que esses sujeitos parecem reivindicar é um *direito à periferia*. Um direito a serem quem são do ponto de vista de suas histórias e do *modo de vida* que consideram típico das periferias, representado por um imaginário de relações de proximidade e reciprocidade que marcaram a constituição dessas regiões e, desse modo, oposto em muitos aspectos ao *modo de vida* individualista da cidade capitalista.

A ideia de um *direito à periferia* busca, portanto, consolidar dois elementos que são centrais na mobilização política e social dessa nova geração de *sujeitos políticos* que buscam entrar em cena atualmente e que são duas faces de uma mesma moeda. De um lado, a “luta cultural” (Hall, 2003b) pela afirmação de *um modo de vida* próprio e, de outro, a reivindicação do “direito a ter direitos”, de ser parte de uma comunidade política de forma plena, sem precisar deixar de ser pobre, negro, favelado, periférico. Não se trata, portanto, de um abandono da luta pelos direitos civis, sociais e políticos que marcou a história das lutas políticas nas periferias da cidade. Mas de garantir que a conquista desses direitos ocorra mediante o respeito à *diferença*, de modo que as particularidades não se dissolvam em uma universal abstrato e vazio de significados históricos e sociais para esses sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procurei argumentar, ao longo deste texto, que a cidadania no Brasil foi historicamente estruturada de forma a negar o “direito a ter direitos” de parcela expressiva da população. Nas periferias urbanas, essa negação aparece sob a violação de direitos civis, a carência de direitos sociais e na desconsideração das opiniões políticas dos que habitam essas regiões.

A partir dessa permanente exclusão do status de cidadãos plenos, argumentei que a cidadania e o direito à cidade devem ser compreendidos como estratégia política, com o objetivo de ressaltar o caráter histórico desses conceitos e suas relações com as lutas políticas de cada momento. Desse modo, procurei analisar as

mudanças pelas quais o conceito de direito à cidade passou de forma a apontar as conexões entre leituras teóricas e as experiências concretas de luta historicamente travadas por movimentos sociais das periferias urbanas.

O direito à cidade, entendido na chave do “direito a ter direitos”, aponta para além da conquista formal ou do acesso a direitos previamente definidos. Ele traz, como tema fundamental, a possibilidade de invenção ou criação de novos direitos e o reconhecimento do direito a ser visto e respeitado sem que haja qualquer tipo de pré-condição para isso.

No atual contexto em que movimentos culturais e identitários ganham força nas periferias urbanas, o *direito à diferença* emerge como tema central e complementar ao direito à igualdade historicamente reivindicado nessas regiões. Dessa maneira, trago a ideia de *direito à periferia* como categoria capaz de articular e reconhecer “a existência de um vínculo intrínseco entre a igualdade e a diferença” (DAGNINO, 1994). Trata-se de reconhecer uma luta que é, ao mesmo tempo, pelo acesso aos direitos associados à vida urbana, mas também pelo direito de ser reconhecido e respeitado como cidadão pleno em seu território e em seu modo de vida e que coloca a luta política e luta cultural em uma relação indissociável.

Encero este texto com a fala de um de meus interlocutores na Brasilândia, que resume bem essa reivindicação pelo direito à diferença como dimensão inseparável da luta por igualdade ou pelo *direito à periferia* como parte fundamental do *direito à cidade*. O rapaz em questão, um jovem de 18 anos que participava das ocupações de escolas públicas no fim 2015 e que, como tantos outros, fazia parte de alguns coletivos culturais e tinha feito seu debate político em junho de 2013¹⁷. Ele se queixava justamente do fato de que movimentos sociais consolidados organizavam atos e manifestações políticas apenas na região central da cidade. Assim, ele resumiu sua indignação da seguinte forma: “Tudo [acontece] no centro, sabe, tudo, tudo, porque só lá vai ser visto. Beleza, mas eu quero ser visto aqui. [Então], vou ficar aqui!”.

A frase “mas eu quero ser visto aqui” não poderia ser mais significativa. Para ele, sua cidadania só será plenamente reconhecida – cidadania essa representada pela lógica do “ser visto” e, portanto, ser reconhecido como alguém que merece ter suas demandas ouvidas – quando ele for visto em sua própria condição de morador da periferia e na periferia. A ideia de “ser visto” sem ter que sair das periferias mobiliza, assim, a lógica do “direito a ter direitos”.

17 Nas palavras desse interlocutor, ter participado dos protestos de junhos de 2013 “foi incrível, foi muito especial [...] Igual essa coisa que tá acontecendo aqui [as ocupações de escolas públicas], depois vira história.”.

Como aponta Dayrell (2002, p. 144), esses jovens “querem ser reconhecidos, querem uma visibilidade, querem ser alguém num contexto que os torna invisíveis, ninguém na multidão. Querem ter um lugar na cidade, usufruir dela, transformando o espaço urbano em um valor de uso.” Acrescentaria, ainda, que eles querem ser vistos sem precisar se deslocar para o centro da cidade, uma vez que o orgulho de ser da periferia é central em suas identidades. O valor de uso que querem conferir ao espaço urbano não está na cidade de forma abstrata, mas sim nas periferias, local concreto de suas experiências formadoras. A concepção de cidadania que expressam, portanto, não abandona ou se contrapõe às demandas por ampliação dos canais de participação popular e pela consolidação e efetivação de direitos sociais, mas aponta os limites que essa integração poderia proporcionar reafirmando suas diferenças enquanto forma de reivindicar a igualdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARENDR, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BRAGA, Ruy. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BRAGA, Ruy. Sob a Sombra Do Precariado. In: MARICATO, Ermínia; et al (Orgs.). *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p.79-82
- BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. Junho de 2013... dois anos depois Polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil. *Nueva Sociedad, especial em português*, p.14-26, dez. 2015.
- BURAWOY, Michael. *Marxismo sociológico*. São Paulo: Alameda, 2014.
- BURGOS, Marcelo Baumann. Cidade, territórios e cidadania. *Dados*, v. 48, n. 1, p. 189-222, 2005.
- CALDEIRA, Teresa. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34, 2000.
- CAMARGO, Candido Procópio Ferreira de; SOUZA, Beatriz Muiz de; PIERUCCI, Antônio Flávio de Oliveira. Comunidades Eclesiais de Base. In: *São Paulo: o povo em movimento*. Petrópolis: Vozes, 1980. p.59-81.
- CAMPOS, Antônia; MEDEIROS, Jonas; RIBEIRO, Márcio. *Escolas de luta*. São Paulo: Editora Veneta, 2016.
- CARVALHO, Jose Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

- CEFAÏ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 2, n. 4, p. 11-48, jun. 2009.
- CEFAÏ, Daniel. Públicos, problemas públicos, arenas públicas... O que nos ensina o pragmatismo (Parte 1). *Novos Estudos Cebrap*, v. 36, n. 01, p. 187-213, 2017.
- DAGNINO, Evelina. Os Movimentos Sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina. (Org.). *Os Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994. p.103-115
- D'ANDREA, Tiarajú Pablo. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese de doutorado – São Paulo: Universidade de São Paulo, 2013.
- DAYRELL, Juarez. O rap e o funk na socialização da juventude. *Educação e pesquisa*, v. 28, n. 1, 2002.
- DECCA, Edgar de. *1930, o silêncio dos vencidos: memória, história e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FELTRAN, Gabriel. *Desvelar a política na periferia: histórias de movimentos sociais em São Paulo*. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/FAPESP, 2005.
- FELTRAN, Gabriel. Transformações sociais e políticas na periferia de São Paulo. In: KOWARICK, Lucio; MARQUES, Eduardo (Orgs.). *São Paulo: novos percursos e atores (sociedade cultura e política)*. São Paulo: Editora 34; Centro de Estudos da Metrópole, 2011a. p.347-372
- FELTRAN, Gabriel. *Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo*. São Paulo: Unesp, 2011b.
- FONTES, Leonardo de Oliveira. São Paulo nos anos 2000: segregação urbana e mobilidade social em termos de renda e escolaridade. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 20, n. 2, p. 304-324, 2018a.
- FONTES, Leonardo de Oliveira. *O direito à periferia: experiências de mobilidade social e luta por cidadania entre trabalhadores periféricos de São Paulo*. Tese de doutorado – Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Sociais de Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018b.
- FONTES, Paulo. *Um nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel paulista (1945-66)*. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: *Dá diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.
- HARVEY, David. A liberdade da cidade. *GEOUSP: Espaço e Tempo*, n. 26, p. 09-18, 2009.
- HARVEY, David. O direito à cidade. Lutas sociais. *Lutas sociais*, n. 29, p. 73-89, 2012.
- CALDEIRA, Teresa; HOLSTON, James. Democracy and violence in Brazil. *Comparative Studies in Society and History*, v. 41, n. 4, p. 691- 729, 1999

- JUDENSDAIDER, Elena. et al. *Vinte centavos: a luta contra o aumento*. São Paulo: Editora Veneta, 2013.
- KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- KOWARICK, Lucio. Cidade e cidadania: cidadão privado e subcidadão público. *São Paulo em Perspectiva*, v. 5, n. 2, p. 2-8, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Editora Moraes, 1991.
- LEFEBVRE, Henri. From the Social Pact to the Contract of Citizenship. In: ELDEN, STUART; LEBAS, Elizabeth; KOFMAN, Eleonore. (Orgs.). *Henri Lefebvre: key writings*. New York; London: Continuum, 2003. p.
- MACEDO, Marcio. “Periferia é periferia em qualquer lugar: de categoria espacial/analítica à categoria identitária/êmica no movimento hip-hop paulistano dos anos 1980 a 2000”. In: *III Seminário de Pesquisa da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP)*. São Paulo, 2014.
- MAGNANI, José Guilherme. Trajetos e trajetórias - uma perspectiva da antropologia urbana. *Sexta-feira*, n. 8, p.30-43, nov. 2006.
- MANNHEIM, Karl. The problem of generations. In: KECSKEMETI, Paul (Ed.). *Essays on the Sociology of Knowledge*. London: Routledge, 1952.
- MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia; et al (Orgs.). *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p.19-26
- MARQUES, Eduardo. Estrutura social e segregação em São Paulo: transformações na década de 2000. *DADOS - Revista de Ciências Sociais*, v. 57, n. 3, p. 675-710, 2014.
- MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.
- NASCIMENTO, Érica Peçanha do. *É tudo nosso! Produção cultural na periferia paulistana*. Tese de doutorado – São Paulo: Universidade de São Paulo, 2011.
- NERI, Marcelo. *A nova classe média*. Rio de Janeiro: FGV/IBRE/CPS, 2008.
- NERI, Marcelo. *A nova classe média: o lado brilhante dos pobres*. Rio de Janeiro: FGV/CPS, 2010.
- NOVAES, Regina; ALVIM, Rosilene. Movimentos, redes e novos coletivos juvenis: Um estudo sobre pertencimentos, demandas e políticas públicas de juventude. In: LEITE, José Sergio Leite; HEREDIA, Beatriz (Orgs.). *Movimentos sociais e esfera pública: o mundo da participação, burocracias, confrontos, aprendizados inesperados*. Rio de Janeiro: CBAE, 2014.
- NUNES, Rodrigo. Geração, acontecimento, perspectiva: pensar a mudança a partir do Brasil. *Nueva Sociedad*, p. 14-26, dez. 2014.

- OLIVEIRA, Francisco de. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele Saliva. (Orgs). *Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- PAOLI, Maria Célia Trabalhadores e cidadania: experiência do mundo público na história do Brasil moderno. *Estudos Avançados*, v. 3, n. 7, p. 40-66, 1989. *Estudos Avançados*, v. 3, n. 7, p. 40-66, 1989.
- PARDUE, Derek. “O que adianta estética sem ética”: a coletividade no discurso marginal. In: BERTELLI, Giordano; FELTRAN, Gabriel. (Orgs.). *Vozes à margem: periferias, estética e política*. São Carlos: EdUFSCar, 2017. p.161-172
- PEREIRA, Alexandre Barbosa. As marcas da cidade: a dinâmica da pixação em São Paulo. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 79, p. 143–162, 2010.
- ROBERTS, Bryn. A dimensão social da cidadania. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 33, fev. 1997.
- ROLNIK, Raquel. As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações. In: MARICATO, Ermínia; et al (Orgs.). *Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo; Carta Maior, 2013. p.7-12
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, Wanderley. Guilherme dos. *Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- SILVA, Luiz Antônio Machado da. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Sociedade e Estado*, v. 19, n. 1, p. 53-84, 2004.
- SINGER, André. *Os sentidos do Lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- TAVOLARI, Bianca. Direito à cidade: uma trajetória conceitual. *Novos Estudos Cebrap*, v. 104, p. 93-109, 2016.
- TELLES, Vera da Silva. Sociedade civil e a construção de espaços públicos. In: DAGNINO, Evelina (Org.) *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994
- TELLES, Vera da Silva. *Cidadania e pobreza*. São Paulo: Editora 34, 2001.
- TENNINA, Lucia. Saraus das periferias de São Paulo: poesia entre tragos, silêncios e aplausos. *Estudos de literatura brasileira contemporânea*, v. 42, n. jul./dez., p. 11–28, 2013.
- VILLAVICENCIO, Susana. Ciudadanía y civilidad: acerca del derecho a tener derechos. *Colombia Internacional*, n. 66, p. 36-51, jul. 2007.
- ZALUAR, Alba. Democratização inacabada: fracasso da segurança pública. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, p. 31-49, dez. 2007.

Imigrantes e refugiados na cidade: reconhecimento pelo sofrimento e construção de “vítimas”

Migrants and refugees in the city: recognition of the suffering and construction of “victims”

Silvia Zelaya^a

Resumo O artigo descreve e analisa os discursos e as ações de uma rede de atores governamentais e não governamentais produzidos durante uma série de eventos – uma audiência pública, a criação de um albergue emergencial e um festival cultural – que teve como objetivo central a visibilização da questão migratória como problema contemporâneo. Analisando essas iniciativas e as mais recentes práticas dos próprios refugiados e imigrantes na cidade, o artigo reflete sobre a articulação e o entrelaçamento da implementação de direitos com o humanitarismo no Brasil contemporâneo. A argumentação está amparada em uma etnografia multissituada das relações de saber e poder que produziram a imigração e o sujeito imigrante como tipo particular de população urbana suscetível de intervenção mediante uma complexa trama de atores, tecnologias, saberes e relações em Porto Alegre e São Paulo, entre os anos 2013 e 2016.

Palavras-chave Imigração; Refúgio; Vítima; Sofrimento; Humanitarismo; Cidade.

Abstract *The article describes and analyzes the discourses and actions of a network of government and non-government actors produced during a series of events – a public hearing, the creation of an emergency shelter and a festival – that aimed to make the migration issue visible as a contemporary problem. By analyzing these initiatives and the latest practices of the refugees and immigrants themselves, this article reflects on the articulation and interweaving of the implementation of rights within the humanitarianism in present-day Brazil. The argument is based on a multi-situated ethnography of the relations of power that produced immigration and the immigrant subject as a particular type of subservient population of intervention through a complex network of actors, technologies, knowledge and relations in Porto Alegre and São Paulo between 2013 and 2016.*

Keywords *Inmigration. Refuge. Victim. Suffering. Humanitarianism. City.*

a Doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

INTRODUÇÃO

Tarde de maio, 2016. Estou na sala de conferências da biblioteca Mário de Andrade, no centro de São Paulo. Ali tem lugar o Seminário “Migrações Internacionais e Direitos Humanos” promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. Estou acompanhada de Kamel Boulai¹, líder do Grupo de Refugiados e Imigrantes sem Teto de São Paulo (GRIST). Em seguida, Kamel é convidado a unir-se à mesa de debate. Nela há expertos em educação, direitos humanos e a presidenta de uma conhecida organização de atenção a imigrantes. Depois das intervenções dos palestrantes, Kamel toma o microfone:

Vocês sabem por que nosso grupo é refugiados e imigrantes sem teto? Não é nada de sem teto! O que acontece é que em 2014 quando os imigrantes dormíamos lá na Missão Paz, tudo mundo se aproveitou. Os empresários brasileiros nos viam como mão-de-obra barata. Eles iam lá, contratavam, aí você vai trabalhar quatorze horas, sabendo que era trabalho escravo. Eles diziam que não tinham um lugar para a gente dormir. Aí os jornalistas se aproveitaram para fazer matéria e começaram a falar em trabalho escravo, mas ninguém sabia por que acontecia esse trabalho escravo. Então chegaram os pesquisadores que também nos tratam como objetos de pesquisa e desde os centros de acolhida nos falavam: “você não pode ir mais trabalhar lá porque é trabalho escravo.” E depois? O que a gente faz? (Registro de campo, Maio, 2016).

Kamel cita e critica cada uma das ações de acolhimento que haviam sido mencionadas durante as anteriores intervenções. Em relação ao mais novo Centro de Referência para Imigrantes da Prefeitura de São Paulo (CRAI) – criado em 2014 – avalia criticamente o caráter temporário do alojamento: “no CRAI temos 110 leitos, outros 150 e mais 70 leitos. Isso nós chamamos de moradia temporária, provisória, mas nós precisamos de moradia definitiva”. Kamel fala com propriedade, conhece os albergues, as ajudas e também o que acontece quando a pessoa tem que sair deles. Ele assinala que no tempo que a pessoa passa nessas moradias, “nem sempre consegue tirar todos os documentos”. Diz que muitas vezes só se consegue tirar o protocolo que, além do mais, diz: “é um papel”. Kamel remarca que em nenhuma imobiliária aceitam esse papel como um documento válido: “mas aí a pessoa precisa sair da casa de acolhida porque outras pessoas precisam

1 Por razões de preservação da privacidade dos agentes, optou-se por fazer uso de nomes fictícios.

entrar. É por isso que acabamos indo nas ocupações”, conclui (Registro de campo, Maio, 2016).²

Não obstante, e embora os esforços das prefeituras de São Paulo e de Porto Alegre e das organizações vinculadas a congregações religiosas que oferecem serviços de acolhimento, assistência (jurídica, psicológica, cursos de português) e até abrigo transitório para os “recém-chegados”, encontrar um lugar para morar continua sendo um dos principais desafios para os refugiados e outros tipos de migrantes que chegam a cidades como São Paulo e Porto Alegre.³ É nesse cenário de demandas por moradia que se produzem várias iniciativas de acolhimento e mediação para imigrantes e refugiados chegados nos últimos anos.

O artigo descreve e analisa os discursos e as ações de uma rede de atores governamentais e não governamentais produzidos durante uma série de eventos – uma audiência pública, a criação de um albergue emergencial e um festival – que tiveram como objetivo a visibilização da questão migratória como problema contemporâneo. Esta análise está amparada numa etnografia multissituada das relações de saber poder que produziram a imigração e o sujeito imigrante como um tipo particular de população suscetível de intervenção mediante uma complexa trama de atores, tecnologias, saberes e relações, em Porto Alegre e São Paulo entre os anos 2013 e 2016. Discuto estes eventos em seus antecedentes, percursos e desdobramentos na medida em que articulam o discurso dos direitos e das práticas humanitárias. Ainda assim, longe de querer aprofundar uma visão que coloca de um lado a implementação de direitos (relacionada aos ideais de promoção da igualdade) e, de outro a ajuda humanitária (associada à solidariedade como suporte de justiça social), procuro seguir uma linha de reflexão que entende a articulação e o entrecruzamento da implementação de direitos com o humanitarismo contemporâneo. Isso porque, como apontaram Ferreira e Schuch (2010), no Brasil a linguagem da assistência social, da caridade e da filantropia combina-se à linguagem dos direitos e à retórica da cidadania.

2 Cabe destacar que no âmbito municipal São Paulo conta com uma estrutura em matéria migratória formada pela Coordenação de Políticas para Migrantes no marco da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania. Para aprofundar nas experiências da Prefeitura de São Paulo com imigração e direitos humanos advindas da criação da Coordenação de Políticas para Migrantes (CPMig) na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), se recomenda o artigo da pesquisadora Beatriz de Barros Souza: “Pelos imigrantes: Experiências com Direitos Humanos e Imigração na Prefeitura de São Paulo (2013-2014)” na revista ARACÊ – Direitos Humanos em Revista, Ano 2, Número 3, Setembro 2015.

3 Por exemplo, a Prefeitura de São Paulo, disponibiliza – através do Centro de Referência e Atendimento para Imigrantes (CRAI) – um total de 690 vagas para imigrantes e refugiados distribuídas entre quatro centros de acolhida (Bela Vista, Bom Retiro, Pari e Penha) e um abrigo gerido por uma irmandade italiana ligada à Igreja Católica, chamado “Arsenal Esperança”.

O artigo está dividido em três partes. Na primeira, apresento brevemente o marco jurídico vigente durante todo o tempo da realização da pesquisa e interpreto alguns dos mecanismos empregados pelos membros da Congregação Scalabriniana no estabelecimento de relações com os imigrantes, com as autoridades do governo e com outras entidades da sociedade civil; na segunda, descrevo e analiso ações de mediação, com ênfase na centralidade da categoria vítima; na terceira e última parte, analiso a reação dos imigrantes e refugiados e procuro pensar alguns dos dilemas do humanitarismo no Brasil contemporâneo.

AS LEGALIDADES DA IMIGRAÇÃO: PROTAGONISMOS HISTÓRICOS E DILEMAS RECENTES

Como se sabe, no Brasil a relação com a imigração está longe de ser uma novidade. Não obstante, apenas nos últimos anos este assunto tem sido tratado como uma questão relevante. Isso poderia parecer estranho em um país onde os “imigrantes” não apenas fazem parte do imaginário da nação brasileira, mas há uma experiência precoce na criação de políticas migratórias.⁴ Entretanto, há muito tempo que as congregações religiosas estão comprometidas com a situação dos migrantes. No sul do país, a Congregação Scalabriniana consolidou-se como uma instituição de referência no atendimento às pessoas que ingressavam no país. Ela alcançou essa posição em um cenário caracterizado pela chegada de imigrantes latino-americanos em um contexto de regime político ditatorial e, portanto, certamente hostil perante os estrangeiros. A atuação das congregações religiosas focalizou-se tanto no acolhimento dessa população como na oposição ao Estatuto do Estrangeiro (Lei 6.815 de 1980), uma lei baseada na doutrina da segurança nacional.⁵

4 Em termos gerais, se distingue entre a introdução de maneira forçada de cerca de quatro milhões de escravos provenientes da África, desde o século XVI até o século XIX, e a chegada de imigrantes livres de origem europeia, sobretudo de alemães e italianos que chegaram ao final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX atraídos pelo projeto colonizador do governo brasileiro. Uma vez encerrada essa etapa de atração no final dos anos 1930, entende-se que houve uma redução dos fluxos internacionais, os quais foram quase interrompidos com o início das hostilidades da Segunda Guerra Mundial. Desde então, embora outros grupos populacionais continuassem chegando, considerou-se que o Brasil era um país fechado à imigração em termos demográficos (Patarra, 2012, pp. 8-9).

5 Esta lei esteve vigente durante todo o tempo em que durou a pesquisa. Ela mudou em 2017. No dia 18 de abril de 2017 o Plenário do Senado aprovou a nova Lei de Migração. Posteriormente, no dia 25 de maio foi sancionada a Lei 13.445/2017 (Lei de Migração) que garante direitos de estrangeiros no Brasil e assistência a brasileiros que moram no exterior. De acordo com o informado pelo Senado, o presidente Michel Temer vetou 18 trechos do texto. Um dos principais foi o veto à anistia a imigrantes que entraram no Brasil até 6 de julho de 2016 e que fizeram o pedido até um ano após o início de vigência da lei, independente da situação migratória anterior. De acordo com a justificativa para o veto, o dispositivo concederia “anistia indiscriminada a todos os imigrantes”, retirando a autoridade do Brasil de selecionar como será o acolhimento

As ações de acolhimento incluíram práticas tais como auxílios à moradia, ao encontro do primeiro emprego, à doação de cestas básicas, de roupas e até de dinheiro para a compra de passagens. Essa assistência e esses auxílios configuraram ações de caráter individual por meio das quais os membros da Congregação Scalabriniana buscaram, ao longo do tempo, atender os imigrantes e criar canais de mediação entre eles e a sociedade brasileira. A assistência oferecida aos imigrantes era desenvolvida de acordo com a lógica cristã da caridade, sendo concedida sem a expectativa de uma contrapartida. Ao mesmo tempo, as ações dos Scalabrinianos em prol dos imigrantes atribuíram aos membros dessa congregação o papel de representantes dos imigrantes ante a administração pública e a sociedade em geral, cujo dever era o de denunciar determinadas situações sofridas pelos imigrantes.

Com a chegada da democracia durante o final da década dos oitenta houve certa esperança em relação à mudança do Estatuto do Estrangeiro. As congregações religiosas iniciaram então uma aproximação com outros atores da sociedade civil. Foram realizados encontros e reuniões com consulados, universidades e outras organizações sociais. Houve seminários onde se discutiam propostas sobre uma nova lei de migrações. Essas iniciativas visavam à construção de uma rede de conexões com outras entidades da sociedade civil e também com setores específicos do Estado. Porém, a saída de brasileiros para o exterior converteu-se no fenômeno migratório mais relevante. Assim, os esforços dirigiram-se para a organização política dos brasileiros no exterior. A mobilização de lideranças transmigrantes, organizações religiosas (especialmente as ligadas à Igreja Católica), estudiosos das migrações e outros militantes, no que tange aos direitos de nacionalidade e cidadania de brasileiros no exterior, resultou na institucionalização do diálogo entre o Estado brasileiro e sua “diáspora” e, portanto, no compromisso oficial de ações governamentais em prol de seus direitos de cidadania (FELDMAN-BIANCO, 2016).

Entretanto, se até os anos 80 o país podia considerar-se como “emissor” de migrantes, a partir de então – e sobretudo com o avanço da grave crise econômica de 2008-2009 iniciada na Europa e nos EUA – o Brasil passou a atrair novos imigrantes. Junto com o retorno de brasileiros da diáspora, jovens profissionais europeus e norte-americanos foram atraídos pela oferta de trabalho em grandes projetos desenvolvimentistas. Ao mesmo tempo, o país também passou a receber fluxos migratórios de haitianos e solicitantes de refúgio da África e do Oriente Médio que se uniram aos mais antigos contingentes de bolivianos e de outros

dos estrangeiros. Informação disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2017/05/25/nova-lei-de-migracao-e-sancionada-com-vetos>>. Acesso em 27 out. 2018.

países do continente sul-americano que começaram a afluir ainda na década de 1980, à procura de uma vida melhor (FELDMAN-BIANCO, 2016).

Para o governo nacional, o aumento do número de imigrantes demonstrava tanto o crescimento econômico e a consolidação do país no mercado internacional como a vocação de hospitalidade e acolhimento que caracterizaria historicamente ao Brasil reforçando a imagem do “Brasil país de imigração”. Nesse cenário, os atores que já atuavam no campo migratório intensificaram suas ações em prol da criação de uma Lei de Migrações que pusera fim ao Estatuto de Estrangeiro, aliás, muito criticado tanto por parte de organizações da sociedade civil como por certos setores do governo. A crítica mais comum referia-se ao tratamento do fenômeno migratório sob a perspectiva da segurança nacional, o que contradiz a Constituição Nacional de 1988.⁶

Além disso, o Estatuto de Estrangeiro dificultava a inserção de certos imigrantes no mercado de trabalho, já que requeria um papel ativo das empresas. Ou seja, eram as empresas que tinham que procurar legalizar e solicitar o visto de trabalho junto ao Ministério do Trabalho. A legislação brasileira não admitia que uma pessoa em caráter individual realizasse uma solicitação de visto de trabalho, nem que pudera transformar outro tipo de visto em visto de trabalho se a pessoa já se encontrava em território brasileiro.

Tradicionalmente, para tratar as situações não contempladas no Estatuto do Estrangeiro, o governo nacional atuava através de “anistias” e “resoluções normativas” do Conselho Nacional de Imigração (CNIg). As anistias são mecanismos tendentes a regularizar a situação das pessoas que entraram ou se encontram em situação irregular enquanto as resoluções normativas são instrumentos que o CNIg utilizava para lidar com as situações não enquadradas no Estatuto do Estrangeiro.⁷ Durante a concessão da última anistia, o secretário nacional de justiça explicou que ao contrário dos países da Europa e dos Estados Unidos, o Brasil queria dar “um tratamento completo”, mostrar que a criminalização da imigração não era aceita e que a imigração devia ser vista como “uma questão humanitária, uma irregularidade, não um crime”.

Ante os obstáculos ocasionados pela legislação em vigor, alguns imigrantes que procuram trabalhar no Brasil e não possuem visto de trabalho têm recorrido

6 A Constituição estabelece a igualdade perante a lei de brasileiros e estrangeiros, sem distinção de qualquer natureza “garantindo a todos os residentes no país, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, e à propriedade” (Constituição Federal de 1988, Título II, Capítulo I, Artigo nº5).

7 O Brasil concedeu anistias em 1980, 1988, 1998 e 2009.

à “solicitação de refúgio” como meio de regularizar a sua situação administrativa.⁸ Assim, a solicitação de refúgio foi vista do ponto de vista de alguns imigrantes como a única opção para não cair na irregularidade migratória provocada pelo próprio Estatuto do Estrangeiro. Resulta importante observar que os solicitantes de refúgio conseguem – preenchendo um formulário e com a obtenção do protocolo⁹ – acessar a alguns direitos como, por exemplo, obter uma carteira de trabalho, número de CPF e uma carteira de saúde pública (cartão do SUS). Porém, também há que se considerar que nem todas as solicitações de refúgio obtêm um julgamento favorável. Muitas delas são indeferidas pelo Conselho Nacional de Refugiados (CONARE), órgão que pode denegar os pedidos e assim a pessoa pode ficar com seus direitos limitados.¹⁰

Em relação àqueles que não conseguem um julgamento favorável o Conselho Nacional de Imigração (CNIg) vem emitindo, de forma excepcional resoluções normativas com caráter “humanitário”. Neste sentido, uma das resoluções normativas mais significativas durante os últimos anos, ocorreu no ano de 2012 quando por razões humanitárias foi concedido o visto permanente por cinco anos aos haitianos que o solicitassem.¹¹ De acordo com o artigo segundo da resolução normativa nº 97 do CNIg seriam concedidos mil e duzentos vistos por ano correspondendo a uma média de cem concessões por mês, sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas nas disposições legais do país. Conforme aponta Jardim (2015) as ações normativas adotadas pelo CNIg não são referentes à recepção de refugiados e sim “expressam uma preocupação institucional quanto aos riscos que a irregularidade impõe a quem migra: trabalho escravo, exploração, e subemprego e, em casos extremos, falamos de risco de vida” (JARDIM, 2015, p.

8 De acordo com a Lei 9.474 de 22 de julho de 1997 (Lei do Refúgio), são reconhecidos como refugiados quem: I - devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país; II - não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior; III - devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997, Título I, Capítulo I, Seção I, Artigo 1º, Incisos I, II e III).

9 Documento provisório entregue pela Polícia Federal depois da realizada a solicitação de refúgio.

10 Atualmente, ao examinar as estatísticas em matéria de refúgio no Brasil, constata-se que a evolução das solicitações de refúgio mudou significativamente a partir do ano de 2010. Se até esse ano as solicitações de refúgio não chegavam a 1.000, em 2015 superavam 28.000.

11 O artigo 1º da Resolução se estabelece que “ao nacional do Haiti poderá ser concedido o visto permanente previsto no art. 16 da Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980, por razões humanitárias, condicionado ao prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 18 da mesma Lei, circunstância que constará da Cédula de Identidade do Estrangeiro. Consideram-se razões humanitárias, para efeito desta Resolução Normativa, aquelas resultantes do agravamento das condições de vida da população haitiana em decorrência do terremoto ocorrido naquele país em 12 de janeiro de 2010” (Resolução Normativa CNIg nº 97/2012-DOU: 13.01.2012, artigo 1º).

57). Esses entraves normativos incentivam também aos agentes da sociedade civil a demandar um tratamento humanitário para certos imigrantes cujos casos não conseguem se enquadrar nas lógicas administrativas vigentes. É nesse cenário de transformações recentes que a argumentação deste texto se situa, e como a noção de vítima é central para o argumento, em seguida apresentam-se algumas considerações a este respeito.

NO CENTRO DO DEBATE: IMIGRANTES E REFUGIADOS COMO OBJETO DE POLÍTICAS HUMANITÁRIAS

Vários autores que refletem sobre a vida nos campos de refugiados (AGIER, 2006; FASSIN, 2006, 2010; SCHINDEL, 2016) têm apontado para a centralidade que adquire a figura da vítima no seio de dispositivos de controle “humanitários”. Analisando a concessão de permissões temporárias de estadia entre os sírios, os afegãos e os iraquianos que chegam ao território grego e buscam sair rapidamente dali, Schindel (2016) levanta estimulantes inquietações tanto sobre os mecanismos de avaliação de vidas existentes nos campos de refugiados quanto sobre a necessidade das pessoas de mostrarem-se como vítimas para serem reconhecidos como cidadãos.

Cabe assinalar que estudos que abordam situações como a analisada por Schindel (2016) comumente assumem uma separação entre o humanitário e o político à luz do pensamento do filósofo italiano Giorgio Agambem (1998) que distingue entre uma vida qualificada (*bios*) e uma vida biológica ou natural (*zoé*). De acordo com Agambem, uma “vida nua” emerge de forma indeterminada entre estas duas formas de classificação da vida. Daí que a separação entre o humanitário e o político constitua, no caso dos refugiados, vidas vulneráveis que precisam de proteção (AGIER, 2006).

Desde outra perspectiva analítica, e observando a circulação de pessoas do campo da política ao das organizações humanitárias Fassin (2010) entende que, longe de distanciarem-se, o humanitário e o político aproximam-se cada vez mais, podendo-se observar uma “humanização das políticas públicas e uma politização das organizações humanitárias” (FASSIN, 2010, p. 327).

Através da análise das medidas, dos dispositivos, das formas de governo – governamentais e não governamentais – desenvolvidas desde finais do século XX e princípios do século XXI para administrar populações e indivíduos que atravessam situações de desigualdade em contextos de violência ou em experiências de sofrimento, o autor identifica uma “razão humanitária” governando sobre as

“vidas precárias”: “vidas ameaçadas e esquecidas que o governo humanitário faz existir, protegendo-as e revelando-as” (FASSIN, 2016, p. 14).

Dialogando com o conceito de “biopolítica” definido por Foucault, Fassin realça a importância das significações e dos valores na diferenciação das vidas. A ação humanitária é definida por Fassin como uma “biopolítica” em dois sentidos: em primeiro lugar, levando em conta as tecnologias da administração de populações, por exemplo, mediante a instalação de campos de refugiados; em segundo lugar, no que se refere ao objetivo de salvar vidas. Isso implicaria não apenas arriscar-se em nome dos outros, mas também selecionar aqueles que devemos atender prioritariamente quando os recursos são escassos. Por último, a ação humanitária é uma política da vida, na medida em que defende as causas “publicamente”, o que implica desligar-se de outras e, sobretudo, construir certas causas selecionando a melhor forma de representar as vidas das pessoas assistidas como “vítimas” ao invés de “resistentes” (FASSIN, 2010, p. 331).

Analisando os mecanismos utilizados para responder às solicitações de asilo na França, por exemplo, o autor mostra como se produz um “regime de verificação” no qual o reconhecimento do sofrimento realiza-se mediante a perícia médica que emite pareceres baseados nos “corpos” dos demandantes de asilo. Através dessa exploração o autor expõe as tensões e contradições das sociedades ocidentais quando afirmam princípios generosos de “proteção das vítimas de perseguição e administram a presença deles em termos restritivos de controle da imigração” (FASSIN, 2010, p. 167).

As reflexões desses autores ajudam-nos a pensar sobre as implicações da centralidade da categoria “vítima” em relação à questão dos migrantes e da cidadania. A respeito disso, Gabriel Gatti (2016), referindo-se à extensa produção bibliográfica sobre a questão da vítima, identifica duas grandes formas de abordar o tema. Por uma parte, distingue uma perspectiva – na qual inclui autores como Chaumont (1997), Erner (2007), Garapon e Salas (2007) e Wieviorka (2003) – em que a figura da vítima transborda a noção de cidadão; noutra parte, identifica outra perspectiva que aborda a vítima como uma expressão do sofrimento humano. Os trabalhos de Gatti (2016) vêm apontando a conexão entre a ideia de vítima e o status de cidadania alcançado por aqueles que são reconhecidos a partir do seu sofrimento. Analisando os casos de pessoas que tentam se passar por vítimas – embora cientes de que não são – o autor observa que o desejo de ser vítima responde ao fato de que, na sociedade contemporânea, o status de vítima outorga reconhecimento e serve para sair da invisibilidade. Nesta perspectiva, é evidente o vínculo entre a

noção de vítima e a de cidadão: “Hoje ser vítima é nada mais nada menos que uma via de acesso à condição de cidadão” (GATTI, 2016, p. 120).¹²

Na perspectiva deste autor, semelhante à de Martinez (2016), as figuras da vítima e do cidadão têm deixado de ser antagônicas. Para eles, a vítima e o cidadão agora não apenas convivem, mas têm chegado a fusionar-se numa nova entidade: o “cidadão-vítima” (GATTI; MARTÍNEZ, 2016, p. 8). Para os autores, a fusão entre os conceitos de cidadão e vítima estaria relacionada tanto à multiplicação das formas de violência contra o outro, quanto ao surgimento de uma nova sensibilidade coletiva altamente compassiva e emocional ante os fenômenos sociais.

As diferentes abordagens sobre a categoria vítima e seu uso para refletir sobre as distintas situações de mobilidade humana coloca o pesquisador diante de não poucos paradoxos. Por uma parte, e como tem apontado Jardim (2013), há uma tensão entre a importância que adquirem nos debates sobre mobilidade humana noções como “tráfico de pessoas”, “crime organizado”, “vulneráveis em perigo” e as “experiências dos sujeitos com trajetórias potentes de migração que não se ajustam plenamente às zonas de urgência dos enunciados hegemônicos” (JARDIM, 2013, p. 69). Por outro, a visão dicotômica que parece surgir de uma interpretação que distingue apenas entre vítimas e criminosos apresenta certos riscos quando vemos que rapidamente as vítimas podem se converter em culpáveis e até em criminosos.

A seguir, veremos como essas discussões se apresentam no contexto pesquisado. Num primeiro momento, veremos como num cenário complexo no qual o sistema de refúgio tem grande destaque, a rede de ativistas e organizações religiosas vinculadas à Congregação Scalabriniana mobilizam-se preocupados com a situação atravessada por senegaleses no interior de Rio Grande do Sul. Conforme relatado pela irmã Maria do Carmo durante a segunda reunião do Comitê de Atenção a Migrantes, Refugiados, Apátridas e Vítimas do Tráfico de Pessoas de Rio Grande do Sul (Comirat) em abril de 2013, aproximadamente um total de 270 imigrantes senegaleses haviam chegado à cidade de Caxias do Sul e, encontrando-se sem nenhum tipo de acolhimento, pediram abrigo no albergue municipal. Porém, e ao contrário do esperado, as autoridades municipais não apenas negaram os serviços de acolhimento da rede pública socio-assistencial, como também o próprio prefeito da cidade declarou que “não tinha obrigação de atender a pessoas estrangeiras”. A informação trazida pela Irmã não foi indiferente aos membros do Comirat que avaliaram como inaceitável a posição do prefeito, muito menos à vereadora de Caxias do Sul, Denise Pessoa (Partido dos Trabalhadores), e a deputada Marisa

12 Tradução da autora.

Formolo (Partido dos Trabalhadores), que viram naquelas palavras claros signos de racismo. Alguns meses depois, as declarações do prefeito converteram-se em uma das razões pelas quais se convocou uma audiência pública em Porto Alegre para tratar da situação dos senegaleses em Caxias do Sul.

A CONSTRUÇÃO DE UM QUASE-REFUGIADO: AUDIÊNCIA PÚBLICA DOS SENEGALESES

Manhã de novembro, 2013. Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, no centro de Porto Alegre. Em alguns minutos, vai começar uma audiência pública para tratar a situação dos imigrantes senegaleses na cidade de Caxias do Sul (RS). Entre os convidados à mesa de debate há políticos, professores, pessoas de entidades religiosas e dois imigrantes senegaleses. Muitas das falas citam as limitações do Estatuto de Estrangeiro, há críticas ao “Estado” e intervenções emocionadas como a da representante do movimento negro enfatizando que “foram os negros que construíram o Brasil”.

Entre o público, algumas conversas. O que estava em jogo era o encaminhamento ao Ministério de Relações Exteriores das fichas dos senegaleses atendidos no Centro de Atenção ao Migrante de Caxias do Sul (CAM). Esperava-se que esse encaminhamento resultara a regularização da situação legal no país das pessoas atendidas.

Por fim chega o turno de Sammy, presidente da associação dos senegaleses de Caxias. Depois de emitir um longo suspiro e destacar algumas das adversidades ocorridas pela falta de documentação, assinala: “sem carteira de trabalho, a empresa não presta nenhum tipo de assistência, pagam por dia e, se há qualquer um machucado, ninguém ajuda, e a gente precisa muito de ajuda” (Registro de campo, Novembro 2013).

Na data em que foi realizada aquela audiência, os senegaleses, haitianos e outros imigrantes já constituíam uma intensa realidade em cidades como Caxias do Sul, Passo Fundo ou Bento Gonçalves. A região, considerada um “polo industrial” do estado riograndense – devido à presença de inúmeras fábricas alimentícias e metalúrgicas – começava a ser considerada um dos principais pontos do país na concentração desses imigrantes. A informação disponível naquele momento era que eles não tinham maiores dificuldades para conseguir empregos nessas áreas, não obstante, experimentavam sérias dificuldades para obter a documentação brasileira (RNE, Carteira de trabalho, CPF). A falta dessa documentação dificultava, por exemplo, o acesso à rede sócio assistencial.

Como apontado na audiência, obter a permissão de residência não é nada fácil para os senegaleses. Por uma parte, eles não são, em sua maioria, os traba-

lhadores altamente qualificados contemplados pela normativa vigente. Por outra parte, provir de Senegal não os posiciona automaticamente como sujeito cuja vida está em perigo de morte e tampouco os coloca exatamente na mesma situação dos haitianos para quem existe um visto humanitário a causa do terremoto de 2010. Desta forma, apelar ao reconhecimento mediante o sofrimento parece ser o caminho possível a ser trilhado pelos senegaleses e a sua rede de apoio para conseguir inserir-se no campo da cidadania.

Depois de participar de outras audiências públicas e de conversar com pessoas que atuam no campo mais amplo do acolhimento de pessoas em mobilidade percebi que, se por um lado, a categoria “imigrante” assumia diferentes significados para as pessoas envolvidas naqueles atos, por outro lado, no contexto das demandas por regularização de documentação e outros direitos de cidadania, a associação com a noção de vítima era mais que frequente. Nesse sentido, o que me chamou a atenção foi que, diferentemente de outros contextos no qual o imigrante era valorizado em função do aporte que representava para o desenvolvimento do país, naqueles cenários, o reconhecimento como imigrante era alcançado em base na demonstração de algum tipo de sofrimento.

Ou seja, se em outros contextos o “imigrante” que anseia por uma vida melhor, um trabalho e direitos reconhecidos no país de chegada assumirá um caráter de “desconfiança” e quem foge de perigos presumivelmente maiores e mais difundidos pela grande mídia “terá mais possibilidades de ser acolhido e obter permissão de residência” (SCHINDEL, 2016, p. 18) no Brasil, a dimensão econômica e política da mobilidade conjugam-se de um modo particular produzindo uma figura entre o imigrante e o refugiado, um quase refugiado digno de reconhecimento tanto pelo sofrimento quanto pela sua pobreza.

POBREZA E A AJUDA HUMANITÁRIA NOS ALBERGUES PARA IMIGRANTES

Na metade do ano de 2015 improvisou-se um albergue no Centro Humanístico Vida, localizado no bairro Rubem Berta na zona norte de Porto Alegre, para alojar os imigrantes haitianos e africanos chegados do Acre.¹³ O Centro Vida foi inaugurado na década de 1990 como um “espaço de cidadania” no qual se realizam ações em matéria de saúde, trabalho, lazer, educação, esporte e cultura.¹⁴

13 Desde o mês de novembro de 2014 vários ônibus com haitianos e africanos foram enviados pelo governo de Acre para Porto Alegre. Esta questão preocupava ao Comirat e a rede de acolhimento que desde então se debruçava sobre qual seriam as estratégias de acolhimento.

14 Alguns dos programas que funcionam no Centro Vida são: “Pati” - Programa de Atendimento à Terceira Idade, concebido como um espaço de convivência e de fortalecimento da cidadania, através de atividades culturais, esportivas, artísticas, de promoção da saúde, educativas e de

O alojamento para os “imigrantes” organizou-se nos fundos. Em um espaço relativamente amplo improvisou-se um quarto coletivo com quase 100 colchões distribuídos no chão. Bruno, o coordenador do Centro, mostrou-me as instalações e falou-me acerca do trabalho de acolhimento realizado através da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social (FGTAS).

Durante o tempo que permanecemos conversando naquele quarto, Tiago explicou algumas coisas sobre o funcionamento do lugar. Disse-me, por exemplo, que tudo o que foi conseguido foi por meio de doações. No entanto, apontou que ainda precisavam de coisas tais como roupa de cama, materiais de higiene e roupa de inverno. Também comentou que a Defesa Civil planejava a compra de mais 100 colchões. Afirmou que a maioria dos imigrantes eram haitianos e que havia também senegaleses. Sugeriu que entre eles (senegaleses e haitianos) existia certa rivalidade e que por isso decidiram que seria melhor que “não ficassem juntos”.

Ao sair do “quarto dos haitianos” nos dirigimos rumo à cozinha onde havia algumas mulheres próximas ao fogão preparando o que supus ser o almoço. Alguns homens também estavam envolvidos na organização da comida. Tiago esclareceu que estava tudo organizado por “turnos” e que eram eles mesmos que faziam as suas coisas. Continuando com a visita, chegamos até o “quarto dos senegaleses”. Este quarto era menor que o dos haitianos, mas no lugar de colchões no chão, havia beliches. Senti que estava sendo bastante invasiva. Havia pessoas ali dentro deitadas na cama ou pendurando as roupas que me parecia terem acabado de lavar. Saindo do quarto, Tiago mostrou-me uma pequena despensa, repleta de alimentos.

No total, quase 60 haitianos e senegaleses estavam morando lá. A ideia era que permaneceriam ali até encontrar emprego e receber o primeiro salário. Isto lhes permitiria alugar uma moradia. Segundo Tiago, vários moradores do bairro chegavam diariamente ao Centro para oferecer aluguéis a preços “acessíveis”. Além de providenciar o albergue, a FGTAS intermediava com as empresas a comunicação para conseguir vagas de emprego. De acordo com Tiago, são os frigoríficos os que mais contratam “este tipo de mão de obra estrangeira”.

Depois de recorrer aos principais espaços destinados aos “imigrantes”, Tiago apresentou-me a duas colaboradoras da Afinca, uma ONG que realiza ações de formação e capacitação no Centro Vida. Alguns dos imigrantes haviam começado a frequentar os cursos oferecidos pela ONG como, por exemplo, o curso de

lazer. “Biblioteca e Telecentro”, um espaço de livros, revistas e jornais e do programa de inclusão digital com acesso à internet. “Atividades abertas”, atividades gratuitas de *hapkido*, ginástica rítmica e basquete, além de ser também um espaço para eventos onde se realizam torneios esportivos, feiras, seminários e reuniões comunitárias.

computação. Patrícia, uma jovem voluntária, ministrava esse curso e com muita simpatia parecia estar entusiasmada por contar-me que seu pai, dono de uma empresa madeireira, havia empregado alguns haitianos.

O relato de Júlia Patrícia surpreende tanto pela sinceridade quanto pelo conteúdo. Segundo ela, seu pai estava muito contente com os haitianos que havia empregado porque eles “não eram como os brasileiros”. De acordo com Patrícia isso queria dizer que eles “trabalhavam as horas que fizeram falta” e, sobretudo “não reclamavam”. Além disso, contou-me que seu pai às vezes se irritava com facilidade e costuma gritar: “quando meu pai grita com eles, eles ficam quietos, isso não acontece com os brasileiros”. Uma outra coisa havia chamado a atenção de seu pai, segundo Patrícia, “além disso os imigrantes tinham estudos”.

Não devemos pensar, contudo, que Patrícia relatava suas percepções com sarcasmo ou arrogância, pelo contrário, o que me surpreendeu foi a normalidade com que essas palavras saíam da sua boca entrelaçadas com uma demonstração de “simpatia” com os recém-chegados, várias vezes afirmou estar “muito contente” pelos “imigrantes” estarem ali.

Pela potência enunciativa de declarações como esta acima citada, é relevante considerar que a diferenciação baseada no fundamento da nacionalidade pode ser fortemente mobilizada não apenas em períodos de crise de emprego, mas também em épocas caracterizadas como de crescimento econômico e prosperidade. Pensando no cenário brasileiro, as considerações de Patrícia nos permitem refletir acerca de certa imagem da realidade socioeconômica brasileira muito divulgada pela mídia e por membros do governo durante a última década.

Se bem é certo que, durante muito tempo, olhar para as migrações no sul do Brasil era olhar para um encontro com a alteridade num contexto de “sociedades empobrecidas” (ETCHEVERRY, 2011; MORAES, 2013), durante os últimos anos observa-se uma tendência a pensar que o crescimento da economia brasileira, junto às crises que afetaram os três maiores polos de desenvolvimento mundial (Estados Unidos, Europa e Japão), transformaram o Brasil num “imã de mão de obra legal e ilegal”. Neste sentido, de acordo com as declarações de um alto funcionário do Ministério da Justiça “o país voltou a ser um país de imigração e não mais de emigração”. De acordo com este mesmo funcionário, “na medida em que o país vai se enriquecendo, a questão da imigração vai se tornando cada vez mais importante”¹⁵.

15 Declarações do ex-secretário Nacional da Justiça, Paulo Abrão, no jornal o Globo em 2011. <<http://oglobo.globo.com/economia/crise-global-crescimento-do-brasil-fazem-numero-de-imigrantes-crescer-52-no-ano-superando-2-milhoes-3079211>>. Acesso em 27 out. 2018

A diferença dos contextos de crises econômicas em que os imigrantes são criticados por ocuparem postos de trabalho que pertenceriam aos “nacionais” – o que ouvi várias vezes durante a pesquisa, sobretudo de parte dos empresários que os contratavam – é que os imigrantes “faziam o trabalho que os brasileiros já não queriam fazer”.

Quando havia se passado quase dois meses da chegada dos haitianos e senegaleses ao Centro Vida, organizou-se uma reunião com os diretivos da FGTAS nas instalações do centro. Entre os presentes, além de Matias estavam Andres e Dario, ambos diretores da Fundação. Eles tinham convidado Martin, um funcionário haitiano da Prefeitura de Lajeado que trabalha na inclusão dos imigrantes naquela região. Simon é um homem de aproximadamente 30 anos e que fala cinco línguas. No Haiti trabalhava como tradutor em uma organização internacional. No Brasil, foi contratado pela prefeitura de Lajeado para realizar um “trabalho de inclusão”. Além disso, estuda relações internacionais na universidade Univates.

Simon, afirmou que era preciso mudar a forma como a mídia e outros setores abordavam o tema:

Eu tenho uma crítica muito forte em relação à mídia: vejo um lado muito preconceituoso da mídia; a mídia procura saber as coisas ruins sobre os imigrantes. Por exemplo, vão no Acre para filmar os imigrantes nos lugares muito precários, e colocar no *Youtube*, aí falam que está chegando a dificuldade, a miséria nos imigrantes. Vão procurando nas rodoviárias para mostrar como eles chegam, mas nunca vejo eles mostrando outros aspectos. Precisamos mudar isso, pois quando divulgaremos nossas capacidades, aí isso vai mudar. É uma luta que aí eu estou junto. É o meu direito como imigrante (Registro de campo, agosto 2015).

PODE O IMIGRANTE FALAR?

Início da tarde do domingo 19 de junho de 2016. Em um palco colocado na interditada Rua Álvaro de Carvalho, justo embaixo do viaduto “Nove de Julho”, Sammy Delas, um músico congolês e são-tomense que vive no Brasil há pouco mais de um ano, canta em diversas línguas africanas (*lingala, kimbundu, kicongo*). Enquanto isso, Samyra, uma mulher senegalesa mostra suas roupas feitas com tecidos coloridos a possíveis compradores. Nas proximidades do palco, no restaurante palestino “*Al Janiah*”, há uma enorme fila para os *shawarmas* e para o *fufu* – comidas “típicas” da Síria e do Congo, respectivamente, oferecidas naquela tarde. Enquanto Yannick canta, alguns ativistas repartem um panfleto com informação acerca do surgimento da Frente Independente de Refugiados

e Imigrantes (FIRI) – coletivo organizador do festival. “*A Frente será a voz dos refugiados para que dessa forma possam falar por si mesmos*”, pode ler-se em um dos parágrafos do folheto.

“Chega/corrupção, Chega/manipulação, racismo/Chega, xenofobia/Chega, imperialismo/Chega, injustiça/Chega, hipocrisia/Chega” canta Yannick, na sua composição “*Biliwê*”, uma expressão em *créole* que significa “abra os olhos”. Diante da mirada atenta dos espectadores – que gravam a atuação do músico com seus telefones celulares – Yannick critica o imperialismo e as situações de desigualdade e discriminação vividas pelos negros tanto em seu país de origem quanto no Brasil.

Entretanto, Nazym, um artista plástico também de origem congoleza, realiza a performance “*Não à Guerra do Congo*”. Nazym, descalço e com o corpo coberto por papéis e plásticos pintados como se fossem sangue, caminha entre a multidão exibindo vários telefones celulares pendurados em seu corpo. A ação silenciosa de Nazym faz referência aos metais extraídos da República Democrática do Congo, utilizados na fabricação de celulares e outros equipamentos eletrônicos. De acordo com os refugiados congolezes que ouvi durante o trabalho de campo em São Paulo, como Bouba, um jornalista que vive no Brasil há pouco mais de um ano, a exploração do coltan sustenta o sangrento conflito que, segundo eles, já deixou mais de 20 milhões de mortos.

Depois de algumas horas, quando a concentração alcançou um determinado número de pessoas, os representantes dos quatro coletivos que fundaram a FIRI – o Grupo de Refugiados e Imigrantes sem Teto (GRIST), o Movimento Palestina Para Todos (Mopat), a Equipe de Base Warmis, Convergência de Culturas e o Visto Permanente, Acervo Vivo das Novas Culturas Imigrantes – subiram ao palco para oficializar o lançamento do movimento. Não era a primeira vez que eu via aos membros desses grupos atuarem conjuntamente; não obstante, até aquele dia as atividades realizadas pelos quatro coletivos não tinham sido divulgadas como parte de um mesmo projeto. Até então, cada grupo organizava suas atividades de forma independente, ainda que a ideia de diálogo e de “somar as lutas de cada movimento” já estivesse presente entre os ativistas dos grupos.

Já no palco, Kamel se referiu à possibilidade de unir refugiados e brasileiros sem vitimizar as pessoas que solicitam refúgio no país:

Criamos nosso movimento para poder mostrar que o refugiado pode falar por ele mesmo e ser protagonista da própria história. Não queremos competir com as ONGs, que fazem um trabalho muito importante para as pessoas que chegam,

mas promover a participação efetiva de imigrantes e refugiados (Registro de campo, Junho 2016).

Taha, palestino nascido no Brasil, integrante do Mopat e proprietário do restaurante *Al Janiah*, também destacou a necessidade de os refugiados serem protagonistas da própria causa. Em suas palavras, os refugiados deviam falar por eles mesmos, e não apenas por representação:

Aqui no Brasil eles acabam não tendo voz, sendo representados pelas ONGs e governos. Este é um momento de organização entre refugiados e migrantes árabes, africanos e latinos, para que dentro dessa Frente possamos nos informar sobre a situação política do outro (Registro de campo, Junho 2016).

Para os membros da FIRI era importante deixar clara a necessidade de se criarem “novas formas de representação sobre a questão migratória”. Para Regina, uma jovem luso-brasileira portadora de um Visto Permanente, é necessário mostrar a parte positiva, construtiva, artística e cultural dos migrantes, deixada de fora na cobertura de grandes meios de comunicação: “Achamos por bem criar outro espaço midiático, prioritariamente audiovisual, para dialogar sobre as comunidades migrantes de forma geral. Se a grande mídia se recusa a dizer que isso está acontecendo, nós vamos criar um canal para mostrar” (Registro de campo, Junho 2016).

Soube posteriormente que, mesmo estando em viagem à Bolívia, Jobana, militante boliviana e integrante da Equipe de Base Warmis, havia deixado uma mensagem de união e articulação entre migrantes e refugiados:

Queremos ser vistos como sujeitos políticos, capazes de nos organizar, colocar nossas pautas e posicionamentos. Acreditamos que juntos, sim, somos mais fortes, e que nossa diversidade cultural nos enriquece e fortalece como Frente. Nosso papel é importante para visibilizar a causa de migrantes e refugiados (MIGRAMUNDO, 2016).

Os festivais, seminários e rodas de conversa promovidos frequentemente por grupos de refugiados e imigrantes a partir de 2015, dirigiam-se de modo específico à autorrepresentação e reconhecimento. Em um contexto de visibilização dos imigrantes e refugiados a partir dos “problemas” que padecem ou geram, os debates, as apresentações musicais e até as comidas, eram apresentadas com orgulho

como meios de aproximação cultural e como formas de valorização da presença imigrante para além dos discursos hegemônicos. Esses eventos aconteciam com relativa frequência e poucas vezes contavam com autoridades do governo ou das congregações religiosas. Organizados pelos próprios imigrantes, eram convidados, principalmente, outros refugiados e imigrantes, músicos, artistas e intelectuais que puderam falar a partir da sua própria experiência migratória. No período que estive em campo, os eventos trataram especialmente da situação de violência da República Democrática do Congo e da Palestina.

Vítimas de perseguições em seus países de origem e de situações de precariedade no Brasil, refugiados e imigrantes expunham suas visões sobre os conflitos em seus países de origem assim como no Brasil. Tentando reverter as condições de poder, frente a eventos similares realizados em prédios públicos ou de congregações religiosas, os refugiados e imigrantes sentiam-se cómodos para expressar suas críticas:

Como funciona hoje o tema da ajuda aos refugiados? Funciona assim, se tenho muita roupa sobrando na minha casa, vou dar para os refugiados, aí o cara chama a imprensa e tira uma foto entregando roupa aos refugiados. Um dia um cara me ligou e me falou: – “Kamel tenho muita roupa” – “Sério?”, eu falei “Para fazer o quê?” – “Para dar para os refugiados”, me diz. As pessoas gostam muito de dar roupas e dar dinheiro às ONGs que ajudam os refugiados, mas quando vem um refugiado na rua, eles atravessam para o outro lado porque confundem com um delinquente (Registro de campo, Julho 2016).

As ações e falas desses refugiados e imigrantes transformavam-se nesses contextos em recursos políticos que traziam à cena pública não apenas as experiências de dor – tanto nos seus países de origem, como no Brasil – mas novos projetos e formas de realizá-los. Além disso, existia um “convite” para que a rede de “apoiadores” – incluída a academia – repensássemos nosso próprio papel num processo de múltiplas desigualdades. O que tenho observado nos eventos a que assisti, assim como em outras experiências acompanhando as atividades e outras cenas da vida cotidiana das pessoas do GRIST é que a crítica ao trato recebido pelas organizações humanitárias é acionada conjuntamente com o rechaço a serem representados apenas a partir do sofrimento e da vulnerabilidade.

O fato dos eventos incluir bandas de música, comidas e roupas típicas além dos debates e rodas de conversa é fundamental porque há uma ressignificação constante das fronteiras culturais e identitárias, assinalando seus posicionamentos

diante das desigualdades e levando adiante ações específicas para promover mudanças num contexto de desigualdade.

Isso implica refletir sobre a intencionalidade envolvida nos projetos artísticos do Grupo de Refugiados e Imigrantes Sem Teto (GRIST), mas também sobre as relações de poder e desigualdade no qual essas ações acontecem.¹⁶ Nesse sentido há que se lembrar, tal como assinala Malkki (1996), que inclusive as representações visuais convencionais associam os refugiados à carência, à invisibilidade, ao vazio e à falta de voz. Argumento que, a partir de práticas musicais e artísticas, esse grupo de refugiados e imigrantes encontrou ferramentas para levar adiante um projeto coletivo tendente à transformação de imagens negativas que pesam sobre as populações deslocadas e, ao mesmo tempo, uma forma de participação política e cidadã. Em outras palavras, considero que para além da proposta de autorrepresentação, essas manifestações – desde rodas de conversa sobre a situação de guerra na República Democrática do Congo até apresentações musicais em bares e restaurantes, passando por palestras em bibliotecas e instituições educativas – contribuíram para a modificação dos significados de categorias como “cidadania” e “participação política” estimulando a construção de representações mais plurais e menos estereotipadas sobre os imigrantes e refugiados.

Entretanto – e longe de ser um fato isolado – a crítica e até a denúncia do tratamento recebido por amplos setores da sociedade brasileira (ONGs, empresários, governos, pesquisadores, mídia) nos fala de movimentações significativas em cenários complexos: entre experiências particulares de mobilidade internacional e a construção de um projeto coletivo, entre sofrimentos no lugar de origem e sofrimentos no país de “acolhida”, entre formas de visibilidade e formas de participação. Os refugiados e imigrantes que lutam por seguir adiante numa cidade como São Paulo, interpelam-nos assim sobre os significados particulares dessa condição de mobilidade: falam tanto da necessidade de problematização dos discursos sobre refugiados e imigrantes quanto dos lugares onde esses discursos são produzidos e, assim, diante de representantes de ONGs, governos e pesquisadores, dizem alto e claramente: “não somos objetos”.

16 Para Sherry Ortner (2007) agência tem dois campos de significado. Em um campo de significado, “agência” tem a ver com intencionalidade e com o fato de perseguir projetos (culturalmente definidos). No outro campo de significado, agência tem a ver com poder, com o fato de agir no contexto de relações de desigualdade, de assimetria e de forças sociais. Para a autora, “agência” nunca é meramente um ou outro. Suas duas “faces” – como (perseguir) “projetos” ou como (o fato de exercer ou de ser contra) o “poder” – ou se misturam/transfundem um no outro, ou mantêm sua distinção, mas se entrelaçam em uma relação de tipo Moebius (Ortner, 2007: 58).

Este é, portanto, o cenário de fundo em que refugiados e imigrantes do GRIST vêm construindo suas próprias formas de participação política. Um cenário complexo, caracterizado, além das próprias dificuldades de viver numa cidade como São Paulo, pela precariedade das condições de vida, de trabalho, de moradia e pela falta de reconhecimento de documentos oficiais. Um cenário no qual o reconhecimento formal do status de refugiado coexiste com múltiplas invisibilidades e formas de exclusão que inclusive se inscrevem no âmbito simbólico. Assim se num nível mais geral há, por um lado, um intento por parte do governo de posicionar o Brasil como um país “acolhedor” e com uma tendência “natural” a receber “bem” a todos os que chegam de fora, por outro lado, há inúmeras tensões relacionadas com a criação e execução paradoxal de políticas públicas dirigidas a refugiados e imigrantes.

BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imagem de um imigrante negro, com estudos universitários, trabalhando na administração pública e instando à organização política dos imigrantes para efetuar suas próprias demandas e mostrar outra imagem além da “miséria” não parece ajustar-se à imagem do imigrante pobre que somente aparece em fóruns, seminários e audiências públicas para pedir ajuda. Também não parece adequar-se à imagem do refugiado que, temendo por sua vida, apenas precisa da intervenção “humanitária”.

No seu trabalho *O Índio Hiper-Real*, Alcida Ramos (1995) já alertou sobre os descompassos entre figuras burocratizáveis feitas à imagem de ONGs e ativistas brancos e pessoas de “carne e osso”, pessoas “reais”. Continuando com esta ideia, Stephanie Mc Callum (2012) chama a atenção para a criação de um refugiado hiper-real na Argentina, cujo temor pode ser apreendido, classificado e comprovado e cuja condição de vítima requer assistência urgente e por parte de organismos estatais e não governamentais (McCALLUM, 2012, p. 44). Creio que no caso dos imigrantes e refugiados chegados ao Brasil nos últimos anos, existe o risco de estar-se criando imigrantes e refugiados hiper-reais e burocratizáveis cuja condição de vítimas mobiliza a rede de apoio e os poderes públicos a tomar medidas “urgentes”.

A condição de vítimas tem sido bastante recorrente nos discursos de ONGs e também de organizações religiosas de ajuda a refugiados, solicitantes de refúgio e imigrantes. Além disso, imagens como a da fotografia que abre o segundo tópico formam parte do “imaginário do refugiado arquetípico” (MALKKI, 1996) como objeto de intervenção humanitária.

Não obstante, para muitos imigrantes e refugiados certas formas de oferecer ajuda produzem sentimentos de humilhação e desrespeito. É claro que a representação da vulnerabilidade no espaço público não é a causa do mal-estar experimentado por alguns migrantes. Não obstante, esta ajuda a consolidar uma imagem preconceituosa que coloca os migrantes apenas como pobres e vítimas que precisam da atenção humanitária.

Por último, quero destacar que não se trata aqui de questionar as ajudas aos imigrantes, muito menos as intenções dos ativistas que lutam pela defesa dos direitos dos migrantes. Trata-se, ao contrário, de mostrar alguns efeitos não esperados provocados pela construção moral da imigração. Como aprendemos com Fonseca e Cardarello (1999), a criação de uma “frente discursiva” - fruto da negociação entre diversos grupos de interesse trabalhando em torno de um mesmo tema – pode ser uma “faca de dois gumes”. Por um lado, fundamental para impulsionar o apoio político em bases amplas e eficazes, mas, por outro lado, propensa a reificar o grupo alvo de preocupações, nutrindo imagens que concorrem com a complexidade da realidade (FONSECA; CARDARELLO, 1999, p. 85).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGIER, Michel. Refugiados diante da nova ordem mundial. *Tempo Social: revista de Sociologia da USP*, v. 18, n. 2. 2006, p.197-215. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v18n2/a10v18n2>>. Acesso em: 14 abr. 2017.
- ETCHEVERRY, Daniel. “*Vivo en un mundo y quiero outro*”: un estudio etnográfico sobre los discursos migratorios e as modalidades de controle dos imigrantes em Buenos Aires, Madri e Porto Alegre. 2011. 483 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- FASSIN, Didier. *La Razón Humanitaria*. Buenos Aires: Prometeo, 2016.
- FELDMAN-BIANCO, Bela. Memórias de luta: Brasileiros no Exterior (1993-2010). *REMHU - Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, Brasília, v. 24, n. 48, p. 45-61, set. 2016.
- FERREIRA, Jaqueline; SCHUCH, Patrice (Orgs.). *Direitos e ajuda humanitária: perspectivas sobre família, gênero e saúde*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2010.
- FONSECA, Claudia; CARDARELLO, Andrea. Direitos dos mais e menos humanos. *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, v. 5, n 10, p. 83-121, 1999.
- GATTI, Gabriel. El misterioso encanto de las víctimas. *Revista de Estudios Sociales*, Colombia, v. 56, n. 1, p.117-120, abr. 2016.

- _____.; MARTÍNEZ, María. El ciudadano-víctima. Notas para iniciar un debate. *Revista de Estudios Sociales*, [s. L.], v. 1, n. 59, p. 8-13, 2016.
- JARDIM, Denise. Os Direitos Humanos dos imigrantes: Reconfigurações normativas dos debates sobre imigrações no Brasil contemporâneo. *Densidades*, Buenos Aires, n. 14, p. 67-85, dez. 2013.
- _____. Imigração e refúgio como temas contemporâneos: a acolhida humanitária em tempos de Copa do Mundo. *Revista da Extensão*, Porto Alegre, n. 11, p.53-57, jan. 2015.
- MALKKI, Liisa .Speechless Emissaries: Refugees, Humanitarianism, and Dehistoricization. *Cultural Anthropology*, v. 11, n. 3, p. 377-404, 1996.
- MCCALLUM, Stephanie. El refugiado hiperreal. Formas legítimas e ilegítimas de ser refugiado en Argentina. *Revista Temas de Antropología y Migración*, Buenos Aires, v. 1, n. 4, p. 30-53, dez. 2012.
- MIGRAMUNDO. Disponível em: <http://migramundo.com/protagonismo-migrante-marca-10-festival-do-dia-internacional-do-refugiado/>>. Acesso em 18/10/2016.
- MORAES, Alex Martins. Te ponen el ojo y te sacan una radiografía: ser imigrante nas redes de saúde e concessão dos benefícios sociais em Porto Alegre. In: JARDIM, Denise; LÓPEZ, Laura. *Políticas da Diversidade: (In)Visibilidades, pluralidade e cidadania numa perspectiva antropológica*. Porto Alegre: Edufgrs, 2013. p. 135-164.
- ORTNER, Sherry. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, Miriam; ECKERT, Cornelia; FRY, Peter (Orgs). *Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas*. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 45-80.
- PATARRA, Neide Lopes. O Brasil: país de imigração? *Emetropolis: Revista eletrônica de estudos urbanos e regionais*, n. 9, p.6-18, jun. 2012.
- RAMOS, Alcida Rita. O índio hiper-real. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v.10, n. 28, jun.1995.
- SCHINDEL, Estela. Migrantes y refugiados en las fronteras de Europa. Cualificación por el sufrimiento, nuda vida y agencias paradójicas. *Revista de Estudios Sociales*, n. 59, p.16-29, 2016.

Militâncias culturais em contextos de violência rotinizada na zona oeste do Rio de Janeiro, Brasil, e em Guerrero, México

Cultural activism in routine violence contexts in the west zone of Rio de Janeiro, Brazil, and Guerrero, Mexico

Simone da Silva Ribeiro Gomes^a

Resumo O texto analisa militâncias culturais em contextos de alto grau de coerção e violência, onde atores armados se instalaram ostensivamente. Assume-se que tais espaços seriam adversos para os militantes, que, neste trabalho, são homens e mulheres de idades entre 19 e 29 anos. Empiricamente, abordaremos parte da Zona Oeste do Rio de Janeiro, no Brasil, e o estado de Guerrero, no sudoeste do México, semelhantes pela convergência de pobreza e violência. A hipótese principal do trabalho é de que a violência auxilia a compreensão da forma de militância. A fim de verificá-la, para além de uma pesquisa bibliográfica, foi realizada uma pesquisa empírica nos lugares supramencionados, a fim de traçar as bases comuns e divergentes das estratégias contestatárias desses militantes. Dessa maneira, foi possível constatar o quanto as opções de militância se organizam em resistências culturais mais ocultas por intermédio de pautas que não dizem respeito diretamente à questão da segurança pública e nem sempre são manifestadas como documentado pela literatura dos movimentos sociais.

Palavras-chave Militância; Violência; Estratégias; Zona Oeste; Guerrero.

Abstract *This text analyses cultural militancy's in highly coercive and violent contexts, where armed actors have ostensibly installed themselves. Those spaces are supposed to be adverse for militants that in this paper are man and women aged 19 to 29 years old. Empirically, we will address part of the West Zone of Rio de Janeiro, Brazil, and the state of Guerrero, in Mexico, similar in their convergence of high rates of poverty and violence. The main hypothesis guiding this paper was that violence helps understanding the forms of activism. To verify it, an empirical research in the aforementioned spaces was conducted, to verify common bases and divergences of the contentious practices of those activists and a bibliographical research was conducted. Therefore, it was possible to observe how activist options are organized in cultural*

a Bacharel em Psicologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e em Sociologia pela Université Paris 7 – Denis Diderot. É doutora em Sociologia pelo IESP-UERJ e professora do departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas (UFPeL). Contato: s.ribeirogomes@gmail.com. A autora gostaria de agradecer a sempre cuidadosa leitura de Marcelo Miranda Borel.

resistances and more hidden through practices that do not directly address public safety and not always manifested as documented in social movements theory.

Keywords *Activism; Violence; Strategies; West Zone; Guerrero.*

INTRODUÇÃO

O presente texto versa sobre a importância de considerar a violência como parte indissociável do cotidiano em regimes democráticos, em uma discussão que parte da experiência de ativistas no Brasil e no México. Essa preocupação advém de uma lacuna na teoria dos movimentos sociais, em sua abordagem da violência, que ora a toma como variável excepcional, abordando-a como um episódio localizado temporalmente (em um período revolucionário ou autoritário) ou espacialmente (em um determinado território). Desta feita, as análises sobre movimentos sociais frequentemente alternam entre a violência estatal, com seu aparato repressor ou sobre a ação violenta dos militantes, excluindo reflexões sobre outros atores e manifestações menos ostensivas de opressão.

Os sujeitos abordados nesse texto são jovens autointitulados militantes, termo cuja própria etimologia denota sua relação ambígua com a violência. Do latim *militantia* ou “servir como soldado”, amplamente difundido ao longo do século XX, após conflitos no campo da política contestatória, a noção teve uma incidência diferenciada, de acordo com os diversos contextos políticos. Exploraremos essa ambiguidade, informada pelo seu uso corrente na América Latina, mas também pela escola francesa de estudo dos movimentos sociais, que partilha da sua utilização, ao invés do termo “ativista” (activist) empregado pela literatura norte-americana.

Os militantes abordados estariam concentrados em coletivos culturais, atuando como fotógrafos, poetas e produtores culturais, em movimentos sociais localizados em periferias marcadas pela violência, onde grupos armados se instalaram de forma ostensiva. Nesse texto, a cultura será entendida como os princípios comuns que, associados às representações físicas criadas para expressá-los, são atribuídos como significado dado ao mundo (JASPER, 2016). O recorte empírico se situou na Zona Oeste do Rio de Janeiro, no Brasil, e em parte do estado de Guerrero, no México, em uma pesquisa de campo realizada entre os anos de 2012 e 2015.

Nesse texto serão abordadas as militâncias de ativistas vivendo em contextos de violência que, em suas manifestações, apesar de variarem em intensidade e configuração, serão doravante agrupadas como violência rotinizada. As atividades que desenvolvem esses jovens podem ser enquadradas como formas de a(r)tivismo

(MONACHESI, 2003, NOSSEL, 2016, RHOADES, 2012, MOTTA e ALICE, 2017), em ações diretas incidindo em espaços públicos.

O artigo se divide em três partes. Na primeira, serão contextualizados os principais conceitos e conjunturas abordados, seguido de uma discussão sobre militâncias e violências, a partir da brecha na literatura dos movimentos sociais, junto ao debate sobre os atores armados presentes no Brasil e no México. Por fim, um argumento sobre como a cultura é empregada como forma de fazer política em contextos de violência rotinizada será mobilizado.

1. MILITANTES E MOVIMENTOS NA ZONA OESTE DO RIO DE JANEIRO E EM GUERRERO, NO MÉXICO

Nesse texto, os conceitos de militantes e movimentos sociais não são usados de forma indistinta¹. O militante participa ativamente em um ou em vários movimentos, compartilhando disposições para a ação e uma socialização política para as lutas coletivas. Para MATONTI e POUPEAU (2004), tais sujeitos estariam inseridos em categorias concretas, recentes (imigrantes, sem teto) ou antigas, que conquistaram uma visibilidade inédita e que incluem o surgimento e a multiplicação de novas organizações e formas de ação. Por sua vez, os movimentos sociais serão, no presente texto, definidos como processos que buscam produzir mudanças no contexto político, nas condições socioeconômicas e na cultura, expressas tanto nas práticas simbólicas, como em suas condições materiais de produção e reprodução.

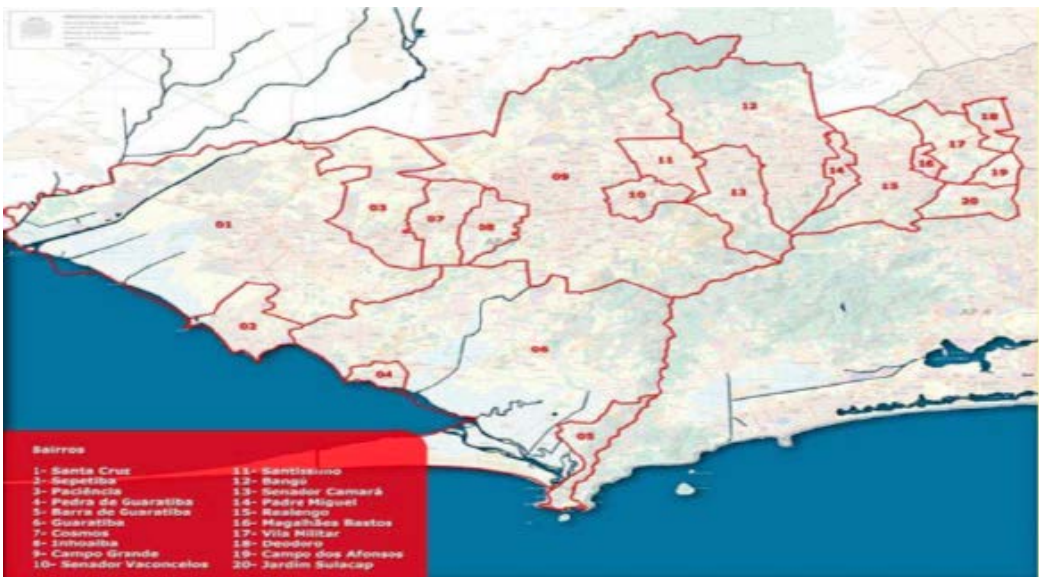
O recorte empírico desse trabalho foi uma região da zona Oeste do Rio de Janeiro, e o estado de Guerrero, no México, semelhantes em seus elementos estruturais e subjetivos, índices socioeconômicos, de pobreza e violência. A metodologia foi qualitativa, com vinte e sete entrevistas semiestruturadas, junto à observação participante e incursões etnográficas. Foram vinte militantes entrevistados² no Rio de Janeiro e três em Guerrero, sendo quinze homens e oito mulheres³, entre

1 A utilização de ambas as noções tem a ver com os contextos trabalhados nesse texto, de alta restrição para a ação, em que os militantes podem atuar de forma mais livre do que os movimentos, por não despertarem tanta atenção. A dialética entre os militantes e os movimentos é essencial para entender as idas e vindas dessas formas de organização.

2 Quatro critérios principais guiaram a escolha dos entrevistados, a saber: a) que fossem jovens, segundo a classificação do INEGI e do Estatuto da Juventude brasileiro, com idades entre 15 a 29 anos; b) que se identificassem como militantes, como parte de algum movimento ou autônomos, sem uma vinculação rígida a alguma causa/movimento/organização; c) que vissem – e, preferencialmente, que tivessem nascido – nas regiões selecionadas; d) que a sua militância estivesse relacionada à pautas específicas da sua região, mas sem excluir mobilizações mais amplas, como as lutas do antirracismo, do feminismo, entre outras.

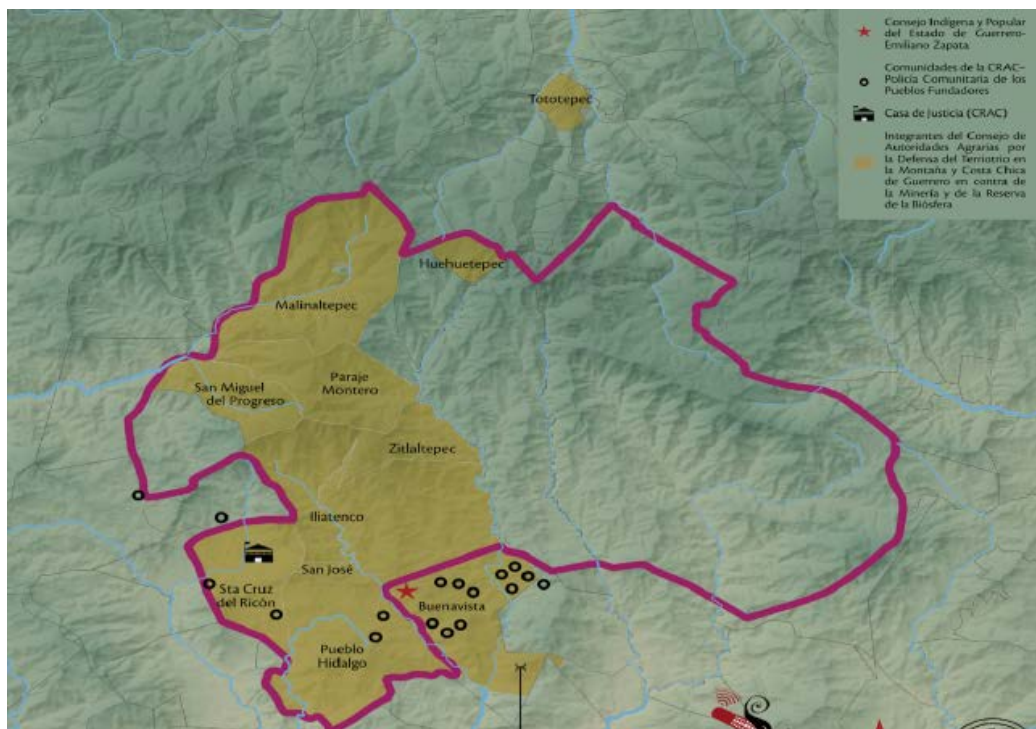
3 Esta assimetria não revela, necessariamente, uma militância predominantemente masculina, mas sim dificuldades de acesso e de tempo, entre outras complexidades dos contextos conflitivos pesquisados.

15 e 29 anos⁴, engajados em distintos coletivos, frequentemente em mais de um, agrupados no que consideraremos aqui diferentes formas de militância cultural. Assim, tais jovens encontravam-se engajados em grupos de educação popular; movimentos culturais; comunicação comunitária; coletivos LGBT; feministas; movimento estudantil, e de hip hop. Na Zona Oeste do Rio de Janeiro residiam em Campo Grande, Senador Camará, Bangu, Santa Cruz, Realengo, Santíssimo, Paciência, Magalhães Barros e Guaratiba. Em Guerrero, no México, eram oriundos de San Luis Acátlan e Iguala. Os mapas abaixo situam os espaços pesquisados em seu contexto mais amplo, Rio de Janeiro, Brasil (mapa 1) e Guerrero, México (mapa 2).



Mapa 1. (Fonte: IPP, Armazém dos Dados, 2013).

4 Todas as entrevistas semiestruturadas foram gravadas e posteriormente transcritas, com a anuência dos entrevistados, que tiveram seus nomes modificados por motivos de privacidade e de segurança. Além disso, optou-se por suprimir ou modificar, sempre que necessário, os nomes dos coletivos nos contextos pesquisados.



Mapa 2. (Fonte: Agencia Subversiones, 2014).

Primeiramente, abordaremos a militância em frentes culturais em dois contextos distintos, um eminentemente rural e outro urbano, decorrendo em divergências importantes para a análise, a saber: suas formas de atuação territorialmente diferentes, que levam em conta a geografia, distância e possibilidades de deslocamento. No que tange à cultura, essa distinção ganha contornos importantes, devido à ausência de investimento em equipamentos e espaços públicos e à forma de mobilização dos sujeitos.

A Zona Oeste do Rio de Janeiro possui uma extensão territorial de 592,33 km² e cerca de dois milhões de habitantes⁵. Além de uma ampla extensão territorial e densidade populacional, existem limitações impostas à militância pela atuação de grupos milicianos e altos índices de pobreza e violência estrutural, os mais elevados de toda a cidade. Ainda que seus bairros compartilhem de espaços de pobreza, essa não se observa de forma homogênea, com habitações de classe média e média alta junto às moradias precárias, características das favelas cariocas.

Os bairros dessa região aparentam uma dependência econômica e cultural de Campo Grande, o maior bairro da região, com cerca de 330 mil habitantes,

5 Fonte: IPP, 2005. Consultado em fevereiro de 2016 e disponível em: www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4290214/4105682/06.AnexoVIDescricaoMapadaAreadePlanejamento5.pdf.

como menciona Luis, de Paciência: “*não tem opção de lazer, ainda são muito raras e segregadas. O bairro parou no tempo, não tem um banco, gira em torno de Campo Grande ou Santa Cruz, as pessoas acabam vindo mais pra Campo Grande, porque é um centro comercial maior*”.

Já Guerrero possui uma extensão territorial de 63.794 km² e a terceira maior população indígena do México. No total, são 3 milhões e 388 mil habitantes (INEGI, 2010), 81 municípios, e sete regiões: Norte, La Montaña, Centro, Tierra Caliente, Costa Grande, Costa Chica e Acapulco de Juárez. A agricultura de subsistência é a maior atividade econômica da região e o estado ocupa o primeiro lugar no índice nacional de migração interna. O estado é um dos mais pobres do país, mas paradoxalmente rico em sua produção de minério e ouro. No que se refere ao nosso recorte empírico, La Montaña é um local de escasso saneamento básico.

Alguns eventos relativos à repressão no século XX são emblemáticos para os militantes de distintos movimentos nesse estado, como as mobilizações de 1968⁶, que antecederam a Guerra Suja do governo contra os militantes e movimentos opositores, na década de 1960 e 1970 (SOLLANO, 2010). Nesse momento, houve uma ampla difusão de práticas estatais truculentas na região, que incluíram prisões arbitrárias, torturas e o desaparecimento forçado de pessoas, sobretudo com a acusação de associação com a guerrilha. Essa perseguição de estudantes, camponeses e outros *inimigos* do governo totalizou 332 desaparecidos e presos em Guerrero, de 532 em todo o México.

Passamos ao entendimento da militância em contextos de rotinização da violência no Brasil e no México, de maneira a melhor situar impedimentos provocados pelos atores coercitivos na região.

2. APONTAMENTOS SOBRE MILITÂNCIAS E VIOLÊNCIAS NO BRASIL E NO MÉXICO

Para entender a interseção entre militantes e violências é necessário antes refletir a partir de uma lacuna existente na literatura sobre movimentos sociais, que explorou parcamente os efeitos da violência nas mobilizações⁷. Atores armados,

6 Essas mobilizações, cabe esclarecer, se deram em um ano *sui generis* em todo o mundo, mas que, no México, ficou marcado pela violência, sobretudo contra o movimento estudantil de 1968, e pela política repressiva empregada pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI) contra os dissidentes. Conduzidas pelos estudantes, as intensas manifestações do fim dos anos 1960 tiveram pautas como a democratização do ensino público, além do estreitamento das lutas com movimentos populares.

7 Ainda assim, é importante ressaltar que existe uma farta literatura sobre violências, milícia e desaparecimentos, tanto no caso do Rio de Janeiro, quanto do Brasil, com distintos enfoques e perspectivas analíticas.

como narcotraficantes, agentes estatais e milicianos foram insuficientemente analisados, conquanto possuam uma grande influência na (des)organização das práticas militantes. A violência manifesta através do controle territorial, uso de armas ou ameaça e intimidação desvela os termos das disputas e o quanto são assimétricos os espaços públicos, além dos assuntos que podem ser tratados e que alianças podem ser feitas.

Essa interseção analítica deve ser considerada em categorias mais dinâmicas do que a repressão e a criminalização. Ainda que já existam análises que privilegiem contextos ditatoriais e mobilizações (DELLA PORTA; REITER, 1998 e ACSERLALD, 2015), a violência permanente em regimes democráticos segue como uma lacuna relativa na teoria. Ainda assim, existem estudos sobre as periferias urbanas, examinando a organização da violência nas favelas no Rio de Janeiro (MACHADO DA SILVA, 2008), anunciando uma tendência no Brasil de análises que relegam à violência um atributo exclusivo de regimes autoritários ou, em menor medida, de favelas.

A repressão às mobilizações foi considerada tanto a partir de seus efeitos de reforço das mesmas (OLIVER, 1991; DELLA PORTA; REITER, 1998), quanto de sua supressão, que inclui a possibilidade das ações coletivas radicalizarem-se (GOODWIN, 2001; FILLIEULE, 2006). Movimentos e militantes violentos, por sua vez, devem ser considerados a partir de suas respostas à recusa estatal em restabelecer direitos retirados, que os levaria a infringir leis de forma violenta. Os repertórios desses movimentos incluiriam a depredação, confrontação física, construção de barricadas, conflitos com forças policiais, greve de fome, implantação de bombas, entre outros, utilizadas por um amplo espectro de militantes e movimentos.

É preciso analisar as especificidades do que entendemos como violência rotinizada na América Latina, mormente nos dois países considerados, Brasil e México, a partir de condições estruturais relativas à multiplicidade de atores associados à violência, e como esses impõem obstáculos aos movimentos e seus militantes. Assim, tanto as práticas quanto as dinâmicas mais amplas existentes nos territórios, como as diversas faces da violência, tornam-se rotinizadas.

Portanto, a análise sobre a rotinização da violência deve considerar tanto aspectos mais gerais e objetivos (como os índices de homicídios, sequestros, roubos ou desaparecimentos), quanto dimensões mais subjetivas (como o medo e a insegurança). Assim, combina-se a violência visível – manifesta na criminalidade urbana, na atuação do narcotráfico e em seus impactos em territórios periféricos, e a violência menos visível, que escapa aos dados mensuráveis pelo Estado central ao promover a internalização da violência através do medo e da emergência de códigos e práticas informais.

Assim, a ameaça e o medo são cruciais nesses contextos de alta “acumulação social da violência” (MISSE, 2008), impostos por atores como a polícia e grupos criminosos em configurações perversas. Desse modo, dentre as práticas coercitivas presentes nos territórios analisados, muitas derivam do aumento da “paramilitarização”, com as instituições estatais, como as forças armadas e a polícia atuando junto a organizações paramilitares. As milícias, no caso da Zona Oeste do Rio de Janeiro, enquanto concorrentes dos traficantes de drogas, em sua maioria, podem ser enquadradas nessa categoria.

O caráter antitético da violência não oculta o medo nem as práticas violentas e as cifras de desaparecimentos, torturas e assassinatos na Zona Oeste do Rio de Janeiro. Campo Grande é o campeão no índice das delegacias que mais registram desaparecimentos no estado do Rio de Janeiro⁸ (ALERJ, 2008). Entre janeiro de 2004 e julho de 2008, por exemplo, 8 dos 17 bairros da região concentraram 85% de todos os homicídios dolosos registrados no município (MUSUMECI, 2009). Em 2016, a região liderava os índices de homicídios na cidade, com registro de aumento no número de mortes, entre janeiro e maio⁹.

Em Guerrero, são altos os índices de desaparecimentos forçados¹⁰, sequestros e assassinatos¹¹. Entre os anos de 2012 e 2014, no governo de Enrique Peña Nieto (PRI), foram registrados treze desaparecimentos por dia¹². Em 2014, as cidades de Acapulco e Iguala, no estado, foram consideradas os municípios com maior índice de desaparecidos do país (ILLADES, 2014). Ademais, Guerrero é campeã nos índices de homicídios dolosos no México, notadamente relativos à atuação de 22 grupos criminosos em seu território¹³. Com um índice de 37 homicídios por 100 mil habitantes, é o estado com maior presença de agentes armados – do exército

8 Fonte: *op.cit.*

9 Fonte: Secretaria de Segurança ISP – RJ, Resumo dos Indicadores de maio: Acesso em 20 fev. 2016 e disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/Uploads/ResumoIndicadoresMaio2016.pdf.

10 Para o direito internacional, o desaparecimento forçado ocorre quando uma pessoa é sequestrada ou presa por uma organização política ou estatal, ou por terceiros, com autorização, apoio ou consentimento do Estado ou organização política, seguido pela recusa em reconhecer o destino da vítima e/ou o seu paradeiro, com a intenção de excluí-la da proteção da lei.

11 Guerrero, tal como Chiapas e outros 17 estados mexicanos, já possuem o desaparecimento forçado como um delito autônomo em seus códigos penais, com leis específicas para sua prevenção e sanção. Contudo, segundo a OEA (2015), alguns procuradores de justiça, em Guerrero, afirmaram não ter jurisdição para aplicar leis especiais, tipificando apenas delitos contidos no código penal do estado.

12 Fonte: <http://desaparecidos.proceso.com>. Acesso em 18 jan. 2016.

13 Fonte: <http://www.nexos.com.mx/?p=23086>. Acesso em 27 de nov. de 2015.

e da polícia federal – no México, com mais de 10 mil integrantes lotados em seu território¹⁴.

No que tange a práticas e atores, é importante conceituar o narcotráfico em seu âmbito nacional e internacional, composto por fluxos de drogas ilícitas, dinheiro, e pessoas que atravessam fronteiras, funcionando como uma espécie de empresa ilícita transterritorial, tendo simultaneamente bases e atuação locais (produção e comercialização) e trânsito transnacional (RODRIGUES, 2012). O crime organizado reorganiza-se após o desaparecimento, prisão ou morte de seus líderes, sem implicar na abolição de sua estrutura.

Já as milícias combinam dominação territorial, venda de proteção, extorsão de moradores e comerciantes e ameaças de violência. Sua definição mínima inclui a associação de policiais e ex-policiais, bombeiros e agentes penitenciários, partícipes de instituições estatais, com outros criminosos que afirmam proteger e garantir *segurança* a vizinhanças supostamente ameaçadas por traficantes. O tema adquiriu notoriedade midiática em 2006, segundo DUARTE e CANO (2012), com a denúncia de grupos vendendo *proteção*, a partir da cobrança de taxas a serem pagas pelos comerciantes e residentes, além de lucrarem com o controle monopolístico sobre diversas atividades econômicas exercidas nesses territórios, como a venda de gás, o transporte alternativo e o serviço clandestino de TV a cabo. Na Zona Oeste, esses grupos, segundo MUNIZ (2007), atuam em substituição ou em complementaridade ao policiamento público deficitário ou negligente na região.

Nos últimos anos cresceu a aliança entre a milícia e o tráfico de drogas ligada à tentativa de não desaparecerem de alguns espaços, como resultado da CPI de 2008¹⁵ que investigou a ação de alguns grupos milicianos de alta projeção. Ademais, estes estão presentes em mais de 170 áreas do estado do Rio de Janeiro, e eram anteriormente conhecidos como “polícia mineira”, surgidas no bairro de Jacarepaguá, na década de 1970, compostas por policiais ou ex-policiais contratados para proteger comerciantes (sobretudo na Baixada Fluminense), e formando grupos armados para combater o tráfico de drogas, como agentes de segurança paraestatal.

A exploração econômica das populações desses bairros é crucial em sua atuação, e baseia-se na exploração de serviços ilegais e na cobrança de taxas espe-

14 Fonte: http://www.milenio.com/policia/Guerrero-frente-ranking-delictivo-nacional_o_615538468.html. Acesso em 14 jun. 2015.

15 A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) é uma investigação conduzida pelo Poder Legislativo, que transforma a casa parlamentar em comissão para ouvir depoimentos e tomar informações diretamente.

cíficas em locais valorizados por sua tranquilidade, nos quais o tráfico de drogas a varejo é o seu referente oculto.

3. CULTURA COMO POLÍTICA EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA ROTINIZADA

O ativismo de alto risco (McADAM, 1986) se apresenta como uma forma de fazer política nos contextos abordados, um fino equilíbrio entre fatores estruturais e individuais para o engajamento na militância. Para esse autor, algumas militâncias seriam mais arriscadas que outras, sendo necessário considerar a ideologia e o movimento no qual se inserem como variáveis intervenientes. Ainda assim, a noção parece excessivamente enfocada no sujeito, desconsiderando a teia de relações em que este encontra-se envolvido.

Conquanto relativamente imprecisa, essa noção nos guia pelo panorama dos contextos abordados nesse texto. Em Campo Grande, Matheus¹⁶ afirma que *“nossa ação vai até determinado ponto, até o ponto em que a milícia deixa. A partir de um ponto a gente começa a correr risco de vida e fica muito complicado por conta do medo”*. A restrição imposta pela territorialização de espaços residenciais segregados por traficantes de drogas afeta os militantes dessas áreas (SOUZA, 2008; 2009), impactando no cerceamento da liberdade e nos empecilhos criados para movimentos sociais. Parece vigorar uma *“lei da mordaca”*, que impede a elaboração de trabalhos prioritários. Nas favelas, por exemplo, os líderes de associações comunitárias justificam ou amenizam a coação sofrida pelos traficantes, por exemplo, impedindo a *“constituição de públicos que se sintam concernidos e se mobilizem na definição de problemas a serem tratados como prioridades e publicamente”* (FREIRE, 2008, p. 171).

Os militantes, nesses contextos, reinventam suas formas de ação, ao perceberem a discricionariedade estatal nos bairros em que vivem. Dessa forma, Carla¹⁷, em Guaratiba, afirma *“as pessoas não saem em Guaratiba. Se elas querem sair pra ir a algum lugar de lazer, elas vão pegar uma condução, próximo da sua residência não existe esse espaço”*. Já Laura¹⁸, em Senador Camará, comenta: *“não existem bibliotecas na Zona Oeste, nenhum lugar assim onde podemos só pegar um livro”*. Ainda que existam bibliotecas comunitárias em alguns desses espaços, é importante considerar que, dado o baixo poder aquisitivo da maioria da sua

16 Militante em um pré-vestibular comunitário da Zona Oeste do Rio de Janeiro, entrevistado em 13 de novembro de 2013.

17 Militante em um coletivo de hip-hop da Zona Oeste do Rio de Janeiro, entrevistada em 15 de março de 2014.

18 Militante em um pré vestibular comunitário da Zona Oeste do Rio de Janeiro, entrevistada em 6 de junho de 2014.

população, as opções culturais oferecidas são distintas daquelas disponíveis nas zonas centrais da cidade. A ideia principal do a(r)tivismo nesses contextos parece ser a mudança da relação dos jovens com seus espaços a partir da arte, redimensionando um certo “monopólio da cultura” dos grandes centros (GONÇALVES, 2017).

Os militantes entrevistados coexistem com grupos armados, como as milícias, e elaboram estratégias que se adaptam à organização político-institucional que rege esses bairros, seja por uma via legal/institucional, ou “por fora” dos canais oficiais. Assim, os partidos políticos e as associações de moradores são importantes de serem levados em consideração na análise, ainda que os candidatos a cargos públicos sejam encarados com desconfiança por parte dos militantes da Zona Oeste – já acostumados com a presença ostensiva dos políticos em época de campanha. Para Ruth¹⁹, em San Luis Acatlán, Guerrero, “*é importante saber em quem confiar nas assembleias, não queremos que eles apareçam aqui só pra virem como candidatos depois*”.

Os militantes na Zona Oeste dialogam frequentemente com o Estado pelo financiamento das ONGs atuantes na região, e pelos escassos apoios às iniciativas locais. Isso implica em um relativo direcionamento da agenda para ações que não abordem o tema da violência e segurança pública, ao passo que a militância cultural é frequentemente apoiada financeiramente.²⁰ Assim, esse engajamento em iniciativas culturais, que não enfrentam a situação da (in)segurança pública local tem sido comum na região junto à formação de grupos de educação popular que buscam trabalhar a partir da realidade política dos educandos.

Outras atividades encontradas no contexto são cine-clubes, oficinas de poesia, saraus culturais, entre outras. Em Guerrero, desde o desaparecimento dos 43 jovens de Ayotzinapa, é realizado um festival de grafite e poesia chamado *Resiste Igualá*. Ademais, performances culturais em espaços de alta visitação, como o palácio Belas Artes, como demonstra GONZALEZ HERNANDEZ (2017), são mais frequentes no México desde esse episódio, uma inflexão política mexicana contemporânea. Outra estratégia relatada foi o deslocamento geográfico e a ações em territórios

19 Militante em uma rádio comunitária de Guerrero, no México, entrevistada em 27 de fevereiro de 2015.

20 Um exemplo são os editais do Instituto Rio, ONG sediada no Rio de Janeiro, cujo objetivo é fortalecer iniciativas que promovam o desenvolvimento comunitário da Zona Oeste. Nos últimos anos, os projetos de cunho estritamente cultural foram fortemente apoiados, como se pode observar, por exemplo, na lista dos ganhadores de um edital de apoio, em 2015. Instituto Rio. Acessado em 12 de Junho de 2018, e disponível em: http://www.institutorio.org.br/projetos_apoiados_2015. No ano seguinte, o padrão se repete: <http://www.universidadecomunitariazo.com.br/2016/03/o-instituto-rio-comunica-os-resultados.html>.

distintos aos de sua moradia. A militância nesse estado recorre a ações consideradas violentas, como o bloqueio de estradas e a ocupação de edifícios públicos.

O mais recorrente em Guerrero são as rádios comunitárias, um importante veículo para a militância cultural, tendo aparecido na década de 1970, promovendo a construção de meios de comunicação próprios, com programas educativos e culturais definidos pela comunidade (GASPARELLO, 2012). A maioria dessas rádios funciona sem licença, dado que a legislação mexicana para a sua atuação só outorga concessão a rádios comerciais e permissões, na maioria das vezes, para universidades e organismos governamentais. A população se mobiliza a partir de chamadas telefônicas, essenciais nas zonas rurais mexicanas, desafiando o isolamento geográfico e alcançando comunidades mais isoladas onde outros meios de comunicação não chegam.

Na rádio comunitária Cabañas²¹ (na região da Montaña, onde me instalei), os pedidos por músicas e notícias são feitos na língua indígena mixteca e em castelhano, um dado importante tendo em vista os altos índices de analfabetismo local, tornando a comunicação oral mais eficiente. A promoção da comunicação nas comunidades estimula a reflexão teórica e a capacitação prática, através de atividades como vídeo, imprensa, rádio e teatro populares, dinamizando as redes de movimentos locais (DOIMO, 1995).

O estado de Guerrero possui uma alta presença de efetivos militares, iniciado na década de 1970, com o pretexto de combater a guerrilha. Um dos efeitos dessa ostensiva ocupação militar, para PANSTERS (2012), é sentido pelos militantes, quando se controla militarmente a contenção, que implica, em termos práticos, na dificuldade de distinguir a força empregada para combater o crime organizado da dissuasão e repressão dos movimentos sociais. O estado foi recentemente alçado a um dos maiores produtores mundiais de amapola²², aumentando os perigos para os militantes e para a população, cada vez mais cerceada.

Finalmente, os militantes culturais seguem uma certa internacionalização dos movimentos, buscando em redes transnacionais uma estratégia de publicização segura, de denúncia e atenção internacional que não implique na retaliação local de suas causas (ROVIRA, 2009). Dessa forma, o intenso diálogo estabelecido entre as organizações locais com organismos internacionais como a Organização dos Estados Americanos (OEA), e com a Organização das Nações Unidas (ONU),

21 Nome fictício.

22 Planta base para a produção de drogas como a cocaína e a heroína.

somado às redes transnacionais de apoio, parece ser uma estratégia importante para a sobrevivência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O brutal assassinato da parlamentar Marielle Franco, no centro do Rio de Janeiro, em 14 de março de 2018, evidencia algumas das dinâmicas violentas de quem ousa enfrentar-se com os poderes armados na cidade, quer em sua institucionalidade, pela violência policial, quer em suas formas ilegais e paralegais. Dessa maneira, o texto buscou desvelar algumas das características das militâncias culturais, dentro do que convencionamos chamar de a(r)tivismo, em contextos de alta conflitualidade, nos quais a maioria dos problemas experimentados por seus moradores não pode ser veiculado abertamente, devido à falta de segurança e a extorsão imposta pelo tráfico de entorpecentes.

A militância em coletivos culturais aparece para os jovens nos contextos trabalhados como uma saída menos vigiada, mas de grande importância para a discussão dos problemas vividos nessas regiões, uma maneira alternativa de falar sobre problemas relativos à violência. Afinal, o enfrentamento que implica a resistência direta ao narcotráfico tem de levar em consideração os severos riscos de vida em jogo. Opor-se ao narcotráfico implica, por exemplo, obstaculizar suas extorsões e atingi-los economicamente, atitudes perigosas nesses territórios.

A proeminência das rádios comunitárias, no caso mexicano, dimensiona a importância para as redes militantes de mobilizarem seus *vizinhos*, ao mesmo tempo que a articulação com ONGs e organismos multilaterais explica parcialmente a visibilidade global adquirida por casos como o de Ayotzinapa. A inserção das pautas locais em redes de solidariedade internacional aparece como visivelmente mais consolidada em Guerrero do que na Zona Oeste carioca.

Ainda assim, o medo constante vivenciado pelos militantes nessas regiões, por trazerem à luz detalhes das configurações entre o legal e o ilegal no território onde vivem, é retrato de um panorama mais amplo de desmobilização. As análises sobre os movimentos igualmente devem atentar para expressões menos visíveis de organização, para que possam enxergar manifestações culturais que denunciam opressões relativas ao narcotráfico, por exemplo.

No Brasil, Araújo (2012), relata a experiência do Tribunal Popular, um esforço de alguns anos de construção de um espaço político de formulação de críticas políticas capazes de mobilizar atores políticos contra a violência estatal e por justiça, a partir de denúncias públicas, com análises, depoimentos orais, vídeos, peças de processos jurídicos, para, simbolicamente, julgar os crimes cometidos

pelo Estado. O Rio de Janeiro, nessa experiência, foi apresentado como parte de um laboratório militar, ainda que na zona Oeste da cidade, particularmente, não existam ativismos, ao menos aparentemente, que abordem direta e ostensivamente a violência policial e milicianas, como acontece em outras regiões de menor presença de grupos milicianos.

Assim, nessas novas formas de fazer política mediadas pela violência foram diversas as adaptações encontradas, individuais ou coletivas, como uma busca pela invisibilidade e, ao mesmo tempo, visibilidade em suas ações – com atos públicos, reuniões e distribuição de panfletos, por exemplo – que sob o pretexto de algum assunto *aceitável*, podem introduzir discussões consideradas *inaceitáveis*, como as relativas à violência.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, Maurício. *Evolução urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 2013.
- ACSELRAD, Henri. Entre a Lua e a Rua: Uma topologia social da clandestinidade política na cidade do Rio de Janeiro, 1969-1973. *Mana* v. 18, n. 1, p. 7-35, 2012.
- ALERJ - Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no estado do Rio de Janeiro. (Resolução no 433/2008). Rio de Janeiro, 2008.
- ARAÚJO, Fábio A. *Das consequências da “arte” macabra de fazer desaparecer corpos: violência, sofrimento e política entre familiares de vítima de desaparecimento forçado* / Fábio Alves Araújo. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2012.
- DELLA PORTA, Donatella; REITER, Herbert. *Policing protest: The control of mass demonstrations in Western democracies*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1998.
- DOIMO, Ana Maria. *A voz e a vez do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, ANPOCS, 1995.
- DUARTE, Thaís; CANO, Ignácio. “No sapatinho”: a evolução das milícias no Rio de Janeiro (2008-2011). Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2012.
- FREIRE, Jussara. Elevar a voz em uma ordem violenta: a indignação colocada à prova pelo silêncio. Em: MACHADO DA SILVA, L.A. (Org.). *Vida sob cerco – violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Faperj, 2008.
- FILLIEULE, Oliver. “Requiem pour un concept – vie et mort de la notion de structure des opportunités politiques”. Em: DORRONSO, Gilles. *La Turquie conteste – Mobilisations sociales et régime sécuritaire*. Paris: CNRS Editions, 2006.
- GASPARELLO, Giovanna. La celebración a Tata Bègò, Señor del Rayo. La relación profunda entre los pueblos y la naturaleza: lo que la explotación minera en la Montaña de

- Guerrero amenaza con desaparecer. Ponencia presentada en la V Mesa Redonda “El conocimiento antropológico e histórico sobre Guerrero”, Taxco de Alarcón, Guerrero, 22- 24 de agosto del 2012, CNAN-INAH, Coordinación Nacional de Antropología, Centro INAH Guerrero, 2012.
- GOODWIN, Jeff. *No other way out: states and revolutionary movements, 1945-1991*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.
- GONÇALVES, Livia M. A. *Ações coletivas no espaço urbano: as articulações culturais da rede “Norte Comum”*, 41º Encontro Anual da Anpocs GT 34 - Urbanidades possíveis nos múltiplos usos da rua, 2017.
- GONZALEZ HERNANDEZ, Manuel Francisco. El cuerpo en la protesta social por Ayotzinapa. Prácticas artísticas y activismo en la toma política y cultural del Palacio de Bellas Artes. *Andamios*, México, v. 14, n. 34, p. 115-135, agosto 2017. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-00632017000200115 Acesso em 15 agosto 2018.
- ILLADES, Carlos; SANTIAGO, Teresa. *Estado de Guerra – De la guerra sucia a la narcoguerra*. Mexico, DF: Editora Era, 2014.
- INEGI – Instituto Nacional de Censo de Población y Vivienda. Panorama sociodemográfico de Guerrero. Instituto Nacional de Estadística y Geografía. México: INEGI, 2010.
- JASPER, James M. *Protesto: Uma introdução aos movimentos sociais*. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.
- MACHADO DA SILVA, Luis Antonio (org.). *Vida sob cerco – violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Faperj, 2008.
- MATONTI, Frédérique; POUPEAU, Franck. Le capital militant: essai de définition. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, v. 155, p. 4-11, 2004.
- MCADAM, Doug. Recruitment to High Risk Activism: the case of Freedom Summer. *American Journal of Sociology*, v. 92, n. 1 (Jul 1986), p. 64-90, 1986.
- MISSE, Michel. Sobre a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. *Civitas*, Porto Alegre, v. 8, n. 3, p. 371-385, set.-dez, 2008.
- MONACHESI, Juliana. *A explosão do a(r)tivismo*. Folha de S. Paulo, Mais!, p. 4-9, 06 de abril de 2003.
- MOTTA, Gilson; ALICE, Tania. A (r) tivismo e utopia no mundo insano. *Arte filosofia*, n. 12, p. 32-47, 2017.
- MUNIZ, Jacqueline; PROENÇA, Dominício. Muita politicagem, pouca política, os problemas da polícia são. *Estudos Avançados*, v. 21, n. 61, p. 159-172, 2007.
- MUSUMECI, Leonarda. Segurança pública na Zona Oeste do Rio de Janeiro: diagnóstico e propostas. In: LA ROVERE, Renata L.; SILVA, Mauro Osorio da. (Orgs.). *Desenvolvimento*

- econômico local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e seu entorno*. Rio de Janeiro: Pod Editora, 2009, p. 151-184.
- NOSSEL, Suzanne. Introduction: On “Artivism,” or Art’s Utility in Activism. *Social Research: An International Quarterly*, v. 83, n. 1, p. 103-105, 2016.
- OLIVIER, Johan L. State repression and collective action in South Africa, 1970–84. *South African Journal of Sociology*, v. 22, n. 4, p. 109-117, 1991.
- PANSTERS, Wil. *Violence, Coercion and State Making in Twentieth Century Mexico: The Other half of the Centaur*. Stanford: Stanford University Press, 2012.
- RHOADES, Mindi. LGBTQ youth+ video activism: Arts-based critical civic praxis. *Studies in Art Education*, v. 53, n. 4, p. 317-329, 2012.
- RODRIGUES, Thiago. Narcotráfico e Militarização nas Américas: Vício de Guerra. *Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, janeiro/junho 2012.
- ROVIRA, Guiomar. *Zapatistas sin fronteras: Las redes de solidaridad con Chiapas y el altermundismo*. México, D.F.: Ediciones Era, 2009.
- SOLLANO, Saúl L. *Insurrección cívica, insurgência guerrillera y luchas campesinas por autonomía y democracia frente a la violencia de Estado en Guerrero*. Tesis de Maestría en Desarrollo Rural, UAM-Xochimilco, 2002.
- SOUZA, Marcelo J. L. *Fobópole: o medo generalizado e a militarização da questão urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- SOUZA, Marcelo J. L. Social movements in the face of criminal power - The socio-political fragmentation of space and ‘micro-level warlords’ as challenges for emancipative urban struggles. *City*, Vol. 13, No. 1, March 2009.
- TILLY, Charles. *From Mobilization to Revolution*. New York: McGraw-Hill, 1978.
- VIEIRA, William. Núcleo Socialista de Campo Grande: interações entre memórias e história em contexto local / William de Souza Vieira, 2015.

Cruzar a metrópole: segregação urbana, exclusão social e a lógica restritiva dos serviços de transporte

Crossing the metropolis: urban segregation, social exclusion and the commodified structure of public transit

Marina Abreu Torres^a

Resumo Inserido nos debates sobre a mobilidade, este artigo discute o papel dos transportes coletivos na vida urbana, com uma análise específica do município de Ribeirão das Neves, localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Partindo do pressuposto de que a mobilidade não é atributo universal, mas vivida de maneira desigual nos territórios da metrópole, analiso as relações entre transporte, segregação urbana e exclusão social. A partir de dados secundários, mostro como a mobilidade em Ribeirão das Neves é baixa – ou seja, o tempo médio de deslocamento de sua população é alto e o acesso ao transporte é fortemente condicionado pela renda. O município conta com linhas de ônibus pouco frequentes, de baixa qualidade e caras, o que afeta diretamente a possibilidade de seus moradores acessarem outras regiões da metrópole, agravando a exclusão. A partir de trabalho etnográfico nos ônibus de Ribeirão das Neves, foi possível perceber os problemas enfrentados pelos moradores e as barreiras sociais impostas pelo sistema de transportes da região. A pesquisa mostra ainda como a mobilidade e o desenraizamento, supostos atributos da vida moderna, não são condições globais, mas circunstâncias altamente dependentes do capital de que certo grupo dispõe.

Palavras-chave Mobilidade; Transporte; Segregação Urbana; Exclusão Social.

Abstract *Written among other works on mobility, this article discusses the role of public transit in urban life, analyzing the specific case of Ribeirão das Neves, in the Metropolitan Region of Belo Horizonte, Minas Gerais. Ribeirão has been regarded as a typical “commuter town” and a privileged location of residence for the urban poor, who could no longer afford living in the state capital. Secondary data shows low rates of mobility in Ribeirão das Neves, as well as longer average time spent on*

a Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles, Núcleo RMBH, mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ, bacharel em Ciências Sociais pela UFMG.

transit when compared to other places in the metropolitan region. This is the case for the neighborhoods along BR-040, a federal road that crosses the city, which are specifically analyzed in this work. In this context, low-frequency and expensive buses directly affect the possibility of those who live in the margins of the road to access other parts of the city, aggravating processes of social exclusion. Through ethnographic work on the buses of Ribeirão das Neves, some of the struggles faced daily on transit come to light, as well as the consequences of these problems on social life. The research also shows that mobility and uprooting, supposedly attributes of modern life, are not universal conditions, but strictly related to the capital accessed by different groups.

Keywords *Mobility; Transit; Urban Segregation; Social Exclusion.*

INTRODUÇÃO

Em 1879, o Ministro da Fazenda imperial decide aumentar em vinte réis, ou um vintém, o preço das passagens dos bondes que circulavam no Rio de Janeiro. O primeiro aumento tarifário do transporte público leva cerca de 5 mil pessoas a ações violentas de protesto na cidade. O movimento de indignação popular ficou conhecido como Revolta do Vintém. Na época, “manifestantes tomavam os bondes, espancavam os condutores, esfaqueavam os animais usados como força de tração, despedaçavam os carros, retiravam os trilhos e, com eles, arrancavam as calçadas” (JESUS, 2006 *apud* VELOSO, 2015). Como constata Veloso, a virulência da revolta é indicativa de como, já ali, o transporte público e sua tarifa influíam no cotidiano da população urbana. Reivindicações como essa marcam toda a trajetória da urbanização brasileira, em que a população pressiona o poder público por melhorias no sistema e por tarifas acessíveis. Entre vários outros casos, os chamados “quebra-quebras” percorreram São Paulo em 1947, com a depredação de ônibus e bondes; novamente o Rio de Janeiro, em 1956; Salvador, em 2003, na Revolta do Buzu; e Florianópolis, no ano seguinte, na Revolta da Catraca. Em 2013, as manifestações que se espalham por todo o país nascem, também, de protestos contra aumento tarifário nos ônibus urbanos.

Esses eventos mostram como a provisão de transporte coletivo tem sido uma reivindicação popular constante, entendida como condição essencial para a própria vida nas cidades. As relações espúrias entre empresas de ônibus e poder público ficaram evidentes quando, no Rio de Janeiro, Jacob Barata Filho, empresário que controla 13 das 45 concessionárias do transporte coletivo da cidade, foi preso, em julho de 2017. Conhecido como o “rei do ônibus”, Barata Filho é acusado de envolvimento com pagamento de propinas durante o governo de Sérgio Cabral no

estado do Rio de Janeiro, em troca de vantagens para suas empresas. Não é difícil imaginar que situações semelhantes aconteçam em outras cidades e contextos. De fato, a literatura tem apontado para a força dos grupos empresariais que controlam o transporte por ônibus no Brasil desde pelo menos os anos 1990 (CANÇADO ET AL, 1998; BRASILEIRO ET AL, 1999; VELOSO, 2015). E, se a atividade não se estrutura visando ao interesse público, mas sim ao de um grupo minoritário que opera o serviço, é evidente que os problemas se perpetuam. Em diversos espaços das metrópoles, o ônibus sequer passa: linhas inexistem ou seus horários são escassos e frequentemente descumpridos. No entanto, a existência do serviço de transporte pouco significa, já que passagens exorbitantes deixam de fora quem não pode pagar e veículos lotados e desconfortáveis permeiam o cotidiano de quem não encontra outra possibilidade para se deslocar.

As discussões sociológicas sobre a mobilidade têm buscado compreender como as novas formas e possibilidades de movimento impactam e configuram as sociedades contemporâneas (KAUFFMAN; BERGMAN; JOYE, 2004). Argumenta-se que as distâncias têm ficado menores, que o espaço tem sido aniquilado pelo tempo e que as fronteiras já não são mais tão rígidas. O espaço urbano seria um ambiente dinâmico e as sociedades atuais seriam caracterizadas pela fluidez e pela possibilidade de pessoas e coisas atravessarem territórios. No entanto, deve-se ressaltar que os processos de formação e estruturação das cidades engendram desigualdades e hierarquias, que se manifestam também nas distintas possibilidades de se fixar e se mover no espaço urbano (BOURDIEU, 2008). Assim, sigo a proposta de Vasconcellos (2001) para que façamos uma “sociologia do transporte”, analisando como a mobilidade está ligada às relações sociais e estruturas de poder que conformam as cidades. Para o autor, a circulação está relacionada às necessidades de reprodução de grupos e classes sociais que, por sua vez, são condicionadas por fatores sociais, econômicos, políticos e culturais. Torna-se importante, portanto, compreender essas condicionantes e seu impacto sobre a forma como distintos grupos e classes sociais vivem, ou não, a mobilidade urbana.

Para Kaufmann (2001:1), a análise do processo de urbanização colocou a mobilidade na agenda sociológica, em especial a partir dos anos 1970. O autor aponta que o redescobrimto da centralidade dos movimentos na vida social contemporânea tem sido acompanhado de uma “multiplicidade de trabalhos sobre mobilidade cujo escopo é frequentemente bastante genérico e teórico”. Seguindo o contrafluxo, este trabalho pretende discutir a mobilidade de maneira específica e concreta, focando naquele que permanece sendo o personagem central das reivindicações populares por transporte: o ônibus urbano. Considerando a prefe-

rência pelo rodoviarismo na trajetória institucional das políticas de mobilidade no Brasil, o “triunfo” do ônibus como modo coletivo de transporte nas cidades brasileiras se faz evidente (BRASILEIRO; HENRY, 1999). Não é à toa, portanto, que os anseios populares estejam focados nesse modal de transporte. Assim, a ausência de investimentos expressivos no transporte ferroviário deixa grande parte da população das cidades brasileiras dependente dos seus precários sistemas de ônibus (FAGNANI, 2016). Permanece importante, portanto, a compreensão das dinâmicas de estruturação do transporte por ônibus e sua relação com a vida urbana cotidiana. Na tentativa de empreender um estudo concreto sobre a mobilidade urbana, adentro os ônibus metropolitanos que partem do município de Ribeirão das Neves em direção a Belo Horizonte – levando ao centro da metrópole homens e mulheres de variadas idades, após a cobrança de uma tarifa de R\$6,30. Este artigo é resultado de pesquisa realizada para meu mestrado em Planejamento Urbano e Regional, em que discuti os processos de exclusão social engendrados no dia-a-dia no transporte público de Ribeirão das Neves. Principal modo de transporte daqueles que habitam as periferias brasileiras, o ônibus representa uma série de contradições da estruturação das nossas cidades, em sua tendência de segregação, e das políticas e decisões no campo dos transportes. Na RMBH, enquanto 4,6% daqueles que ganham mais do que 20 salários mínimos utilizam os modos coletivos de transporte para se deslocar, essa porcentagem é de 34,4% para aqueles que ganham entre 1 e 2 salários mínimos (ARMBH, 2012). Os problemas relativos ao ônibus atingem de maneira contundente a parcela de menor renda da população que, por sua vez, está localizada em territórios bastante específicos da metrópole.

Este artigo se subdivide em outras duas seções. Primeiramente, faço uma análise dos processos de segregação espacial engendrados na metrópole e seus efeitos sobre a mobilidade urbana, com foco na RMBH. Para isso, foram utilizados dados secundários provenientes do Censo de 2010 e da Pesquisa de Origem e Destino da região, de 2012, articulados à literatura que visa compreender a economia urbana da região, desde uma perspectiva crítica e histórica. Em seguida, busco compreender as relações entre mobilidade urbana e exclusão social. Tomo o caso de Ribeirão das Neves como exemplo paradigmático a partir de relatos do trabalho de campo empreendido em 2017. Durante 30 dias, percorri linhas de ônibus da região conhecida como Veneza, o conjunto de bairros que se estende pela BR-040, na porção oeste do município, conversando com seus usuários regulares sobre os problemas enfrentados no transporte e suas estratégias de mobilidade. Analisando os relatos de campo, quadros de horários e outras informações sobre

o sistema metropolitano de ônibus em Ribeirão das Neves¹, foi possível compreender os diferentes níveis de restrição à vida urbana engendradas pelo sistema existente. Assim, *transporte* se articula com ‘segregação urbana’ e com ‘exclusão social’ nas duas seções que se seguem, evidenciando os limites do atual sistema e suas implicações no cotidiano dos moradores de Ribeirão das Neves e, certamente, de outras periferias urbanas.

1. TRANSPORTE E SEGREGAÇÃO URBANA

Recentemente, ouvi a reclamação de uma usuária regular de automóvel, moradora de um bairro de classe alta de Belo Horizonte, quanto à distância a ser percorrida para chegar a uma pizzaria. Estávamos de carro, em um domingo, sem trânsito, e percorreríamos 4,5 quilômetros em estimados 15 minutos na área central da cidade. “Muito longe”, ela afirmou, ressaltando que preferiria ir a um lugar que fosse de fato perto. Em Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 60% da população ocupada trabalha fora do município e 90% desses se deslocam diariamente à capital para chegar a seus locais de emprego (IBGE, 2012). A distância entre o centro desses dois municípios é de aproximadamente 30 quilômetros e o percurso, de ida e volta, é geralmente feito pelo transporte público metropolitano, constituído por ônibus que saem das franjas urbanas com destino à capital. Enquanto percorrer 30 quilômetros para chegar ao centro de Belo Horizonte e em seguida pegar uma segunda condução até o local de trabalho é normal e rotineiro (ainda que não agradável) para os moradores do bairro Jardim Colonial, em Ribeirão das Neves, 15 minutos percorridos de carro podem ser vistos como tempo elevado de deslocamento para um morador da região Centro-Sul da capital. A comparação deixa evidente como diferentes moradores da metrópole possuem percepções distintas do tempo e do espaço. Essas distintas concepções sobre distâncias e duração de deslocamentos, que não prescindem das experiências subjetivas, são também resultado das condicionantes sociais que estruturam o espaço urbano. Em uma palavra, denotam como as desigualdades sociais se refletem nas possibilidades de estar e ocupar a cidade e, conseqüentemente, de se mover dentro dela.

1 As informações foram disponibilizadas diretamente pelos órgãos gestores das políticas metropolitanas de transportes (SETOP - Secretaria de Transportes e Obras Públicas de Minas Gerais, DEER-MG - Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais e ARMBH - Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte) ou em suas páginas *online*.

No que tange à mobilidade, essas diferenças seguem padrões de segregação, recortes de classe, gênero, acesso a automóveis particulares ou ao sistema público de transportes. Nesse trabalho, compreendo a mobilidade urbana como a “condição em que se realizam os deslocamentos de pessoas e cargas no espaço urbano” (BRASIL, 2012), tendo como base a definição presente no seu marco regulatório mais recente, a lei 12.587 de 2012, que define as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana. Assim, embora os deslocamentos na cidade impliquem, em regra, em altos custos e congestionamentos, afetando quase todos os habitantes das metrópoles, é evidente que esses problemas não são sentidos da mesma forma por todos eles. As *condições dos deslocamentos*, portanto, são distintas e devem ser pensadas dentro da dinâmica mais ampla do espaço social e urbano. Residir perto do trabalho não é um atributo aleatório, assim como contar ou não com linhas de ônibus frequentes e acessíveis. Há um padrão, relativamente estruturado, de localização de serviços e atividades no território urbano, que historicamente favorece uma classe em detrimento de outra². Assim, como ressalta Brandão (2014), as desigualdades de acesso e uso do urbano e a efetivação, ou não, do direito à cidade, não resultam de uma distribuição aleatória de bens, serviços e espaços de moradia. Ainda segundo o autor, não há espaço “geométrico, euclidiano, passivo, mero receptáculo”, constituído pela relação entre objetos naturalmente constituídos (p. 60). O que se tem são *relações sociais que efetivamente constituem e modificam o território*, através de disputas, resistências e lutas travadas por diferentes grupos sociais. Processos históricos de formação e estruturação das cidades engendram desigualdades e hierarquias, que se manifestam também nas distintas possibilidades de se fixar e se mover no espaço urbano. Portanto, os deslocamentos pela cidade e os transportes urbanos devem ser pensados em sua relação com os processos de estruturação urbana e organização territorial que, por vezes, se configuram produzindo e aprofundando desigualdades e possibilidades distintas de viver a cidade.

Ribeirão das Neves é, por vezes, negativamente estereotipada entre os moradores da metrópole belorizontina, tendo seu espaço associado à violência, pobreza e privações. Se sua população, de fato, enfrenta dificuldades cotidianas no acesso a serviços públicos, infraestrutura urbana, emprego e segurança, essas condições devem ser pensadas historicamente e dentro do contexto regional de formação do espaço urbano. Belo Horizonte foi uma cidade planejada no final do século XIX

2 Ver, para o caso específico da Região Metropolitana de Belo Horizonte, Andrade, Mendonça e Diniz (2015). Para o caso brasileiro, Kowarick (1979). No contexto internacional, destaca-se o trabalho de Harvey (1980; 2005).

para se tornar a nova capital de Minas Gerais e o plano da cidade deixa explícito um projeto de segregação social que se aprofundam ao longo do tempo (COSTA, 1983). Desde a formação da cidade, terras são reservadas para especulação, de modo que o preço dos terrenos tem sido alto e inacessível para grupos historicamente espoliados. Contribui para isso a forte concentração da propriedade de terras – marca da ocupação do território em escala nacional. Durante a ocupação do espaço na RMBH, foi contínuo o processo de periferação, ou seja, de expulsão de grupos sociais menos privilegiados para espaços distantes das áreas centrais, com menos acesso a facilidades e serviços urbanos. Ribeirão das Neves tem sido um município paradigmático nesse sentido, abrigando uma grande parcela dos trabalhadores com baixa renda da região metropolitana (CAMPOS, 2009). A ocupação do município por grupos espoliados se deu com maior intensidade na década de 1970, mas até hoje Ribeirão das Neves tem ofertado lotes baratos para aqueles que veem o acesso às áreas centrais cada vez mais dificultado³.

Como destacam Mendonça, Andrade e Diniz (2015), o território da RMBH constitui uma realidade bastante complexa que não pode ser descrita pela simples oposição entre centro e periferia. Os espaços têm se tornado mais diversificados e as ocupações médias vêm se fazendo mais presentes nos espaços pericentrais, enquanto novas periferias surgem em áreas ainda mais distantes. Eles ressaltam ainda a grande diversidade dos espaços periféricos, seja pelo tempo de formação ou pelo espaço ocupado – sendo algumas regiões mais urbanizadas (como Justinópolis, em Ribeirão das Neves e os bairros que surgiram ao longo da BR-040), algumas com presença ainda forte dos setores agrícolas (como os municípios de Esmeraldas, Caeté e outros de baixa integração metropolitana), outras onde convivem cada vez mais setores médios e espaços marcados por forte presença operária (como o eixo industrial, no Vetor Oeste). Apesar das diferenças entre esses espaços, as análises mostram que persiste na região uma forte desigualdade interna. Os indicadores socioeconômicos apontam para melhores condições no acesso a bens e serviços em Belo Horizonte e sua extensão sul – os ‘centros’ da RMBH – e condições ainda deficitárias nas ‘periferias’ metropolitanas, como Ribeirão das Neves. A RMBH, assim como as demais metrópoles brasileiras, mantém “uma forte segregação e falta de integração entre os seus distintos espaços sociais” (ANDRADE, 2016: 116). Esses processos engendraram uma relação de profunda desigualdade entre os distintos territórios da Região Metropolitana de Belo Horizonte e, por sua vez, afetam as desigualdades nas possibilidades de ir e vir de seus moradores.

3 Ver, nesse sentido, os trabalhos de Souza (2008), Silva (2016) e Salgado (2017).

Com cerca de 296 mil habitantes, segundo o Censo de 2010 (IBGE, 2012), Ribeirão das Neves é o sétimo município mais populoso de Minas Gerais e o quarto maior da RMBH, atrás apenas da capital, Betim e Contagem. Esses últimos fazem parte do Vetor Oeste, cujo histórico de formação remete a amplos investimentos estatais em industrialização, criando um eixo industrial fortemente ocupado pelo operariado urbano da metrópole (Mendonça, 2002). Ribeirão das Neves, por outro lado, não possui atividades econômicas de grandes proporções, com ampla capacidade de absorver a mão-de-obra local. Souza (2008) demonstra que o alto contingente populacional do município não vem de uma migração com vistas a oportunidades de emprego ou melhoria de qualidade de vida. Ao contrário, o município se configurou como um “bairro popular”, para usar o termo de Campos (2009), ou, como preferem Andrade e Mendonça (2010), uma “cidade dormitório”. Considerando valores reais de agosto de 2010, Ribeirão das Neves registrou uma renda per capita de R\$ 479,77 (IBGE, 2012), valor inferior ao salário mínimo da época, R\$510,00. Nesse ano, apenas 7,44% dos trabalhadores ganhavam mais do que três salários mínimos. Ainda segundo o censo, constata-se que 58,2% dos moradores do município não possuem educação formal ou não concluíram o Ensino Fundamental e 77% não completou o Ensino Médio, em um quadro de fragilidade socioeconômica evidente.

Além das vulnerabilidades no acesso à renda e educação formal, os moradores de Ribeirão das Neves lidam ainda com as consequências do processo de periferização para a mobilidade. Enquanto 93% da população ocupada de Belo Horizonte trabalha na própria capital, 60% dos trabalhadores de Ribeirão das Neves sai do município diariamente para acessar seus locais de trabalho (IBGE, 2012). Desses, 93% está empregada em Belo Horizonte ou Contagem, os principais polos de emprego. Como mostra Souza (2008), há uma estrita relação entre periferização e pendularidade, ou seja, entre a ocupação residencial de espaços cada vez mais distantes das áreas centrais e a necessidade de deslocamento diário para o trabalho em outro município. Como destacado, a expulsão da classe trabalhadora para as franjas urbanas (49,8% dos trabalhadores pendulares de Ribeirão das Neves haviam morado, anteriormente, em Belo Horizonte) ocorre sem contrapartida de atividades econômicas nas novas áreas ocupadas. As pessoas se mudam da capital, mas continuam dependendo dela para trabalhar. A expansão periférica é, assim, acompanhada pelo aumento da demanda por sistemas de mobilidade no âmbito da metrópole – geralmente incapazes de atendê-la satisfatoriamente.

De fato, a maior parte das pessoas com quem conversei nos ônibus de Ribeirão das Neves faz parte desse grupo: são pessoas que migraram primeiramente para

Belo Horizonte ou Contagem e, progressivamente, foram ocupando lugares mais distantes na metrópole, mantendo nela o seu vínculo de trabalho. A busca pela casa própria parece ser, ainda, o principal fator que impulsiona essa migração. Dona Fátima, por exemplo, veio da Bahia, cresceu em Contagem e foi para o bairro Veneza, onde mora há quase 40 anos. Uma moradora do bairro Nápoli que morou em Belo Horizonte antes de ir para Neves⁴, onde está há 15 anos, disse: “lá não era meu” e que prefere morar num lugar próprio do que “num lugar bom”. Dona Alice, moradora do Conjunto Henrique Saporì, nasceu em Montes Claros, no norte de Minas, onde a família ainda reside. Morou no Alto Barroca, na região Oeste de Belo Horizonte, de onde se mudou para o bairro Laguna, em Contagem, e, em seguida, para a região do Veneza, onde está há 30 anos. Dona Elza, por sua vez, mora há 10 anos no Jardim Colonial. Antes, morava em um aglomerado na região Sul de Belo Horizonte. Após a morte do seu marido, ela procurou comprar um lote para ter sua casa própria, justificando: “a gente que é mulher tem que pensar nessas coisas, não é?”. Ela continua pagando as prestações da compra – adquiriu o lote já com a casa.

Expulsos dos centros da metrópole, onde a oferta de emprego é maior, os novos moradores de Ribeirão das Neves passam a depender do transporte público para permanecer inseridos no mercado de trabalho metropolitano. Andrade e Mendonça (2010) destacam que os movimentos pendulares têm se tornado mais intensos em toda a RMBH, indo de 18,16% da população ocupada para 21,94%, entre 2000 e 2010. No entanto, enquanto o aumento da pendularidade no Vetor Sul é, em geral, feito por trabalhadores de alta escolaridade formal, com salários elevados e que possuem ocupações com maior prestígio, o fluxo originário do vetor Norte-Central, onde se insere Ribeirão das Neves, consiste nos trabalhadores com menor qualificação e salários mais baixos. Os trabalhadores pendulares do município consistem, portanto, na parcela da população ocupada com menor remuneração da RMBH, integrantes do setor terciário não especializado. A maioria deles (76%), segundo o Censo 2010, realiza trabalho manual, 81,2% recebem até um salário mínimo e 93% recebem até três salários mínimos. Além disso, 45,5% dos trabalhadores que se deslocam diariamente para outro município, partindo de Ribeirão das Neves, não concluíram o Ensino Fundamental e apenas 30% deles haviam concluído o Ensino Médio.

A saída de Belo Horizonte para morar em bairros mais distantes, portanto, implica em piora nas condições de mobilidade para grande parte da classe traba-

4 Forma popular para se referir ao município.

lhadora da metrópole. As diferenças de tempo médio gasto no trajeto casa-trabalho entre os moradores de Ribeirão das Neves e de outras partes da metrópole são evidentes. Considerando os municípios das Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, Ribeirão das Neves é o 8º com porcentagem mais alta de pessoas que demoram mais de uma hora para ir ao trabalho. Esse grupo representa 41,78% dos trabalhadores do município, enquanto em Belo Horizonte são apenas 16,5%. Nos distritos específicos de Rosaneves e Sevilha, quase 20% gastam mais de *duas* horas para ir ao trabalho (IBGE, 2012). Todas as regiões do município de Belo Horizonte possuem, proporcionalmente, menos pessoas gastando mais de uma hora para ir ao trabalho do que em Ribeirão das Neves. A diferença é ainda maior nas áreas centrais da cidade e nos bairros que concentram a população de alta renda. No total da região Centro-Sul, mais de 90% dos moradores gastam menos de uma hora para ir ao trabalho. Essa proporção configura o indicador de mobilidade do Índice de Bem-Estar Urbano elaborado pelo Observatório das Metrópoles, a partir de dados de 15 espaços metropolitanos no Brasil (RIBEIRO; RIBEIRO, 2013). Verificando os índices de mobilidade da região Centro-Sul de Belo Horizonte (aferido, portanto, a partir dessa proporção e variando de 0,0 a 1,0), temos valores superiores a 0,9 para oito de suas nove áreas de ponderação. A única exceção corresponde ao Aglomerado da Serra, conjunto de vilas e favelas, cujo índice de mobilidade é 0,83 – ainda alto, portanto. Em Ribeirão das Neves, Rosaneves-Sevilha B tem justamente o pior índice da RMBH, 0,20, enquanto o maior valor do município permanece baixo: 0,60.

Segundo a Pesquisa Origem e Destino elaborada pela Agência de Desenvolvimento da RMBH em 2012, nos bairros do entorno da BR-040, em Ribeirão das Neves, 39,3% das pessoas realizam o trajeto casa-trabalho de ônibus (Gráfico 1). O tempo médio para esse deslocamento é de 1 hora e 28 minutos. Já nos bairros centrais de Belo Horizonte, apenas 12,4% dos moradores utilizam o transporte coletivo (ônibus ou metrô) para ir ao trabalho e o tempo médio para esse deslocamento é bastante inferior: 52 minutos. O modal predominante entre os trabalhadores dessa região da capital é o automóvel particular - 50,5% dos deslocamentos casa-trabalho são feitos em carro próprio e o tempo médio para quem vai dirigindo é de 39 minutos. Nos bairros de Ribeirão das Neves da Regional Veneza, apenas 15,6% dos moradores vão para o trabalho dirigindo. Destaca-se ainda a maior proporção de pessoas que vão para o trabalho de moto em Ribeirão das Neves: quase 5% dos moradores que trabalham fora. Nos bairros analisados de Belo Horizonte, apenas 1,3% dos deslocamentos para o trabalho são feitos por motocicleta. A pesquisa evidencia ainda que há um número muito maior de pessoas se

deslocando por motivos que não o trabalho em Belo Horizonte, quando comparado aos deslocamentos por motivos diversos em Ribeirão das Neves. Considerei para a comparação as viagens de origem na residência por motivo de compras, lazer, negócios, refeição e saúde. Dentro da amostra, utilizando os dados da Pesquisa Origem e Destino (ARMBH, 2012), foram 256 viagens nos bairros centrais/zona sul de Belo Horizonte e apenas 71 nos bairros da Regional Veneza, em Ribeirão das Neves. O tempo médio dessas viagens é de 34 minutos, chegando a 1 hora e 12 minutos para aqueles que vão de transporte coletivo – o que corresponde a 24% desses deslocamentos. Em Belo Horizonte, o tempo médio é de 22 minutos e apenas 13% dessas viagens são feitas por meio coletivo. A inserção periférica do município implica, portanto, em diferenças não só no acesso ao emprego, mas também aos serviços de saúde, educação e lazer.

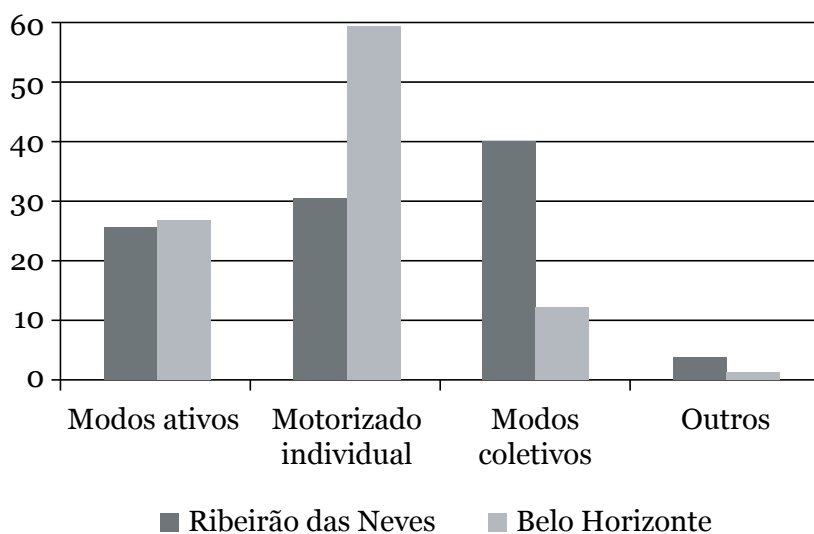


Gráfico 1. Divisão modal em Ribeirão das Neves e Belo Horizonte - Áreas selecionadas (%).
Fonte: Dados trabalhados pela autora a partir de ARMBH (2012).

A análise nas áreas homogêneas⁵ selecionadas reitera as constatações feitas a partir dos dados agregados. Aqueles que ganham menos e moram na Regional Veneza de Ribeirão das Neves vão para o trabalho, em sua maior parte, em transporte coletivo. Nas faixas maiores de salário, o uso do transporte individual

⁵ A Pesquisa Origem e Destino (ARMBH, 2012) realiza uma divisão do território metropolitano em porções semelhantes do ponto de vista socioeconômico, denominadas *áreas homogêneas*. Para a análise dos dados efetivada na pesquisa, foram feitas comparações entre áreas homogêneas correspondentes aos bairros do entorno da BR-040 em Ribeirão das Neves e áreas correspondentes a alguns bairros da região Centro-Sul de Belo Horizonte, com tamanho populacional semelhante.

aumenta. No entanto, apenas 0,7% dos deslocamentos casa-trabalho da região eram feitos por pessoas que recebiam mais do que cinco salários mínimos. Nos bairros considerados de Belo Horizonte, 50% desses deslocamentos são feitos por pessoas nessa faixa de renda. Os dados mostram, assim, que há uma concentração da população de renda mais baixa em Ribeirão das Neves e que depende mais dos transportes coletivos para fazer seus deslocamentos ao trabalho. Essas condições evidenciam as hierarquias territoriais formadas ao longo do tempo e intensificam processos de segregação espacial, uma vez que os deslocamentos para as classes populares se tornam cada vez mais caros e longos. Os trabalhadores de Ribeirão das Neves se veem obrigados a se deslocar diariamente para empregos mal remunerados e fisicamente desgastantes. Somam-se a isso os problemas referentes à qualidade desses deslocamentos, feitos, em regra, através dos sistemas públicos de transporte coletivo. O transporte metropolitano, entretanto, estruturado exclusivamente por linhas de ônibus, é extremamente caro e de baixa qualidade, o que acaba agravando uma situação de exclusão. Se os dados quantitativos mostram como a saída de Belo Horizonte para morar em bairros mais distantes implica em piora nas condições de mobilidade, os relatos de campo trazidos na seção seguinte explicitarão como os problemas se materializam no cotidiano dos moradores de Ribeirão das Neves.

2. TRANSPORTE E EXCLUSÃO SOCIAL

A relação entre formação do espaço periférico, transporte urbano e exclusão social tem sido apontada por trabalhos de viés mais sociológico, em especial, desde os anos 2000. Nesse período, elementos de justiça social e equidade passam a ser incorporados nas discussões sobre o transporte urbano – em contraponto a uma produção teórica que focava em aspectos técnicos e institucionais de gestão e capacidades estatais⁶. No Brasil, Gomide (2003) propõe que os transportes sejam pensados sob uma outra perspectiva, incorporando seu caráter social e sua relação com a pobreza urbana e processos de segregação espacial. O autor conceitua pobreza e exclusão como situações de carência material, baixa renda e acesso escasso a serviços –em que a cidadania e direitos básicos são negados a grupos sociais. Ambas as condições estariam relacionadas ao padrão de urbanização das cidades brasileiras, ou seja, aos processos de elitização das áreas centrais providas de infraestrutura e serviços públicos, associados à expulsão de parcela da população para áreas periféricas da cidade, carentes de urbanização e de equipamentos

6 Exemplos dessa abordagem são os livros de Santos e Aragão (2000) e Orrico Filho et al. (1996).

adequados. Ao mesmo tempo, o espraiamento urbano intensifica a necessidade por transporte coletivo, uma vez que os principais locais de emprego permanecem nas áreas centrais. Essa necessidade, contudo, é persistentemente negligenciada e, como resultado, constata o autor, “tem-se os mais pobres segregados espacialmente e limitados em suas condições de mobilidade” (GOMIDE, 2003: 8).

A relação entre segregação espacial, exclusão social e deslocamentos evidencia os limites da mobilidade urbana como fator gerador de justiça socioespacial. Afinal, se os processos de espraiamento e segregação territorial estão relacionados a dinâmicas urbanas próprias da produção capitalista do espaço (HARVEY, 2005), agravadas no contexto de um país periférico⁷, a melhoria nas condições dos deslocamentos será uma solução apenas parcial para problemas de ordem estrutural. A provisão adequada de transportes para áreas periféricas não pode ser vista como a única resposta aos processos de segregação territorial e expulsão das classes populares dos centros urbanos - barrar tais processos passa por transformações na própria dinâmica de ocupação do território e acesso à terra urbana. De toda forma, a discussão de Gomide (2008, 2013) mostra como a mobilidade desigual contribui para a reprodução dessa segregação, agravando o problema. Assim, no contexto atual, a provisão de transporte coletivo de qualidade e acessível se torna, também, uma das condições para o acesso à cidade, em sua plenitude, por grupos sociais historicamente espoliados⁸.

Durante o trabalho de campo em Ribeirão das Neves, presenciei inúmeras situações que evidenciam essa constatação. Em uma delas, estava em um ônibus antigo, com assentos sem estofado e bastante desconfortáveis e algumas luzes queimadas. Poucas pessoas conversavam entre si, muitas usavam fones de ouvido e utilizavam seus aparelhos celulares. Como fazia durante as viagens nos ônibus, iniciei uma conversa informal com a passageira sentada ao meu lado. Comentei: “senhora, desculpe incomodar. Estou fazendo uma pesquisa sobre os ônibus aqui de Neves. Para saber os problemas, o que deveria melhorar. Qual é a experiência da senhora?”. Tive a impressão de que ela estava desconfiada e vi a moça sentada em sua frente virar o rosto para também ouvir a conversa. Ela respondeu calmamente: “É muito ruim, a situação é muito difícil” e, em seguida, me contou que morava no bairro Alterosa, onde, em 2013, foi inaugurado um empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida. Ela demonstrou insatisfação com o bairro

⁷ A esse respeito, ver síntese da inserção do Brasil no contexto econômico global em Paulani (2012).

⁸ A ideia de *espoliação urbana* foi formulada por Kowarick (1979) e se refere ao “somatório de extorsões” que impedem o acesso a serviços de consumo coletivo necessários à vida nas cidades (p. 59).

- “não entregaram nada do que prometeram” - e mencionou a ausência de posto de saúde, escola ou linha regular de ônibus. Antes de ir para lá, morava no bairro Rosaneves, na região Sede do município. Estávamos na linha 6261- Jardim Verona e ela prosseguiu: “não temos ônibus e temos que pegar esse aqui, que quase não tem horário”. Mencionou a baixa frequência da manhã, a ausência de ônibus no início da tarde, o espaçamento de uma hora dos ônibus do fim do dia. Ela trabalha no Minas Shopping, na região Leste de Belo Horizonte e o transporte para o serviço ficou mais caro e longo após a transferência para o bairro. “Quando eu perco o ônibus, tenho que pegar um para o centro de Neves, depois outro para Justinópolis, um BRT para Venda Nova e depois um para o trabalho. São quatro ônibus”. O que demora quatro horas, ela me disse. Se perde o ônibus das 6 da manhã, acaba tendo que fazer esse outro percurso, o que custa aproximadamente 20 reais. “Isso deve dar problemas no trabalho, né? Com os patrões”, perguntei. “Demais. E se acontece alguma coisa na BR, que sempre agarra, né, eles não acreditam, não. Falam que não teve nada”.

O Sistema Metropolitano de Transporte Coletivo da RMBH é gerenciado pela Secretaria de Transportes e Obras Públicas do Governo de Minas Gerais, a SETOP, e fiscalizado pelo Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem, DEER. Em 2017, o sistema contava com mais de 900 linhas, apesar do número de quilômetros percorridos por elas ter diminuído significativamente desde 2011⁹. As linhas são operadas, desde 2008, por sete Consórcios que agrupam mais de trinta empresas concessionárias, vencedoras do processo de licitação realizado no ano anterior. Na região do Veneza, cerca de 20 bairros são atendidos por 16 linhas metropolitanas que atravessam a BR-040, passando por Contagem com destino ao centro de Belo Horizonte. Apesar de quase todos os bairros contarem atualmente com linha metropolitana própria, a maior parte delas opera em horários extremamente baixos. Duas linhas se destacam por apresentar baixíssima frequência: Jardim Colonial (6310) e Napoli via Franciscadriângela (6440). Esses atendimentos possuem apenas um veículo operando suas viagens, que partem dos respectivos bairros apenas no início da manhã e no final da tarde, com cerca de sete ou oito viagens realizadas nos dias úteis¹⁰.

Além de pouco frequentes, não há integração entre as linhas existentes e o sistema municipal de ônibus em Belo Horizonte. As linhas metropolitanas são

9 Dados fornecidos diretamente pela SETOP, disponibilizados para realização da pesquisa de Mestrado.

10 Os dados referentes ao número de linhas, itinerários e horários foram acessados diretamente nas páginas da SETOP e do DEER-MG.

radiais, ou seja, ligam os bairros de outros municípios ao centro, sem percorrer trajetos prolongados na capital. No caso das linhas dos bairros da BR-040, em Ribeirão das Neves, os coletivos circulam por duas grandes avenidas que dão acesso a Belo Horizonte e por seis ruas no hipercentro da cidade. Assim, muitas pessoas se dispõem a andar longas distâncias para economizar uma segunda passagem – geralmente não paga pelo empregador. Uma moradora do Veneza, por exemplo, que trabalha no bairro Gutierrez como babá, sai de casa entre 5 e 5:15 da manhã, desce em um ponto na Avenida do Contorno e caminha por aproximadamente 40 minutos até chegar ao trabalho. Ela trabalha ainda em outro lugar durante dois finais de semana do mês. Nesses dias, fica em Belo Horizonte, no trabalho, de sexta-feira até segunda de manhã, de onde vai para o emprego principal. Quando perguntei sobre o desgaste nos deslocamentos, ela respondeu: “fazer o quê? A gente não tem opção se tem pai idoso”. Retorna todos os dias por volta de 19 horas e quase não sai de casa após esse período. A falta de integração entre os sistemas metropolitano e municipal onera duplamente o deslocamento e consiste em um dos obstáculos à mobilidade dos moradores de Ribeirão das Neves. O ônus pode se dar pelo custo adicional de uma segunda passagem em um ônibus municipal ou pelo cansaço imposto por uma caminhada longa, ao frio ou sob sol forte, muitas vezes sem companhia e carregando cargas pesadas.

Na linha 6360, que atende ao bairro Neviana, conversei um dia com uma mulher que fazia crochê. Ela morava em Ribeirão das Neves há 17 anos e insistiu que o principal problema do seu bairro era a falta de ônibus. Disse várias vezes que gosta do Neviana, o considera tranquilo e equipado suficientemente com estabelecimentos comerciais e serviços: “aqui seria bom se não fossem os ônibus”. Enfermeira, trabalhou por um tempo na Santa Casa, em Belo Horizonte, incluindo sábados e domingos. No entanto, com frequência se atrasava para o trabalho, pois os horários nos fins de semana eram muito reduzidos: “se tem horário na semana de 4:30, eu acho que deveria ter no sábado e domingo também”. Mas não, os primeiros horários dos ônibus, nos finais de semana, eram apenas depois das cinco da manhã, o que não assegurava que ela chegasse a tempo no serviço. Assim, por um tempo, tinha que andar até a BR-040 para pegar os ônibus que passavam por lá, vindos de outros bairros da região. Ela ia com uma vizinha, até que começaram a ouvir muitos relatos de assaltos na região e pararam de fazer o trajeto. Com isso, de vez em quando, acabava se atrasando para o trabalho, o que gerou advertências e sua eventual saída do emprego. Os patrões não compreendiam: respondiam apenas que ela deveria sair mais cedo e pegar um ônibus anterior – opção que não existia. A irregularidade dos horários disponíveis fragilizava a situação social de vários

dos passageiros com quem conversei, que dependiam exclusivamente das linhas de ônibus para acessar seus locais de trabalho.

A situação em Ribeirão das Neves evidencia, ainda, a relação direta entre renda e mobilidade. Na literatura sobre mobilidade, constata-se que quanto maior a renda das pessoas, mais elas se deslocam, e com fins mais variados (CARVALHO, 2016). As famílias de baixa renda, em geral, têm seus deslocamentos restritos aos motivos de trabalho e escola e, se não estão inseridos no mercado de trabalho formal, tendem a fazê-los a pé, por não conseguirem arcar com os altos custos dos serviços de ônibus. Entre 1995 e 1996, o transporte urbano consistia no item principal do orçamento das famílias com renda mais baixa, o que explica o reduzido número de deslocamentos entre esses grupos (GOMIDE, 2003). Assim, os reajustes tarifários afetam diretamente essas famílias e agravam sua situação financeira. Quem pode pagar mais, se move mais e, normalmente, de maneira mais confortável. Gomide aponta ainda como o valor das tarifas interfere na própria possibilidade de uma pessoa desempregada conseguir trabalho: afinal, a procura por oportunidades de emprego, por si só, exige dispêndio financeiro com o transporte. Todos esses fatores convergem para a conclusão do autor: a inadequada provisão de transporte coletivo perpetua uma situação de pobreza e exclusão social, fazendo com que um serviço de transporte de qualidade se configure como “importante instrumento de combate à pobreza urbana e de promoção da inclusão social” (GOMIDE, 2003: 8). Quando o ônibus não passa, as pessoas ficam por horas esperando em pontos inseguros, chegam atrasadas em seus empregos, deixam de visitar parentes e amigos ou caminham por horas para alcançar seus destinos.

A oferta deficiente é um dos principais obstáculos à mobilidade dos moradores em Ribeirão das Neves. No entanto, o principal entrave ao transporte em uma região onde grande parte dos moradores não possui renda ou recebe pouco mais de um salário mínimo está presente mesmo quando o ônibus passa, visível assim que se entra nele. As catracas, que desde 2016 não são mais supervisionadas por um cobrador, são a materialização da barreira econômica que impede que muitos possam transitar pela metrópole. Em janeiro de 2017, as tarifas para as principais linhas dos bairros de Ribeirão das Neves passaram a custar R\$6,10¹¹. O valor de duas passagens diárias gastas de segunda a sexta-feira durante um mês chega a R\$244,00, aproximadamente um quarto do valor do salário mínimo naquele ano. Aqueles que possuem vínculos formais no mercado de trabalho recebem vale-transporte, garantido por lei desde 1985. No entanto, mais de 30% da população

11 Em janeiro de 2018, foram novamente reajustadas, passando a custar R\$6,30.

ocupada do município trabalha sem carteira assinada ou por conta própria¹² e não recebe o benefício. Como a maior parte das minhas interações ocorreu com pessoas que estavam *dentro* dos ônibus, na parte de trás, ou seja, que haviam pago a tarifa, os obstáculos representados pelo preço da passagem ficaram subdimensionados na pesquisa, aparecendo nos relatos referentes a situações pelas quais passadas ou de conhecidos.

Para todas as pessoas com quem conversei, no entanto, era evidente o quanto o valor da passagem interferia nas possibilidades de se deslocar. Essa barreira é sentida diretamente, por exemplo, sobre as possibilidades dos moradores da região de conseguirem um emprego. Como uma moradora do Cidade Neviana questionou: “quem não tem dinheiro para passagem, como vai arrumar 20 reais para vir para a cidade procurar serviço todo dia?”. Quando estava procurando emprego, disse ter encontrado um serviço no bairro Caiçara, na região Noroeste de Belo Horizonte, que seria melhor do que o atual, tanto nas funções, quanto no salário. No entanto, desistiram de contratá-la quando viram o valor da passagem, afirmando que dariam preferência para alguém que morasse na capital. Hoje em dia, ela só recebe uma das passagens que precisa para chegar ao trabalho, e caminha o resto do trajeto, até o bairro Floresta, para não ter que arcar com os custos da segunda condução. Ao analisar as contradições do transporte coletivo, Nascimento (2007: 53) constatou: “ganha preferência na contratação quem mora perto do local de trabalho – o que transforma automaticamente o morar na periferia num fator de desemprego”. Vários outros relatos corroboraram a situação vivida pela moradora do Cidade Neviana.

Ouvi de outras pessoas sobre a dificuldade de conseguir emprego devido ao valor da passagem. Em um desses casos, a moça se viu obrigada a mentir em uma entrevista de trabalho, dizendo que morava no centro. Quando não pôde mais arcar com esses custos, os patrões se recusaram a pagar a passagem para que ela continuasse trabalhando. Frequentemente, os moradores comparavam o valor da passagem com o de outros lugares: “é a mais cara da região”, “a passagem aumentou 55 centavos ano passado; em outros lugares só 20”. Também no Neviana, uma mulher comenta que precisa pagar a segunda passagem para chegar ao Minas Shopping, onde trabalha como diarista. Imaginamos como seriam as coisas se a passagem fosse extremamente baixa: um número muito maior de pessoas se deslocaria, concluímos. Era evidente, para ela, como a demanda efetiva dos transportes era subdimensionada, sendo reprimida por um valor tão elevado no preço

12 Dados do Censo 2010 (IBGE, 2012).

das passagens, fazendo com que potenciais usuários dos ônibus fossem obrigados a permanecer em casa.

Da mesma forma, as restrições impostas pelo preço da passagem no acesso ao lazer ficaram evidentes em vários relatos. Uma moradora do bairro San Marino ressaltou que a dificuldade é ainda maior para famílias grandes, com muitos filhos. Quem não tem acesso a carros acaba não saindo do bairro nos momentos livres. Ela comentou também que desde que se mudou para Ribeirão das Neves, há três anos, não conseguiu mais visitar a irmã, que mora em Betim, onde ela também residia anteriormente: “Minha irmã reclama que não vou visitar, que desde que mudei não fui lá. Mas o que eu posso fazer?”. Ela explicou que, para ir visitar a irmã, teria que pegar um ônibus para o centro de Belo Horizonte e outro para Betim, o que seria muito caro e demorado. Além disso, teria que caminhar até a BR e esperar por lá, pois o ônibus do bairro quase não passa nos finais de semana. O trajeto e a espera seriam inseguros e cansativos. Uma moradora do Veneza também se lamentou: “não posso nem levar meu neto no parque no sábado. Só a passagem para mim, minha filha e ele, mais uma coisa ou outra para comprar lá, ir aos brinquedos, daria quase 100 reais”. Se os serviços de ônibus já são insuficientes para se deslocar para o trabalho, eles se tornam ainda mais escassos nos finais de semana e nos horários noturnos, ou seja, nos períodos de descanso em que as pessoas buscam atividades de lazer e de convívio social.

Durante as conversas de ônibus, eram frequentes os comentários sobre como a falta do transporte impedia que as pessoas se locomovessem por motivos além do trabalho. Outros deslocamentos são amplamente inviabilizados pelo valor elevado das tarifas e restrições de horários. Algumas moradoras do Colonial comentaram que tinham interesse em fazer cursos: de bordado, culinária, artesanato. No entanto, todas consideravam que seria impossível se deslocar para essas atividades – por falta de ônibus do bairro, pelas longas caminhadas e esperas ao pegar linhas de bairros vizinhos, pelo valor a ser pago e pelo tempo que seria gasto. O desejo de se mover e acessar a cidade, em suas múltiplas possibilidades, era visível, mas o sistema se articula de modo que a concretização desse desejo seja inviável. São potências não concretizadas – e não por faltar disposição em conciliar jornadas de trabalho longas e cansativas com atividades extras de formação, lazer e sociabilidade, mas pela configuração rígida e restritiva do transporte público, que, ao deixar moradores fora dos ônibus, os deixa também fora da cidade.

Diante desse contexto, para muitos, a única opção existente para se locomover é burlar o sistema, deixando de pagar as passagens. Em todos os bairros, homens e mulheres, jovens e idosos transitam pelos ônibus sem pagar as tarifas. “A evasão

aqui é muito alta”, me contou um motorista, ostentando o termo técnico. No entanto, não há muito o que podem fazer, ele me explica, porque têm medo de sofrer retaliação. Os motoristas buscam estabelecer boas relações com os passageiros; adaptam os pontos de paradas nos bairros, conversam com os usuários que estão na frente dos ônibus e são, no geral, gentis. Dentro dos bairros, permitem que os moradores peguem carona nos veículos. Nas linhas metropolitanas e municipais, as pessoas circulam na parte da frente dos ônibus sem pagar a passagem, já que ambos os sistemas são caros e deficitários. Outros deixam de pagar a passagem mesmo no trajeto até o centro de Belo Horizonte, ou desembarcando na porta da frente ou pulando a catraca do ônibus. O “pulão”, como é chamada a evasão no pagamento da tarifa por muitos dos usuários, é prática extremamente comum nas linhas de Ribeirão das Neves, que aponta para a impossibilidade de muitos em arcar com as elevadas tarifas.

Como a maior parte das pessoas com quem conversei eram trabalhadoras que recebiam vale-transporte, as reclamações quanto àqueles que circulavam sem pagar passagem eram constantes. As pessoas que pulavam roleta ou transitavam na frente dos veículos eram mal vistas e recebiam duras críticas dos passageiros “regulares”. Ouvi de várias pessoas que o transporte da região não melhorava por causa do “cerol”, a forma usual dos moradores de Neves se referirem ao não pagamento das passagens. Ouvi de muitos que não pagar a passagem era “falta de respeito”, “cara de pau”, “absurdo”. No entanto, a moralidade era constantemente suspensa – as mesmas pessoas que condenavam o cerol admitiam, em outros momentos, que recorriam a ele, em períodos de desemprego ou de dificuldade financeira. Deixar de pagar as passagens passa a ser a única forma de se mover, em um contexto de desemprego, baixos salários e tarifas exorbitantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em 2015, a Emenda Constitucional 90 incluiu o transporte no rol de direitos sociais, ao lado de saúde, educação e outros. De forma semelhante, a Lei 12.587, promulgada em janeiro de 2012, define para a Política Nacional de Mobilidade Urbana objetivos de “reduzir as desigualdades e promover a inclusão social”, “promover o acesso a serviços básicos e equipamentos sociais” e “proporcionar melhoria nas condições urbanas da população” (BRASIL, 2012). Se o arcabouço legal tem incorporado algumas das demandas populares por transporte e mobilidade, estas, no entanto, não encontram respostas concretas no nível de execução dos serviços. As constatações quanto às dificuldades vividas pelos moradores de Ribeirão das Neves no sistema público de transporte nos fazem questionar o

que sustenta uma política de mobilidade tão restritiva e excludente. A pesquisa evidencia que o transporte metropolitano é insuficiente, infrequente e caro, deixando uma grande parcela da população do município - justamente os que possuem uma situação socioeconômica mais fragilizada - sem poder frequentá-lo.

Quem pode custear o transporte individual, certamente opta por ele; quem tem a opção de caminhar para se deslocar, frequentemente a escolhe; quem não se constrange com as imposições da legalidade, pula catraca ou viaja na parte da frente do ônibus. A verdade é que os obstáculos são consideráveis e grande parte das pessoas acaba simplesmente não se deslocando – se privam do acesso a outras partes da metrópole. O ônibus, embora tenha se consolidado como principal meio coletivo de transporte urbano nas cidades brasileiras, acompanhando e possibilitando o seu crescimento, nunca foi concretizado como meio eficaz para se deslocar. A *mobilidade* dos moradores de Ribeirão das Neves com quem conversei é extremamente limitada: podem se mover para atender às necessidades do capital (caso o empregador se disponibilize a pagar as elevadas passagens) – mas apenas isso. Se a cidade os expulsou, é evidente que o sistema de transporte coletivo atua para deixá-los ali. Percebe-se, assim, que a mobilidade e o desenraizamento, supostos atributos da vida moderna, não são condições *globais*, mas circunstâncias altamente dependentes do capital de que certo grupo dispõe. O trabalho em Ribeirão das Neves mostra como uma parcela da população urbana vê seu espaço físico limitado e, conseqüentemente, também seu espaço social, em um processo contínuo de exclusão da vida urbana.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADE, Luciana; MENDONÇA, Jupira; DINIZ, Alexandre (eds.). Belo Horizonte: transformações na ordem urbana. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- ANDRADE, Luciana. “O espaço metropolitano no Brasil: nova ordem espacial?”. *Caderno CRH*, Salvador, v. 29, n. 76, 2016.
- ANDRADE, Luciana; Mendonça, Jupira. “Explorando as conseqüências da segregação metropolitana em dois contextos socioespaciais”. *Cadernos Metrópole*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, 2010.
- ARMBH – Agência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte. “Pesquisa Origem Destino 2011-2012”. Belo Horizonte, ARMBH, 2012.
- BOURDIEU, Pierre. Efeitos de lugar. In: _____ (org.). *A Miséria do Mundo*. Petrópolis: Vozes, 2008.

- BRANDÃO, Carlos. “Desafios teóricos e analíticos: notas do Brasil, para retomar as articulações entre espaço, capital, trabalho, classes sociais e Estado hoje”. In: *Um novo planejamento para um novo Brasil?*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014, p. 58-79.
- BRASIL. LEI N. 12.587, de 3 de jan. de 2012. Institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm. Acesso em fevereiro de 2018.
- BRASILEIRO, Anísio; HENRY, Etienne. “Secretaria de Viação, fabricação e promoção do sistema de ônibus brasileiro”. In: Brasileiro, Anísio; Henry, Etienne (orgs.). *Viação Ilimitada: ônibus das cidades brasileiras*. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.
- CAMPOS, Paola. O município de Ribeirão das Neves: um “bairro popular” em um centro metropolitano. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.
- CANÇADO, Vera et al. “Capacidade gerencial e habilidade política dos empresários de transporte por ônibus de Belo Horizonte: mito ou realidade?”. *Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, 1998, p. 209-235.
- CARVALHO, Carlos Henrique. *Desafios da mobilidade urbana no Brasil*. Brasília: Ipea, 2016 (Texto para discussão, n. 2198).
- COSTA, Heloísa. The production of popular residential land developments in Belo Horizonte, Brazil. Dissertação (Master of Philosophy). Londres: The Architectural Association Planning Department, 1983.
- FAGNANI, Eduardo. Mobilidade urbana e subdesenvolvimento: soluções paliativas para problemas estruturais. In: Almeida, Evaristo (org.). *Mobilidade urbana no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2016.
- GOMIDE, Alexandre. “Mobilidade urbana, iniquidade e políticas sociais”. *Políticas sociais – acompanhamento e análise*, Brasília, n. 12, 2006.
- GOMIDE, Alexandre. *Transporte urbano e inclusão social: elementos para políticas públicas*. Brasília: Ipea, 2003.
- HARVEY, David. *A Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec. 1980.
- _____. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- KAUFMANN, Vincent. “Mobility as a tool for sociology”. *Sociologica*, Bologna, v. 8, n. 1, 2014.
- KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MENDONÇA, Jupira. Segregação e mobilidade residencial na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR, 2002.

- MENDONÇA, Jupira; ANDRADE, Luciana; DINIZ, Alexandre. “Introdução: mudanças e permanências na estrutura socioeconômica e territorial na Região Metropolitana de Belo Horizonte”. *Belo Horizonte: transformações na ordem urbana*. Rio de Janeiro: Letra capital/Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2015.
- NASCIMENTO, Manoel. Transporte coletivo urbano e luta de classes: um panorama da questão. *Cadernos do CEAS: Revista crítica de humanidades*, Salvador, n. 226, 2007.
- ORRICO FILHO, Rômulo Dante et al. *Ônibus urbano: regulamentação e mercados*. Brasília: L. G. E., 1996.
- PAULANI, Leda. “A inserção da economia brasileira no cenário mundial: uma reflexão sobre a situação atual à luz da história”. *Boletim de Economia e Política Internacional*, Brasília, v. 10, 2012.
- RIBEIRO, Luiz César; RIBEIRO, Marcelo. *IBEU: Índice de Bem-estar Urbano*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.
- SALGADO, Nayara. “Metropolização e desigualdades: notas sobre a dinâmica de crescimento populacional e a produção do patrimônio cultural da cidade de Ribeirão das Neves (MG - Brasil)”. *Revista Ensaios*, Rio de Janeiro, vol. 10, 2017.
- SANTOS, Enilson; Aragão, Joaquim (orgs.). *Transporte em tempos de reforma: ensaios sobre a problemática*. Brasília: L. G. E., 2000.
- SILVA, Osmar. Segregação espacial na Região Metropolitana de Belo Horizonte: o caso de Ribeirão das Neves, Minas Gerais. Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. 2016.
- SOUZA, Joseane. A expansão urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte: o caso específico do município de Ribeirão das Neves. Tese (doutorado em Desenvolvimento e Planejamento Regional). Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.
- SOUZA, Joseane. A expansão urbana de Belo Horizonte e da Região Metropolitana de Belo Horizonte: o caso específico do município de Ribeirão das Neves. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Planejamento Regional). Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Ciências Econômicas, 2008.
- VASCONCELLOS, Eduardo. *Transporte urbano, espaço e equidade: análise das políticas públicas*. São Paulo: Annablume, 2001.
- VELOSO, André. O ônibus, a cidade, a luta: a trajetória capitalista do transporte urbano e as mobilizações populares na produção do espaço. Dissertação (mestrado em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

Fantasma na teoria urbana contemporânea? Notas para reivindicar uma atitude crítica

*Ghosts in contemporary urban theory?
Notes to claim a critical attitude*

Cristhian Parrado Rodríguez^a e Andrea Cevallos Aráuz^b

Resumo Este artigo propõe discutir o modelo de análise da teoria urbana contemporânea e o papel que joga o urbano e o descolonial nessa análise. Inicialmente, trata-se de explicar como a ideia tradicional de cidade – entendida como categoria analítica – e a colonialidade do saber – já que gera saberes hegemônicos e marginais – são os fantasmas que recorrem a teoria urbana na atualidade. A partir da reflexão sobre as perspectivas teóricas que ressaltam o “direito à cidade” e a descolonização do saber, o artigo conclui destacando o papel crucial que desempenha na teoria urbana crítica o conceito de cidade e as teorias do Norte global, mas não seus fantasmas.

Palavras-chave Direito à cidade; Descolonização do saber; Teoria urbana crítica.

Abstract *This article proposes to discuss the analysis model of contemporary urban theory and the role played by the urban and the decolonial in it. Initially, he tries to explain how the traditional idea of the city – understood as an analytical category – and the coloniality of knowledge – since it generates hegemonic and marginal knowledge – are the ghosts that run through urban theory today. From reflecting on the theoretical perspectives that highlight the right to the city and the decolonization of knowledge, he concludes by highlighting the crucial role that the concept of city and the theories of the global North play in critical urban theory, but not its ghosts.*

Keywords *Critical urban theory; Decolonization of knowledge; Right to the city.*

INTRODUÇÃO

Marx e Engels (1971 [1848]) inauguraram o que seria um dos textos com maior influência no pensamento crítico e na ação política com as seguintes palavras: um fantasma ronda a Europa. Com esta frase faziam menção, por um lado, ao desenvolvimento das ideias comunistas a meados do século XIX e, por outro

a Mestrando em Estudos Urbanos (2016-2018) da FLACSO - Equador. Antropólogo especialista em Mercados e Políticas do Solo na América Latina pela Universidad Nacional de Colombia. Email: rgiparradofl@flacso.edu.ec.

b Mestranda em Estudos Urbanos (2016-2018) da FLACSO - Equador. Arquiteta da Universidad Central del Equador. Email: azuliverde7@gmail.com

lado, a potencial ameaça que representavam para a destruição do capitalismo europeu e do mundo inteiro. Na atualidade, se questiona a validade desta profecia apocalíptica e se propõe falar da existência de outro fantasma: este não seria o comunismo senão, pior, o capitalismo neoliberal que, segundo Rodríguez (2013), é o fantasma da exploração. Desta maneira, a teoria traduziu esta metáfora – que destacava aspectos positivos para a transformação – em algo avassalador: com ela agora se pretende revelar como o capitalismo se dispersa de forma acelerada em todo o mundo e de maneira irreflexiva por nossas mentes.

No campo da teoria urbana, qual seria o fantasma? Ou, melhor dizendo, tem a teoria urbana algum fantasma que a recorra? Wachsmuth (2014) responde que sim. E tanto para ele, como para os representantes da chamada teoria urbana crítica, não é um fantasma positivo. No contexto da urbanização planetária (BRENNER, 2013) ou do universalismo urbano (WACHSMUTH, 2014), a ideia tradicional de cidade, com todo seu procedimento teórico e metodológico, se propaga como espectro: “um fantasma invisível, mas influente” (WACHSMUTH, 2014, p. 24; em livre tradução). Com esta metáfora, os teóricos urbanos críticos sugerem que a teoria urbana contemporânea está inserida em uma encruzilhada, onde visões analíticas do lugar persistem sobre os enfoques mais processuais do urbano. E isto se dá a partir de processos teóricos irrefletidos que seguem assumindo a ideia tradicional de cidade como marco explicativo da urbanização capitalista contemporânea.

Não obstante, como se insinua mais à frente, é necessário complementar esta discussão desde a perspectiva da modernidade e a colonialidade considerada por vários autores (FARRÉS; MATARÁN, 2014; QUIJANO, 2011; DE SOUZA SANTOS, 2010; GROSGOUEL 2007). Assume-se esta posição para identificar como os discursos globais da teoria urbana produzem outro fantasma: uma hierarquia epistêmica existente entre as teorias urbanas do Norte global e as teorias urbanas do Sul global (ROY, 2013), onde as primeiras tendem a conceituar as segundas desde sua privilegiada posição epistêmica, e as segundas dormiram na naturalização irreflexiva do discurso ocidental moderno.

O propósito deste artigo é discutir o modelo de análise da teoria urbana contemporânea e o lugar que ocupa o urbano (com seu contraste, a cidade) e o descolonial (com sua antítese, a colonialidade) nela. Inicialmente, trata de explicar como a ideia tradicional de cidade – entendida como categoria analítica (BRENNER; SCHMID, 2015; WACHSMUTH, 2014) – e a colonialidade do saber – já que gera saberes hegemônicos e marginais (FARRÉS; MATARÁN, 2014; QUIJANO, 2011) – são *os fantasmas* que recorrem a teoria urbana na atualidade. A partir desta reflexão sobre as perspectivas políticas que ressaltam o direito à cidade e a descolonização

do saber, conclui destacando o papel crucial que joga na teoria urbana crítica o *conceito de cidade* e as teorias do Norte global, mas *não seus fantasmas*.

DISCUSSÃO

As primeiras reflexões sistemáticas sobre a cidade no século XX concentraram sua análise na maneira como esta constitui um tipo de assentamento diferenciado aos demais. Por exemplo, Park (1999) e diversos representantes da Escola de Chicago definiram a cidade como um ecossistema e um superorganismo no qual era possível encontrar a existência de um fenômeno natural: os grupos sociais se segregavam naturalmente no espaço em um contexto de cooperação competitiva. Para eles, a cidade era diferente a outros assentamentos humanos na medida em que era somente em seus limites onde não apenas se expressava a diferenciação social, senão também a diferenciação funcional de espaços. Assim, a disputa distribuía de maneira hierárquica tanto aos diferentes grupos sociais como aos diferentes usos do solo no seio do ecossistema urbano.

Em todo caso, estes postulados da Escola de Chicago – que representam as tradicionais ideias sobre o urbano no século XX – definiram a cidade como assentamento particular e diferente com respeito aos territórios que se encontravam fora de seus limites geográficos. Isto devido a que o pensamento urbano, desde o surgimento da modernidade, procurou diferenciar analiticamente a cidade de qualquer outro território e formas de vida, sentando precedentes na maneira com a que se observa e define a cidade em função a outro *lugar*, comumente lugares vazios, selvagens, bárbaros ou rurais (SALCEDO; ZEIDERMAN, 2008). Esta visão estruturou generalizadamente “o inconsciente coletivo dos estudos urbanos do século XX” (WACHSMUTH, 2014, p. 24; em livre tradução), o qual não somente definiu a cidade em contraste com a não-cidade, senão que também a assumiu como um cenário autônomo, coerente internamente e comparável a outras cidades-lugares como exemplos de um tipo ideal.

Apesar das distintas batalhas teóricas levadas a cabo por certos representantes da pesquisa urbana deste século (ver, por exemplo, a base epistemológica que construiu WIRTH (2005 [1938]) sobre o urbano), estes esquemas mentais de percepção e divisão foram os que orientaram as principais vertentes teóricas do século XX a realizar diversas análises sobre a cidade e não sobre o urbano. Ou seja, a estabelecer distintas tipologias de assentamentos e não a efetuar análises dos processos socioespaciais. Desta maneira, as correntes de pensamento urbano do século precedente se preocuparam mais em tratar a cidade como um tipo particular

de espaço limitado de assentamento, antes de entender os processos através dos quais se produz a diferenciação espacial (BRENNER, 2013).

Porém, foi Lefebvre (1970) quem durante a década de setenta começou a questionar esta conceitualização fixa, definitiva e tipológica da cidade. Lefebvre propôs uma epistemologia sobre o urbano, definindo-o como uma formação histórica, um horizonte e uma condição de possibilidade que nasce do processo de implosão-explosão de caráter planetário que alcança a urbanização na sociedade moderna. Em suas próprias palavras, o urbano se define:

Não como realidade consumada, situada no tempo com atraso respeito à realidade atual, senão, pelo contrário, como horizonte e virtualidade classificadora. Se trata do *possível*, definido por uma direção, ao término do recorrido que chega até ele (LEFEBVRE, 1970, p. 23; grifos colocados, em livre tradução).

Então, para Lefebvre se trata não de aplicar uma ciência da *cidade*, senão de dar abertura à construção de um conhecimento que permita compreender o processo global pelo qual transcorre o espaço e a sociedade. Desde sua perspectiva, a cidade não podia seguir sendo lida como lugar, senão como processo. Com este argumento revisa uma das suposições que existiam a meados do século XX sobre a oposição entre campo e cidade: estes não são lugares opostos, definidos ou fixos, mas sim são o resultado de lógicas de desenvolvimento desigual e de diferenciação socioespacial. Apesar de que na epistemologia lefebvriana não desapareça a análise sobre a cidade, esta é entendida em correspondência dialética com o urbano. E o urbano é considerado não como um objeto empírico, senão como uma categoria teórica, a qual pode e deve mostrar “uma prática social em movimento” (LEFEBVRE, 1970, p. 23; em livre tradução). Assim, a análise do urbano polemiza a noção de cidade, conceito que, ademais, “parece designar um *objeto* definido e definitivo” (LEFEBVRE, 1970, p. 23; grifos colocados, em livre tradução).

Estas premissas lefebvrianas se sustentam na ideia de que nada está totalmente acabado, pelo contrário, tudo está em constante mutação: a sociedade como o urbano se refaz continuamente. Este caráter de constante mutação do urbano se separa, então, das noções funcionalistas da cidade que argumentam sua condição de imutabilidade e ordem estabelecido. De modo geral, no campo epistêmico, esta posição examina as análises funcionalistas que se concentram na forma da cidade. Em seu lugar, recomenda o estudo do urbano desde uma corrente de pensamento sustentada em uma visão processual e materialista do espaço social. E é que para Lefebvre tanto a sociedade como o espaço estão localizados em uma lógica dialé-

tica: o novo nasce através e no seio do anterior. O que impulsiona estas perpétuas transformações é a maneira pela qual se estrutura o sistema, ou seja, através das contradições. Por consequência, o urbano, entendido também como abreviatura de sociedade urbana, carrega nas costas a contradição. A qual se concentra em processos urbanos e não em formas urbanas.

Harvey (1996) e representantes da teoria urbana crítica (BRENNER; SCHMID, 2016) recuperam e atualizam as contribuições de Lefebvre para referir-se aos processos da urbanização capitalista contemporânea. Particularmente, Harvey outorga importância a reconceitualização do tema urbano na medida em que este não é “uma questão de estudo de algumas entidades quase naturais chamadas cidades, subúrbios, zonas rurais” senão, melhor, é parte fundamental do “estudo dos processos sociais de produção e reprodução espaço-temporal” (HARVEY, 1996, p. 53; em livre tradução).

De igual maneira, a teoria urbana crítica sustenta esta mesma ideia de Harvey. Por um lado, Brenner e Schmid (2016) propõem que o epicentro analítico da teoria urbana deve ser o urbano e os processos de urbanização que estão associados a este termo. Para eles a urbanização contemporânea deve ser entendida como processo e extensão desigual produto da “destruição criativa do espaço político-econômico sob o capitalismo” (BRENNER; SCHMID, 2016, p. 66; em livre tradução). Wachsmuth (2014), por sua vez, sugere integrar sistematicamente à teoria urbana uma análise de processos “em lugar da tradicional análise do lugar do cidadeismo metodológico” (WACHSMUTH, 2014, p. 33; em livre tradução). Mais precisamente, o cidadeismo metodológico se refere a um enfoque analítico sobre a cidade como lugar. Assim, tal análise tradicional ao que se refere Wachsmuth, usa o conceito de cidade como uma lente analítica e metodológica para compreender os processos de transformação urbana que não ocorrem exclusivamente nos limites internos da cidade, senão que os ultrapassa.

Portanto, estas vertentes teóricas compartilham a construção de um marco epistemológico e a utilização comum de um vocabulário teórico para se referir aos processos que dão conta da urbanização capitalista contemporânea. Priorizam o urbano como processo diante do enfoque analítico da cidade como lugar. Assim, se afastam categoricamente das ideias tradicionais do século XX que consideravam a cidade em oposição ao campo, como um sistema autônomo e como um tipo ideal. Brenner, por exemplo, indica que é tempo de que os teóricos urbanos:

Abandonem a busca de uma essência nominal destinada a distinguir o urbano como um tipo de assentamento (concebido como cidade, cidade-região, mega-

cidade, metrópoles, megalópoles, etc.) e a concepção similar de outros espaços (suburbanos, rurais, naturais, etc.) como não urbanos devido a sua suposta separação das condições, das tendências e dos efeitos urbanos. Para compreender a produção e a implacável transformação da diferenciação espacial, a teoria urbana deve priorizar a pesquisa de essências constitutivas, ou seja, os *processos* através dos quais são gerados as heterogêneas paisagens do capitalismo moderno (BRENNER, 2013, p. 56; grifos colocados, em livre tradução).

Porém, esta nova conceitualização ainda se encontra em constante desafio devido a hegemonia do “cidade-centrismo” na teoria urbana. O cidade-centrismo, assim como o cidadeísmo metodológico, pode ser entendido como a corrente de pensamento que põe no centro da análise a cidade (entendida como lugar fixo) em vez de colocar o urbano (entendido como processo) como foco de atenção. Apesar deste esclarecimento, diversos estudos, atualmente, seguem definindo seu objeto de pesquisa em contraste com os espaços não urbanos. Seguindo a Wachsmuth, os atuais pesquisadores urbanos continuam se concentrando “em dinâmicas aparentemente endógenas para os espaços urbanos”, ao mesmo tempo que persistem em propor “seu objeto de pesquisa em um campo comparativo modular em que todas as cidades são exemplos de um mesmo gênero subjacente apesar da variação” (WACHSMUTH, 2014, p. 25-26; em livre tradução).

E é que para a racionalidade moderna qualquer sistema de conhecimento pode ser desconhecido ou invisibilizado se não corresponde ao esquema prefixado para seu entendimento. O cidade-centrismo tem estado na mente dos pensadores urbanos há muito tempo, por isso resulta difícil reconhecer as visões que apelam por aproximações processuais do urbano. Neste sentido, alguns autores como Quijano (2011), De Souza Santos (2010) e Grosfoguel (2007) propõem a existência de estruturas e padrões de poder de larga duração que englobam e definem tanto as relações econômicas e políticas, como a cultura, as subjetividades e a produção de conhecimentos. Estes autores também indicam que é possível identificar a hierarquia epistêmica ocidental nos discursos globais da economia, a política e a teoria.

Este último aspecto é o que interessa ressaltar neste artigo já que no campo da teoria urbana é possível perceber a existência de estruturas coloniais de saber através das quais foi exercida a dominação de determinadas correntes de pensamento sobre outras. Pois assim como houve resistência para entender o urbano como processo, também há desistência em reconhecer a essas *outras teorias* e sistemas de conhecimento que germinam como sistemas de conhecimento úteis para interpretar suas realidades concretas.

Perspectivas urbanas contra hegemônicas (ROBINSON, 2006; ROY, 2013; SCHARFRAN, 2014; FARRÉS; MATARÁN, 2014) e perspectivas urbanas latinoamericanas (PRADILLA, 2014; VAINER, 2010; SANTOS, 1973) situaram esta discussão no plano da modernidade e da colonialidade. Desde estas perspectivas, se entende que a teoria urbana construída no Sul global se encontra em uma posição marginal como produto da colonialidade territorial exercida pelos saberes hegemônicos, mas também se encontra em uma auto encruzilhada como produto do colonialismo intelectual que muitos de seus pensadores reproduzem em suas análises sobre suas cidades. Nos termos de Farrés e Matarán (2014) tal colonialidade se estabelece em:

As próprias práticas profissionais onde certos saberes dominam nas decisões respeito a como conceber e habitar o território, a cidade e a arquitetura. Mostras disto são: o privilégio com que as disciplinas científicas universalizam noções ocidentais de território, cidade e arquitetura; a exportação dos padrões ocidentais de vida urbana; a própria hierarquia outorgada ao “ser urbano” sobre o “ser não-urbano” como modelo de existência; ou a subvalorização que o ensino do desenho urbano-arquitetônico generalizado faz do tradicional, vernáculo ou popular como resposta válida aos problemas atuais (FARRÉS; MATARÁN, 2014, p. 9; aspas no original, em livre tradução).

Assumindo a modernidade e a colonialidade como variantes a analisar na teoria urbana, Roy (2013) convida a romper a visão euroamericana que a orienta atualmente onde se observa diferentemente as cidades do Norte global em relação às cidades do Sul global, posicionando firmemente a modernidade urbana nas primeiras cidades. Paris, Londres ou Nova York são protótipos de cidades do Norte que definem perfeitamente o moderno. Em troca, as cidades do Sul – que poderia ser qualquer cidade localizada na América Latina, no sul da Ásia, no Oriente Médio ou na África – representam a modernidade atrasada e subdesenvolvida ou, no melhor dos casos, tão somente são vistas como imitadoras da modernidade urbana euroamericana. Neste sentido, Roy propõe questionar fundamentalmente as categorias, conceitos e construções teóricas que observam – desde sua privilegiada posição epistemológica e euroamericana – as realidades de outros contextos e experiências urbanas a partir das suposições de uma modernidade urbana de origem ocidental.

Da mesma maneira, Roy (2013) afirma que um estudo sério desde e sobre as cidades do Sul global pode deslocar o imaginário hegemônico inscrito na teoria urbana contemporânea e, por sua vez, pode revelar o excesso de heterogeneidade e multiplicidade que caracteriza as metrópoles do século XXI. Desde sua visão, a produção

teórica que se realiza desde as cidades do Sul também poderia contribuir ao conhecimento das cidades do mundo inteiro, sempre e quando o investigador questionar os modelos coloniais e modernistas que estruturam o pensamento urbano. Adotando o marco interpretativo do urbanismo subalterno, afirma que esta posição pode implicar importantes transformações nas condições de como se produz conhecimento das cidades, já que revela a ignorância que envolve os estudos centrados nas cidades do Norte, ao mesmo tempo que aplica uma política de reconhecimento sobre aqueles espaços e saberes do Sul que ficaram à margem da teoria urbana (ROY, 2011, p. 235).

Assim, os estudos sobre o habitat popular na América Latina (MIRANDA, 2017) ou as descobertas sobre a ação e subjetividade cidadã na África (PITHOUSE, 2014) não somente servem para informar sobre a realidade específica de cada região, senão também para argumentar e refletir sobre todas as cidades, sem importar que estas se localizem no Sul ou no Norte global. Estas duas regiões ensinam a diversidade de processos urbanos que exigem de teorias contextualizadas que compreendam melhor a situação habitada do subalterno, em vez deste permanecer invisível ou descuidado como até agora foi feito nos arquivos e anais da teoria urbana do Norte, ou naquela teoria do Sul que replica o colonialismo intelectual.

Especialmente, na América Latina é possível destacar a antecipada e contínua preocupação que tem tido a teoria urbana em fugir do neocolonialismo científico. Milton Santos (1973), por exemplo, identificou como em grande parte da segunda metade do século XX existiu um mimetismo irreflexivo das teorias de desenvolvimento do Norte por parte dos intelectuais latino-americanos. O interesse por renunciar a este colonialismo levou a que o autor desenvolvesse a construção de uma teoria nativa, onde foram levados em conta procedimentos metodológicos mais contextualizados, ao mesmo tempo em que incluía propostas de caráter social e compromissos responsáveis com o próprio entorno. É este legado o que mais se ressalta na revisão das ideias e teorias construídas para explicar os processos urbanos locais e regionais (DELGADILLO, 2015). E, por sua vez, é o que tenta manter posturas atuais que desde a geografia crítica (CARLOS, 2012) ou a teoria da planificação (VAINER, 2010) apelam por superar o passado colonial intelectual das teorizações urbanas na região. Em todo caso, os teóricos latino-americanos reivindicam que atualmente necessitam de uma teoria urbana, local e regional:

Que não somente reflita sobre os problemas atuais e herdados, senão uma teoria que nos ajude a construir novas utopias urbanas, que nos guie na construção de cidades e sociedades justas que contribuam para resolver as necessidades da maioria da nossa população (DELGADILLO, 2015, p. 270; em livre tradução).

Neste ponto, podemos observar vários *fantasmas* na teoria urbana contemporânea que, de maneira similar ao descrito por Rodríguez (2013), mudaram negativamente para perpetrar na visão teórica os vícios associados tanto ao cidade-centrismo como à colonialidade do saber. O primeiro destes se detalha, por exemplo, no procedimento empírico e metodológico que abraçam vários estudos sobre a cidade global ou a ecologia política urbana (WACHSMUTH, 2014) ou na errônea conceitualização dos padrões de urbanização do mundo contemporâneo (BRENNER; SCHMID, 2016). Igualmente, este primeiro vício é possível encontrar nas propostas teóricas que concentram a atenção em um só lugar para explicar o comportamento dos atores urbanos através do mercado de solo (SCOTT; STORPER, 2013) sem reconhecer a dinâmica profundamente estendida e desigual da urbanização contemporânea.

O segundo vício, por sua parte, se pode evidenciar a partir do intercâmbio internacional desigual de ideias e modelos urbanos (JAJAMOVICH, 2013) que provêm de doutrinas e experiências do Norte, expressadas, por exemplo, nos discursos sobre segurança e inadimplência (DAVIS, 2007) ou nas políticas de turismo para áreas urbanas em regeneração (GONZÁLEZ, 2011). O que também se expressa naquelas “boas práticas” muitas vezes celebradas como processos de aprendizagem Sul-Sul, mas que na prática estão fortemente mediadas por organizações inspiradas no Norte (MONTERO, 2017). Da mesma maneira, este vício consegue ser visibilizado mediante a relação hierárquica que exerce a academia, os pensadores e planejadores urbanos sobre quem vive verdadeiramente o urbano (SCHAFFRAN, 2014).

Estes *fantasmas* se materializam, então, em *habitus* irreflexivos –como seguramente os chamaria Bourdieu – ou, para ser mais concreto, nas “geografias teóricas irreflexivas do cidadeísmo metodológico” (WACHSMUTH, 2014, p. 32; em livre tradução), nas teorizações dominantes das cidades-região globais (ROY, 2013) e nos modelos de cidade que atribuem instintivamente a universalidade a uma experiência particular (VAINER, 2010). Visto assim, tanto a ideia tradicional de cidade como a colonialidade do saber representam uma potencial ameaça para o estudo atual do urbano, principalmente se é refletida desde aqueles territórios –como a América Latina – que nunca foram reconhecidos como sujeitos e lugares de enunciação na modernidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a discussão anterior, poderíamos sustentar que o principal inimigo a ser erradicado na teoria urbana crítica seria tanto a ideia tradicional de cidade como o saber hegemônico do Norte. Não obstante, aqui sustentamos que

o *conceito de cidade* e as teorias do Norte global na teoria urbana contemporânea não devem desaparecer. Estes não tem por que fazê-lo, mas sim *seus fantasmas*. Se a cidade como conceito não se inclui em uma teoria urbana crítica, como poderíamos nos aproximar das experiências fenomenológicas da urbanização? Como poderia dar-se conta das reivindicações políticas que vários movimentos sociais realizam pelo direito à cidade? Se pretendêssemos eliminar as teorias do Norte do nosso repertório de conhecimento, por acaso não nos transformaríamos naqueles colonizados que – nas palavras de Frantz Fanon – se convertem em perseguidores? Estes questionamentos não pretendem apelar para a construção de uma nova teoria urbana, senão que buscam reivindicar uma atitude crítica que exija um comprometimento da teoria urbana na revisão de suas abordagens sobre o conceito de cidade e das práticas de modernidade e colonialidade que marcam sua prática.

Assim, exercer uma aproximação crítica à teoria urbana teria que reconhecer, por um lado, a cidade como um mapa cognitivo, ou seja, “como uma representação cotidiana dos processos de urbanização” (WACHSMUTH, 2014, p. 32; em livre tradução). Assumir para a teoria urbana esta definição implicaria tratar a cidade como uma categoria da prática, mas não como uma categoria de análise. Desta maneira, é possível dar conta de como se constitui a experiência cotidiana do espaço urbano e da cidade como uma representação que sucede de tal experiência. Por tanto, a tarefa da pesquisa urbana consistiria em saber em que medida os mapas cognitivos da cidade captam adequadamente ou distorcem os processos de urbanização que representam. Proposta similar apresentam Scott e Storper (2013, p. 22) quando afirmam que o trabalho da teoria urbana consiste em distinguir entre os assuntos que se encontram *na* cidade – mas que não tem um carácter intrinsecamente urbano – e as questões relacionadas principalmente *com* o urbano.

E, por outro lado, esta aproximação também deveria aplicar uma atitude e prática descolonial que favoreça a emancipação do pensamento a partir de nascentes e dinâmicas epistemologias, que se concentrem em leituras analíticas localizadas e deslocalizadas (ROY, 2013) em paralelo que estabeleça um pluriversalismo como oposição ao universalismo da tradição ocidental (GROSFUGUEL, 2007). Tal aproximação, então, deve reconhecer essas tantas outras vozes e paradigmas que evadem a racionalidade moderna e que foram esquecidas e silenciadas por uma suposta falta de autoridade enunciativa. Aqui se deve apelar não somente por práticas teóricas que reconheçam em igualdade de condição à teoria produzida tanto no Sul como no Norte globais, senão também pelos sistemas de conhecimento que produzem os habitantes da cidade, quem acumulam experiência e

saberes (técnicos, simbólicos, etc.) a partir de sua exploração, uso e apropriação do espaço urbano.

Nessa medida, o direito à cidade, ademais de sua ênfase política, alcança um status fenomenológico, que dá conta como distintos sujeitos resistem aos processos de urbanização, ou seja, à destruição criativa capitalista do espaço em escala planetária. A reflexão aqui exposta, ademais, também permitiria ver estas lutas de maneira ampliada sem localismos espaciais e epistemológicos, mas sim como parte de uma revolução urbana ampliada (HARVEY, 2013). A qual, por um lado, pensa nas conexões com aqueles setores sociais afins que perseguem objetivos idênticos ao longo dos variados cenários da urbanização estendida e que, por outro, reconheça aqueles sistemas de conhecimentos urbanos que ficaram na marginalidade produto da colonialidade exercida pelos saberes hegemônicos. Assim e somente assim se poderia eliminar da teoria urbana três *fantasmas* em um só tiro: o fantasma do cidade-centrismo, o fantasma da modernidade e a colonialidade e – quiçá o mais importante de todos – o fantasma da exploração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRENNER, Neil. What is critical urban theory?. *City*, v. 13, n. 2-3, p. 198-207, 2009.
- _____. Tesis sobre la urbanización planetaria. *Nueva Sociedad*, n. 243, p. 38-66, 2013.
- BRENNER, Neil; SCHMID, Christian. Towards a new epistemology of the urban?. *City*, v. 19, n. 2-3, p. 151-182, 2015.
- _____. La “era urbana” en debate. *Eure*, v. 42, n. 127, p. 307-339, 2016.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. Crisis y superación en el ámbito de la Geografía Crítica: construyendo la metageografía. *Revista de Geografía Norte Grande*, n. 51, p. 5-19, 2012.
- DAVIS, Diane. El factor Giuliani: delincuencia, la “cero tolerancia” en el trabajo policiaco y la transformación de la esfera pública en el centro de la ciudad de México. *Estudios Sociológicos*, v. 25, n. 75, p. 639-681, 2007.
- DELGADILLO, Víctor. Teorías urbanas latinoamericanas: el legado de una gran generación. *Economía, Sociedad y Territorio*, v. 15, n. 47, p. 261-271, 2015.
- DE SOUZA SANTOS, Boaventura. *Descolonizar el saber, reinventar el poder*. Montevideo: Ediciones Trilce, 2010.
- FARRÉS, Yasser; MATARÁN, Alberto. Hacia una teoría urbana transmoderna y decolonial: una introducción. *Polis. Revista Latinoamericana*, n. 37, p. 1-19, 2014.

- GONZÁLEZ, Sara. Bilbao and Barcelona “in motion”. How urban regeneration “models” travel and mutate in the global flows of policy tourism. *Urban Studies*, v. 48, n. 7, p. 1397-1418, 2011.
- GROSFUGUEL, Ramón. La descolonización de la economía política y los estudios postcoloniales: transmodernidad, pensamiento descolonial y colonialidad global. *Tareas*, n. 125, p. 53-74, 2007.
- HARVEY, David. Cities or urbanization?. *City*, v. 1, n. 1 & 2, p. 38-61, 1996.
- . Ciudades rebeldes. Del derecho a la ciudad a la revolución urbana. Madrid: Akal, 2013.
- JAJAMOVICH, Guillermo. Miradas sobre intercambios internacionales y circulación internacional de ideas y modelos urbanos. *Andamios*, v. 10, n. 22, p. 91-111, 2013.
- LEFEBVRE, Henri. *La revolución urbana*. Madrid: Alianza, 1970.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *El manifiesto del partido comunista*. Santiago de Chile: Universitaria, 1971 [1848].
- MIRANDA, Virginia. El hábitat popular. Algunos aportes teóricos de la realidad habitacional de sectores poseídos. *Territorios*, n. 36, p. 217-238, 2017
- MONTERO, Sergio. Worlding Bogotá’s ciclovía: from urban experiment to international ‘best practice’. *Latin American Perspectives*, v. 44, n. 2, p. 111-131, 2017.
- PARK, Robert Era. *La ciudad y otros ensayos de ecología urbana*. Barcelona: Serbal, 1999.
- PITHOUSE, Richard. The shack settlement as a site of politics: reflections from South Africa. *Agrarian South: Journal of Political Economy*, v. 3, n. 2, p. 179-201, 2014.
- PRADILLA, Emilio. La ciudad capitalista en el patrón neoliberal de acumulación en América Latina. *Cadernos Metrópole*, v. 16, n. 31, p. 37-60, 2014.
- QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder y subjetividad en América Latina. *Contextualizaciones latinoamericanas*, v. 3, n. 5, p. 1-13, 2011.
- ROBINSON, Jennifer. Ciudades ordinarias. Entrevista a Jennifer Robinson. *Población y Sociedad*, n. 12-13, p. 207-230, 2006.
- RODRÍGUEZ, Juan Carlos. *De qué hablamos cuando hablamos de marxismo*. Madrid: Akal, 2013.
- ROY, Ananya. Slumdog cities: rethinking subaltern urbanism. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 35, n. 2, p. 223-238, 2011.
- . Las metrópolis del Siglo XXI: nuevas geografías de la teoría. *Andamios. Revista de Investigación Social*, v. 10, n. 22, p. 149-182, 2013.
- SALCEDO, Andrés; ZEIDERMAN, Austin. Antropología y ciudad: hacia un análisis crítico e histórico. *Antípoda*, n. 7, p. 63-97, 2008.
- SANTOS, Milton. *Geografía y economía urbanas en los países subdesarrollados*. Barcelona: Oikos-Tau, 1973.

- SCHAFFRAN, Alex. Debating urban studies in 23 steps. *City*, v. 18, n. 3, p. 321-330, 2014.
- SCOTT, Allen; STORPER, Michael. La naturaleza de las ciudades: el alcance y los límites de la teoría urbana. *Espacialidades. Revista de temas contemporáneos sobre lugares, política y cultura*, v. 3, n. 2, p. 6-33, 2013.
- VAINER, Carlos. “Hechas de ciudades como nosotros’: notas sobre la colonialidad de los modelos de ciudad”. In: TELLIER, Luc-Normand; VAINER, Carlos (coords.) *Las transformaciones de las metrópolis de las Américas*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2010, p.383-398.
- WACHSMUTH, David. Teoría urbana sin ciudadismo metodológico. *Urban*, n. 6, p. 23-35, 2014.
- WIRTH, Louis. Urbanismo como modo de vida. *Bifurcaciones*, n. 2, p. 7, 2005 [1938]).

Para compreender a sociologia urbana de Robert Ezra Park

To comprehend the urban sociology of Robert Ezra Park

Thiago Oliveira Lima Matioli^a

VALLADARES, Licia do Prado (Org.). *A sociologia urbana de Robert E. Park*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2018, 154 p.

Não é tarefa das mais fáceis resenhar uma coletânea de textos que conta com uma introdução escrita pela socióloga Licia do Prado Valladares, organizadora da publicação. Todavia, a riqueza e complexidade da obra de Robert Ezra Park, célebre sociólogo da Escola de Chicago, deixa tal empreitada um pouco menos atribulada, uma vez que ela se estende por dimensões que não caberiam em um único texto monográfico, mesmo que esse fosse produzido por alguém do porte de Licia.

De acordo com sua organizadora, *A sociologia urbana de Robert E. Park* (2018), recém-publicado, é um livro que conta com textos que apresentam a faceta de Park como “pai” da sociologia urbana - não estão presentes, por exemplo, intervenções nas quais o autor trataria das relações raciais ou de ecologia humana. Esse fato já é uma pequena pista que aponta para a multidimensionalidade do pensamento do sociólogo estadunidense, o que abriria caminhos possíveis para diversas leituras possíveis sobre sua produção. Contudo, a obra não me parece perder em relevância por não ir além da temática da cidade, seu eixo central, pois esse assunto, por si só, já é bastante representativo e substancial para alimentar um sem número de interpretações possíveis.

Com relação à dimensão urbana da sociologia de Park, duas tramas emergem das entrelinhas dos textos selecionados; acompanhá-las pode ser uma estratégia proveitosa para que o leitor ou a leitora possam se aprofundar na obra do sociólogo: o amálgama entre observador e espaço e a relação entre teoria social e teoria urbana.

O contexto social e intelectual condiciona a forma como um(a) pesquisador(a) constrói seu objeto e se propõe a compreendê-lo. No caso de quem se debruça sobre as questões urbanas, isso ganha um peso especial, pois a forma como as cidades são experimentadas cotidianamente pelos(as) investigadores(as), os bairros pelos

a Professor Substituto do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor de sociologia de Ensino Médio e membro do Instituto Raízes em Movimento. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP).

quais se circula, o lugar a partir do qual ela vai ser descrita e problematizada, e, ainda, o próprio envolvimento político e/ou afetivo que se passa a ter com a sua paisagem serão cruciais na definição do modo através do qual elas serão apreendidas. Nesse sentido, a trajetória intelectual de um(a) estudioso(a) do urbano é fruto, também, de sua cartografia cotidiana.

O primeiro texto da coletânea é uma autobiografia do autor, a partir da qual Park, dentre outros aspectos, acaba por destacar a importância da convivência com escandinavos em sua infância, a experiência em Tuskegee¹ e as viagens que fez pela Europa, África e América do Sul. Segundo Valladares, Park teria sido “sobretudo, um grande curioso e viajante” (VALLADARES, 2018, p. 14). Ele próprio conta ter chegado à cidade de Chicago, como especialista, em 1913. Entretanto, o curioso nesse esboço de autoanálise é que a própria cidade de Chicago não ganha tanto espaço em sua pequena “História de vida”.

Contudo, ela estará presente como grande fonte de inspiração no capítulo seguinte da obra, o clássico “A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano”. Mas o texto não trata apenas de Chicago, pois Park acaba por fazer referência constante a outras cidades estadunidenses, as quais passaram, no início do século XX, por profundos debates que alimentaram planos de reformas urbanas. Isso fica mais evidente no primeiro tópico do texto, no qual, ao tratar do planejamento urbano, ele afirma: “por ter a cidade o que foi descrito aqui como seu caráter institucional, existe um limite para as modificações arbitrárias possíveis de serem feitas em sua estrutura física e em sua ordem moral” (PARK, 2018, p. 40). Assim, sua proposta de entender a cidade como “corpo de costumes, tradições, sentimentos e atitudes, associado intimamente aos processos vitais das pessoas que a compõem” (VALLADARES, 2018, p. 15), como sugere Valladares em seus comentários, parece ser, também, resposta aos planos elaborados para transformar, física e moralmente, cidadãos e cidadãs a partir da formatação do espaço em que essas pessoas vivem.

A trama das cidades que percorre a coletânea se verifica nos textos seguintes, duas introduções a trabalhos de alunos de Robert Park. Uma delas, ao livro *The ghetto*, de Louis Wirth², e outra ao *The Gold Coast and the Slum*, de Harvey Zorbaugh³. O último texto da publicação também é uma introdução do sociólogo estadunidense a uma obra importante, *Branços e pretos na Bahia: estudo do*

1 Universidade privada situada em Tuskegee, no estado do Alabama, Estados Unidos.

2 WIRTH, LOUIS. *The ghetto*. Chicago: University of Chicago Press, 1929.

3 ZORBAUGH, HARVEY W. *The Gold Coast and the Slum*. Chicago: University of Chicago Press, 1929.

contato racial, de Donald Pierson⁴, também seu aluno na Escola de Chicago. A inclusão deste, segundo Licia Valladares (2018), se deveria não tanto por se tratar de um trabalho de sociologia urbana, mas por ter sido o único escrito por Park sobre o Brasil, país que visitou em meados de 1937, indo ao Rio de Janeiro e a Salvador, onde teria ficado por cerca de dois meses, supervisionando o trabalho de campo de Pierson.

Licia destaca outro aspecto da trajetória de Park, o de “grande articulador”; afinal, o sociólogo foi presidente da *American Sociology Association* (em 1925), membro ativo do *American Journal of Sociology*, consultor de fundações e instituições de financiamento de pesquisa e militante das questões políticas no Congo. Essas atuações fecham um circuito no qual a trajetória intelectual e social, a atuação enquanto jornalista, seu engajamento político e a forma como orientava os trabalhos empíricos de seus alunos vão compor a primeira das tramas a partir da qual Park reflete sobre as questões urbanas.

A outra trama possível de ser encontrada no livro é a da relação entre teoria social e teoria urbana. O sociólogo espanhol Manuel Castells, em *A questão urbana*⁵, afirma que não haveria teoria do espaço sem que houvesse uma teoria social geral implícita, em qualquer análise. Ele faz essa afirmação em um capítulo em que, justamente, empreende sua crítica à ecologia humana/urbana representada, sobretudo, pela Escola sociológica de Chicago, e com isso propõe como alternativa analítica uma leitura marxista mais estruturalista da cidade. A crítica empreendida por Castells não interessa tanto aqui, mas sua afirmação sim, pois dá uma chave de leitura frutífera da obra de Park.

O segundo capítulo da coletânea, um de seus textos mais clássicos, apresentado por Licia Valladares (2018, p. 16) como a “verdadeira agenda da pesquisa urbana ou programa científico”, serviu de guia para o estudo das cidades. O que se pode apreender desse texto é uma agenda de pesquisa de sociologia geral, não só urbana. Parte das perguntas que compõem esse “roteiro” de pesquisa não dispõem de problemas típicos da vida cidadina, como, por exemplo: “o que queremos saber sobre essas vizinhanças, comunidades raciais e áreas segregadas da cidade, existentes dentro ou nas margens externas das grandes cidades, é o mesmo que queremos saber sobre todos os outros grupos sociais” (PARK, 2018, p. 46). Por conseguinte,

4 Texto presente na edição estadunidense: PIERSON, Donald. *Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia*. Chicago: University of Chicago Press, 1942; bem como na brasileira: PIERSON, Donald. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. Trad. Luís Polanah, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1971.

5 CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

Park elabora, entre outras coisas, as seguintes perguntas: “em que medida eles são o resultado de um processo seletivo?”, ou “como as pessoas entram e saem do grupo assim formado?”, e mais, “quem são seus líderes?”, “qual o ritual social, ou seja, o que se deve fazer na vizinhança para evitar ser visto com suspeita ou considerado estranho?” (PARK, 2018, p. 46).

Ao menos dois temas mais ligados aos aspectos da organização social em si emergem de forma evidente nesse artigo: o problema do controle social que os agrupamentos aplicam para garantir sua coesão e a integração dos indivíduos; e a questão da proximidade física e da distância social, que teriam se tornado mais visíveis nas grandes cidades – mas que, certamente, não é um problema tipicamente urbano, tão somente. Tais dimensões da vida social estarão presentes nos dois textos do livro ainda não mencionados aqui.

Por isso, o autor apresenta a cidade como laboratório ou clínica do social:

Em suma, a cidade mostra excessivamente o bem e o mal na natureza humana. Talvez esse fato seja, mais do que qualquer outro, o que justifica a visão que tornaria a cidade um laboratório, ou uma clínica, em que a natureza humana e os processos sociais podem ser estudados de maneira mais conveniente e proveitosa (PARK, 2018, p. 80).

Essa comparação ocupará o quinto texto de Park presente na coletânea: “A cidade como laboratório social”, no qual ele explica que nela as instituições se desenvolveriam mais rapidamente que em qualquer outro espaço, abrindo caminho para experimentações, e as características da natureza humana seriam não só visíveis, mas estariam ampliadas; logo, mais favoráveis à observação.

Na relação entre espaço e sociedade, o primeiro elemento não seria, apenas, expressão direta do segundo, mas ambos se influenciariam e condicionariam mutuamente. Quer dizer, o que acontece na cidade não é apenas reflexo da sua organização social, mas ela coloca novas questões que vão mais além dela própria, as quais, por sua vez, vão impactar os modos de vida coletivos. Park exemplifica: “uma vez que foi na cidade que surgiu o problema político, ou seja, o problema do controle social, é na cidade que o problema deve ser estudado” (PARK, 2018, p. 94).

Por fim, mas não menos importante, está “A migração humana e o homem marginal”, mais um texto clássico de Park, reflexão profundamente influenciada pela sociologia de Georg Simmel. Essa reflexão seria uma atualização da figura

do *estrangeiro*, tal como proposta pelo sociólogo alemão⁶, afinal: “normalmente, o homem marginal é miscigenado [...], aquele que vive em dois mundos, nos quais ele é mais ou menos estrangeiro” (PARK, 2018, p. 123). Também nesse texto há uma preocupação sociológica mais geral por parte de Park. A análise da migração e da figura do homem marginal tornam-se gatilhos para que se possa entender melhor, segundo o autor, os processos de civilização e progresso, de proximidade física e de distância social.

Espero que esta sugestão de leitura, baseada em duas tramas sociológicas possíveis, uma que ressalta a relação do(a) pesquisador(a) com a cidade e, outra, as teorias sociais que se retroalimentam junto às teorias urbanas, desperte no(a) leitor(a), por um lado, a curiosidade para extrair novas tramas desse necessário e bem-vindo conjunto de textos de Robert Park, organizado pela competente Licia do Prado Valladares.

Por outro lado, espero que sirvam, também, de indicação sobre como pensar os recortes particulares dos campos da sociologia. Por mais que a coletânea enfatize a dimensão urbana da obra de Park, as proposições do autor serão melhor compreendidas se levarmos em conta que elas foram elaboradas dentro de um contexto social e intelectual específico, refletindo as preocupações políticas do autor em sua época – e mesmo suas relações com as instituições de financiamento de pesquisa. Christian Topalov⁷ destaca em sua análise sobre a experiência francesa de pesquisa urbana três elementos: os objetos de pesquisa, as instituições de fomento e os conceitos utilizados. Todos os três aspectos refletem a realidade social na qual são construídos.

Na apresentação do livro, Licia descreve as dificuldades em selecionar os textos para uma coletânea, mas não adverte o leitor e a leitora para o fato de que a dimensão urbana da obra de Park deve ser entendida à luz de perspectivas sociológicas mais gerais. As cidades não são objetos autônomos de análise, mas cenários nos quais perspectivas sociológicas mais amplas podem ser formuladas. Assim, não há “sociologia urbana” sem que haja uma reflexão mais ampla sobre interesses sociológicos e políticos em jogo. E isso Robert Park deixa evidente quando pensa a cidade como laboratório do social, local onde se podem investigar questões mais gerais.

6 SIMMEL, Georg. *O estrangeiro*. Berlim: Ducker e Humblot Editores, 1908, p. 509-512.

7 TOPALOV, Christian. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. *Espaços & Debates*, São Paulo, n. 23, 1988, p. 5-30.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

PARK, Robert Ezra. *A sociologia urbana de Robert E. Park*. Organização e introdução, Licia do Prado Valladares, Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2018.

PIERSON, Donald. *Negroes in Brazil: a study of race contact at Bahia*. Chicago: University of Chicago Press, 1942.

_____. *Branços e pretos na Bahia: estudo de contato racial*. Trad. Luís Polanah, São Paulo: Cia Editora Nacional, 1971.

SIMMEL, Georg. *O estrangeiro*. Berlim: Ducker e Humblot Editores, 1908, p. 509-512.

TOPALOV, Christian. Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. *Espaços & Debates*, São Paulo, n. 23, 1988, p. 5-30.

VALLADARES, Licia do Prado. “Introdução”. In: *A sociologia urbana de Robert E. Park*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2018, pp. 11-19.

WIRTH, Louis. *The ghetto*. Chicago: University of Chicago Press, 1929.

ZORBAUGH, Harvey W. *The Gold Coast and the Slum*. Chicago: University of Chicago Press, 1929.

A cidade está em falência: viva a cidade!

Entrevista com Morten Nielsen

Realizada por Derek Pardue^a

Morten Nielsen é professor de Antropologia Social da Universidade de Aarhus, na Dinamarca. Um viajante, teórico e apaixonado pela questão urbana, Morten aprecia a tempestuosa dinâmica da cidade como algo que gera seu próprio conhecimento. Financiado por organizações dinamarquesas e internacionais, Morten Nielsen tem realizado pesquisas de campo em Moçambique, Brasil, Escócia e Estados Unidos ao longo dos últimos quinze anos. Seu foco são questões ligadas à temporalidade, materialidade, cidadania, política urbana com relação ao acesso à terra, formação do estado-nacional, governabilidade formal/informal, arquitetura vernacular e as cosmologias políticas. Ele foi diretor da Coleção Etnográfica do Moesgård Museum, em Aarhus. Além disso, Morten fundou a URO (<http://uro.au.dk/>), uma plataforma transdisciplinar para estudar participação cívica e *design* colaborativa da/na cidade. A entrevista foi realizada nos dias 1 e 2 de maio de 2018. A ideia da entrevista surgiu depois de uma conversa que tivemos, antes, em uma reunião de planejamento do projeto URO em Aarhus. Na conversa a seguir, o leitor irá se deparar com uma série de questões, entre elas os motivos de investigar, hoje em dia, a questão urbana e quais as formas possíveis de se engajar com a cidade. Para além disso, há uma discussão muito interessante sobre as dificuldades de definir, hoje, termos como “cidade”, espacialidade, temporalidade e *globality*.

Revista Plural *Muito obrigado por ter aceitado o convite de conversar um pouco com a Revista Plural. Minha primeira pergunta é sobre seu background. O que levou você a explorar as questões urbanas dentro das ciências sociais?*

Morten Nielsen Ok, perfeito. Podemos dizer que houve duas trajetórias simultâneas que me levaram ao problema da cidade. Foram, de fato, pontos de inflexão, pontos que mudaram meu percurso e me levaram a tomar decisões em um certo sentido. Um ponto é algo que pode ser considerado separado da parte empírica dos meus estudos. O outro vem da própria materialidade das minhas pesquisas em termos de localidade e geografia.

a Professor de Estudos Brasileiros na Universidade de Aarhus, na Dinamarca.

Com relação ao primeiro, meu interesse pela cidade começou com a estética da moradia (*housing aesthetics*). Eu me interessava pelas áreas mais pobres da América Latina. Eu me focava nas configurações das casas e na precaridade que elas articulavam. Tinha, também, um fascínio pela simultaneidade de estruturas massivas de classe média, em lugares com São Paulo, Brasília, mas também Recife, onde eu acabei me instalando por um período. Então, a primeira coisa que me chamou a atenção foi a relação entre as estéticas das casas e as relações de poder. Isso foi no fim dos anos 1990. Na academia, pelo menos aqui na Dinamarca, a nível de graduação, tudo girava em torno de Michel Foucault nessa época. Acho que li tudo que havia sido publicado em inglês. Eu era um *geek* total. Realmente, para mim, esse período constituiu uma espécie de nascimento intelectual. Tudo girava em torno da questão do poder. Eu caminhava pela cidade procurando esse negócio de simultaneidade, de táticas locais e de estratégias gerais – sabe, a noção de Foucault que você poderia ter essas estratégias gerais de poder como a manifestação de hierarquia, como uma estruturação da sociedade.¹ E isso se expressa a nível de estratégias. A nível do cotidiano, existem as táticas que sustentam a configuração geral do mundo social, por exemplo, por intermédio das relações familiares e de parentesco, nas configurações da vida doméstica e do bairro. Então, há esses dois níveis que o filósofo francês chama de “estratégias” e “táticas”.² E eu tinha uma obsessão de estudar isso. Então, quando comecei a pensar na estética da casa, pensei imediatamente nas relações de poder subjacentes. Como é possível reproduzir essas estéticas de moradia sem ser reprimido pelo aparato do Estado? Isso me interessava quando eu era, ainda, um aluno de graduação. Honestamente falando, eu não tinha tanto interesse nas particularidades da cidade local, nem no lugar geográfico em si. Eu estava pensando mais conceitualmente sobre essas coisas, pois queria encontrar um lugar que pudesse caber na ideia de poder de Foucault.

Revista Plural *Pois bem, então você não se interessava pela materialidade, apenas pelas relações de poder?*

Morten Nielsen É como se eu andasse com duas pernas diferentes. Uma perna era esse interesse por Foucault, sua noção de dispositivo, sua conceituação de poder que não se baseia, apenas, nos discursos que construímos sobre verdade e

1 Cf., sobretudo: Foucault, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2009.

2 Para Michel Foucault e Michel De Certeau, “tática” é a expressão cotidiana que revela uma estratégia correspondente. Para Foucault, a tática reforça a estratégia; por outro lado, para De Certeau, a tática revela, mas não necessariamente a reforça. Sobre isso, cf., sobretudo: De Certeau, Michel. *The Practice of Everyday Life*. Berkeley: University of California Press, 1984.

conhecimento, mas também na materialidade da vida social. Edifícios, hospitais, prisões, etc. Tudo isso estava representado por uma perna. E a outra perna era uma influência que estava na moda na Dinamarca naquela época, que era a *Actor Network Theory*. Sabemos que um dos elementos fundamentais dessa teoria é que qualquer manifestação social se expressa na interface entre pessoas, coisas e ideias. Na minha mente, eu achava que havia uma conexão entre essas duas linhas de pensamento. Eu queria investigar as redes através das quais essas forças de poder se impunham e pelas quais as áreas mais pobres da cidade, como as favelas, apareciam como manifestações dessas configurações de poder. Em outras palavras, alguém poderia perguntar: se a favela é uma expressão específica de poder, que tipo de poder é esse? Depois, uma das minhas colegas, que na época era uma das minhas professoras, Anne Line Dalsgaard, que você também conhece, trabalhava nas periferias de Recife. Foi ela que me indicou a cidade e me guiou por Recife. Foi ela quem me abriu os olhos para o brilho da América Latina e, também, para o universo incrível que essas cidades manifestam.

Meu primeiro projeto, então, foi sobre a reprodução de lideranças de bairro durante uma época que era especificamente tensa no Brasil. Lembrando que isso foi antes da emergência, em termos de hegemonia, do Partido dos Trabalhadores (PT), a nível federal. O PT estava no poder, apenas, a nível municipal, como em Recife. O que era interessante para mim era que havia vários líderes locais, que foram socializados em um contexto de assistencialismo e clientelismo, em um ambiente onde o poder era pessoal, relacional e informal. E, de repente, eles precisavam navegar nesse novo mundo de orçamento participativo e participação cívica – todo esse jargão, que sugeria uma nova era política. E os líderes locais estavam posicionados nessa transição na qual eles não estavam mais totalmente próximos da política local, daqueles que os apoiavam financeiramente, socialmente e politicamente. Ao mesmo tempo, vários deles realmente acreditavam nessas novas ideias que emergiam da nova posição que o PT passou a ocupar no espectro político nacional. Então, eu me focava nesse *double-bind*, ou seja, nesse negócio moral que estava acontecendo. Meu primeiro projeto foi sobre isso.

Minha trajetória na África Subsaariana ligada a questões de moradia e de temporalidade resultou, também, de uma época específica de minha vida acadêmica. Foram os anos de 2004-05; na Europa, pairava um forte discurso de “anticorrupção”. As instituições de financiamento, também na academia, desenvolveram rapidamente esse discurso de “tolerância zero”. Esse discurso teve uma influência tremenda nas pesquisas em ciências sociais. Por exemplo, o fundador da ONG *Transparency International* se tornou um *guru* para muitas organiza-

ções cívicas e agências nacionais no mundo inteiro. Mas, baseado nas minhas pesquisas na América Latina, eu queria problematizar esse discurso de tolerância zero, porque eu havia observado que as operações consideradas maléficas de um novo discurso de poder era um pilar da vida política local e, de fato, poderia ser considerado produtivo na transição a uma nova realidade na América Latina. Então eu queria desafiar a definição de “corrupção”.

Revista Plural *Ok, mas como esses questionamentos levaram você à África Subsaariana?*

Morten Nielsen Vou explicar. Francamente, eu fico um pouco envergonhado em admitir que eu não considerava a região em si, sua localização geográfica. Eu não olhava para o lugar. Antes disso, eu pensava o tempo inteiro sobre as questões analíticas relacionadas com a situação. Na época, eu tinha interesse em temas como corrupção, moradia, acesso à terra, informalidades e transações informais de terras. Mas o que aconteceu na prática foi que eu apresentei essa ideia a uma agência dinamarquesa e eles me disseram que estava tudo fascinante e que a pesquisa tendia a ser significativa. Aí, eles me falaram que eles apoiariam o projeto se eu fosse a Moçambique. Eu concordei. Uma vez em campo, passei a descobrir várias outras coisas que me interessavam. Iniciei meus trabalhos em um bairro novo na periferia de Maputo, que nos meus textos é chamado Mulweni, que na verdade significa “menino de rua”. Obviamente, o nome do bairro é outro na vida real. O que é particularmente curioso sobre esse bairro é o *timing*. Mulweni mudou totalmente depois de devastadoras enchentes que aconteceram em 1999 e no começo de 2000. Os novos moradores de Mulweni vinham não somente de áreas metropolitanas de Maputo, mas também de outras regiões do país. Então, um bairro que tinha cerca de 100 famílias cresceu para até 40.000 habitantes em 3 anos. E o que chamou muito a atenção, na época, foi o imaginário, isto é, as aspirações de futuro dos moradores, os desejos ligados a esse espaço urbano.

O que aconteceu, depois, foi que o governo moçambicano passou a ver essa situação como uma oportunidade de mostrar ao mundo suas capacidades restaurativas. Eles declararam que iriam criar um bairro modelo de uma maneira eficiente com a ajuda de doadores internacionais. Mas, quando os institutos financeiros percebiam que as pessoas locais não estavam morrendo de fome, etc., eles gradualmente tiravam seus times do campo. O resultado foi uma utopia futura chamada Mulweni, um bairro modelo, uma promessa, mas sem recursos para realizar-se enquanto tal, para concretizar-se enquanto sonho. Em princípio, os recursos eram para os sobreviventes das enchentes; no entanto, rapidamente, muita gente

percebeu que isso representava uma oportunidade de ter acesso a um pedaço de terra – uma propriedade barata e onde estava em vias de consolidação uma megaoperação de urbanização.

De fato, o que o governo não conseguia fazer os moradores faziam por eles próprios. A questão na perspectiva dos migrantes, dos novos moradores, era como conseguir os documentos de uma maneira informal para si próprios e para suas famílias, caso o governo chegasse a os acusar de estarem ocupando uma propriedade ilegalmente. Então, a ideia era construir uma casa que parecesse pertencer ao bairro modelo imaginado. Entretanto, é necessário lembrar que ninguém sabia exatamente como seria esse bairro modelo, porque não havia nenhum *blueprint* de fato. Tudo girava em torno do imaginário. Eles sabiam que deveria ser algo “urbanizado”, “formalizado” e “planejado”. Por intermédio de uma série de transações informais entre arquitetos, agrimensores, moradores antigos e oficiais, um acordo foi aos poucos emergindo. Então, o que ninguém conhecia se realizou. Imagine, você, um fiscal do governo indo até o bairro e vendo uma casa toda construída, arrumada e planejada. Ele imediatamente pensa: “isso é uma coisa que nós poderíamos ter construído. A gente não fez, mas poderíamos ter feito. Vamos deixar esse pessoal aqui em paz”.

Revista Plural *Grande história! Isso me faz pensar em uma trajetória que foi resultado de uma convergência de ideias sobre o urbano, uma convergência de formas materiais e ideológicas...*

Morten Nielsen Sim, exatamente. Nesse sentido, para concluir esta parte, me deixe complementar com o seguinte: o conceito que eu desenvolvi para capturar esse processo que eu narrei foi *inverse governmentality* (governamentalidade inversa). De alguma forma, eu acabei voltando para o meu ponto de origem, mas de forma avessa. Foucault escreveu que a “governamentalidade”³ é a vontade de ser governado. Mas, o que é interessante aqui é que tudo parece se expressar de forma invertida. Há uma configuração informal de moradores, que por meio de práticas sem aparente coordenação desenvolvem uma forma precisa de governo, que eles oferecem ao governo “formal” com a seguinte mensagem: “por favor, use isso para nos governar”. E isso aconteceu concretamente. Eu percebi isso de forma direta. Eu estava no bairro procurando um *blueprint*, porque tudo parecia tão organizado e bonitinho que pensei: “alguém deve ter arquitetado isso tudo”.

3 Cf. Foucault, Michel. “Governmentality”. In: Burchell, Graham; Gordon, Colin; Miller, Peter (Orgs.) *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1991, p. 87–104.

Porém, depois de seis meses, eu percebi que ninguém tinha feito nada. Foram os próprios moradores. Aí, voltei à prefeitura e finalmente achei alguns *blueprints* e descobri que eles foram produzidos informalmente depois das transações já terem sido realizadas. Então, algum arquiteto esboçou algo, em acordo com os potenciais moradores. Ele foi pago por um antigo proprietário (sem recibo), que queria vender toda a sua terra. O documento parecia ter sido registrado como algo totalmente formal. Aí, um potencial novo morador que chegasse na prefeitura e falasse que queria comprar o lote 3B, “a prefeitura daria o *ok*” e lhe mostraria esse *blueprint*. A mensagem seria que o poder público usaria aquele modelo para “governar” aqueles futuros moradores. E eles concordaram com isso, afinal todo mundo queria aquilo.

Revista Plural *Tendo em vista essa experiência, como você definiria, hoje, a categoria “cidade”? Obviamente, há amplas discussões dentro da antropologia, da sociologia, dos estudos culturais e urbanos. Mas como se poderia defini-la em termos básicos e mais ou menos comuns?*

Morten Nielsen De fato, trata-se de uma categorização difícil. Poderíamos voltar à Escola de Chicago nos anos 1930 e refletir um pouco sobre isso. Para eles, a cidade ou a urbanidade constituía uma série de aspetos sociológicos do mundo social, tais como o tamanho, a densidade e a heterogeneidade demográfica de determinada população. Setenta anos depois deles, temos acadêmicos escrevendo que a cidade é tudo e que ela está em todo lugar. De uma definição precisa chegamos a uma postura tão vaga. Eu entendo a frustração nos dias de hoje. Mas voltando a sua pergunta, talvez seria interessante começar com Doreen Massey e sua ideia de *throwntogetherness*⁴ (“lançado à convivência”). Ela fala sobre uma série de conexões fragmentadas, um processo contínuo de fazer e desfazer entre o humano e o não-humano em constelações de trajetórias múltiplas, organizações invisíveis e afetos infraestruturais. É uma mescla de operações que, na verdade, não se constituem tal qual o esperado. Voltarei ao conceito de *throwntogetherness* daqui a pouco.

Antes, gostaria de dizer que, para mim, responder à sua pergunta – o que é a cidade, ou o que é o urbano – não sugere que começemos com a Escola de Chicago. Para mim, devemos começar com a Escola de Manchester. Eles queriam entender o contexto urbano na África Central. Os pesquisadores da Escola de Manchester

4 Morten se refere a um conceito que foi trabalhado no seguinte capítulo: Massey, Doreen. “Throwntogetherness: the politics of the event of place”. In: *For Space*. London: Sage, 2005, p. 149–162.

queriam estudar esses contextos urbanos que estavam sendo cada vez mais caracterizados por funções instáveis, normas institucionais e conexões fragmentadas, que não podiam ser entendidas mais em termos de parentesco e filiações tribais. Naquela época, havia os adeptos do funcionalismo-estrutural, que iam ao campo e diziam: “este é o mundo, esta é a cosmologia. Agora eu sei como funcionam estas pessoas, porque eu defini a estrutura que explica seu mundo”. Ok, mas os membros da Escola de Manchester estavam trabalhando nessas cidades onde havia minas (*mining cities*), onde tinha gente de tribos diferentes chegando em um contexto urbano; o que eles observavam não cabia mais no paradigma clássico do funcionalismo. Isso, porque alguns membros da tribo tomavam decisões e agiam de formas diferentes de sua função, classicamente falando. Então, esses pesquisadores se focavam nos parâmetros ou nas coordenadas da situação. Eles se baseavam no chamado “aqui e agora”. E a inspiração dessa abordagem situacional, que depois virou o *approach* do *case study*, que depois iria ainda resultar nos estudos de conflitos urbanos, veio de psicólogos sociais que descobriram que nossas reações instintivas eram condicionadas pelo ambiente. Se o funcionalismo produzia um entendimento holístico, agora a ideia era que nós precisávamos levar os fatores circunstanciais em consideração. Mas, para fazer isso, você não poderia conceber as coisas de uma maneira atemporal, porque era a dinâmica das práticas contínuas, particularmente o contraste entre entendimentos normativos diferentes, que definiam o objeto do estudo.

Foi assim que emergiu o *case-study approach*, o método do estudo de caso. O que me irrita bastante são as pessoas que acham que esse método é sinônimo de pesquisa de campo etnográfica, ou seja, que bastaria apenas entrar em campo e realizar estudos de caso. Mas, na verdade, o estudo de casos é uma metodologia específica designada para lidar com essas tensões temporais e esses contrastes normativos que podem ou não ser encontrados em campo. Há uma sensibilidade analítica direcionada às negociações constantes desses elementos. Em minha experiência, a partir do momento em que percebi que esse método se alinhava com os fatos que ocorriam em Moçambique, na época, com os aspectos de transformações sociais, situação que parecia estar sendo “lançada à convivência” (*throwntogether*), ativada no futuro, me pareceu que a lógica da Escola de Manchester fazia muito sentido.

Então, para mim, a cidade constitui exatamente conflitos contínuos de topografias temporais. A cidade é a intensificação desses conflitos normativos. Ela é o resultado de uma desestabilização de orientações temporais.

Revista Plural *Se a cidade pode ser entendida como encontro de lógicas variadas, os detalhes do contexto têm que ser destacados na análise. Estou certo? Se sim, então me parece que essa descrição está próxima de uma definição de globalização, de processos globais ou globalidade (globability). Sua definição de cidade ajuda a entender o momento atual da globalização?*

Morten Nielsen Sim, definitivamente. Me deixe falar duas coisas sobre isso. O que estou falando é uma configuração espaço-temporal. Nós precisamos pensar assim: a cidade é o contexto que de uma maneira mais produtiva permite que essas configurações espaço-temporais operem no ponto de quase falência. Isso, porque elas estão sendo influenciadas, afetadas, afrontadas pelas dinâmicas que a elas se opõem. Isso pode ocorrer em termos de uso de terra ou nas próprias normas sociais, ou pode ser as orientações gerais do indivíduo na cidade. Há uma intensificação contínua de orientações socio-espaciais na cidade; mas o que é singular na cidade é que ela sobrevive justamente desses contrastes. Veja bem, há muitos antropólogos e sociólogos *hippies*, e eu sou um deles, que gostam de falar das potencialidades e produtividades, ou melhor, das virtualidades da cidade. Mas, temos que apreciar e entender como a cidade opera por meio de seus contrastes, das oposições, das distinções, dos destacamentos, dos vãos, das frestas, das ausências, das desconexões. A maioria dessas forças constituem a maquiagem da cidade em si. Há vários outros espaços, nodos, lugares no mundo onde isso não seria verdade.

Agora, essa realidade cheia de contradições pode ajudar a entender a *global city*? Eu imagino que você se refere indiretamente à formulação de Saskia Sassen.⁵ Bom, se eu entendi bem, ela fala basicamente que as cidades são nodos específicos e especialmente intensos de produtividade. E por serem tão intensos, podemos extrapolar nossas análises e captar alguns dos mecanismos do sistema global. As cidades são, portanto, uma intensificação de um *network* mais amplo. Eu entendo o trabalho dela dessa forma. Isso representa um aspecto crucial e relevante em nosso entendimento, mas não é muito útil no objetivo de entender as dinâmicas particulares sobre o que realmente acontece na cidade. Para tanto, eu acho que a gente precisa utilizar o termo “vernáculo urbano”. Isso significa que a cidade gera suas próprias categorias analíticas, sua própria teorização. Minha sugestão não se limita a pensar a cidade de uma maneira *bottom up*, de baixo para cima. O que quero dizer é que a cidade é capaz de gerar suas próprias formas analíticas,

5 O autor se refere à obra: Sassen, Saskia. *The Global City*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1991.

sua teoria. Eu publiquei sobre isso com AbdouMaliq Simone⁶, em um capítulo no qual tratamos de descrever isso usando a frase “universalismo limitado”. Isso se aplica, por exemplo, à estética da moradia. Se voltarmos ao primeiro exemplo que dei em Moçambique, o bairro modelo, é possível dizer que os moradores estavam articulando uma hipótese de cidade. Eles falavam que o que estavam a fazer era exatamente cidade. Estavam a construí-la. Essa *inverse governmentality* é uma espécie de ordenação e planejamento do urbano. Porém, não é suficientemente forte para dominar o urbano em si, porque existem os conflitos. Para entender isso, o conceito de “cidade global” me parece limitado. Atualmente, na África Subsaariana, há uma presença forte de agentes internacionais. Os turcos, chineses, brasileiros, indianos... estão todos por lá. Para entender isso, podemos incorporar a ideia de cidade global à de “vernáculos urbanos”, porque temos que ser inseridos em uma heurística analítica, claro, mas sempre atentos aos detalhes, às nuances.

Revista Plural *Acho interessante a ligação entre sua trajetória profissional e seu desenvolvimento teórico sobre a cidade. E faz mais sentido porque você sublinha tanto a ideia de tensões quanto de auto-organização em suas análises.*

Morten Nielsen Sim, de fato. Me deixe só acrescentar que isso pode ser atribuído a uma leitura criativa que eu fiz da Escola Manchester. O jargão daquela época não permitia que eles articulassem isso nesses termos. Se você for ler “*The Seven Year Plan*”, de Max Gluckman,⁷ você ira encontrar muitas ideias em comum com o grupo atual que escreve sobre reflexibilidade urbana.

Revista Plural *Sua explicação, acho eu, é interessante para os leitores verem alguém que escreve sobre cidades contemporâneas e desenvolve teorias vanguardistas, que abertamente dialoga com uma vertente “clássica” da antropologia e da sociologia urbana. Leituras novas, inovadoras de textos mais velhos. Isso também provoca uma reflexão sobre a ideia de urban orders, que a organização da cidade seja algo sempre tensa, que sempre necessita de conflitos para ser realizada. Ordem e desordem são inseparáveis, aqui. Eu acredito que essa entrevista possa ajudar os leitores a entenderem, por exemplo, projetos como a*

6 Cf.: Nielsen, Morten & Simone, AbdouMaliq. “The generic city: Examples from Jakarta, Indonesia, and Maputo, Mozambique. In: Harvey, Penelope; Jensen, Casper Bruun; Morita, Atsuro (Orgs.) *Infrastructures and Social Complexity: A Companion*. London: Routledge, 2016, p.128-140.

7 Cf.: Gluckman, Max. *Seven-Year Research Plan of the Rhodes-Livingstone Institute of Social Studies in British Central Africa*. *Rhodes-Livingstone Journal*, n. 4, p. 1-32, 1945.

rede de pesquisa URO (uro.au.dk) que você coordena na Aarhus University, na Dinamarca.

Morten Nielsen E você sabe que “uro”, em dinamarquês, significa exatamente “desordem” ou “agitação”.

Revista Plural *Sim. Por isso acho que pegar esse link e conversar mais diretamente sobre o tema principal desse dossiê, “Direito à Cidade”, slogan famoso de Henri Lefebvre, que nos últimos anos têm se tornado uma expressão popular e chamado a atenção de intelectuais como David Harvey⁸ e Michel Agier – além de vários políticos em contextos diferentes no mundo. Então, qual é a sua perspectiva sobre esse jargão? Qual utilidade ele teria nos dias de hoje? Quais são as limitações dele como uma orientação teórica ou metodológica? Finalmente, essa frase tem alguma ressonância em um lugar como a Dinamarca, onde as cidades, pelo menos superficialmente, foram planejadas de uma forma mais igualitária?*

Morten Nielsen Primeiramente, a noção de “direito à cidade” é um conceito central nas ciências sociais. É crucial, a nível do conceito de “classe”, em Marx, ou de “hegemonia”, em Gramsci. É uma dessas ideias que, na época, embora criada a partir de um neologismo, depois ganha vida e substância próprias, sendo inclusive incorporada em um léxico mais geral da população. Além disso, algumas vezes, esses termos acumulam uma força de intervenção na realidade muito evidente. Na minha opinião, este é o caso do “direito à cidade”. Pierre Bourdieu disse que o conceito de “classe”, depois de ter sido formulado como ferramenta teórica, foi utilizado por segmentos da população. Ou seja, o termo atua tanto na dimensão da análise quanto na do ativismo. Um conceito parecido com o “direito à cidade” seria “99 per cent”, de David Graeber. Todos esses conceitos têm em comum a qualidade de serem ferramentas para transformação reflexiva política.

Revista Plural *E você acha que essas qualidades fazem com que um conceito como “direito à cidade” seja parte de discursos tão variados como academia, política e sociabilidades?*

Morten Nielsen Sim, estamos todos envolvidos no jogo. Para mim, a mensagem de Lefebvre era que o “direito à cidade” aponta para uma aglomeração de forças,

8 A referência, aqui, é aos seguintes textos: Harvey, David. *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*, New York: Verso, 2013; e Agier, Michel. Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro. *Mana*, Rio de Janeiro, n. 21(3), p. 483-498, 2015.

que ativa essa configuração entre o indivíduo e a cidade como um veículo potente de transformação. Não é somente uma expressão de cidadania, mas também agrega o contexto que deve estar presente para essa transformação ocorrer. Ou seja, que a transformação deve acontecer a nível individual e da cidade simultaneamente é um *insight* que nos ajuda a entender a cidadania urbana, os acessos, privilégios, por conta da simultaneidade.

Meu problema com o “direito à cidade” começa quando ele é utilizado como uma teoria, quando um ativismo acadêmico usa esse conceito como forma de dimensionamento entre universal e particular. O “direito à cidade” nos provoca, nos apresenta uma pergunta sobre o acesso de recursos aos mais marginalizados, mas ele não nos oferece as ferramentas necessárias para entender as particularidades de cada problema. Para fazer isso, precisamos nos focar nos vernáculos. Um exemplo: em Maputo, temos um contexto pós-socialista e absolutamente neoliberal, onde o partido no poder é o mesmo de quando o país adotava uma postura organizativa socialista. O socialismo como um sistema colapsou, mas ele existe como discurso, sobretudo quando pessoas precisam de acesso a recursos básicos. Essa expressão vernacular não poderia ser entendida se você dependesse só do mote do “direito à cidade”.

Revista Plural *Talvez seja nesse espaço empírico que a sociologia e a antropologia possam contribuir para a geografia e a ciência política. O que acha? Identificar os vernáculos, os mecanismos específicos e locais?*

Morten Nielsen Sim, a contribuição das disciplinas que entram em campo se dá nesse espaço. Vivemos uma época interessante. No passado, a antropologia urbana estava mais distante, menos engajada com a questão urbana. Vejo uma reaproximação em relação aos informantes; vejo uma aproximação em termos de linguagem, de discurso, das expressões locais sobre moradia, tempo, espaço, etc. Por exemplo, em Moçambique eu tenho feito muitas anotações de como meus interlocutores gerenciam o tempo, especificamente o futuro. Quando eu pergunto: “qual é a previsão do seu projeto de construir uma casa?”, e o cara me responde, com certeza absoluta, que vai terminá-la dentro de cinco anos. Certeza. Mas ele utiliza uma maneira, um mecanismo, que existe em algumas línguas bantus, que indica que provavelmente isso nunca vai acontecer. Não se trata de um tempo verbal subjuntivo ou algo assim. É uma sutileza, que compõe um vernáculo próprio daquela cultura. O ponto não se limita à linguística. E se eu uso essa ideia local do futuro como uma ferramenta de análise, um conceito filosófico? A etnografia gera teoria. Há vários autores que estão fazendo isso (AbdouMaliq Simone,

Filip de Boeck, entre outros). É esse tipo de abertura que se necessita, uma flexibilidade de deixar a cidade e seus agentes criarem sua própria teoria, que é uma possível consequência da noção de “direito à cidade”.

Revista Plural *Eu gostaria de ressaltar uma parte da pergunta. Usando todas as suas reflexões empíricas e teóricas baseadas na sua experiência de campo em Moçambique, você poderia aplicar a mesma reflexão à Dinamarca e a cidades como Aarhus e/ou Copenhague?*

Morten Nielsen Um dos motivos principais que me inspirou em fundar o *Urban Orders Research Center* foi um resultado de minhas pesquisas em Moçambique: a ideia de que a cidade é uma entidade auto-organizadora. Quais são as formas organizadoras existentes em Aarhus, por exemplo? Sabemos que hoje há várias conversas e planejamentos sobre a área Gellerup, que na Dinamarca é definido como um “gueto”. Gellerup é um grande projeto habitacional na periferia de Aarhus. A questão é que Gellerup precisa ser atualizado; ou melhor, sua infraestrutura precisa. Na Dinamarca os grupos cívicos da comunidade são mais fortes que os donos. Então, afirmar isso não é “direito à cidade”; isso é o ponto de partida, a base. A negociação começa aqui. Direitos e vozes já estão em jogo. O que é difícil é decifrar as diferenças de interesses. Diferente do que acontece em Maputo, em Aarhus as linhas de oposição são embaçadas. Porém, na Dinamarca tem a frente empresarial, as megaempresas imobiliárias que podem entrar em cena, apagar tudo e construir algo sem considerar os grupos de interesse já estabelecidos.

Revista Plural *Gostaria de fazer uma última pergunta, Morten. Vamos conversar um pouco sobre seu processo de escrever. Você já fez uma certa referência nesse sentido anteriormente, em outros textos. Alguns termos são criados e acumulam poder pelas formas em que são usados e pelas instituições que os utilizam. Nós, escritores, estamos sempre pensando em formas de expressar aquilo que observamos, para contribuir nos debates que achamos serem cruciais para a sociedade. Nesse sentido, dependemos em grande escala da língua, da palavra. Você é um escritor que abusa dos neologismos, inventando palavras ou gerando novos sentidos de termos banais ou marginalizados. Por exemplo, você e Abdou Maliq Simone recentemente publicaram um artigo utilizando as realidades de Jakarta e Maputo para discutir a “cidade genérica”. Além disso, você, particularmente, tem escrito muito sobre o “olhar patafísico”. Pois bem, o primeiro termo parece não possuir nenhum valor crítico (genérico), o outro, literalmente, refere-se ao*

absurdo. Gostaria de ouvir seus pensamentos sobre seu estilo de escrever e suas ligações com a argumentação.

Morten Nielsen Mais recentemente eu tenho desenvolvido parcerias como essa com AbdouMaliq. Estamos escrevendo um livro atualmente com o título *Lurking is the Background*. A prosa do AbdouMaliq sempre me chamou a atenção. Para mim, é fundamental desenvolver sua própria voz, na prosa e na teoria. E para fazer isso é importante sempre manter a ligação com o lugar, com Jakarta ou onde quer que seja. Manter o pulso do lugar. Eu chamo minha estratégia de escrita de “teorização lateral”, que é um distanciamento mínimo, a uma distância curta da realidade concreta. Na verdade, eu pego emprestado algumas ideias e conceitos de outros autores e reformulo-os em forma de teoria, que talvez possa servir em um outro lugar. Pelo menos esse processo permite que eu lance um olhar mais comparativo. Podemos usar o exemplo de “genérico” – da “cidade genérica”. Esse termo capta a ideia de que a cidade pode gerar sua própria teorização. Entretanto, queríamos manter a “bagunça” (*messiness*) que vem da realidade empírica dentro do conceito. A história com o “olhar patafísico”, por sua vez, vem de um autor do século XIX que queria desafiar a metafísica, não de fora, mas utilizando o próprio discurso dela. Ele escrevia com o vocabulário e a lógica metafísica de uma maneira tão exagerada que se tornou absurdo. Adotei esse espírito experimental em minha escrita. Na verdade, eu vejo isso em vários humoristas. Eles exploram a lógica de políticos, por exemplo, exploram até um ponto em que a legitimidade do discurso acaba e a gente dá gargalhadas. É uma hiperversão da categoria ou do próprio sistema.

Revista Plural *Perfeito! Muito obrigado, Morten, pelas respostas e também por ter aceitado esse convite de conversar comigo sobre sua trajetória, seu trabalho institucional, suas colaborações e seu modo de pensar as várias questões estéticas e políticas que rondam o urbano.*

O espectro criminal: entre sombras e imagens

Uma entrevista com Jean Comaroff e John Comaroff

Realizada por Andrea Roca^a

Jean e John Comaroff talvez sejam o casal mais célebre na antropologia contemporânea. Formados na década de 1960, na Universidade de Cape Town, África do Sul, chegaram na Inglaterra para se doutorar em Antropologia Social na *London School of Economics*. Depois de uma longa e destacada carreira no Departamento de Antropologia da Universidade de Chicago, em 2012 ambos foram convidados para integrar o Departamento de Estudos Africanos e Afro-Americanos e de Antropologia da Universidade de Harvard – onde hoje são professores.

No decorrer de suas trajetórias, Jean e John Comaroff têm explorado a relação entre capitalismo, modernidade e colonialismo, focando em várias questões, desde religiões e rituais até legislações, crimes, democracia e problemas urbanos, tendo como locus privilegiado de pesquisa e teorização a África do Sul. Nesse sentido, o ponto de inflexão foi o livro *Ethnography and the Historical Imagination*, publicado em 1992 e tido como um clássico da antropologia – infelizmente, ainda sem tradução para o português.

Pesquisadores brasileiros têm demonstrado interesse por seu trabalho, sobretudo pelos livros *Law and Disorder in the Postcolony* (2006), *Ethnicity, Inc* (2009) e *Theory from the South: or, how Euro-America is evolving toward Africa* (2012). Isso se expressa por meio das publicações de resenhas e traduções de capítulos, além de um par de entrevistas em revistas acadêmicas nacionais. Tal atração, aliás, têm sido recíproca: Jean Comaroff visitou o Brasil, em 2011, a convite do Instituto Contemporâneo de Projetos e Pesquisa do Rio de Janeiro; dois anos mais tarde, foi palestrante convidada pela Universidade de São Paulo e pelo 37º Encontro Anual da Anpocs, em Caxambu. Em 2016, John Comaroff ganhou destaque na imprensa nacional ao comentar sobre a situação jurídica e política da ex-presidente Dilma Rousseff e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva¹, na perspectiva do conceito de *lawfare*².

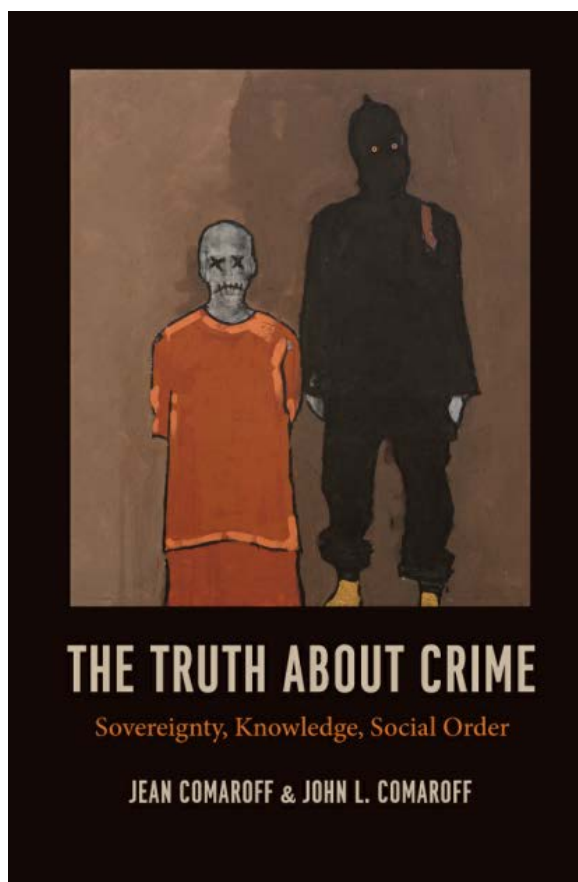
a Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP e bolsista FAPESP (2015/9686-5).

1 Ver: “Professor de Harvard vê ‘presunção de culpa’ contra Lula na Lava Jato”, *Folha de São Paulo*, dia 1º de novembro de 2016. Disponível em: <<https://goo.gl/qEhEPL>>. Acesso em: 11 de junho de 2018.

2 Refere-se à manipulação da lei para atingir determinados objetivos políticos ou econômicos.

A entrevista a seguir foi realizada em 12 de julho de 2018, durante o seminário *Theory from the South: Interrogating the Global dis/order*, organizado pelo *Institute for Critical Social Inquiry (ICSI)* do *The New School for Social Research*, de Nova York, que este ano convidou os professores Comaroff para trabalhar com um grupo de pós-graduandos e jovens professores, oriundos de países como Palestina, Estados Unidos, Chile, Turquia, Egito e Brasil. Nesse contexto, o convite da *Plural* foi no intuito de conversar sobre o livro *The Truth About Crime: Sovereignty, Knowledge, Social Order*, publicado em 2016 pela *The University Chicago Press*.

Revista Plural *Dizem que não se pode julgar o livro pela capa. Mas gostaria que vocês falassem um pouco sobre a ilustração da capa de The Truth About Crime. A imagem me parece instigante. Nela, há duas figuras semi-humanas: uma vestida de laranja, como um prisioneiro, com a boca e os olhos costurados, sem voz e sem olhar; a outra, mais ao fundo e içada, está vestida de preto, com o rosto encapuzado e os olhos acesos, vigilantes. Vocês se lembram porque escolheram essa imagem tão enigmática para o livro e como ela se conecta com os temas que vocês analisam na obra?*



Jean Comaroff Sim, claro que lembramos. Estávamos há bastante tempo buscando uma pintura ou ilustração, porque é muito difícil saber como ilustrar um livro debruçado em um tema como o crime. É muito fácil usar imagens vandálicas ou muito explícitas. Por outro lado, nós queríamos trabalhar com a obra de alguém que fosse do lugar sobre o qual estávamos escrevendo, ou seja, da África do Sul. A obra é do artista plástico contemporâneo Mawande Ka Zenzile. Ele vem de *Eastern Cape*, um tipo de colônia interna da África do Sul, uma zona muito pobre, fonte de trabalho migrante e, é importante dizer, muito importante na história da luta anti-colonial do país. É desse local que provém a linhagem de Nelson Mandela e do Congresso Nacional Africano (ANC) – não de Jacob Zuma³, mas da primeira geração de ativistas.

Em uma galeria, vimos o trabalho de Ka Zenzile. Ele faz um trabalho verdadeiramente fascinante; utiliza-se de esterco de vaca, por exemplo, que em Eastern Cape é utilizado na construção de moradias, bem como de outros materiais locais, como terra e argila – algo realmente interessante. Ele também faz uso de materiais “africanos”, mas seu trabalho é, ao mesmo tempo, muito modernista e cosmopolita. É essa a sua sensibilidade. Foi após essa exposição⁴ que procuramos mais sobre o artista na internet e achamos essa pintura (*The mythology of rape*, 2014). Para nós, trata-se do *spectro criminal*. O que nos interessava era o prisioneiro – que, como você notou, está vestido de cor laranja e na prisão –, mas também a ideia que passa de cada homem africano criminalizado. Por detrás do suposto “criminoso” paira uma outra figura enigmática, que é um tipo de *presença fantasmagórica da lei*; mas não no sentido legal. Sobre isso falamos no livro: como o crime paira na *invisibilidade*, oscilando entre o visto e o não visto, nessa fronteira impossível – que, eu sei, vocês conhecem muito bem no Brasil, da dificuldade de definir o que é corrupção e quem é corrupto, por exemplo, ou então da dificuldade de definir o que é a causa e o que é a consequência. Então, a imagem refere a essa presença ameaçadora que nós chamamos de *súcubo*.

John Comaroff A imagem é também uma imagem sobre o *indecidível*⁵. Ou seja, você não tem certeza de quem é o ameaçado e quem ameaça, se essa ameaça é real ou é invenção da imaginação. Essa é a sua qualidade; é por isso que nós amamos a ideia

3 Jacob Zuma foi militante do Congresso Nacional Africano, preso político durante o *apartheid* e posteriormente eleito presidente da África do Sul em 2009 – cargo que manteve até 2018, quando renunciou em razão de acusações de corrupção.

4 Galeria Stevenson, *Mawande Ka Zenzile: The Problem We Didn't Create*, Cidade do Cabo, África do Sul, 2015.

5 Indecidível, em inglês, *undecidable*, refere ao conceito de Jacques Derrida *undecidability*. O termo, de forma muito sintética, discute a impossibilidade de identificar a que lado de uma dicotomia situar um determinado elemento.

do *súcubo*: as coisas que você não conhece, mas que estão “espectralmente” por aí – e que de alguma maneira assombram. E assombram porque você não pode atribuir a essa figura uma definição: É branco? É preto? É homem? É mulher? É criminoso? É legal? E é precisamente sobre isso que trata toda a obsessão atual com o crime. Pense, por exemplo, no Brasil. Lula é culpável de algum crime ou não? Provavelmente não, certo? No entanto, o poder o criminaliza usando da própria máquina do poder. Em 2017, passei uma tarde muito interessante com a ex-presidente Dilma Rousseff, ela estava falando sobre o golpe parlamentar que a derrubou. Então, eu lhe perguntei: você acredita que seus oponentes políticos pensam que você é uma criminosa? Ela respondeu: “Não. Mas esse não é o objetivo. O golpe não precisa de um criminoso; ele necessita de uma figura criminalizável”. Em certo sentido, isso captura a perspectiva como um todo. Você não sabe quem é a figura criminalizável: Dilma, enquanto essa figura, pode ser afirmada como culpável em benefício de uma ordem e de um interesse particulares.

Jean Comaroff Em *The Truth About Crime*, um dos assuntos que nos interessava fazia referência à figura do *súcubo* e do espectro criminal no contexto da transição na África do Sul: quando tivemos a nova constituição, a cidadania inclusiva, a comissão de verdade e reconciliação, também tivemos a AIDS e a onda criminal nas cidades. Nós estávamos muito interessados nesta questão: do que se trata essa onda criminal? Como se sabe que se trata de uma onda criminal de fato? Eu reconheci o fato imediatamente. Pois, ao ler *Vigiar e Punir*, de Michel Foucault, nota-se algo interessante: com o nascimento da cidade moderna, as diferentes classes sociais encontram-se no mesmo espaço, sendo que a aristocracia teve que estar ombro a ombro com o povo pela primeira vez. Logo depois, houve uma onda criminal – contudo, não há como saber se houve mais criminalidade ou não. A percepção, porém, era que o crime era maior. Há um sentimento de não conhecer mais o seu vizinho, de sentir-se ameaçado a todo instante, de que as estruturas hierárquicas não estão mais funcionando como antes e de que a ameaça está em todos os lugares. Não se sabe, entretanto, de onde provém, e por isso não se pode controlá-la.

Assim, voltando à capa do livro: quem é que leva o capuz no rosto? Durante os anos do *apartheid* da África do Sul houve de fato muita violência e muita desconfiança; mas era sempre uma violência política. Era política justamente porque conhecia-se bem o inimigo; ainda havia uma distinção entre branco/negro. Após a transição, passou-se a não reconhecer mais essas linhas de distinção entre amigo/inimigo; era como se a política tivesse sido dissolvida em um mundo de liberdade para todos em prol de interesses individuais juntamente da sensação

de que o crime ameaçava a todos e em todos os lugares. Tudo isso era similar ao que observávamos ao sul de Chicago e cada vez mais na Inglaterra.

Revista Plural *Aqui na América do Sul, temos por exemplo o caso da transição chilena: depois da ditadura de Augusto Pinochet e as reformas neoliberais, nos primeiros anos da transição na década de 1990, o crime colocou-se como a grande preocupação da população: uma alta taxa de insegurança subjetiva versus uma baixa taxa de criminalidade, paradoxo que permanece até hoje nas principais cidades do país.*

Jean Comaroff Provavelmente, esse imaginário respondia a uma outra coisa, certo? Na África do Sul, nem dá para saber exatamente porque, no decorrer do *apartheid*, não se contabilizava a violência de negros contra negros. Só havia interesse nos crimes de ataque ao Estado e perpetrados por negros contra brancos – era o terror. E, se as pessoas se matavam entre si nas comunidades negras, não era de interesse, não se contabilizava. Todavia, pelo que sabemos – e isso fica claro no livro –, as taxas de criminalidade estavam caindo no decorrer da década de 1990; mas a percepção, o medo abstrato, aumentava. O crime, de certo modo, se transformou na lente, na perspectiva, a partir da qual se podia dar conta da ordem, da desordem, do conhecimento, da ausência de conhecimento – e assim por diante. Tudo resultava nesta figura: o criminoso. E, politicamente, ninguém discordava da convicção do aumento do crime; se alguém discordava, esse alguém era tido como corrupto ou criminoso, ou seja, culpável de algum modo. Enfim, foi em *Theory from the South* (2012) que começamos a perceber tudo isto. É por isso que dizemos que os dois livros estão relacionados.

John Comaroff Creio que toda essa história de certo modo já estava antecipada em um livro que escrevemos antes, o *Law and Disorder in the Postcolony* (2006), uma vez que na introdução dessa coletânea de artigos já tratávamos desses assuntos.

Revista Plural *Realmente. Relendo a introdução de Law and Disorder in the Postcolony, aparecem várias ideias que vocês recuperaram em The Truth About Crime. Há 10 anos, vocês já estavam discutindo a metafísica da desordem, a dialética entre legal e ilegal, a coincidência entre a democratização do mundo pós-colonial e o aumento do crime. Inclusive, percebe-se que o grande mote de Theory From the South é o de como algumas “anomalias” tidas como características da África, ou da América Latina, como a corrupção, o crime organizado, etc., também são constitutivas de países do dito “primeiro mundo”.*

John Comaroff Claro. Pensemos o seguinte: hoje a CNN revelou que Donald Trump reconheceu ter recebido malas com dinheiro de representantes de governos estrangeiros⁶. Agora, imagine que os Estados Unidos têm acusado a todo instante lideranças africanas de fazer o mesmo há muito tempo, taxando-as de criminosas. Os advogados de Trump não negam o fato de que ele recebeu o dinheiro, simplesmente dizem: “Não é crime porque ele não está dando nada em troca por esse dinheiro”. É crime e ele é o presidente: na lei americana, você tem que declarar cada presente que você recebe. Mas ele não declarou e o estado de Maryland agora está cogitando processá-lo criminalmente. O fato é que eles não estão negando o episódio; só contornam a lei de alguma forma, dizendo que se tratou de um simples “presente”. É óbvio que ele vai conseguir sair disso porque o poder prevalece nesses assuntos.

Jean Comaroff Na África do Sul, voltando à questão da transição e da *indecibilidade* do legal e ilegal, na época da transição do *apartheid*, e isto é interessante, os presos políticos foram anistiados, como se sabe. Entretanto, o que chama atenção era como os presos comuns também acreditavam que deveriam ter sido perdoados por seus crimes, porque eles diziam que a lei era ilegítima e que eles eram *também* presos políticos. O argumento era: quando nós rompemos a lei, estávamos resistindo ao sistema. E há uma história de longa data na África do Sul acerca da chamada “bandidagem social”; não no sentido de dar aos pobres, mas no sentido de que a lei, por sua origem colonial, é tida como ilegítima. Discute-se a legitimidade da lei e, portanto, de sua quebra. Roubar os ricos, por exemplo, não é entendido como uma falta, mas como ato de resistência à dominação e ao sistema colonial.

Revista Plural *Outro elemento muito interessante em The Truth About Crime é a diversidade de materiais que mobilizadas no livro, desde estatísticas criminais, filmes sul-africanos, até séries de televisão, como The Wire, Breaking Bad e CSI. Isso não me parece muito frequente na sociologia, ou seja, reunir materiais tão ecléticos para elaborar um argumento.*

John Comaroff Mas é isso o que a antropologia faz hoje: analisar as coisas mais estranhas que nós consideramos óbvias e que usualmente não colocamos dentro da mesma categoria. Isso, creio, foi algo que Michel Foucault nos ensinou: procurem por coisas que parecem não ter relação entre si à primeira vista, coisas que não parecem ser “pares conceituais”, mas quando devidamente analisadas acabam resul-

6 Ver: “Maryland and D.C. sue Trump over foreign payments”, *CNN*, 12 de junho de 2018. Disponível em: <<https://goo.gl/mE5ZFB>>. Acesso em: 13/06/2018.

tando em coisas relacionáveis. A partir disso há algo interessante a ser aprendido. É assim que a melhor construção – e destruição – de categorias acontece.

Jean Comaroff Nós também começamos a trabalhar lado a lado com imagens, para verificar como o crime era entendido no imaginário social, ou seja, como a justiça informal e as suas representações acabavam por se consolidar no imaginário das pessoas. No livro, há muitas referências a filmes e séries. Com respeito à literatura, na Colômbia atualmente há um novo estilo de ficção criminal, composto por escritores como Laura Restrepo, além de eventos importantes como o festival Medellín Negro.

Revista Plural *Seria o que vocês chamam de neo noir ou noir bravo?*

Jean Comaroff Sim, isso mesmo. Realmente, quando se olha para boa parte da mídia e para o que as pessoas assistem no Netflix o tempo todo, vê-se tais histórias sobre crime e criminalidade, pois elas se transformaram em alegorias da vida. Além disso, temos esses casos judiciais que se transformam em dramas teatrais para o público geral, para as pessoas comuns, como o caso icônico de Oscar Pistorius, o atleta paraolímpico sul-africano Reeva Steenkampesse que assassinou sua namorada em 2013 – caso que nós analisamos no livro, inclusive. As pessoas ficaram obcecadas com esse drama: o julgamento foi transmitido ao vivo e o caso se situou entre o forense e o oracular. Na realidade, chamou a atenção do público porque parecia *figurar* alguma coisa, o sentimento de um homem branco ameaçado, um homem branco que perdeu o seu poder e que, de alguma forma, desviou o crime para outrem, um intruso negro – o intruso criminal –, que supostamente teria invadido a sua casa.

Revista Plural *Esse clichê da violência urbana, do negro sempre pronto a atacar brancos indefesos, o corpo negro, sem nome, sem rosto, como vocês descrevem...*

John Comaroff É disso que se trata a capa do livro! O *súcubo* que é percebido enquanto ameaçador. O intruso negro que nunca esteve aí e que não teve a possibilidade de estar aí – aliás, tratava-se de um condomínio fechado de luxo de Pretória, e o disparo foi através da porta do banheiro: ele sabia que era ela quem estava lá. Não há dúvidas de sua culpabilidade, e por quê? Por todas as alegações que ela estava tendo um caso com outro famoso herói esportivo sul-africano. O ocorrido foi violência de gênero, e houve muita atenção da mídia e dos jornalistas. O julgamento foi transmitido integralmente ao vivo, da sala do júri. Todos assistiram ao julgamento e à quantidade enorme de comentários que emergiram, incluindo, provavelmente, o debate mais elaborado sobre violência de gênero na África do

Sul. Por que isso está acontecendo? Afinal de contas, era um casal branco. Ela era uma das grandes modelos sul-africanas. Ele, um dos grandes heróis olímpicos. E ao fim e ao cabo, tudo se resumia a uma história de ciúmes e de exigências sexuais sobre ela. No fim, tudo se tratou de mais uma história de nossas inseguranças, como comentou Jean. Então, a questão do homem competindo com outro homem mediante violência sobre uma mulher. Isso foi um escândalo nacional.

Jean Comaroff Também há um deslocamento da narrativa do homem branco; o colonizador branco agora é colocado de lado e recupera-se, nesse contexto, certa forma de raiva...

John Comaroff Por outro lado, nas séries televisivas, também aparece o assunto da desconfiança na vida cotidiana, da fenomenologia do medo que se coloca na própria incapacidade de poder traçar um limite entre quem é cidadão “de bem” e quem é inimigo. Esse é o grande assunto que está por trás das séries de televisão mais assistidas na atualidade, como por exemplo *The Americans*. A série trata de dois espões soviéticos nos EUA, sendo que a grande problemática da narrativa é que eles são vizinhos dos cidadãos mais comuns. Seus filhos vão à escola, participa daquela rede de sociabilidade, de eventos, aniversários, e quando se descobre que eles são o inimigo violento, não há ninguém que os personifique propriamente: apenas um casal, uma mulher linda e um homem lindo, jovens que vivem na porta do lado de tua casa.

Jean Comaroff Sabe, essa é a questão chave que nós estamos discutindo aqui, que o crime nas cidades já não é algo épico sobre o qual você estabelece uma linha da qual você se afasta claramente. O assunto é que (e nós dizemos muito isto no livro), ao observar os grandes shows televisivos – como *Os Sopranos* ou *Breaking Bad*, que têm se transformado em alegorias da nação – o ponto sobre essas pessoas é que eles não são simplesmente más. Elas são heróis que lutam com problemas muito humanos. Na metade do século XX, a história norte-americana épica foi a peça de teatro. Como “A morte de um caixeiro-viajante”, de Arthur Miller: é um típico homem americano que está tentando ser um pequeno empreendedor e que nunca terá sucesso com o chamado Sonho Americano. Agora, a figura da vez é Tony Soprano. Tem-se apostado bastante neste assunto da família e do crime nos subúrbios. Além disso, eles são bons católicos. Ele tenta ser um bom pai de família, é um homem de família, vai ao psiquiatra, mas no caminho mata alguém pelas costas! Então, nessa perspectiva, ele é como qualquer pessoa que eu conheço – dizia o diretor de HBO –, exceto por ser o grande chefão de Nova Jersey.

Creio que haja alguma coisa acontecendo que envolva o terror doméstico, o que, de certo modo, tem muito a ver com o fim da Guerra Fria: antes, havia uma

clara bipolaridade entre as áreas de confiança e de desconfiança. Agora, todas essas coisas estão se projetando dentro das fronteiras. Ao mesmo tempo, no caso da África do Sul, fica a pergunta: quem é o colonizador e quem não é? Quem está no “lado certo” da luta? Quem está no lado do “demônio colonizador”? Quem é o dissidente político e quem é o vândalo, o saqueador, o oportunista violento? Vejamos por exemplo o caso de Cyril Ramaphosa, o novo prisioneiro político com o qual agora estamos todos fascinados porque parece ser uma grande liderança. Entretanto, como se sabe, ele é um grande capitalista e está provavelmente envolvido no caso de Marikana – o massacre de 2012, em Rustenburg, quando mais de 30 mineiros em greve foram mortos pela polícia⁷.

John Comaroff Provavelmente, ele deu a ordem.

Jean Comaroff Porque ele estava ali. Então, paira novamente esse ambiente de *indecibilidade*, e é isso o que o *noir* captura: é tudo a mesma coisa. Por agora estivemos na Inglaterra e o assunto lá é: como você sabe que a sua filha não vai ser afetada por um processo de radicalização no mundo online e, em algum momento, querer participar do ISIS? A discussão é sobre o *terror interno*. Outro exemplo é o caso da cidade de Boston, em que um homem, Dzhokhar Tsarnaev, promoveu um atentado à Maratona de 2013. Resulta que ele – e isto era discutido na imprensa – ia à mesma escola secundária de dois atores de Hollywood, Matt Damon e Ben Affleck. A mesma escola! Então, de certo modo, de onde vem essas pessoas?

John Comaroff A linha é muito tênue. Há um filme maravilhoso sobre o qual nós também discutimos em *The True About Crime*, intitulado *Hijack Stories*⁸. É um filme brilhante, um tipo de *Jozié*⁹ *noir* que fala da vida urbana e criminal em Joanesburgo.

Jean Comaroff *Hijack Stories* fala de um jovem ator, Sox Moraka, que tenta entrar em um show televisivo de gângster. Acontece que ele já é de uma família de negros de classe média. Então, ele decide voltar ao lugar de onde seus pais vieram, Soweto, e vai viver com criminosos da periferia para aprender a ser um criminoso – porque o crime é uma performance e você tem que aprender os movimentos e a dinâmica, não é mesmo? O herói se transforma em um sequestrador,

7 Cyril Ramaphosa, atual presidente da África do Sul, assumiu o cargo logo depois da renúncia do ex-presidente Jacob Zuma, em 15 de fevereiro de 2018. Ex-sindicalista, Ramaphosa lutou contra o regime do *Apartheid* e foi encarcerado em 1974 e 1976. Já no fim da década de 1990, voltou-se inteiramente para os negócios e, em 2015, foi indicado como um dos 50 homens mais ricos da África pela revista *Forbes*.

8 Filme do diretor sul-africano Oliver Schmitz, estreado em 2000.

9 Apelido de Joanesburgo.

um assaltante especialista em roubos de carros. O que o filme diz, basicamente, é que a arte e a vida constantemente se reforçam uma à outra. A interação mimética entre arte e vida é algo constante. É um filme brilhante!

John Comaroff O que nos interessa, como denotamos no livro, é a economia política da representação do crime e as fantasias forenses construídas ao redor desses assuntos. O outro filme importante para nossa análise é *Gangster Paradise: Jerusalem*¹⁰. O protagonista, Lucky Munene, sonha com uma casa na praia. O que nos chamou a atenção é que o herói se transforma em um assaltante especialista. A razão pela qual faz isso é que ele deseja frequentar a escola de negócios, para a qual foi aceito mas não tem o dinheiro para ir. Então, sinteticamente, ele decide se transformar em um homem de negócios diferente, começando a se profissionalizar no crime e a se envolver no negócio de “sequestro de prédios”¹¹, tornando-se muito bem sucedido. O filme se passa no período da transição na África do Sul. Não é possível, no filme, diferenciá-lo dos homens de negócios “legítimos”. O interessante é que a história é baseada em fatos reais, sendo que o “protagonista” na vida real é um “sequestrador” de prédios em Joanesburgo.

Jean Comaroff Em nosso livro, há uma entrevista com ele, em que ele diz: “O que é um ladrão? Ora, meu povo foi colonizado; nós tivemos a nossa terra colonizada; o homem branco roubou a terra. Então agora estamos apenas recuperando-a. Durante o *Apartheid*, não nos deixaram viver no centro de Joanesburgo e nos relegaram à periferia da cidade. Agora eu recupero essas propriedades de proprietários inescrupulosos: isto não é crime, é justiça”. No filme, o gângster está constantemente em um monólogo, e falando cita Marx: “Depois de cada revolução, há uma nova ordem. Mas, antes disso, na transição, aparecem as oportunidades”. E, depois, cita Donald Trump! E isto foi feito muito antes de que Trump fosse eleito.

Jean Comaroff Em relação aos filmes e séries, há também uma figuração da sociedade pensando sobre si mesma, e essas coisas se convertem em informações muito interessantes. Para mim, trata-se de sociologia. Não é estudo de filmes. O que nós estamos argumentando, nessa parte do livro, é que a sensibilidade da mídia do filme pode dizer mais do que nós próprios acerca da natureza cambian-te, a mudança tectônica, do capital e da sociedade.

John Comaroff O filme pode ser entendido, nesse sentido, como uma sociologia

¹⁰ Filme do diretor sul-africano Ralph Ziman, estreado em 2008.

¹¹ A expressão original é *hijack buildings* e se refere à ocupação de prédios no centro da cidade de Joanesburgo, que são, no geral, alugados a pessoas de setores populares. Diferentemente de São Paulo, os grupos que controlam as ocupações nesse caso não se orientam pela militância política: são grupos criminais que contam com o apoio dos inquilinos, em função do controle no preço de aluguel, podendo baixá-los quando necessário.

profunda do mundo urbano contemporâneo. No final, na ironia de *Hijack Stories*, quando ele entra no crime, percebe-se um movimento tático. Contudo, seguir o princípio do crime é uma performance. No final, é o rapaz do bairro que adquire um papel na série de TV, porque é a exemplificação viva do que exige atuar o crime. Portanto, esse tipo de identidade criminal faz com que o rapaz se torne um objeto real no final. O filme é um tipo de sociologia muito orgânica.

Jean Comaroff Esse é o ponto que discutiremos em uma palestra amanhã¹², que a criminologia se transforma na nova sociologia. É, por meio do crime, você gera o crime e a detecção. É sobre como você conhece o mundo social e como o mundo social pode ser lido. Foi Durkheim quem disse: ordem da desordem – nós não teríamos a possibilidade de saber o que é a nossa ordem social sem o crime.

12 Palestra “Crime, Sovereignty, and the State: the Metaphysics of Global Disorder”, ministrada em 13 de junho de 2018, no Institute for Critical Social Inquiry (ICSI) do The New School for Social Research, em Nova Iorque. Disponível, em vídeo, na íntegra, no seguinte link: <https://www.youtube.com/watch?v=Zmqxgm4nYa8>.

Autoconstrução Redux: A Cidade Como Método¹

Auto-Construction Redux: The City as Method

Alberto Corsín Jiménez^a

Tradução de André Campos Rocha e João Victor Kosicki^b

Resumo Este artigo recupera o conceito de autoconstrução como uma heurística para o método e a teoria antropológica. Com base no uso original do conceito nos estudos urbanos, eu sugiro que a autoconstrução oferece uma visada capaz de dar conta não só dos projetos de base que mobilizam recursos, materiais e relações de um modo inventivo e transformador das ecologias urbanas, mas que também ajuda a delinear a forma como a teoria, em si, é autoconstruída: as operações de problematizações por meio das quais situações são navegadas e projetadas em métodos de investigação e exploração. Em outras palavras, eu tomo a autoconstrução como uma descrição empírica e teórica e, ao mesmo tempo, uma forma de auto-heurística para pensar a cidade como um método. O argumento é ilustrado por um relato etnográfico do trabalho com coletivos de arquitetura e contraculturais de guerrilha em Madri, focalizando, particularmente, nas transformações de um terreno abandonado no coração da cidade em um projeto comunitário auto-organizado, explorando de que modos os ativistas problematizaram a cidade como um método.

Palavras-chave Autoconstrução; Urbanismo informal; Métodos etnográficos; Projetos etnográficos; Infraestruturas.

Abstract *This article recuperates the concept of auto-construction as a heuristic for anthropological theory and method. Drawing on the concept's original usage in urban studies, I suggest that auto-construction offers a handle for grasping not only how grassroots projects mobilize resources, materials, and relations in ways that are inventive and transformative of urban ecologies but that it also helps outline how theory itself is auto-constructed: the operations of problematization through which situations are navigated and designed into methods of inquiry and exploration. I read*

¹ Texto originalmente publicado no periódico Cultural Anthropology, Vol 32, pp. 450-478. O link para acesso ao artigo original é o que segue <https://culanth.org/articles/923-auto-construction-redux-the-city-as-method>>. Acesso em: 03 nov 2018. No texto original encontram-se todas as figuras que, por razões editoriais, foram omitidas na presente tradução.

^a Investigador ligado ao Conselho Superior de Investigações Científicas da Espanha.

^b Mestrando e doutorando, respectivamente, do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

autoconstruction, in other words, as both an empirical and theoretical descriptor, a sort of auto-heuristics for thinking of the city as method. The argument is illustrated by an ethnographic account of work with guerrilla architectural and countercultural collectives in Madrid, focusing in particular on the transformation of a vacant open air site in the heart of the city into a self-organized community project, exploring how activists variously problematized the city as method.

Keywords *Auto-construction; Informal urbanism; Ethnographic methods; Ethnographic design; Infrastructures.*

“Uma ferramenta monumental”, alguém sussurrou. “Centenas de páginas”, alguém mais notou. “O Processgram”, uma terceira pessoa finalmente explicou, fornecendo uma descrição que funcionou tanto como nomenclatura quanto como assinatura mítica. Deve ter sido em 2011 ou 2012 quando ouvi pela primeira vez essas palavras, e as imagens que elas provocaram permaneceram comigo desde então. Eu estava hipnotizado. Nunca tinha ocorrido a mim que coletivos de arquitetura de guerrilha poderiam ter desenvolvido uma ferramenta de gerenciamento de projetos com o intuito de registrar cada ação, cada bifurcação, cada fotografia, desenho e esboço, cada fracasso e percepção captados durante um projeto comunitário. Um arquivo feito por você mesmo e uma interface de concepção social, um programa organizacional e um diretório urbano, tudo a um só tempo: eis uma ferramenta que os arquitetos estavam usando para autoconstruir a cidade (para a construção de relações sociais e materiais) ao mesmo tempo em que eles autoconstruíam seus próprios métodos.

O projeto em questão era *Autobarríos* (literalmente, “autobairros”), uma iniciativa comunitária social liderada pelo coletivo guerrilheiro de arquitetura Basurama em San Cristóbal de los Ángeles, um dos mais pobres e desfavorecidos bairros de Madri². Iniciado por Juan López Aranguren, membro do Basurama que havia crescido na comunidade, e Sarah Fernández Deutsch, o projeto assinalou uma inovação em relação à história coletiva das intervenções artísticas críticas e participatórias. No auge da crise financeira, Aranguren assumiu o projeto quando a própria existência do Basurama estava sob ameaça. O coletivo de arte e arquitetura, que há apenas um ano tinha feito a curadoria da “Noite Branca de Madri” (o proeminente festival de artes do verão da cidade), estava passando por uma profunda crise pessoal, econômica e profissional. Basurama tinha colocado

2 A taxa de desemprego em San Cristóbal é de 17,85%, a mais alta de Madri. Menos que metade da população do bairro tem alguma educação formal, com apenas 4,8% tendo completado o ensino superior. A renda média em 2015 alcançou os € 15.594.

o desafio de curar o evento com uma proposta sarcástica mas construtiva, com o objetivo de envolver as pulsações lúdicas da capital. “Façam suas apostas!”, como eles chamaram o festival, teve lugar nas principais vias e espaços públicos da cidade, empregando lixo e materiais descartados (característica distintiva da obra de arte do Basurama) na transformação da paisagem urbana em um gigantesco *playground* ao ar livre e em um parque de diversões. As instalações construídas na ocasião foram projetadas para serem desmontadas e recicladas para uso futuro na autoconstrução de equipamentos urbanos nas comunidades marginais e periféricas de Madri (ver figuras 1 e 2). Contudo, a responsabilidade de curar a “Noite Branca” - um símbolo, se alguma vez existiu, do “processo de regeneração urbana baseada em marcas comerciais... cúmplice da atitude neoliberal para com a cidade” (McGUIRK 2014, p. 15) que caracterizou a arquitetura do espetáculo e do capital da recente urbanização espanhola - dividiu o coletivo. Tendo ocorrido em setembro de 2010, no mesmo período em que a primeira onda da crise financeira tinha perdido fôlego e a bolha milagrosa da economia imobiliária espanhola explodido, o romance lúdico do Basurama com a economia do desejo atraiu pouca simpatia e recebeu muitas bofetadas, não menos de coletivos radicais e contraculturais que viram a atuação do Basurama como uma desapontadora rendição às seduções do capital. A cidade fez suas apostas, nocauteando Basurama. Ao final do evento alguns membros deixaram o coletivo enquanto outros fizeram uma pausa, e aqueles que permaneceram enfrentaram um horizonte sombrio de precariedade e depressão. Neste contexto, Aranguren partiu para San Cristóbal com um projeto que era parte terapia, parte desespero, parte chamado. *Autobarríos* foi concebido como uma imersão em queda livre nas condições que moldam a autonomia enquanto um projeto prático e um desafio político em contextos de marginalização - onde o uso do rótulo “auto” apontava para as vagas promessas de autoemancipação comunitária e material.

Acontece que nunca cheguei a ver o *Processgram*, embora tenha encontrado diferentes versões dele nos cinco anos que se seguiram. Eu nunca vi o objeto, mas me tornei parte do método. O método que o Basurama desenvolveu para o *Autobarríos* tornou-se uma prática importante para seu trabalho em outros lugares, em locais abandonados e loteamentos, trabalhando em colaboração com escolas e associações de bairro, em parceria com instituições culturais, com outros coletivos de arquitetura, ou até mesmo com acadêmicos como eu. O método parecia viajar muito. Com o tempo, no entanto, cheguei a questionar esta percepção do método como um objeto em movimento. Parecia haver muito método em todos os lugares. E se não tanto o método em si que havia viajado, mas sobretudo um *sensorium*

cultural e uma estética material? E se fosse uma experiência emergente da *cidade como método* que as pessoas haviam encontrado em todos os lugares - se o método fosse uma infraestrutura de sentimento para a cidade?³

Este artigo desenvolve um argumento etnográfico sobre a experiência do método como uma modalidade de relacionalidade em Madri. Com base em mais de seis anos de trabalho de campo com coletivos de arquitetura de guerrilha, ativistas comunitários, artistas, e associações de bairro na cidade, faço um relato sobre o uso que estes coletivos fazem do método da autoconstrução enquanto um sistema perceptivo e material de compartilhamento de recursos, conhecimentos e experiências. O método de autoconstrução tornou-se um portador da forma como os projetos populares pensam e sentem, tomando a cidade como um horizonte de esperança e responsabilidade, de intimidade e ação. Em tempos de crise e desespero, a autoconstrução proporcionou uma linguagem fiel e intuitiva para movimentos de aspiração e autonomia, para mudar (terra)formações de impaciência e capacidade, para investigações ecléticas e selvagens dentro e fora das profundezas materiais da precariedade. Estes projetos múltiplos - que incluem projetos comunitários em arquitetura de código aberto, as chamadas plataformas educacionais “faça com os outros” ou centro social *squat copyleft* - falam sobre uma cidade que se acumula e prolifera através de várias linguagens, mídias e interfaces de descrição; através de arquivos, arqueologias e tecnologias que depositam, mas também ajudam a visualizar e rastrear suas memórias e esperanças; e através de sistemas de aprendizagem, tentativa e erro, e improvisado que esfoliam seus vários sistemas nervosos. Meu objetivo neste artigo é fornecer alguns vislumbres de como a autoconstrução surgiu e circulou como um *habitus* e um *habitat* - uma infraestrutura e um órgão sensorial - para uma experiência de convivência “com” e “em” Madri.

Como eu o utilizo aqui, o conceito de autoconstrução passa por uma importante migração conceitual: a partir de seu uso original na designação de habitações autoconstruídas no Sul global (autoconstrução como objeto), para usos mais recentes que sinalizam para a inventividade e desenvoltura de iniciativas auto-organizadas (autoconstrução como processo), à minha própria proposta de pensar a autoconstrução como um método e plataforma de investigação e exploração. Ao justificar essa transição, estabeleci um diálogo com a literatura comparada sobre

3 Aqui, eu me inspiro na bem conhecida descrição de Raymond Williams (1961) dos vetores culturais - as estruturas de sentimento - moldando a dinâmica de classes, mas também na recente reapropriação do termo por AbdouMaliq Simone (2014, p. 84) para descrever as “maiorias urbanas” que se juntam e tomam forma como uma “densificação de técnicas. . . cálculos, impulsos, telas, superfícies. . . lágrimas”, de tal forma que “as coisas tomam seus rumos tendo influenciado umas às outras.”

autoconstrução urbana. Estou consciente de que esta é uma estratégia arriscada. A literatura sobre autoconstrução no Sul global está frequentemente distante dos projetos comunitários de autonomia política e experimentação democrática que relatei. Existe uma grande diferença entre as geografias culturais e as economias políticas das periferias das cidades do Sul e os próprios vetores de periferialização de Madri. Contudo, acredito que a comparação é valiosa pelo o quê ela pode nos ensinar sobre o *status* do método etnográfico hoje, em particular sobre as consequências do seu coabitar, junto a outros métodos, em mundos complexos de descrições parciais e interdependentes. A literatura sobre autoconstrução provou estar especialmente atenta às formas perspicazes e engenhosas através das quais as pessoas fornecem para elas mesmas ambientes de desejo e antecipação, ação e existência. Neste sentido, dotou-nos com uma certa sensibilidade para desvelar como as navegações urbanas das pessoas funcionam simultaneamente como métodos de questionamento e experimentação, abrindo novas perspectivas sobre como a cidade constrói automaticamente seus próprios mundos teóricos.

Este interesse na autoconstrução mútua e recursiva da cidade e da teoria é minha proposição central. Estou interessado na autoconstrução como uma metáfora material para tornar visível como a própria teoria é autoconstruída. Neste contexto, gostaria de trazer algumas reflexões recentes sobre a concepção da teoria em torno de métodos de invenção (LURY; WAKEFORD, 2012), prototipagem (CORSÍN JIMÉNEZ, 2014b) e experimentos em trabalhos de conceito colaborativo (MARCUS, 2014) para intervir em alguns debates de longa data sobre a natureza da questão urbana - bem como para introduzir algumas perguntas mais amplas sobre os recursos e locais metodológicos da descoberta antropológica.

Apesar de algumas propostas notáveis e inovadoras para tornar explícita “a estranha linguagem da urbanização” (BOUCHER et al., 2008), permanece o fato de que a teoria urbana mais recente fez pouco para explicar seus próprios momentos de articulação. A natureza do empírico permanece em grande parte não problematizada, e é apenas a adequação deste ou daquele corpo teórico que tem sido colocada em discussão. Deste modo, até hoje, investigações sobre como o urbano é tornado visível como método e local de campo permanecem conspicuamente ausentes da literatura. A relação entre o campo enquanto local empírico e o campo enquanto projeto teórico permanece largamente suspensa e inexplorada. Nós viemos a naturalizar os relatos acadêmicos como falando *sobre* um lugar (geográfico ou epistêmico), dando pouca ou nenhuma atenção para como tais lugares devem ser desenhados em conjunto como problemas empíricos e pragmáticos. Os problemas

empíricos deste ou daquele local encobrem a operação de problematização como método.

Minha proposta de usar heurísticamente o conceito de autoconstrução centra-se em seu específico embricamento (recursivo) de método e teoria. A autoconstrução oferece uma imagem para entender como os problemas empíricos são autoconstruídos em teorias situadas e navegações teóricas. Mais frequentemente, estes desenhos teóricos têm como premissa um acompanhamento dinâmico e colaborativo da investigação que recorre a comunidades locais e pesquisadores, múltiplos meios de comunicação e mediadores, trabalhando com e através de uma variedade de gêneros e estéticas de descrição (RABINOW, 2011). Tais pragmáticos e inventivos exercícios em concepção e construção também tornam visível a natureza da cidade como um problema de método. Ou seja, a cidade é um método - de projetos, problematizações e teorias - em constante autoconstrução.⁴

AUTODESLUMBRAMENTO

Eu devo ter ouvido a história de Don Antonio dúzias de vezes nos últimos três anos. Don Antonio tem seus caminhos. Agora, já com seus setenta anos e aposentado, ele acorda de manhã cedo e gosta de abrir as portas de sua varanda, deixando-as abertas pelo resto do dia. Os ruídos e as brisas da cidade chegam em sua sala de estar, trazendo consigo a alegria e vivacidade do bairro histórico de Madri, localizado na região central da cidade. Ouvem-se os sons de motocicletas passando, de crianças gritando, das desajeitadas manobras dos caminhões descarregando sua carga em frente ao prédio de Don Antonio, no mercado popular de La Cebada. Ocasionalmente os ritmos e entonações de uma performance musical ou de uma peça teatral pedem passagem, entrando na sala de estar de Don Antonio. Em tais casos, no entanto, se o volume for muito alto, ele pega seu telefone celular e chama Manuel, que gentilmente pede aos atores ou aos mixadores de som que se acalmem em sua performance.

Esta é uma história que ouvi Manuel contar várias vezes. Manuel é um membro do coletivo guerrilheiro de arquitetura Zuloark, que foi o primeiro envolvido, junto a associações locais de bairro, artistas, ativistas, lojistas e escolas, na transfor-

4 Neste aspecto, a autoconstrução nos ajuda a nos afastar das questões de representação na teoria urbana (ver também THRIFT, 2008), não apenas chamando a atenção para os vetores de afeto, desejo ou vitalidade que atravessam a vida da cidade (GANDOLFO, 2009; SIMONE, 2010), nem tão só focando nas peças complexas, heterogêneas e difusas que constantemente compõem e recompõem a condição urbana (FARIAS; BENDER, 2010; MCFARLANE, 2011), mas, sobretudo prestando atenção às ecologias da prática através da qual a cidade é autoconstruída como método de investigação e exploração.

mação de um abandonado espaço a céu aberto no coração do bairro de *La Latina* em um projeto comunitário autogerido. Vamos falar, brevemente, um pouco mais sobre a história deste espaço comunitário, conhecido localmente como *El Campo de Cebada*.

Manuel recontou a história de Don Antonio na frente de públicos múltiplos e variados. Testemunhei ele dramatizá-la diante de centenas de pessoas em um salão de arquitetura na Associação dos Arquitetos de Madri. Também o vi empregar versões maravilhosamente coloridas da anedota em várias reuniões com delegados municipais e políticos. Eu vi ele ensaiar uma versão apaixonada e carismática em uma reunião de ativistas em um centro social *squat*, e produzir variantes ligeiramente diferentes para palestras em centros culturais e museus. Ele também recontou a história diante das câmeras, para um documentário e, claro, encenou infinitas performances para amigos e colegas. A história também existe impressa, em textos que o Zuloark escreveu para revistas e periódicos de arquitetura, bem como em portfólios de *design* que o coletivo submeteu a premiações do setor.

Para Manuel, a história de Don Antonio exemplifica como os projetos comunitários populares devem continuamente ajustar e reproblematicar os modelos do método. No caso de *El Campo de Cebada*, isto se mostra no projeto do coletivo de uma ecologia de práticas que atenda aos interesses e preocupações dos moradores vizinhos, incluindo a sensibilidade particular de Don Antonio para a acústica da vizinhança. Os membros do *El Campo* costumam dizer que a abordagem deles *habita la controversia*, isto é, que não se recusa em viver na controvérsia, e que clama, correspondentemente, para o ato de projetar habitats para todo e qualquer problema. Sob esta luz, a história de Don Antonio reitera muitas das narrativas e metáforas que se tornaram estratégias comuns na literatura clássica sobre autoconstrução: sobre a inventividade, resiliência e desenvoltura das relações urbanas; sobre sua capacidade de operar fora do campo de força de práticas mercadológicas ou estatais padronizadas, ao revelar horizontes de sentimento mútuo e cumplicidade, circuitos de “dar e receber” que consolidam - às vezes erráticamente, às vezes de forma fugaz, mas às vezes também de forma sustentável - espaços de convergência e produtividade.

No entanto, acredito que há uma versão complementar para a história de Don Antonio. Como observado, a história circulou amplamente, em uma variedade de formas de mídia, registros e locais, como uma história sobre métodos, sobre a autoconstrução destes métodos, bem como sobre o método de autoconstrução de forma mais geral. Além disso, esta história é apenas uma das muitas outras histórias e anedotas contadas sobre os experimentos emergentes de autoconstrução em

outras partes da cidade (como o projeto de *Autobarríos*, com o qual abri este artigo). Portanto, de forma impressa e em auditórios, na oratória pública e nas conversas privadas, essas histórias parecem funcionar como veículos e âncoras para uma infraestrutura de sentimento para a cidade. A circulação da autoconstrução como história, como metáfora, e também como método surge como um consequente e distintivo reservatório e repertório de habilidades, sentidos e sensibilidades urbanas. Tomando de empréstimo um termo de Abdou Maliq Simone (2006, p. 359), podemos dizer que a autoconstrução está lenta e gradualmente tomando forma como um “sistema perceptivo” para a cidade, um órgão sensorial que funciona ao mesmo tempo como uma economia de atenção e uma economia de recursos, e que encontra uma ancoragem provisória na cidade como um método para outros métodos.

Porém, se a autoconstrução funciona como um método para outros métodos na cidade, onde fica a etnografia? Como se caracteriza um efeito etnográfico em meio a uma panóplia tão densa de efeitos metodológicos? Deve a etnografia em si mesma ser autoconstruída?

Estas são questões importantes que vão ao coração do projeto antropológico. Como observado acima, elas apontam para as dificuldades que assombram o projeto da etnografia como um campo de investigação: como construímos nossos métodos lado a lado com outras pessoas construindo seus próprios métodos? Não são os nossos métodos (os nossos e os delas) autoconstruídos uns através dos outros?

A literatura sobre autoconstrução urbana provê um lugar particularmente pungente para explorar estas questões porque, como mencionado acima, ela tem sido tradicionalmente esquadrihada como um reservatório de criatividade e resiliência cultural. A autoconstrução forneceu aos estudiosos uma metáfora aparentemente natural para a criatividade sociocultural, justificando com isso reivindicações subseqüentes à inovação analítica e epistêmica. Há uma passagem maravilhosa na célebre reflexão de Marilyn Strathern (1999, p. 6) sobre “o momento etnográfico” que capta esta nuance perspicazmente, observando como nossa capacidade de descrição etnográfica é muitas vezes antecipada por nossas (euro-americanas) expectativas em relação ao que conta como um efeito epistêmico em primeiro lugar. Alguém “poderia se referir a isto como autodeslumbramento”, diz Strathern (1999, p. 20): “Conhecimento envolve criatividade, esforço, produção; adora desvelar criatividade, esforço, produção!”. Os acadêmicos têm a tentação de dispor os produtos da pesquisa em termos de “descoberta e redescoberta”, onde nossa capacidade de revelar algo espelha as “práticas reveladoras” que encontramos

no próprio campo (STRATHERN 1999, p. 20). Em outras palavras, podemos dizer que o cuidado com o qual construímos nossas descrições etnográficas visa deslumbrar (surpreender, confundir, mistificar) nossos leitores em termos simétricos a como esse momento de deslumbramento tomou conta de nós e de nossos informantes no encontro etnográfico. No entanto, esta simetria é ela mesma problemática e não deve ser aceita de olhos fechados, pois de outro modo corremos o risco de nos apaixonar, como coloca Strathern, pelas nossas próprias antecipações de consequência. Corremos o risco de autoconstruir o deslumbramento como um efeito epistêmico pelo autodeslumbrar do como a etnografia e a análise constroem uma à outra.

AUTOCONSTRUÇÃO

Em seu agora clássico artigo da *Cultural Anthropology* sobre “auto-construção”⁵, James Holston (1991) introduziu o conceito como um recurso heurístico para pensar sobre a complexa dinâmica que subjaz os processos de urbanização periférica no Brasil. Estes processos, observou, são dirigidos ao mesmo tempo pelo capital e pelo estado, pois através do processo de construção de suas casas, os habitantes das comunidades periféricas e informais moldam para si mesmos um tipo aparentemente paradoxal de subjetividade política, simultaneamente enquanto detentores de direitos e cidadãos consumidores: a construção de casas torna-se para eles uma arena para a contestação e luta pelo direito formal à propriedade das casas (e à matriz de serviços públicos e infraestrutura onde elas estão localizadas, como saneamento de água, esgoto, etc.). Também se torna um modelo para esboçar e expressar uma ampla gama de desejos de consumo e preferências estéticas, por exemplo, em matéria de decoração de interiores ou de cultura material. A vitalidade da autoconstrução - o desiderato que a casa encarna como um projeto de vida, a vibração e a energia dos compromissos familiares e comunitários que o subscrevem, o espaço da urgência política e das necessidades fundamentais que indexa - protubera na paisagem política da cidade modernista, que de outro modo desmorona e se despedaça. “Autoerigida” e autoconstruída, a “cidade ainda por vir” avança, invadindo, se não desafiando completamente, as paisagens tolas da modernidade. A destruição e autoconstrução da cidade como teoria: poucos conceitos podem dizer tanto com tão pouco.

Embora originalmente utilizada para descrever uma modalidade específica de projetos habitacionais nos países em desenvolvimento (e.g., ARECCHI, 1984; BANCK,

5 Eu hifenizo este termo, embora estudiosos como Holston não o façam, para destacar sua lógica recursiva: uma linguagem da cidade que faz o dever duplo enquanto linguagem para a cidade.

1986), a autoconstrução tornou-se hoje um marco da teoria urbana. Dos projetos urbanos do tipo “faça-você-mesmo” às habitações autoconstruídas, dos projetos arquitetônicos comunitários às infraestruturas urbanas de código aberto, do direito à cidade ao direito à infraestrutura, a autoconstrução tornou-se uma condição *sine qua non* do repertório descritivo e do vocabulário analítico da cidade informal, se não o seu mais promissor e fértil reservatório conceitual (e.g., IVESON, 2013; MCGUIRK, 2014; EIZENBERG, 2012; PURCELL, 2013; CORSÍN JIMÉNEZ, 2014a). De uma maneira ou outra, a literatura sobre autoconstrução testemunhou o nascimento e o renascimento da cidade, uma e outra vez: como fonte de vitalidade e improvisação; de habilidade, perícia e conhecimento tácito; de acuidade política e valores comunitários; de autonomia e resistência; de resiliência e desenvoltura; de perseverança, desafio e irreduzibilidade. A autoconstrução e seus termos correspondentes foram usados para mapear e rastrear múltiplas topologias de transbordamento epistêmico, onde relações técnicas, ambientais e políticas se movimentam fora do radar das práticas mercadológicas e estatais, ou geram insuspeitos e mesmo assim produtivos deslocamentos e reconfigurações entre elas. Eles forneceram uma sensibilidade conceitual para enquadrar os emaranhados confusos de energias materiais, relações afetivas, capacidades políticas e criatividade social que fazem a vida da cidade.

Há uma história geopolítica específica, no entanto, para nosso contemporâneo estado de enamoramento com o informal, o enérgico e o autoconstruído. Em uma recente e importante reflexão sobre a “favela como teoria”, Vyjayanthi Rao (2006) problematizou algumas das suposições epistemológicas que estão na base de como chegamos a entender a condição urbana. “O que”, ela pergunta, “conta como conhecimento do urbano?” (RAO, 2006, p. 225). Ela expõe seu argumento através de um engajamento crítico com o famoso ensaio de Mike Davis (2004) sobre o urbanismo planetário das favelas (veja também DAVIS, 2006). O trabalho de Davis foi criticado por apresentar uma visão apocalíptica e distópica do desenvolvimento urbano, onde a realidade do império, do capital global e do neoliberalismo condenam uma “humanidade excedente”, na formulação arrepiante de Davis (2006, p. 174-98), a um futuro de miséria, doença, crime e desespero. A propósito da autoconstrução, Davis (2006, p. 70-94) dedica um capítulo de seu livro *Planeta das favelas* para criticar o que ele chama de “ilusões da ajuda mútua” que informaram a abordagem filosófica e programática do Banco Mundial para políticas de habitação a partir da década de 1970. Ele remonta a visão do Banco Mundial às ideias do arquiteto anarquista inglês John Turner que, depois de viver em assentamentos urbanos de Lima de 1957 a 1965, desenvolveu uma compreensão da auto-organização e autonomia

comunitárias que levou a vários escritos e propostas defendendo a autoconstrução como uma alternativa de política pública - os chamados programas de loteamento urbanizados projetados para fornecer terra e serviços básicos de infraestrutura que as pessoas ocupariam para desenvolver seus próprios projetos habitacionais (TURNER; FICHTER, 1972; TURNER, 1976). Mas enquanto para Davis (2006, p. 72) este “amálgama de anarquismo e neoliberalismo” fez pouco senão legitimar a retirada do Estado como um provedor de serviços públicos e infraestrutura, o trabalho de Turner foi recuperado como um precursor de um tipo de arquitetura ativista nascida da experiência da informalidade da América Latina que poderia servir de lição global para todos nós: “Se há uma área onde a experiência da América Latina contém uma lição global... é a sua atitude para com a cidade informal. O que queremos dizer por “informal”? A resposta curta é: são as favelas... as quais estão longe de serem caóticas. Elas podem carecer de serviços essenciais, porém operam sob seus próprios sistemas de autoregulação” (McGUIRK, 2014, p. 25).

A favela latino-americana figura, portanto, como uma metonímia do pragmatismo empreendedor - otimista, extrovertido, mãos a postos - operando como um espaço epistêmico: “formas ativas: sistemas, redes, conexões, infraestrutura - todas estas são mais importantes sem dúvida do que a tola habitação-objeto dos modernistas” (McGUIRK, 2014, p. 33). De fato, o que atrai a própria Rao para o debate é a maneira pela qual Davis utiliza a favela como um construto teórico cujos eixos geográficos e históricos repousam “sobre a ‘cidade do Sul’ como seu tema principal. Um novo entendimento do global emerge situando os espaços dessas cidades no epicentro de certo apetite catastrófico dos fluxos globais de capital e transformando aqueles espaços em um novo princípio territorial da ordem” (RAO, 2006, p. 227). Em seu lugar, Rao (2006, p. 232) oferece uma configuração teórica alternativa para a favela, onde, em vez de indicativo para medir as zonas de pressão do império e do capital, a “favela se torna uma taquiografia epistemológica para rastrear as rachaduras... e para localizar as mutações do estado moderno”.

Favela como teoria, favela como pragmatismo: da favela como um subproduto do capital à favela como o autodeslumbramento da teoria?

AUTOPERIFERIAS

A crise financeira de 2008 empurrou a economia espanhola para as esquinas sombrias da periferia europeia. Por volta de 2011, o colapso do mercado imobiliário arrastou para o abismo da precariedade e do desespero as classes médias urbanas e trabalhadoras. Entre 2006 e 2010, a desigualdade de renda cresceu, na Espanha, mais do que em qualquer outra economia desenvolvida (ILO, 2015, p. 23), com os

top 20 por cento da sociedade 7,5 vezes mais ricos que o quinto mais pobre (CÁRITAS, 2013, p. 3). Em 2011, o desemprego chegou a 21,4% da população trabalhadora, ou seja, 5 milhões de pessoas, subindo para 42,3% no caso de trabalhadores abaixo dos 25 anos⁶. Enquanto que, durante 2007 e 2011, a renda dos 10% mais pobres caiu 13% por ano, houve, em comparação, menos de 1,5% de queda para os 10% mais ricos (OECD, 2015, p. 24). Ao mesmo tempo em que o governo direitista do Partido Popular inclinava-se para políticas de austeridade, a taxa de pobreza dobrava para 18%, “com os jovens tomando o lugar dos mais velhos como o grupo com mais risco à pobreza” (OECD, 2015, p. 25).

Em 15 de maio de 2011, acompanhando uma demonstração pública sobre a administração política da crise econômica, um grupo de manifestantes montou um acampamento na histórica praça central de Madri, *Puerta del Sol*, que, em questões de dias, cresceu numa complexa infraestrutura e em movimento social, transformando a natureza da política municipal da cidade. A imagem do acampamento – robusto, provisório e autoconstruído – circulou pelo mundo e se tornou o emblema do hispânico movimento *indignados* (ver figuras 4 e 5). O acampamento se organizou como uma “cidade em miniatura”, como as pessoas se regozijavam em dizer. Este proveu temporariamente comida e abrigo para os acampados; havia uma cozinha e um refeitório, uma enfermaria, uma biblioteca, assim como uma infraestrutura *open-source* de painéis e redes *wireless*. Os manifestantes se juntaram em diversas formas de assembleias e grupos de trabalho, em temas como políticas de longo prazo ou feminismo, uma comissão de respeito e cuidado, e uma força tarefa dedicada a realizar a curatela e preservar os documentos do movimento. Metodologias brotaram em todos os lugares – seja nas assembleias, nas mediações de conflito, no cultivo da hospitalidade para os estranhos (CORSÍN JIMÉNEZ; ESTALELLA, 2014).

Ao ter feito residência no coração geográfico e político do estado espanhol, desde o primeiro dia o acampamento encarou a possibilidade de seu eventual desmantelamento e, por isso, trabalhou para seu futuro reaparecimento em mais de centenas de assembleias populares por toda a vizinha de Madrid. Sendo assim, quando o acampamento finalmente terminou, um mês depois da ocupação inaugural, ele próprio foi a energia para esta “autoperiferização” – a proliferação de assembleias, *centros sociales autogestionados* (centros sociais autogestionados), as hortas comunitárias urbanas, e as redes de internet comuns por todo interior da cidade (WALLISER, 2013) – que entrou em cena e manteve o ritmo. As periferias

6 O desemprego continuaria crescendo até os 26.09 %, ou 6 milhões de pessoas, em 2013.

tomaram o palco central e retomaram o trabalho – alimentando a capacidade para – de “própria-periferização”.

Em seus escritos recentes sobre urbanismo subalterno, Ananya Roy (2011, p. 227, 231) tem sugerido que a teoria social corre o risco de estar fetichizando a favela como um vetor epistêmico e topológico, ao notar como a metonímia da favela está virando espécie de reservatório conceitual de onde se justifica falar tanto de “economias auto-organizadas de empreendedorismo” e do “habito dos desposuídos”. A favela, como Roy corretamente observa, tem se tornado um ponto de deslumbramento para a teoria, para a qual ela procura o desenvolvimento de uma heurística da subalternidade mais nuançada e sutil, que, segundo ela, incluiria um apelo a pensar não só como, mas através das zonas de exceção, espaços cinzentos, e processos de informalidade urbana habitando os interstícios dos regimes territoriais, jurídicos e legais/letais do capital e da soberania estatal. Outra dessas noções seria a de periferia, a qual, de acordo com AdbouMaliq Simone (2010), Roy (2011, p. 232) define tanto como “um espaço na criação da e uma forma de criar a teoria”.

Eu tomo o partido de Roy (2011, p. 224) sobre intervir nas epistemologias e nas metodologias dos *urban studies*. Suas observações sobre o metonímico beco sem saída que o urbanismo da favela nos conduziu é extremamente pertinente e valioso. Deixe-me, porém, atentar para o foco que ela dá para a periferia como uma heurística. Nos dois sentidos que Roy atribui ao termo – isto é, designando tanto um espaço geográfico como epistemológico – eu entendo que a promessa de que a periferia possua para a descrição talvez esteja no fato de que os dois espaços (geográfico e epistêmico) não coincidam inteiramente. A periferia, como eu vejo, é aquilo que segura ambos os espaços descritivos juntos e, simultaneamente, separados. A periferia funciona como uma figura descritiva e epistêmica na medida em que ela pode manter a tensão no seu lugar – tanto é que qualquer um pode imaginar, por exemplo, o que o trabalho da autoperiferização pode implicar⁷. Por essa razão, eu penso ser importante ser capaz de especificar sob quais condições a periferia como um gênero de descrição que pode descrever a periferia como um processo urbano: como a operação de problematização para a qual a periferia

7 Note-se com a periferia é feita para funcionar, neste contexto, como *uma figura vista duas vezes*: ora território, ora conceito. Annelise Riles (2001) usa essa frase para descrever a complexa heurística da era da rede, onde formas sociais e analíticas muitas vezes se substituem. Significativamente, Strathern (1999, p. 262) usa essa imagem para caracterizar o momento etnográfico, no qual “seja observação ou análise, imersão ou movimento, podem parecer ocupar todo o campo de atenção. O que faz o momento etnográfico é a maneira pela qual essas atividades são apreendidas enquanto ocupando o mesmo espaço (conceitual)”. Mais adiante no ensaio, eu argumento que é também necessário examinar como os espaços (conceituais) são projetados e autoconstruídos.

significa um método habita seu próprio local no campo? Qual trabalho se despende para a autoconstrução da periferia (tanto por acadêmicos como residentes) como um método da teoria da cidade?

Estas são as questões, eu gostaria de insistir, que vão para o coração de como a etnografia faz morada em seu campo de trabalho – como ela se desenha a si mesma como um *design* inventivo e pragmático, como se autoconstrói e, portanto, como se refere a outros métodos de autoconstrução e exploração. Deixe-me ser mais específico.

Em seu uso do termo enquanto um duplo heurístico (ora território geográfico, ora conceito), Roy retoma o trabalho de James Holston e Teresa Caldeira (2008, p. 21), que usa a categoria etnográfica de *periferia* para descrever os “assentamentos de pessoas que estão além de um perímetro central urbanizado e com serviços legalizados de uma cidade” característicos da urbanização brasileira. Como observado acima, a periferia não designa uma demarcação territorial estável, mas um operador geo-epistêmico mutável: é um vetor dinâmico que indexa as

relações de mútua dependência – uma produção e circulação social do espaço – em que centros e periferias definem-se ao definir o outro por meio de um aparato de dominação [...] compreendendo componentes políticos, legais, sociais, econômicos e infraestruturas cujas interrelações mudam constantemente. Como resultado, periferias *como lugar e conceito* mudam de localização e sentindo no tempo (HOLSTON; CALDEIRA, 2008, p. 21; grifos colocados).

Holston e Caldeira (2008, p. 21) continuam mostrando como a experiência urbana da periferia desencadeia uma variedade de movimentos sociais baseados em relação de vizinhança e mobilizações populares, cujas reivindicações e demandas ajudaram a “marcar um momento decisivo na constituição de novos conceitos de cidadania” na história do Brasil. Embora os processos por meio dos quais as experiências do que os autores chamam de cidadania insurgente fossem variados e complexos, as reivindicações que os moradores realizavam para a cidade eram muitas vezes baseadas especificamente em e por meio de experiências de autoconstrução: “A cidadania insurgente depende”, nos dizem Holston e Caldeira (2008, p. 22), “de um senso de autoestima vinculado inegavelmente à propriedade e à autoconstrução de casas”. A autoconstrução, portanto, provê um *locus* material e volitivo para a auto-expressão da cidade como um desiderato afetivo e político.

Em seu trabalho anterior sobre autoconstrução, no entanto, Holston (1991, p. 456) vai ainda além a especificar a “estética da autoconstrução” como animadora

e estilizadora de tais expressões de autoestima. De acordo com Holston, a questão estética se torna central para entender os investimentos pessoais e os desafios que as pessoas mobilizam quando projetando suas casas como manifestações externas de si mesmas e como marcadores de suas relações com os outros. Como o autor coloca, casas são “boas de pensar’ porque canalizam a experiência pessoal num idioma público, a arquitetura [...] este idioma é um cálculo visual de aparência – um estilo particular de fachada, certas decorações, a disposição dos eletrodomésticos, uma finalização ou um material específicos etc. – amplamente inteligível como notações simbólicas sobre si mesmo e sobre a sociedade, sobre passado e futuro” (HOLSTON, 1991, p. 456). Uma dimensão crucial desse cálculo visual, ele observa, relaciona-se com o repertório de *designs* estéticos e estilos que as pessoas desenham para alcançar “efeitos pretendidos” (HOLSTON, 1991, p. 460). O objetivo principal seria a fruição de um senso de inovação, de demonstrar o domínio sobre um idioma que justificará uma aprovação geral e o reconhecimento da “personalidade” da casa de algum morador (HOLSTON 1991, p. 460). Poder-se-ia dizer mesmo, sou tentado, que esses *designs* têm a intenção de deslumbrar a vizinhança.

Se deslumbrar é muito procurado, não é pouca a quantidade de esforço que é dispensada também no controle dos efeitos de autodeslumbramento. Como nota Holston, é da maior importância evitar intimidação e, acima de tudo, rechaçar qualquer suspeição de que alguém esteja copiando alguém:

As pessoas geralmente recusam, a ponto de ficarem bastante irritadas, admitir que derivam os *designs* de suas casas de qualquer outra fonte além de sua inspiração. No entanto, eu os vi trocando projetos de casas, folheando revistas de moda e de vida doméstica, fazendo “viagens a campo” para shoppings e bairros ricos e fazendo observações atenciosas sobre os hábitos e as decorações das classes mais altas apresentadas pelas novelas. Além disso, eles têm de usar os mesmo materiais de construção e bens domésticos para construir posicionamentos significativos no sistema de signos da autoconstrução. O problema é que eles necessitam avidamente evitar copiar os outros – e eles realmente evitam. (HOLSTON, 1991, p. 461)

Isso explica porque, como sublinha Holston (1991, p. 461), “questionar suas fontes seria manchar seu senso de distinção pessoal no qual investiram tão pesadamente”. Isso não é simplesmente, portanto, uma questão sobre o que a autoconstrução realiza ou o que ela representa. Não é uma questão sobre a autoconstrução como objeto (na construção de casas) ou autoconstrução como um

processo (de se ajudar, ou se organizar). Em vez disso, o que vemos aqui é como a cidade avança sub-repticiamente, enquanto simultaneamente tateia e agencia um caminho por meio das ondas de informalidade e embuste, de sedução e encanto, glamour e intimidação, produção e predação. A cidade autoconstrói a si mesma como uma economia complexa de desejos e aspirações, um esconde-esconde contraditório entre atração e abandono, desejo e afecção que impedem qualquer formalização definitiva do que a periferia faz para a cidade e como ela funciona. A cidade aparece aqui como “um tipo de sistema perceptivo, um jeito de enxergar” (SIMONE, 2006, p. 359): uma paisagem evanescente cujos contornos – os truques e as trocas da mimeses e a camuflagem, de esplendor e engano – precisamos constantemente aprender a enxergar. Nós podemos pensar a autoconstrução, portanto, como uma forma de auto-heurística para a cidade, um dispositivo que nos ajuda esboçar, e também habitar, as tensões e as elisões que inevitavelmente encontramos entre os momentos de deslumbramento da cidade e nossos momentos de autodeslumbramento com a cidade. A autoconstrução como método.

AUTO-HEURÍSTICA

Moradores do bairro de *La Latina* relembram a data de 15 de maio de 2011 (a data da ocupação de *Puerta del Sol*) por uma diferente embora relacionada razão. Naquele dia, um grupo de vizinhos, ativistas da comunidade e artistas tomaram as ruas para ocupar três mil metros quadrados de terra que estava abandonado desde que os planos para um complexo esportivo foram suspensos em virtude da crise econômica.

Os motivos para a ocupação eram comemorativos. Os moradores vizinhos haviam ganhando o direito de administração do espaço após oito meses de negociações com os Departamentos de Participação Cidadã e Receita Interna e com os representantes de bairros e os representantes locais do governo municipal. Os moradores se provaram organizadores rápidos e perspicazes. Em setembro de 2010, o governo autorizou uma ocupação improvisada no contexto de um festival cultural de fim de semana – a Noite Branca, com curadoria de Basurama. Com o fim do evento, e com o fechamento e o abandono do local novamente, alguns moradores “acharam” cópias da chave dos portões do terreno.

O festival foi um sucesso e foi pouca a imaginação necessária para que os moradores entendessem o formidável potencial comunitário do terreno baldio. Eles organizaram uma *asamblea* (assembleia) que logo entrou em negociações e em ações combinadas com uma variedade de partes interessadas na vizinhança, incluindo duas associações de bairros, escolas locais e comerciantes, centro sociais

squats, e uma variedade de coletivos artísticos e contraculturais. Impressionado pela agilidade da mobilização, e sem nenhuma outra alternativa para o local, a municipalidade concordou com um *acuerdo de cesion temporal* (um acordo temporário de concessão) para o espaço.

Não era uma oportunidade para se desperdiçar. A vizinhança agiu rapidamente, por meio de uma variedade de registros e mídias. Eles montaram uma lista de e-mails, uma conta no *Twitter* e uma página no *Facebook*. Eles experimentaram uma variedade de formas organizacionais – uma Assembleia da Vizinhança, uma Comissão de Assuntos Econômicos, e algumas Comissões de Operação – assim como uma autointitulada estrutura de governança híbrida (de curta duração) que incluía representantes do governo municipal e delegados da Assembleia da Vizinhança.

Dentro de semanas, o espaço adquiriu propriedades urbanas estranhas: era uma praça, com três mil metros quadrados no coração da cidade velha de Madri, que tinha repentinamente se transformado em um *espacio público de gestión ciudadana*, um espaço público administrado por cidadãos. O espaço havia sido salvo pelos moradores, e exibia orgulhosamente a robustez e a urgência dos seus métodos de salvação. E não digo isso desdenhosamente. Muito pelo contrário: *El Campo* ostentava placas de madeiras e materiais de construção utilizados por coletivos de arquitetura de guerrilha em workshops de urbanismo. Transeuntes, estudantes de arquitetura e vizinhos locais imaginaram, desenharam e fizeram peças de equipamentos urbanos não ortodoxos que depois foram usados em jardinagem comunitária, em feiras de livros e mercados de comida orgânica, em produções teatrais realizadas pelas escolas locais e comícios políticos por sonolentas formações anarquistas. *El Campo* armazenava pinturas, pinceis, cadeiras, plásticos e resíduos urbanos com os quais as crianças improvisaram *playgrounds* e cenas de batalha em seu pátio, com os quais cenógrafos traçaram os esboços de impossíveis cidades alegóricas, e entre cujas arqueologias forenses jovens amantes buscaram refúgio da transparência violenta da sociedade de controle. As metodologias de salvamento “liberaram o espaço” (*liberar el espacio*), como os moradores orgulhosamente observaram, e transformaram de uma vez aquilo em mais e menos espaço público.

Em qualquer manhã de domingo, juntamente com o mercado de pulgas bem próximo, centenas de milhares de pessoas passam por *El campo*. A atmosfera é festiva e alegre, libidinosa e remanescente de um bazar, um espaço público exuberante. É, porém, também menos que um espaço público, porque o Estado está ausente, uma *auctoritas in absentia*. Como resultado, *El Campo* sobrecarregou

a paciência, os engenhos e as capacidades intelectuais de seus cidadãos-administradores. As escassas vinte pessoas que assiduamente participavam e realizavam a assembleia semanal estavam oprimidas e sobrecarregadas. As obrigações diárias de manutenção (abertura dos portões, varredura e organização do espaço, a expulsão das pessoas quando da hora do fechamento do espaço), as correspondências de e-mail e a manutenção da presença de uma vívida comunidade digital – para tudo isso, parecia nunca haver pessoas o bastante. Em algumas ocasiões, o espaço ficou fechado já que os detentores das chaves não estavam presentes. Alguns eventos foram atrasados ou cancelados, pessoas ficaram bravas e discussões incendiaram as assembleias, que, por seu turno, viram membros abandonarem como outros chegarem. Três mil metros quadrados de espaço ao céu aberto pode tirar o fôlego de qualquer pessoa.

Que *El Campo* de algum modo falhou enquanto um espaço representacional, enquanto um espaço de participação política e autonomia, não evitou que acabasse funcionando de diversas outras formas, pois se manteve como um local onde tudo podia acontecer. Embora, talvez, incapaz de se firmar como um local urbano, de encontrar uma linguagem para si mesmo enquanto forma urbana, *El Campo*, por outro lado, foi bem sucedido em fornecer uma plataforma para uma “intensiva urbanização de perspectivas”⁸, enquanto um método, se eu posso assim colocar, para a autoperiferização da cidade.

Por exemplo, *El Campo* hospedou inúmeros debates e fóruns sobre o papel da academia e sua relação com a cidade, incluindo a organização de uma Universidade Popular que está agora em seu terceiro ano. Um de seus projetos mais interessantes, nesse aspecto, foi o coletivo educacional #edummeet. A iniciativa foi realizada pela primeira vez em Setembro de 2011, após uma troca sobre assuntos educacionais e sobre a cidade no *Twitter*. O encontro reuniu um grupo de quase vinte pessoas, incluindo alguns da comunidade original de ativistas e arquitetos que ocuparam o espaço meses antes, assim como novatos em *El Campo*, tais como professores, *designers*, e consultores de tecnologia da informação. O grupo se reuniu toda noite da segunda quinta-feira do mês, em reuniões organizadas via *Twitter*, embora sem nenhuma expectativa de comparecimento.

As conversas em #edummeet gravitavam sobre a preocupação com a natureza do aprendizado nas cidades contemporâneas, e, em particular, com as condições – os ambientes construídos, os ritmos do capital, as formas de experiência sociais e técnicas – que possibilitavam ou desencorajavam o despertar das capacidades

8 Eu devo essa frase a um dos anônimos revisores do artigo.

e acessibilidades pedagógicas da cidade. As pessoas geralmente expressavam preocupações com a fragilidade de encontros realizados fora de um horário comercial, a céu aberto, e não raramente perambulando na hospitalidade noturna dos bares. Era uma hospitalidade estranha para qual os encontros pareciam estar se ajuntando. No entanto, foi também essa transitoriedade e essa selvageria urbana que mais cativou as pessoas, enquanto navegavam e auscultavam as diversas paisagens – as penumbras e as promessas do aprendizado compartilhado. Nas reuniões, os participantes vocalizavam suas insatisfações para com a educação formal e, não menos importante, com o papel desempenhado pela universidade na padronização e no torpor da experiência urbana. Houve consideráveis discussões, por exemplo, sobre qual tipo de postura que as pesquisas deveriam ter quando relacionadas à cidade: O que significa investigar a cidade? Quais tipos de relação e corpos que o ato de pesquisar deduz *vis-à-vis* nas inscrições estéticas de artistas, nos acompanhamentos enriquecedores dos professores, ou na curiosidade literária dos jornalistas? Como a pesquisa se acomoda no tecido urbano, qual tipo de rastros deixa e quais memórias e despertares ela provoca? Algumas pessoas voltavam-se para mim em meu papel de etnógrafo com essas e outras questões semelhantes, curiosos por entender como etnografia moldava-se a si mesma na presença da cidade, como ela construía um espaço de questionamento por entre as vicissitudes e os tumultos de um mundo em crise. Onde e como, eles queriam saber, a etnografia se encaixava nessa nascente embora precária infraestrutura de sentimento?

Estas eram as questões urgentes para muitos dos participantes, alguns dos quais se sentiam compelidos a dar testemunhos, para “tornar visível” (*hacer visible*) que estas questões estavam sendo feitas, que eles estavam tomando posições: de fato, aquilo lá era um lugar específico para eles, ou, pelo menos, arranjos e possibilidades específicas. Por exemplo, tornou-se uma prática estabelecida entre os participantes reportar as discussões ao vivo no *Twitter*, incorporando desenhos e fotografias do grupo, trechos de notas, imagens do ambiente em volta da reunião e coisas assim. Eles também muitas vezes escreviam as discussões da noite em posts de blogs ou produziam sumários para fóruns online de arquitetura e urbanismo; alguns mesmo se aventuravam em incursões teóricas em domínios discursivos nos chamados urbanismos “pessoa-para-pessoa” ou “faça-você-mesmo”. Esses arranjos sinalizam distribuições específicas de presença e ação, de corpos-no-espaco e corpos-atraves-do-espaco, direções e ondas de movimentos, excitação, expectativas e recompensas. Eles implantaram sistemas sumários e métodos para

intuir e rastrear, para conhecer e reconhecer, para testemunhar e aprender. “A cidade”, as pessoas sibilavam entre si com olhos brilhantes, “emerge”.

Com o passar do tempo, #edummeet se tornou uma referência para discussões sobre cultura livre e a cidade. Em 2012, a *Arquitectura Viva*, a publicação sobre arquitetura mais prestigiada da Espanha, publicou um número especial sobre os coletivos arquiteturais que estava emergindo, neles inclusos uma citação sobre #edummeet. A citação foi produzida pelos próprios seguidores do *Twitter* da #edummeet:

#edummeet / ambientes de aprendizagem, autônomos e temporários / pessoas que conversam sobre educação na La Cebada toda segunda quinta-feira / (...) espaço afetivo em torno da aprendizagem / [...] uma #hashtag que não pertence a ninguém / pode mesmo estar acontecendo agora sem que nenhum de nós saiba / (...) desaprendendo por conhecer pessoas que não compartilham os mesmo interesses / todo tweet novo é uma nova renderização da #edummeet (EDUMMEET, 2012, 26).

Há um outro sentido no qual o testemunho e o aprendizado se tornam operadores importantes na organização da experiência em *El Campo*. Desde que o espaço foi liberado em fevereiro de 2011, Basurama e Zuloark vêm organizando oficinas de urbanismo artesanal no local, onde estudantes de arquitetura, transeuntes e vizinhos são convidados a projetar e construir peças de urbanismo para a cidade (ver figura 8). Como os arquitetos gostam de dizer, “o urbanismo é brico-urbanismo, se faz com as mãos” [*el urbanismo es brico-urbanismo, se hace con las manos*]. Uma dimensão pedagógica central dessas oficinas é que todos os projetos e desenhos são documentados seguindo o que os arquitetos descrevem como uma “filosofia de código aberto (*open-source philosophy*)”. Isto exige que os participantes não só façam notas técnicas ou diagramas para instrução para os objetos e instalações criadas, mas que também façam explicações acerca dos tipos de materiais usados, sua acessibilidade, qual é e onde fica sua fonte e origem, e coisas assim. A documentação inclui fotos, diagramas, vídeos e renderizações 3D, que são então disponibilizadas online, na esperança de que eles possam se tornar métodos ou “protótipos”, como os membros da Zuloark gostam de dizer, para as investigações em curso da cidade como um ambiente de código aberto. Alguns desses protótipos vão viajar para outras partes da cidade, como quando um protótipo de um banco urbano é desmontado e depois usado na construção de canteiros para jardins ou usados em playgrounds de uma escola local em oficinas

de autoconstrução com estudantes. A viagem desses vários objetos emaranham a cidade e uma espessa textura de relações sociais e materiais, da qual as pessoas começaram a falar enquanto *metodologias para hacer ciudad*, métodos para descobrir as capacidades da cidade.

Entretanto, a documentação que os participantes produzem nessas oficinas são erráticas e inconsistentes. Alguns apreciam a oportunidade de documentar exaustivamente seus trabalhos, e podem até mesmo realizar entrevistas com vizinhos locais numa tentativa de dar substância para um projeto ou uma escolha estética, enquanto outros se resolvem com pouco mais do que um par de fotografias e desenhos. Tais disparidades preocuparam os coletivos de arquitetura. Eu tive longas conversas com Manuel sobre a urbanidade desses desenhos e desses objetos, dado que se pode dificilmente falar deles como se tivessem qualquer tipo de padrão mínimo. Em uma ocasião, Manuel examinou mais profundamente do que antes sobre a específica inflexão que os projetos de código aberto trouxeram para a relação entre conhecimento e reconhecimento, entre aprendizado e testemunho em assuntos urbanos: “A questão é quando o município fala em ‘projeto participativo’, eles estão pensando em incorporar vozes representativas nas infraestruturas e nos padrões, como, por exemplo, nos projetos de parques infantis ou equipamentos urbanos para praças e parques. Nós, por outro lado, pensamos na pedagogia e na aprendizagem: como projetar espaços e infraestruturas para que as comunidades possam aprender uns com os outros”. Ele continua: “Então quando dizemos que *El Campo é una infraestructura para la ciudad*, uma infraestrutura para a cidade, não queremos apenas dizer que ela fornece espaço ou materiais para a comunidade realizar atividades antes inimagináveis. Pelo contrário, são os processos de aprendizado que permitem e colocam em circulação que nos interessa. É a economia circulante de aprendizado que é a infraestrutura: a autoconstrução da cidade enquanto uma infraestrutura de aprendizagem”. Aurora, outro membro do Zuloark, aponta: “Onde quer que você olhe, de jardins urbanos comunitários às assembleias do bairro de 15M, há uma efervescência explícita e uma consciência sobre os aprendizados que estão implantados na cidade [*los aprendizajes que se despliegan por la ciudad*]”. Porém, acrescenta ela, “também se sente que muito passa despercebido, que não temos um espaço no qual possamos tornar conhecidos todos esses processos de aprendizados – o que significa um aprendizado urbano? Que tipo de aprendizado é a cidade?” (cf. MCFARLANE, 2011)⁹.

9 A última questão de Aurora, no original, foi “*que significa aprender ciudad?*” *Aprender ciudad e hacer ciudad*, apreendendo e realizando a *cityness*, tornaram-se dois dos maiores idiomas populares por entre os projetos comunitários de base.

CONCLUSÃO

A autoconstrução tem uma longa tradição nos estudos urbanos e na antropologia. Em 1984, Alberto Arecchi sublinhou a importância da autoconstrução como um sistema empírico de resoluções de problemas nas cidades africanas, embora ele tenha alertado aos leitores os riscos de invocar a autoconstrução como um tropo neocolonial e romantizado de autoempoderamento: “Onde a autoconstrução é um sintoma tradicional de pobreza, onde os governos novos são ansiosos para modernizar, tornar as favelas e as cabanas tradicionais uma coisa do passado, corre-se o risco de soar neocolonialista ao se propor as vantagens da autoconstrução” (ARECCHI, 1984, p. 575-76). O fascínio e os perigos da autoconstrução permaneceram dentro da teoria urbana desde então. A metonímia da favela, na descrição de Ananya Roy, continua a ser um poderoso marcador para os relatos distópicos e inventivos do urbano: para o retrógrado, o resiliente e o engenhoso.

Inspirado por estudos recentes que buscam na periferia, no informal e no subalterno novos sistemas perceptivos para pensar (com) a cidade, neste artigo, eu proponho usar a autoconstrução como uma dupla heurística de método e teoria para a condição urbana. “Em vez de a cidade ser de alguma forma lida por meio de esquemas particulares de poder”, Morten Nielsen (2011, p. 352) escreveu em seu estudo sobre a autoconstrução em Maputo, Moçambique, as lentes da governamentalidade inversa (como ele inteligentemente descreve como os projetos de habitações autoconstruídas) oferecem a perspectiva de que “a cidade conseqüentemente lê a si própria”. Do mesmo modo, eu tentei mostrar como a autoconstrução pode funcionar como uma auto-heurística, não apenas para a teoria urbana, mas também para a teoria antropológica, em um plano maior. Procurei demonstrar diversos casos de desafios e dificuldades enfrentadas por uma variedade de coletivos de arquitetura contraculturais e de guerrilha em Madrid na tentativa de recuperar um terreno abandonado no coração da cidade. O trabalho de autoconstrução do espaço, de fornecer tanto uma ecologia material como social para si, também se transformou num método para descrever a liberação política e epistêmica do espaço. Os ocupantes de *El Campo* experimentaram várias tecnologias e gêneros para registrar obrigações e requisitos, assim como as aspirações e expectativas que depositaram no espaço como um lugar de autonomia, aprendizagem e mútuo testemunho. As suas autoconstruções, portanto, funcionaram como um método de descrição e um projeto para teoria, da cidade que eles têm em mãos e da cidade que eles gostariam de construir: uma cidade específica e uma cidade-em-abstrato. Pretendo terminar, então, com algumas reflexões sobre o lugar que a etnografia

ocupa em meio a panóplia de métodos que habitam, intermediam e suspendem o modo como a cidade-específica e a cidade-em-abstrato se relacionam.

Poucas distinções têm atraído tantos escrutínios e críticas engajadas e exaustivas como aquele entre as qualidades específicas e abstratas do raciocínio conceitual. Nada menos do que *O Pensamento Selvagem* abre com uma investigação sobre a espúria diferenciação entre o pensamento específico e abstrato quando aplicado, respectivamente, ao raciocínio primitivo e científico (LÉVI-STRAUSS, 1966, p. 1-9). Como bem conhecido, Claude Lévi-Strauss sugeriu que o pensamento selvagem é alimentado pela bricolagem, uma operação de inventividade que se baseia num conjunto heterogêneo, embora limitado de ferramentas e materiais para estabelecer novos arranjos com os quais navega e opera no mundo. A operação de bricolagem exemplificou, para Lévi-Strauss, “uma ciência do concreto”, onde as qualidades abstratas ou específicas do manejo conceitual são substituídas por um método de potencialidades e de pragmáticas empíricas.

A imagem do *bricoleur* lembra o método de brico-urbanismo que os coletivos de arquitetura de guerrilha destacam como a característica maior de suas práticas em Madrid. No entanto, se para Lévi-Strauss (1966, p. 18) a bricolagem realiza uma operação que se encontra “a meio caminho entre percepções e conceitos”, tem sido o meu propósito neste artigo mostrar como, no contexto do urbanismo de guerrilha, o método da bricolagem é ele mesmo autoconstruído em uma operação que recursivamente problematiza o próprio status da cidade como método. Assim, quando as pessoas invocaram os fantasmas da crise econômica na cidade em miniatura de *Puerta del Sol* ou quando especularam sobre a aliança oligárquica entre interesses imobiliários e políticos corruptos que assombravam o futuro de *El Campo*, eles estavam invocando uma imagem da cidade que se fez sentir, ao mesmo tempo, como uma presença específica e genérica em suas vidas. O genérico e o específico aparecem entrelaçados e confundidos, e a experiência de navegar e se mover entre eles é traduzido como uma experiência do método, de compartilhamento, de movendo-se em direção a, de mobilizando-se para, de imersão, de sistematização – por exemplo, por meio do uso de linguagens e interfaces específicas para descrição, arquivamento e tecnologias documentárias, ou sistemas e infraestruturas de aprendizagem. Podemos mesmo dizer que a cidade aparece como “uma figura vista duas vezes” (RILES, 2001, p. 91) – um objeto ao mesmo tempo específico e abstrato – embora só assim o seja enquanto em movimento como um método de autoconstrução¹⁰.

10 Na recursão como um método em movimento, ver HOLBRAAD 2012.

A cidade como um método afeta também a etnografia, pois ela fica entremeada nas recursões ora específicas, ora genéricas, com outros métodos e outros sistemas de problematização. Como discernir, portanto, como é um efeito etnográfico atualmente? O próprio envolvimento da etnografia nesse deslumbramento de recursos, como observei, é geralmente percebido, apropriadamente, como um momento de autodeslumbramento, quando nossos métodos nos dão a volta maliciosamente em sua presumida eficácia. Quando a cidade que está em jogo, os perigos do autodeslumbramento surgem nos rastros da informalidade e da periferia: as descobertas da etnografia reveladas na informalidade da descoberta. E se, porém, se for o “auto” em vez do “deslumbramento” a quem o etnógrafo deve procurar – nos seus momentos de própria construção ao invés de seu momento de autorrevelação? Isto não é diferente do que os informantes de James Holston fizeram quando se concentraram na cultura de distinção e personalidade investida em cada casa, enquanto mantinham olhos nos perigos que a cópia representava para cada projeto. Muito literalmente, eles pareciam estarem autoconstruindo seu próprio autodeslumbramento. Neste contexto, como observei acima, a autoconstrução não funciona como um objeto (habitação) nem como um processo (auto-organização), mas como um método para a cidade. Para alguns acadêmicos, isso ensaia e convida para reformulações do problema da epistemologia do urbano – as categorias e os conceitos com os quais se pode apreender a cidade. Em vez de persistir com esse problema, no entanto, gostaria de nos convidar a considerar e explorar os métodos, projetos e “trajetórias de aprendizagem” (PIGNARRE; STENGERS, 2011, p. 44) por meio dos quais a cidade e suas histórias se autoconstroem mutuamente.

AGRADECIMENTOS

Quando eu retornei para Madrid em 2009, depois de 17 anos de cidade, a cidade com a qual me deparei e tive que conhecer era muito diferente da cidade em que lembrava ter crescido. Durante estes últimos oito anos, eu tive muita sorte de me encontrar em companhia de um grupo de pessoas cuja capacidade de redescobrir a cada esquina da cidade um espaço de maravilhas, surpresas e possibilidades é inabalável, assim como é também a sua capacidade de levantar toda vez que caem, o que, infelizmente, acontece mais do que poucas vezes em tempos de despertar do neoliberalismo austericida que nos assola. Este texto seria, portanto, simplesmente inimaginável sem a inspiração e o acompanhamento que recebi deles. Em particular, eu gostaria de expressar minhas mais profundas simpatias e gratidão a Juan López-Aranguren Blázquez, Manuel Polanco Pérez-Llantada, Rubén Lorenzo Montero e Alberto Naclares; Manuel Palacio e Aurora

Adalid (Zuloark); Diego Peris (*Todo por las Praxis*); Jacobo García Fouz e Jorgen Martín (*El Campo de Cebada*). Tomás Sánchez Criado leu o primeiro rascunho desse ensaio, e seus comentários e sugestões proveram a tão necessária direção e *finesse*. Com a lucidez e perspicácia característica, Morten Nielsen ficou envolvido com um rascunho inicial do texto e me convidou a repensar as escalas, a estrutura e as temporalidades dos argumentos que eram, naquele período, dificilmente recursivos. Marilyn Strathern deslumbrou o texto com sua costumeira generosidade enquanto me tranquilizava de haver mesmo espaço para autodeslumbramento em nossa linguagens de descrição da cidade. Gostaria também de expressar meu apreço pelo coletivo editorial da *Cultural Anthropology* pelo encorajamento crítico e pelo apoio por todo o processo editorial. O texto final se beneficiou enormemente das generosas e atentas leituras dos editores e dos revisores. E se deixo para o final minha menção a Adolfo Estalella, é apenas em reconhecimento ao papel magistral na autoconstrução metodológica e intelectual de nossa jornada etnográfica por Madri durante todos esses anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARECCHI, Alberto. Auto-Construction in Africa. *Cities*, v. 1, n. 6, p. 575–579, 1984. [https://doi.org/10.1016/0264-2751\(84\)90065-9](https://doi.org/10.1016/0264-2751(84)90065-9).
- BANCK, Geert A. Poverty, Politics and the Shaping of Urban Space: A Brazilian Example. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 10, n. 4, p. 522–540, 1986. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.1986.tb00027.x>.
- BOUCHER, Nathalie; CAVALCANTI, Mariana; KIPFER, Stefan; PIETERSE, Edgar; RAO, Vyjayanthi; SMITH, Nasra. Writing the Lines of Connection: Unveiling the Strange Language of Urbanization, *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 32, n. 4, p. 989–1027, 2008. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2008.00827.x>.
- CÁRITAS. “VII informe del Observatorio de la Realidad Social.” Madrid: Cáritas Espanola, 2013. Disponível em: <http://edit.um.es/exclusion-social/caritas-viii-informe-del-observatorio-de-larealidad-social>. Acesso em: 14 out. 2018
- CORSÍN JIMÉNEZ, Alberto. The Right to Infrastructure: A Prototype for Open-Source Urbanism. *Environment and Planning D*, v. 32, n. 2, p. 342–362, 2014a. <https://doi.org/10.1068/d13077p>.
- . Introduction. The Prototype: More than Many and Less than One. *Journal of Cultural Economy*, v. 7, n. 4, p. 381–398, 2014b. <https://doi.org/10.1080/17530350.2013.858059>.
- CORSÍN JIMÉNEZ, Alberto; ESTALELLA, Adolfo. Assembling Neighbors: The City as Hardware, Method, and ‘a Very Messy Kind of Archive. *Common Knowledge*, v. 20, n. 1, p. 150–171, 2014. <https://doi.org/10.1215/0961754X-2374808>.

- DAVIS, Mike. Planet of Slums: Urban Involution and the Informal Proletariat. *New Left Review*, n. 26, p. 5–34, 2004. Disponível em: <https://newleftreview.org/II/26/mike-davis-planet-of-slums>. Acesso em: 14 out. 2018.
- . *Planet of Slums*. New York: Verso, 2006.
- EDUMEET. Edumeet. *Arquitectura Viva*, n. 145, p. 26, 2012.
- EIZENBERG, Efrat. Actually Existing Commons: Three Moments of Space of Community Gardens in New York City. *Antipode*, v. 44, n. 3, p. 764–782, 2012. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8330.2011.00892.x>.
- FARÍAS, Ignacio; BENDER, Thomas (org). *Urban Assemblages: How Actor-Network Theory Changes Urban Studies*. New York: Routledge, 2010.
- GANDOLFO, Daniella. *The City at Its Limits: Taboo, Transgression, and Urban Renewal in Lima*. Chicago: University of Chicago Press, 2009.
- HOLBRAAD, Martin. *Truth in Motion: The Recursive Anthropology of Cuban Divination*. Chicago: University of Chicago Press, 2012.
- HOLSTON, James. Autoconstruction in Working-Class Brazil. *Cultural Anthropology*, v. 6, n. 4, p. 447–465, 1991. <https://doi.org/10.1525/can.1991.6.4.02a00020>.
- HOLSTON, James; CALDEIRA, Teresa. Urban Peripheries and the Invention of Citizenship. *Harvard Design Magazine*, n. 28, p. 18–23, 2008.
- INTERNATIONAL LABOR ORGANIZATION (ILO). *GLOBAL WAGE REPORT 2014/15: Wages and Income Inequality*. Geneva: International Labor Organization, 2015. Disponível em: <http://ilo.org/global/research/global-reports/globalwage-report/2014/lang--en/index.htm>. Acesso em: 14 out. 2018.
- IVESON, Kurt. Cities within the City: Do-It-Yourself Urbanism and the Right to the City. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 37, n. 3, p. 941–956, 2013. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12053>.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *The Savage Mind*. New York: Oxford University Press, 1966. (Originally published in 1962).
- LURY, Celia; WAKEFORD, Nina (org). *Inventive Methods: The Happening of the Social*. New York: Routledge, 2012.
- MARCUS, George. Prototyping and Contemporary Anthropological Experiments with Ethnographic Method. *Journal of Cultural Economy*, v. 7, n. 4, p. 399–410, 2014. <https://doi.org/10.1080/17530350.2013.858061>.
- McFARLANE, Colin. *Learning the City: Knowledge and Translocal Assemblage*. Malden, Mass.: Wiley, 2011.
- McGUIRK, Justin. *Radical Cities: Across Latin America in Search of a New Architecture*. New York: Verso, 2014.

- NIELSEN, Morten. Inverse Governmentality: The Paradoxical Production of Peri-Urban Planning in Maputo, Mozambique. *Critique of Anthropology*, v. 31, n. 4, p. 329–358, 2011. <https://doi.org/10.1177/0308275X11420118>.
- ORGANIZATION FOR ECONOMIC COOPERATION AND DEVELOPMENT (OECD) *In It Together: Why Less Inequality Benefits All*. Paris: OECD Publishing, 2015. <https://doi.org/10.1787/9789264235120-en>.
- PIGNARRE, Phillipe; STENGERS, Isabelle. *Capitalist Sorcery: Breaking the Spell*. Translated by Andrew Goffey. New York: Palgrave Macmillan, 2011.
- PURCELL, Mark. The Right to the City: The Struggle for Democracy in the Urban Public Realm. *Policy and Politics*, v. 41, n. 3, p. 311–327, 2013. <https://doi.org/10.1332/030557312X655639>.
- RABINOW, Paul. *The Accompaniment: Assembling the Contemporary*. Chicago: University of Chicago Press, 2011.
- RAO, Vyjayanthi. Slum as Theory: The South/Asian City and Globalization. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 30, n. 1, p. 225–232, 2006. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2006.00658.x>.
- RILES, Annelise. *The Network Inside Out*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2001.
- ROY, Ananya. Slumdog Cities: Rethinking Subaltern Urbanism. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 35, no. 2: 223–238, 2011. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2427.2011.01051.x>.
- SIMONE, AbdouMaliq. Pirate Towns: Reworking Social and Symbolic Infrastructures in Johannesburg and Douala. *Urban Studies*, v. 43, n. 2, p. 357–70, 2006. <https://doi.org/10.1080/00420980500146974>.
- _____. *City Life from Jakarta to Dakar: Movements at the Crossroads*. New York: Routledge, 2010.
- _____. *Jakarta, Drawing the City Near*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2014.
- STRATHERN, Marilyn. *Property, Substance, and Effect: Anthropological Essays on Persons and Things*. New Brunswick, N.J.: Athlone Press, 1999.
- THRIFT, Nigel. *Non-Representational Theory: Space, Politics, Affect*. New York: Routledge, 2008.
- TURNER, John F. C. . *Housing by People: Towards Autonomy in Building Environments*. New York: Pantheon, 1976.
- TURNER, John F. C.; FICHTER, Robert (orgs.). *Freedom to Build: Dweller Control of the Housing Process*. New York: Macmillan, 1972.
- WALLISER, Andrés. New Urban Activisms in Spain: Reclaiming Public Space in the Face of Crises. *Policy and Politics*, v. 41, n. 3, p. 329–50, 2013. <https://doi.org/10.1332/030557313X670109>.
- WILLIAMS, Raymond. *The Long Revolution*. London: Chatto and Windus, 1961.

Cidadãos Transitórios: Práticas de habitação contenciosa na África do Sul contemporânea¹

*Transitory Citizens: Contentious Housing
Practices in Contemporary South Africa*

Kerry Ryan Chance^a

Tradução de Leticia Simões Gomes^b

Resumo O artigo examina práticas informais de moradia que pobres urbanos mobilizam para construir, transformar e acessar a cidadania na África do Sul contemporânea. Após a eleição de Nelson Mandela, em 1994, a provisão de habitações formais para pobres urbanos se tornou uma medida essencial para a inclusão política “não-racial” e a dessegregação de cidades sob apartheid. Contudo, assentamentos urbanos — comemorados nas histórias de libertação como campos de batalha contra o apartheid — foram reclassificados como “favelas” (*slums*), zonas assinaladas para remoção ou desenvolvimento. Reintegrações de posse desses assentamentos para campos emergenciais do governo têm sido justificadas dentro da lógica liberal de expansão dos direitos à moradia, ligados à cidadania. Meu argumento é que as práticas informais de moradia evidenciam métodos de gestão de populações “faveladas”, bem como a emergência de políticas do viver (*living politics*) em cidades sul-africanas.

Palavras-chave Apartheid; Cidades; Cidadania; Desenvolvimento; Despejo; Moradia; Pobreza; Raça.

Abstract *This article examines the informal housing practices that the urban poor use to construct, transform, and access citizenship in contemporary South Africa. Following the election of Nelson Mandela in 1994, the provision of formalized housing for the urban poor has become a key metric for ‘non-racial’ political inclusion and the desegregation of apartheid cities. Yet, shack settlements—commemorated in liberation*

¹ Artigo originalmente publicado na *Social Analysis* (v. 59, n. 3, p. 62-84, 2015).

^a Kerry Ryan Chance é professora do Departamento de Antropologia Social da Universidade de Bergen, na Noruega e é Associada Sheila Biddle da Fundação Ford pelo Instituto de Pesquisa W. E. B. Du Bois da Universidade de Harvard University. Ela publicou o livro “Living Politics in South Africa’s Urban Shackland” (2017), que examina o governo e as mobilizações políticas de três cidades sul-africanas desde meados dos anos 1980 até hoje.

^b Leticia Simões Gomes é mestranda pelo departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP) e membro do corpo editorial da *Revista Plural*.

histories as apartheid-era battlegrounds—have been reclassified as ‘slums’, zones that are earmarked for clearance or development. Evictions from shack settlements to government emergency camps have been justified under the liberal logic of expanding housing rights tied to citizenship. I argue that the informal housing practices make visible the methods of managing ‘slum’ populations, as well as an emerging living politics in South African cities.

Keywords *apartheid, cities, citizenship, development, eviction, housing, poverty, race.*

Eu conheci Monique duas semanas após o despejo. Ao nascer do dia, um grupo de policiais fortemente armados e agentes de segurança privada entraram em Delft, um distrito árido e castigado pelo sol nos arredores da Cidade do Cabo. Delft é o local da N2 Gateway, um projeto-modelo nacional para habitação urbana. Com veículos blindados e cães farejadores na guia, a equipe de reintegração de posse removeu cerca de 1.600 residentes de casas incompletas ocupadas dois meses antes, sob a alegada autorização de seu conselheiro local. Muitos tinham saído de barracos de madeira e lata corrugada, localizado nos quintais de proprietários vizinhos em distritos historicamente ‘de cor’ (mestiços) e ‘Africanos’. As estruturas de concreto ocupadas pelos residentes eram chamadas “Casas BNG”, em referência a uma política nacional, popular em 2004, chamada “*Breaking New Ground*”². A política tinha como objetivo tornar a entrega de habitações estatais mais responsivas e eficientes, em parte por meio da expansão do papel do setor privado nesses programas.

O despejo, transmitido no jornal nacional noturno, foi violento. Sem aviso, a polícia atirou balas de borracha contra as multidões reunidas nas ruas, agredindo e atirando contra residentes enquanto estes corriam para se esconder. Ao menos vinte pessoas feridas foram levadas para o hospital, incluindo uma criança de 3 anos que fora atingida na barriga, perna e ombro. Sem ter para onde ir, Monique e cerca de mil outras pessoas permaneceram na rua. O governo municipal, junto da Aliança Democrática (*Democratic Alliance, DA*), o maior partido de oposição a situação no poder no Congresso Nacional Africano (*African National Congress, ANC*), respondeu providenciando aos membros das famílias despejadas grandes tendas comunais, algumas com estampas militares verde-escuro, outras com listras vívidas ou brancas com toldos de babados. Aos retardatários foram dadas ‘velas negras’, ou lonas plásticas, que foram usadas para construir pequenos barracos atrás das tendas, fora da vista das rodovias circundantes. O acampamento, refe-

2 “Explorando novas áreas”, em português (N.T.)

rido pelos residentes como ‘Seção 1’, foi no fim das contas circundado com arame farpado e provido com torneiras de água e banheiros portáteis.

Todavia, Monique e aproximadamente outros 500 residentes se recusaram a trabalhar com a Aliança Democrática ou a assinar os formulários requeridos para adquirir espaço na Seção 1. Sob a bandeira da Campanha Anti-Despejo (*Anti-Eviction Campaign*, AEC), e liderando um movimento de pessoas pobres, eles construíram barracos a partir de uma variedade de materiais coletados no local de seu despejo. Eles fundaram um assentamento, Symphony Way (Caminho da sinfonia), nomeado a partir da rodovia que corre em seu centro, a qual por sua vez foi bloqueada por um protesto e ocupação de terra que durou mais de dois anos. Com o passar do tempo, as queixas coletivas dos residentes se centrariam não somente em seu despejo, como também nos acampamentos transitórios, os quais os ocupantes se referem por *amathini* (‘latas’ em isiZulu), *blikkies* (‘pequenas latas’ em Afrikaans), ou *‘government shacks’* (‘barracos do governo’ em inglês).

Acampamentos transitórios são abrigos de emergência do governo localizados em locais controlados. Os acampamentos acolhem aqueles desalojados por desastres ambientais comuns (como inundações ou incêndios) em assentamentos urbanos. Entretanto, a maior parte dos ocupantes do acampamento são aqueles deslocados por processos de desenvolvimento urbano, como a construção de estradas, pontes e projetos habitacionais como a N2 Gateway. Acampamentos transitórios geralmente tomam a forma de vilas de tendas, como a Seção 1, ou assentamentos construídos com latão corrugado ou outros materiais ‘temporários’. Dezenas de milhares moram em acampamentos transitórios e muitos outros habitantes de barracos estão para serem realocados. Acampamentos transitórios estão rapidamente remoldando a periferia urbana da Cidade do Cabo e de outras cidades ao redor do país. O maior acampamento da África do Sul localiza-se em Delft. Os proponentes estatais dos acampamentos transitórios os retratam como intermediários ‘formais’ em direção à entrega de casas permanentes. Para moradores que se recusam à realocação, como aqueles da Symphony Way, as condições de vida nesses acampamentos são inadequadas, mesmo temporariamente e pelos padrões das moradias ‘informais’.

Este artigo examina as práticas de moradia informal que pessoas como Monique e seus vizinhos mobilizam para construir, acessar e transformar a cidadania na geografia dinâmica da África do Sul contemporânea. Desde a eleição de Nelson Mandela em 1994, a ANC se focou no desmantelamento do apartheid e na extensão dos direitos contidos na política nacional e na nova Constituição Sul-Africana, em parte por meio da ‘erradicação’ de favelas e a promoção de moradias

formais em grande escala (MAKHULU, 2010). Cerca de 2,4 milhões de casas foram construídas, mas o Estado pós-apartheid tem lutado para manter o ritmo ditado pela demanda esmagadora. Em 2009, o número de famílias em listas de espera oficiais para moradia na Cidade do Cabo era estimada a crescer de 20.000 para 400.000 ao longo do ano (LEGASSICK, 2009). Em grande medida, esses números resultam das forças combinadas da urbanização e do alto desemprego após o apartheid, dados que o documento da política BNG assinala como desafio significativo para os programas nacionais de habitação, herdados do Estado de base racial. Com a suspensão das leis sobre mobilidade e outros dispositivos repressivos, centenas de milhares de pessoas se mudaram para áreas urbanas ou peri-urbanas à procura de emprego, educação e outras oportunidades sociais e econômicas previamente interdidas, muitas juntando-se aos já milhões de moradores de barracos. Desde o final dos anos 1990, protestos de rua, frequentemente centrados em moradia e terra, vêm se disseminando nacionalmente (BOND, 2004; PATEL, 2008; PITHOUSE, 2004). Essas manifestações têm sido oficialmente condenadas e dão origem a episódios rotineiros de violência sancionada, seja por policiais ou por forças de segurança privada, ocasionando a morte de oito manifestantes só no mês de janeiro de 2014 (EVANS, 2014). Canais de notícias internacionais, bem como alguns nacionais, têm representado esses protestos como patologias no governo da África do Sul, como produto de expectativas inverossímeis ou altas da parte dos cidadãos, ou como sinal de corrupção e ineficiência da parte do Estado pós-apartheid. Entretanto, essa visão mais obscurece que revela os processos complexos nos quais as políticas habitacionais, como a BNG, se materializam por meio de interações cotidianas no espaço urbano entre moradores e agentes estatais.

Para melhor compreensão desses protestos, eu me concentrarei em práticas espaciais, as quais incluem nas cidades sul-africanas a construção de barracos, ocupações de terra, e mobilização de atividades na rua, tais como manifestações massivas e bloqueios viários. Conforme posto sucintamente pela antropóloga Julia Elyachar (2003, p. 574): “Quando práticas que violam leis são aceitas como normas e possuem uma legitimidade que não é a estatal, elas frequentemente são denominadas ‘práticas informais’”. Como práticas de moradia, elas têm uma relação ambígua e até mesmo contenciosa para com as instituições que governam as áreas urbanas. Contudo, elas são tão comumente executadas que adquiriram o status de uma norma infraestrutural. Práticas informais nos auxiliam a compreender como a infraestrutura de habitação pode ser transformada pelos pobres que se recusam a ser removidos, que se apropriam de casas por ocupações ilegais ou que usam espaços carcerários como os acampamentos como plataformas para

políticas coletivas. Aqui, desenvolvo a partir da noção de “pessoas como infraestrutura” do antropólogo AbdouMaliq Simone (2004). Este conceito sugere como habitantes urbanos, em especial “residentes com meios limitados”, colaboram com “regularidade e provisoriedade” na circulação de bens, conhecimento e poder para construir uma “plataforma” que proporciona e reproduz “a vida cidadina” (SIMONE, 2004, p. 407–408). Partindo dessas práticas espaciais de moradia informal, como a construção dos barracos na N2 Gateway, contribui-se para os esforços acadêmicos de expandir a noção de infraestrutura (normalmente restrita ou prefigurada por tubulações formais de água, estradas, unidades de habitação e energia elétrica) para conflitos Estado-cidadãos fundamentados nas atividades do dia-a-dia das pessoas e de suas vidas materiais (ver CHALFIN, 2014; CHU, 2014).

Ademais, ao estudar tais práticas em uma conjuntura crítica, no momento em que as bases de um projeto-modelo de habitação nacional está sendo implantado, contribui-se para a compreensão das formas de conhecimento e *expertise* que interagem com (mas não são totalmente determinadas por) instituições formais na produção do espaço urbano. Acampamentos transitórios, que se parecem muito com barracos, ou pior, com tendas como aquelas da Seção 1, sugerem como habitações informais podem ser incorporadas pelo trabalho tecnocrático de Estado e organizações não governamentais.

Estudos recentes em infraestrutura, alguns seguindo o trabalho do filósofo urbano Henri Lefebvre, conferiram nova vida a como as teorias do espaço e da informalidade podem ser repensadas e re combinadas nas cidades africanas pós-coloniais do pós-Guerra Fria. De fato, até ativistas – incluindo a AEC – fizeram uso da famosa frase de Lefebvre “direito à cidade” em seus cartazes e comunicações à imprensa, enfatizando que o espaço não é pré-existente, ou um contêiner vazio, mas é vivido e construído (DE BRUIJN, 2005). Nos locais em que governos e corporações falharam ao prover habitações disponíveis e acessíveis, os pobres urbanos (e rurais) construíram suas próprias moradias, esquemas de aluguel, acordos de propriedade e vidas comunais. Aqueles sem moradia formal, por mais que desejem e aguardem sua entrega pelo governo, não o fazem passivamente. Antes, suas atividades constituem uma capacidade autônoma para a geração de crescimento econômico (HART, 1973) e de infraestruturas específicas para sua sobrevivência na cidade.

Por mais que seja importante reconhecer práticas espaciais dos pobres como geradoras, acadêmicos das últimas quatro décadas que são frequentemente críticos a como o setor tem sido operacionalizado pelos superiores (ver ELAYCHAR, 2003) proporcionaram muitos argumentos válidos contra a desconsideração da

informalidade. Três objeções são particularmente comuns e relevantes no caso sul-africano. Em primeiro lugar, distinções categóricas ou ontológicas entre o formal e o informal reinscrevem antigas antinomias coloniais do moderno e o tradicional, o civilizado e o bárbaro, o cartográfico e a terra incógnita, os quais têm potencial para romantizar ou patologizar os pobres urbanos nas cidades africanas. Em segundo lugar, essa dicotomia não se sustenta em termos estritos, uma vez que características do setor informal podem ser encontradas no setor formal e vice-versa, especialmente em um contexto de urbanização e desemprego de uma economia globalizada. A terceira objeção consiste na existência de uma multiplicidade de setores formais e informais, sendo eles tão variados e contraditórios, interconectados e co-constitutivos em sua composição que essas categorias são por demais vagas para serem úteis. Entretanto, ao invés de abordar a informalidade em termos éticos ou analíticos, pode ser mais eficaz examinar a forma pela qual ativistas como Monique e os agentes estatais (particularmente, considerando a vida social de políticas como a BNG) mobilizam compreensões locais do informal, e o fazem estrategicamente com vistas a determinados fins políticos. Informalidade, então, enquanto uma categoria discursiva e um leque inovador de práticas de moradia torna-se palco de disputas sobre raça, classe e cidadania, mapeando e contribuindo para a produção do espaço urbano.

Eu baseio meus resultados em uma pesquisa etnográfica de longa duração, conduzida na Cidade do Cabo entre os anos 2005 e 2013. Além da observação participante em atividades cotidianas dos assentamentos e acampamentos transitórios, coletei entrevistas e histórias de vida com ativistas e moradores comuns sobre suas vidas durante e após as lutas de liberação, além de analisar materiais de arquivos relevantes, tais como documentos de políticas nacionais, legislação do pós-apartheid, mídia convencional e textos produzidos por militantes. Neste artigo, a partir das teorias do espaço urbano, moradia informal e pesquisa sobre movimentos políticos populares (ver ANAND, 2011; BERTELSEN et al., 2013; BRECKENRIDGE, 2014; BRENNER et al., 2011; DESAI, 2002; FENNEL, 2013; GHERTNER, 2011; HARMS, 2013; HARVEY, 2012; HERZFELD, 2009; HOLSTON, 2008; JACKSON, 2006; PIETERSE, 2008; ROSS, 2010; ROY, 2011; SEEKINGS; NATTRASS, 2005; SIMONE, 2012), procuro analisar, primeiramente, o uso ressurgente do termo ‘favela’ na África do Sul pós-apartheid, que, junto das reintegrações de posse de assentamentos ‘informais’ para acampamentos transitórios ‘formais’, intensificou-se ao longo da preparação para a Copa do Mundo da FIFA de 2010. Em seguida, seguindo os despejos na Cidade do Cabo, considero como a gestão das populações ‘faveladas’ em acampamentos transitórios reproduzem espacialmente desigualdades raciais históricas e precariedade peri-

-urbana, apesar de serem focadas na redução da informalidade urbana por meio do preenchimento do vazio habitacional. Finalmente, demonstro como esses despejos forçados deram força à mobilização de moradores, baseadas na moradia e política informais, entre comunidades historicamente ‘pardas’ (ou mestiças) e ‘africanas’, apesar das tensões existentes entre as duas na alocação de habitações. Ao fazê-lo, sigo os passos de Monique pelas ruas, cortes e habitações em construção por Delft.

A ASCENSÃO DAS ‘FAVELAS’ DO PÓS-APARTHEID

Quando Monique e seus vizinhos ocuparam casas em Delft, a Cidade do Cabo estava se preparando para receber a Copa do Mundo da FIFA 2010. Esperava-se que milhares de visitantes cruzassem a rodovia N2 que conectava o aeroporto a glamorosos hotéis, atrações turísticas e estádio construído para a ocasião. Flanqueando esse corredor estão os distritos mais antigos e alastram-se os assentamentos urbanos. Em variados registros locais e nacionais na África do Sul contemporânea, essas áreas são caracterizadas como heroicos campos de batalha da luta pela liberação. Contudo, em 2008 o termo ‘favela’ ressurgiu – em novas leis, debates parlamentares, tabloides e notícias televisivas – para descrever as partes pobres marcadas para remoção ou desenvolvimento. Desde os anos 1930, o termo ‘favela’ tem sido associado na África do Sul aos esforços para se legislar zoneamentos raciais, frequentemente sob a égide do policiamento efetivo. O Estatuto das Favelas de 1934 foi um precursor colonial para as leis do apartheid. Ao proclamar as comunidades negras ‘favelas’, territórios eram apropriados pelos agentes do apartheid, especialmente na periferia urbana. Embora o termo ‘favela’ ainda tenha a conotação de zonas de miséria e criminalidade, a transição democrática conferiu novos significados. Favelas são “ruins para nosso país e para nosso povo”, disse um agente da política de habitação ao Parlamento em 2007, exortando a expansão de programas de remoção em curso desde os anos 2000. Ele continuou: “Nós sonhamos com um amanhã no qual todos nós possamos legítima e orgulhosamente proclamar nossa cidadania... Nós sonhamos com um amanhã que seja livre de favelas”³. Nessa e em declarações análogas, despejos são justificados dentro da lógica liberal de direitos progressivamente garantidos, prometendo um futuro em que a cidadania materializada em habitações formais aja como um equalizador de uma comunidade política comum.

3 Discurso no Parlamento por Mike Mabuyakhulu, membro do Conselho Executivo de Habitação, Governo Local e Relações Tradicionais, em 19 de julho de 2007. Ver também Mabaso (2007).

Não obstante, moradores da Cidade do Cabo e de outras cidades – como muitas outras durante o apartheid – resistiram ao termo ‘favela’ para falar de suas comunidades. Isso se dá especialmente por conta de a palavra ter sido usada tão amiúde durante realojamentos para áreas menos desejáveis, e sugerem transitoriedade quando comparada com residência de longo prazo, o que teria sido viável legalmente no pós-apartheid por intermédio da reivindicação de usucapião. Em resposta ao mesmo debate parlamentar, Abahlali baseMjondolo, um movimento de pessoas pobres vinculado à AEC, colocou em uma nota à imprensa que a palavra ‘favela’ é usada “de maneira a representar esses espaços onde pessoas pobres moram como problemas... pois há algo de errado com essas pessoas... Mas não se admite que os pobres foram tornados pobres [pela] mesma história de pilhagem e exploração que fizeram dos ricos ricos e não admite que lugares onde pessoas pobres moram têm falta de infraestrutura e saneamento frequentemente por conta da omissão do governo em providenciá-los. A solução para o fato de que não temos banheiros em nossas comunidades é provê-los onde moramos, e não destruir nossas comunidade e nos realocar para fora da cidade”⁴. Ao apresentar uma réplica aos debates parlamentares, essa nota ecoa os sentimentos regularmente expressos pelos membros do movimento em reuniões comunitárias e manifestações de massa – particularmente que o termo ‘favela’ patologiza assentamentos, desumaniza seus moradores e invisibiliza lutas históricas contra o Estado anteriormente racial por terra e moradia. Ainda assim, o ponto de encontro entre os debates parlamentares e os membros desses movimentos é a invocação dos assentamentos urbanos com vistas a projetos de moradia para pobres urbanos, que implicitamente ligam a cidadania inclusiva à posse de terra e habitações formais.

Ao mesmo tempo, o termo ‘favela’ adere ao pânico nacional ao crime, percebido como crescendo exponencialmente desde a queda do apartheid. A política BNG cita “combate ao crime” e “promoção de coesão social” como partes integrantes de sua “nova visão de habitação”⁵. Todavia, o crime é fortemente racializado na África do Sul. Estereótipos de assentamentos urbanos ou de habitações no centro da cidade como casas de criminosos e prostitutas, marcados pela potencial poluição moral e degeneração corporal, aparecem regularmente nas mídias convencionais e populares sul-africanas. Em um artigo bastante representativo, um agente da política

4 “Operação Murambatsvina chega a KZN,” comunicado de imprensa de Abahlali baseMjondolo, 21 de junho de 2007, <http://www.abahlali.org/node/1629> (Acesso em 12 de julho de 2013).

5 Ver “Breaking New Ground: Um Plano Abrangente para o Desenvolvimento de Habitações Humanas Sustentáveis”, agosto de 2004, http://www.thehda.co.za/uploads/files/BREAKING_NEW_GROUND_DOC_copy-2_1.pdf (Acesso em 12 de julho de 2013).

habitacional caracteriza ‘favelas’ como “antro[s] do crime”, recortados por “esgoto a céu aberto”, combinando medos por insegurança com preocupações com a saúde pública⁶. Websites de viagem sul-africanos ecoam as recomendações familiares de classe média contra a visita a essas municipalidades: “Barracos de lata corrugada ... são locais de reprodução do crime e da violência ... A maioria de todos os crimes ocorrem nessas áreas faveladas”⁷. Quando um grupo de uma universidade local visitou um dos assentamentos onde eu conduzia minha pesquisa, suas questões focaram-se no porque os moradores de barracos que apareciam na mídia sempre tinham cometido crimes de natureza sexual – estupro e incesto. O morador, guia da excursão, respondeu: “Esse é o jeito como a mídia e as classes médias nos veem” e completou sardonicamente “Se você vir qualquer uma dessas coisas enquanto estiver aqui, por favor, chame a polícia”.

Os moradores com quem conversei na Cidade do Cabo e em outras localidades sugerem que sua criminalização está parcialmente ligada a práticas espaciais – tais como a construção de barracos e a ocupação de terras – que são ilícitas e por vezes ilegais, mas consideradas por eles necessárias para tornar a vida urbana viável e segura. “Os pobres são criminalizados pela vida que vivemos” disse Zikode, presidente fundador de Abahlali (comunicação verbal, ver também ZIKODE, 2006). Porém, os residentes também sugerem que outros tipos de atividades políticas têm sido consideradas novamente ameaças à segurança pública. Desde 1994, a ANC e outros partidos políticos vêm se empenhando para a desmobilização das políticas populares de rua, características da luta pela liberação tardia, por meio do incentivo à participação em instituições democráticas formais, como o voto, a adesão a comitês locais e a dar entrada em subsídios para habitação. A DA, que governa a Cidade do Cabo, compartilhou a reprovação da intensificação dos protestos de rua por parte da ANC, atualmente no poder (BOND, 2004). Agentes oficiais referem-se a esses protestantes – e a Abahlali e membros da AEC em particular – como uma força ‘criminal’ sombria, representando uma “ameaça à democracia”⁸ em potencial, ou uma “ameaça ao Estado” (BOYLE et al., 2005). Em 2005, uma investigação da inteligência nacional, geralmente destinada a riscos sérios à segurança nacional, foi iniciada com o objetivo de identificar agitadores pelo país.

6 “Jo’burg esvazia as favelas do centro da cidade” IOL News, <http://www.iol.co.za/news/south-africa/jo-burg-cleans-out-inner-city-slums-1.31118#.UeHAekTNobo> (Acesso em 12 de julho de 2013).

7 “Segurança e Crime na África do Sul” South Africa Travel, http://www.southafrica-travel.net/miscellaneous/southafrica_safety.html (Acesso em 12 de julho de 2013).

8 “Mbeki fala de ‘ameaça’ de revoltas municipais na África do Sul” Agence France-Presse, 25 de maio de 2005. (Acesso em 12 de julho de 2013).

Enquanto ‘favela’ na África do Sul está marcada com suas significações históricas e regionalmente localizadas, seu uso durante as preparações para a Copa do Mundo refletiu seu reaparecimento no desenvolvimento internacional. Nas últimas décadas, instituições internacionais divulgaram estudos, projetos e programas – incluindo o Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU de 2000 – para combater a ‘expansão das favelas’ em uma escala espacial diversa daquela dos governos nacionais de países em desenvolvimento, como África do Sul, Quênia, Índia e Brasil (DISTERHOFT, 2011). A África do Sul adotou tais objetivos completamente, incorporando-os às leis e políticas nacionais. Em 2007, agentes públicos sul-africanos da província de KwaZulu-Natal aprovaram um novo Estatuto das Favelas, em vistas de formar um novo modelo legislativo nacional. Tal estatuto, essencialmente centrado em acampamentos transitórios, visava à “eliminação ... [e] prevenção da reemergência de favelas” até o ano de 2014⁹. Enquanto o ano de 2008 marcou uma investida pela ‘remoção de favelas’, manteve-se a constatação que na África do Sul há mais pessoas vivendo e se instalando em barracos do que casas formais poderiam ser construídas no mesmo espaço de tempo. A ‘erradicação das favelas’ produziria uma população à espera de habitações formais, porém removidas de suas casas nos assentamentos. Para essa população haveria os acampamentos transitórios.

ENTRE ESPAÇOS FUTUROS APOCALÍPTICOS E UTÓPICOS

Em um número crescente de representações populares recentes, favelas e em especial as práticas espaciais que as constroem e sustentam são ilustrações poderosas em previsões apocalípticas e utópicas para um futuro próximo (ver RAO, 2006; ROY, 2011). Tais representações ressoam, amiúde literalmente, com as interações cotidianas entre residentes e agentes públicos sobre o espaço urbano da Cidade do Cabo e de outras cidades. Citando o *bestseller* de Mike Davis’s (2006) *Planeta Favela*, um agente da política de habitação nacional na África do Sul afirmou, com ares sombrios, que o Projeto N2 “tinha como objetivo evitar uma catástrofe social iminente” (KOTSOANE, 2009) representada pelos assentamentos. No trabalho de Davis, favelas aparecem como uma cena saída de *Blade Runner* ou *Mad Max*, onde a vida se agarra aos detritos da economia informal, fora do alcance do Estado e da lei. Nesse mesmo tom, uma onda de estudos sobre favelas retratam comunidades pobres como ‘lixões’ humanos (ver também NEUWIRTH, 1994; SEABROOK,

9 “A eliminação de KwaZulu-Natal e prevenção da reemergência do Estatuto das Favelas, 2007,” Extraordinary Provincial Gazette of KwaZulu-Natal, 2 de agosto de 2007 [http:// abahlali.org/ files/KZN%20Slums%20Act.pdf](http://abahlali.org/files/KZN%20Slums%20Act.pdf) (acesso em 31 de outubro de 2015).

1996). Inspirado pelos eventos passados e atuais de segregação racial na África do Sul, o *blockbuster* Distrito 9 de ficção científica (2009) representa os moradores de barracos como alienígenas, vivendo de restos em uma área abandonada por corporações multinacionais. O que essas imagens populares e disparatadas têm em comum é o retrato de ‘favela’ e ‘favelados’ como pessoas que esperam pelo desenvolvimento, na ausência do Estado.

As experiências de Monique e seus vizinhos, ao contrário, sugerem que o Estado não esteve ausente nos assentamentos. Nesse sentido, ‘o Estado’ deve ser compreendido não como uma totalidade unificada, mas como um leque de instituições hegemônicas, atores, discursos e táticas (ver COMAROFF; COMAROFF, 2006; FOUCAULT, 1991; GRAMSCI, 1971; SHARMA; GUPTA, 2006). Assim, o Estado esteve mais do que presente: por agressões manifestadas pelas reintegrações de posse e violência policial. Essas formas de soberania estatal são bem lembradas por Monique como atividades definidoras das forças de segurança durante o apartheid. Favelas foram um objeto primário de legislação, política e regulação, tanto diretamente como pelo governo. Além disso, mesmo quando moradores carecem dos serviços necessários para uma vida urbana viável, eles tendem a entender essa ausência como a própria assinatura do Estado. Ou seja, a presença do Estado persiste mesmo quando uma comunidade não tem infraestrutura, como teto, água e eletricidade.

Sendo alvos prioritários da intervenção estatal e espaços de práticas de moradia contenciosa, esses assentamentos também aparecem em visões políticas utópicas de agentes estatais e ativistas na África do Sul pós-apartheid. “Caso consigamos lidar com o desafio das favelas” disse um agente da política habitacional sul-africano “nós teremos dado um grande salto em direção ao nosso objetivo de criar uma sociedade não-racial, não-sexista, democrática e próspera”¹⁰. Com a queda do apartheid, a cidadania ‘não-racial’ prometia uma divisão igualitária na vida política e econômica, a dessegregação de espaços sociais e de sujeitos e o fim às funções violentas e arbitrárias do Estado. Para ativistas como Monique e esse agente público, moradia formal é símbolo-chave e métrica substantiva para uma transição estatal bem-sucedida. Contudo, os legados do colonialismo e do apartheid, junto de novas configurações ocasionadas pela globalização, austeridade e ajustes estruturais, aprofundaram as desigualdades entre os ‘ricos e os ainda ‘pobres’ racializados. Os princípios econômicos estabelecidos pelo Banco

10 Legislatura provincial de KwaZulu-Natal. Debates e procedimentos da 3ª Legislatura provincial de KwaZulu-Natal, 4ª Sessão: Seção 8.3 Debate sobre projeto de eliminação de KwaZulu-Natal e prevenção da reemergência do Estatuto das Favelas, 2007.

Mundial e o Fundo Monetário Internacional, frequentemente encobertos como liberalização econômica, orientaram a provisão de serviços básicos. Todavia, a ANC, cujas políticas nunca foram inteira ou diretamente neoliberais, continua a fazer da provisão de tetos o carro-chefe de sua plataforma eleitoral e a reivindicar os direitos de moradia em expansão garantidos pela nova Constituição sul-africana. Fazendo menção ao passado de apartheid e a promessa de um futuro democrático em distritos e assentamentos, a Seção 26 da declaração de direitos da Constituição afirma: “Toda e qualquer pessoa tem o direito a ter acesso à moradia adequada (...) Ninguém pode ser despejado de sua casa, ou tê-la demolida, sem uma ordem judicial”¹¹.

A nova Corte Constitucional da África do Sul, desde sua primeira sessão em 1995, teve papel central para a adjudicação dessas novas demandas dos cidadãos a terras e moradia. A Corte Constitucional é a maior instância judicial da África do Sul. Em 2000, em um caso de demarcação de terras nomeado em referência à Irene Grootboom, moradora de barraco na Cidade do Cabo, a mais alta corte da África do Sul descobriu que a política de habitação nacional não dava conta de suas obrigações constitucionais (ver HUCHZERMAYER, 2004). A política redigida, *Breaking New Ground*, coincidiu com a construção do Projeto da N2 Gateway e o define como “projeto piloto”¹². Tal qual a N2 Gateway, a BNG é um exercício dentro das contradições dos impulsos utópicos e apocalípticos de habitação, enfatizando ao mesmo tempo o objetivo de “superar as exclusões espaciais, sociais e econômicas” e autorizando a “erradicação” das favelas por meio de deslocamentos para “um rol de... tipologias de habitação”¹³, incluindo, evidentemente, os acampamentos transitórios. Embora tenha sido ostensivamente bem-sucedida nas cortes e contribuído para uma nova visão sobre habitação, compartilhada por especialistas e ativistas, Grootboom morreu em 2008 enquanto ainda vivia em um barraco na Cidade do Cabo, uma história bastante repetida nos assentamentos sul-africanos. Essa história é geralmente compartilhada em tom de aviso sobre as limitações das políticas institucionais formais, por dizer respeito à experiência real vivida nesses lugares.

11 Ver <http://www.justice.gov.za/legislation/constitution/>.

12 Ver: abahlali.org/files/Breaking%20new%20ground%20New_Housing_Plan_Cabinet_approved_version.pdf

13 Ver: www.gov.za/about-government/government-programmes/sustainable-human-settlements-breaking-new-ground

UMA HISTÓRIA RECENTE DAS REINTEGRAÇÕES DE POSSE NA CIDADE DO CABO

Aliados ao termo ‘favela’, despejos no pós-apartheid resultaram em conflitos constantes entre Estado e cidadãos na Cidade do Cabo, além de outras cidades sul-africanas. Monique, como seus vizinhos na Symphony Way, é uma residente de longa data de Delft e das Planícies do Cabo (*Cape Flats*). Durante as ordens colonial e do apartheid, as reintegrações de posse na Cidade do Cabo eram marcadas por uma combinação desigual de patronagem racial, extração de trabalho e violência soberana. Foi com as eleições do Partido Nacional em 1948, instituindo o apartheid, que o governo passou e posteriormente aplicou leis que atacavam a vida em assentamentos urbanos. Isso incluiu o notório Decreto de Agrupamento de Áreas de 1950 que levou ao rezoneamento racial da Cidade do Cabo e o Decreto para a Prevenção de Ocupações Ilegais de 1951. Munidos dessas leis, e no esforço de ruralizar trabalhadores negros desocupados, os distritos passaram iniciativas de remoção de ‘favelas’, contra as quais moradores - e especialmente mulheres - lutaram, por vezes combativamente. A remoção mais amargamente lembrada entre os moradores de Delft permanece sendo a demolição da icônica comunidade do Distrito 6, centro cultural e artístico pulsante, em que 60.000 pessoas foram desalojadas e dispersas pelas municipalidades da Cidade do Cabo. Um acampamento transitório precedeu uma remoção forçada parecida em Cato Manor, Durban, onde membros atuais e antigos da Abahlali residem. Em outras situações, os agentes estatais e corporações aliadas dos setores de mineração e têxtil toleraram ou facilitaram o crescimento das favelas, no intuito de manter a segregação racial e a disponibilidade de mão de obra barata. Acampamentos transitórios, então, eram usados para o monitoramento e repatriação de populações negras indesejadas. Advogados progressistas, nos ambíguos anos finais do apartheid, usaram a legislação sobre acampamentos transitórios para impedir a remoção de pessoas para zonas distantes e áreas de serviços. Ao longo dos anos 1970, período de instabilidade intensa, os campos também foram usados para desmobilizar movimentos políticos organizados.

Já na África do Sul pós-apartheid, novas leis - em especial o Decreto para Prevenção de Reintegrações de Posse de Ocupações de Terra Ilegais, de 1988 - colocam medidas para evitar despejos arbitrários, estipulando que “acomodações alternativas adequadas” devam ser proporcionadas àqueles desalojados¹⁴. Uma série de casos judiciais, incluindo aqueles trazidos pela AEC e Abahlali, tratam principalmente da possibilidade de acampamentos transitórios serem enquadrados

14 Ver: http://www.saflii.org/za/legis/consol_act/poiefauo01a1998627/

como esse tipo de acomodação. Por ora, as cortes concluíram predominantemente que sim. Contudo, despejos após 1994 - com e sem decisão judicial conforme a lei - tornaram-se rotineiros. Na Cidade do Cabo, justificativas oficiais para eles variam, sendo por vezes contraditórias. Essas incluem a construção de projetos de infraestrutura e serviços públicos, por exemplo, estradas e estádios, ou promovendo segurança pública ou proteção ambiental. De maneira geral, oficiais citam a natureza e os resultados do Estado de transição, o que envolve objetivos tais como integrar comunidades, concretizando novos direitos e, como as brochuras e anúncios indicam, construindo futuras 'cidades de classe mundial'. Como outros acadêmicos notaram (p. ex., GHERTNER, 2011), o termo 'cidade de classe mundial' é um projeto utópico. Seus objetivos e estética podem variar, mas é geralmente caracterizado por designs modernos e elegantes, altos níveis de eficiência estatal, lucratividade financeira e, se não sua eliminação, pelo menos a gestão ordenada da pobreza. Como sugerido pela então Ministra da Habitação Lindiwe Sisulu, na África do Sul a cidade de classe mundial é tanto sobre integração racial como sobre crescimento econômico para a nação como um todo. Ativistas, incluindo a AEC, apropriaram-se e relançaram o slogan, declarando que cidades de classe mundial são cidades sem despejos. Para Monique e seus vizinhos, reintegrações de posse trazem uma miríade de interpretações, além de nostalgia por lugares de penúria e por casas e comunidades demolidas há muito tempo. Há também um desejo afetivo por uma vida melhor, o cultivo da esperança por uma casa permanente ainda em vida - como seria mantida, que tipo de jardim poderia ter. Para alguns, realojamentos podem ser uma oportunidade para gerar receitas para a família, por exemplo, por meio de aluguel ou venda de uma casa BNG ou um abrigo em um acampamento transitório. Porém, os moradores com quem conversei observaram de forma geral e consistente que nos despejos podem ser vistas continuidades com as remoções do apartheid, além de novas formas de exclusão espacial, na intersecção de raça e classe. Acampamentos transitórios, eles sugerem, refletem três características dos despejos do pós-apartheid: (1) uma contenção de vidas que não são mais vitais para o trabalho, uma vez que os acampamentos abrigam majoritariamente pobres desempregados em áreas remotas; (2) uma privatização lícita e ilícita de funções estatais, já que os acampamentos são geralmente construídos e mantidos por parcerias público-privadas que envolvem propostas e contratos lucrativos; e (3) a ascensão de regimes técnicos poderosos para a instituição de políticas em esferas de reprodução doméstica, pois os campos demandam uma sempre-necessitada rede de especialistas, como advogados, analistas de impacto ambiental, arquitetos e engenheiros.

MORADIAS E DESPEJOS NA N2 GATEWAY

Quando o projeto da N2 Gateway foi lançado, a Ministra da Habitação Sisulu - a filha de um dos famosos heróis da libertação da ANC - o chamou de “o maior projeto de habitação já feito por qualquer Governo”¹⁵. A literatura usada para a confecção do projeto propunha que, por meio da formalização da informalidade, o resultado seria a integração de diversas faixas de renda em ‘assentamentos humanos’ - um portal da cidade do apartheid para a cidade de classe mundial ainda por vir. No início, era uma iniciativa de vários níveis do governo. A gestão da N2 Gateway logo passou para Thubelisha, uma empresa privada cujo diretor se tornou o novo administrador do projeto, Príncipe Xhanti, empresário bem-sucedido de uma família real estimada do Cabo Leste. Um segundo nível composto de parcerias público-privadas, que incluiu o Primeiro Banco Nacional, operava entre o Estado e Thubelisha. Os planos originais mudaram com o passar do tempo, também por consequência da rotação e demissão de oficiais eleitos e parceiros do projeto. Contudo, a proposta aqui não é medir a que ponto a política se modificou da sua formulação inicial, pois isso aconteceria naturalmente. Antes, os planos deram pistas para compreender os pragmatismos de uma cidade de classe mundial compartilhada pelos agentes estatais em vários níveis de governo. Para os moradores de Symphony Way, os planos - em parte publicizados por meio da participação ativa da comunidade - são visto como necessários para compreender porque casas não finalizadas foram ocupadas e porque um assentamento urbanos foi levantado na N2 Gateway.

Das 25.000 habitações em construção, a maior parte delas servia para acumular valor para os investidores. O aluguel e os conjuntos habitacionais eram caros demais para os moradores dos barracos como Monique e seus vizinhos. Sua exclusão era em parte por design do projeto. O documento da política BNG identifica uma população média de famílias ganhando de R 3.500 a R 7.000 ao mês (aproximadamente US\$332 a 665)¹⁶. Os moradores de barracos não atingiram a faixa entre os mercados privados e governamentais de habitação. Os moradores inaugurais das casas de baixo-custo boicotaram o pagamento do aluguel por vários anos devido a não reparação de sérios defeitos por parte da Thubelisha, como grandes rachaduras nas paredes, tetos infiltrados e chaves disfuncionais. As chaves entregues aos moradores não abriam somente seus próprios aparta-

15 Comunicado de imprensa feito pela Ministra Sisulu em maio de 2006. Ver <http://www.dhs.gov.za/content/media-statements/media-statement-24-may-2006>.

16 Ver: abahlali.org/files/Breaking%20new%20ground%20New_Housing_Plan_Cabinet_approved_version.pdf

mentos, mas todos aqueles no mesmo prédio, deixando a cargo dos residentes a criação de sistemas de segurança próprios. Os conjuntos habitacionais deveriam ser construídos nas terras ocupadas pelo assentamento Joe Slovo, de longa data, lar de cerca de 20.000 famílias. A última e única fase deixada para ‘os pobres’ consistia em moradias subsidiadas em Delft (as mesmas que foram ocupadas por Monique e seus vizinhos) e, para aqueles que permaneceram nas listas de espera para habitações formais, acomodações em acampamentos transitórios. Setenta por cento (70%) das casas deveriam ser alocadas para moradores de barracos e 30% para moradores de edículas (populações racialmente codificadas como ‘africanas’ e ‘pardas’, ou mestiças), fato que resultou em tensões entre comunidades, as quais posteriormente desestabilizariam a mobilização em Symphony Way.

Quando comecei minha pesquisa em 2008, jornalistas pouco noticiavam essa nova geração de acampamentos transitórios que adensavam a periferia urbana. Eles eram em boa parte invisíveis pelo ponto de vista dos subúrbios da classe média e do rico centro da cidade. A partir da pressão pública dos movimentos de pessoas pobres, em particular na Campanha Anti-Despejo da Symphony Way, as condições desses acampamentos foram cada vez mais reportadas pelas agências de notícias nacionais e internacionais, especialmente durante a Copa do Mundo da FIFA 2010. Nas minhas primeiras visitas, os portões do acampamento de Delft estavam fechados em determinadas horas, com um trailer policial e veículos militares blindados estacionados na frente da entrada. Como descobri em outros campos, o acesso é controlado com frequência. Os abrigos em Delft e nos acampamentos de Durban e Johannesburgo geralmente consistem em um ambiente, 20x26 metros quadrados com telhados de lata corrugada e laterais, o que deixa pouco espaço para famílias mudarem ou crescerem, conforme indicado pelos residentes. Algumas estruturas, instaladas em fileiras, compartilham uma parede feita de uma só folha de metal. Seu tamanho é infelizmente comparável às casas do Plano de Reconstrução e Desenvolvimento, as estruturas de concretos mais comuns construídas depois de 1994, que tinham cerca de 30 metros quadrados com dois ambientes. Elas também são menores que as notórias casas ‘caixa de fósforos’, erigidas em distritos sob o apartheid, que compreendiam quatro ambientes e uma área de convivência em 52m².

Alguns, mas não todos, os campos têm latrinas comunais externas, torneiras de água gelada e medidores pré-pagos de energia elétrica. As dependências de cozinha variam se os moradores têm acesso à eletricidade pré-paga nos acampamentos ou têm gatos; nesse caso, chaleiras e fogões elétricos podem ser usados. Em ocasiões excepcionais, quando grandes porções de comida são preparadas,

as mulheres fazem fogueiras na parte externa. Para aqueles que não têm eletricidade ou não podem pagar os medidores pré-pagos, o uso de fornos a parafina, fogueiras ou velas para iluminação são rotineiros e resultam em incêndios ocasionais. O acesso à água é variável. A maioria dos acampamentos está equipada com torneiras de água comunal, porém, quando essas estão quebradas, os moradores frequentemente dependem de vizinhos externos ao campo para água, causando por vezes tensões intercomunitárias. Basicamente coletadas por mulheres, a água é estocada em baldes dentro das casas. Banheiros comunais com frequência estão quebrados ou bloqueados, às vezes levando ao ponto da sua ‘privatização’ por residentes que os mantêm e cobram pelo seu uso. Sem banheiros funcionais, as pessoas tipicamente usam baldes com cal ou outros receptáculos ou métodos, como os ‘banheiros voadores’, que envolve simplesmente em aliviar-se em uma sacola e jogá-la o mais longe possível nos arredores.

No que tange a emprego, a maior parte dos residentes estão desempregados ou trabalham no setor informal, como em construções, trabalho doméstico, atividades ilícitas ou comércio ambulante. Alguns, contudo, trabalham no setor formal. O trabalho formal depende da localização do acampamento, mas é comum o trabalho em segurança privada por diversas cidades e regiões. Na maior parte das vezes, moradores são alojados não individualmente, mas enquanto uma ‘comunidade’ e frequentemente em campos com outras ‘comunidades’, o que gerou conflitos entre gangues rivais, especialmente em Delft. Por óbvio, os afazeres dessas pessoas ao longo do dia dependem largamente em se ou como elas estão empregadas, sua idade e gênero, entre outros fatores. Há muitas atividades comunais nesses espaços: projetos empreendedores como lojas spaza (pequenas lojas de conveniência) e shabeens (bares) que atraem multidões apesar dos esforços para controlá-los; grupos religiosos ativos de vários tipos (igrejas pentecostais e madrasas); associações voluntárias (creches e vigias noturnos); organizações políticas (movimentos sociais e estruturas partidárias) e comitês culturais (trupes de dança ou teatro e times de futebol).

Os acampamentos são tipicamente instalados longe de onde os residentes moraram por muitos anos. A erosão das redes de sociabilidade significa que moradores, em particular mulheres que precisam estar fora depois do entardecer, costumam temer por sua segurança. O que nos sugere que a localização importa. Muitos perderam seus empregos em áreas nas quais o transporte é mais caro e as lojas menos acessíveis. Aqueles sob medicação contra HIV/AIDS lutam para ter acesso ao tratamento nas clínicas próximas, mesmo no caso de ser um traslado curto. As crianças de Delft, sem terem como ser acomodadas nas salas de aula

locais, foram colocadas em escolas dos acampamentos temporários. Antes disso, elas eram transportadas para suas escolas nos distritos de origem, a cerca de 25 quilômetros de distância. Alguns acampamentos pós-apartheid adquiriram o status de assentamentos permanentes. O acampamento transitório *Happy Valley* (Vale Feliz), por exemplo, foi criado 14 anos atrás. *Red City* (Cidade Vermelha) é nomeado por conta da ferrugem que tomou conta das estruturas, antes reluzentes, de latão.

Da Cidade do Cabo a Durban, passando por Johannesburgo, seja por razões de sobrevivência, localização ou autonomia, moradores vêm protestando contra acampamentos transitórios por meio de redes políticas e jurídicas cada vez mais translocais e transregionais. Os moradores de Delft e de outros acampamentos ouviam sobre manifestações pelos vizinhos, em reuniões comunitárias, nas torneiras de água ou pontos de táxi, por mensagens de texto ou ainda por vê-las ao vivo nas ruas. Como Monique, esses manifestantes foram presos, alvos de balas policiais e retratados pelos agentes públicos como sabotadores do desenvolvimento social e econômico. Ao contrário das populações de favelas dóceis, disciplinadas e obedientes vislumbradas pelos planos da N2 Gateway, ‘os pobres’ da Symphony Way são vistos como desordeiros, perigosos e criminosos. A AEC e a Abahlali protestaram contra os acampamentos transitórios por meio de uma série de manifestações de rua e casos judiciais. Em 2009, Abahlali - junto dos moradores de Symphony Way na Corte Suprema da África do Sul - desafiaram e derrubaram o Estatuto das Favelas de 2009. De acordo com a nota de imprensa de Abahlali, os acampamentos projetam um futuro indefinido e precário para os moradores de barracos:

Nós temos uma situação na qual pessoas estão sendo removidas de uma favela e então enviadas para outra. Só que, desta vez, é uma favela aprovada pelo governo e chamada de área transitória ... [O Estado] não dá quaisquer garantias sobre onde essas ‘áreas transitórias’ ficarão, quais serviços serão providos, se comunidades serão mantidas juntas ou divididas... ou quanto tempo eles terão de viver nesses lugares. Nós sabemos que, ao longo da história e em vários países, governos colocaram seus oponentes políticos, os pauperizados, pessoas que eram vistas como étnica, cultural e racialmente diferentes, e pessoas sem registro de identidade em campos. Esses campos são sempre tidos como temporários - um

‘trânsito’ entre um local e outro. Mas na maior parte das vezes esses campos se tornam espaços de longo e terrível sofrimento¹⁷.

MORANDO EM CASAS FORMAIS E INFORMAIS EM DELFT

Para complicar os espaços futuros projetados pela N2 Gateway, há múltiplos usos práticos que moradores fazem das habitações em Delft. Sentado com Monique na Symphony Way, na frente do escritório improvisado da AEC, conversamos sobre como ela tinha chegado ali. Para ela, a história da Symphony Way começou muitos anos antes, nos dias em que trabalhava com faxina nos subúrbios luxuosos da cidade. Ela vivia em uma edícula precária feita de madeira e placas de metal que alugava de um casal - eles mesmos mal conseguindo fechar o mês - que viviam em uma casa formal subsidiada pelo governo. Nas poucas vezes que a eletricidade funcionava, essa poderia ser desligada pelos proprietários, deixando-a a depender de velas e parafinas, ambas caras e perigosas.

Em busca de melhores condições, Monique se mudou para The Hague, uma das muitas áreas de Delft com nomes holandeses, para uma casa popular. Os proprietários, que a alugavam, viviam em outra zona das Planícies do Cabo. Quando oficiais locais descobriram esse arranjo - parte de um mercado ‘cinza’ de alugueis de moradias populares totalmente comum, inclusive de estruturas de acampamentos transitórios - os donos, sob ameaça de ação judicial pelo conselho, chegaram às 3h da manhã para despejar Monique e sua filha, colocando seus pertences na rua. Monique apelou à polícia de Delft, explicando que tinha morado naquela casa por mais de um ano, não recebera qualquer aviso prévio de despejo e não tinha lugar para ir. A polícia lhe disse que ela não poderia levar o problema para a justiça, dado que não era a verdadeira proprietária da casa.

Após esse despejo, Monique e sua filha moraram na rua, na caçamba de uma *bakkie* (caminhonete picape). Quando seus empregadores na companhia de limpeza souberam de sua situação, eles a ajudaram a acessar acomodações em Delft por meio de suas conexões no Projeto da N2 Gateway. Junto com as vítimas de um incêndio massivo na ocupação Joe Slovo em 2005, Monique se mudou para um acampamento transitório chamado Tsunami. Durante sua estadia em Tsunami, especialistas descobriram que as paredes das estruturas temporárias eram feitas de amianto e isso se tornou uma questão de investigação criminal (Joubert, 2007).

17 “Derrotar o Estatuto das Favelas” nota de imprensa de Abahlali baseMjondolo, 21 de junho de 2007, <http://abahlali.org/node/1629> (Acesso em 28 de fevereiro de 2014).

Sua filha então desenvolveu problemas brônquicos e de pele, que requeriam cuidados integrais, de forma que Monique largou seu trabalho. Ao final do ano, com contas médicas se acumulando, Monique começou a trabalhar para uma construtora contratada pela Thubelisha, fazendo fundações e instalando o encanamento para as casas da N2 Gateway em Delft. Ela ao final das contas entrou em greve, junto de outros trabalhadores temporários, declarando que nunca tinham sido pagos pelo serviço. Incapaz de manter sua subsistência básica, Monique e seus vizinhos mudaram-se para as casas desocupadas da N2 Gateway, usando de cartas oficiais - ainda que fraudulentas - que tinham sido emitidas pelo seu conselheiro local da DA, o qual foi posteriormente preso.

Thubelisha e agentes estatais rapidamente deram entrada e garantiram seu despejo por ordem judicial. Monique foi uma das partes no recurso derrotado. O Juiz da Suprema Corte Deon Van Zyl, que concedeu a ordem de reintegração de posse, ecoou outros oficiais, ao dizer que “a corte não pode sob hipótese alguma sancionar alguém que toma as leis em suas próprias mãos. O país cairia em anarquia se isso fosse permitido” (HAWKER et al., 2008). Essa referência à anarquia projeta outro tipo de futuro apocalíptico - o espectro da transição que falhou. Nesses comentários, o confisco de propriedades privadas são frequentemente evocados. “Bem-vindo ao Zimbábue” foi o comentário de um oficial quando o Estatuto das Favelas de 2009 foi derrubado. O parecer do Juiz Van Zyl nos remete ao passado recente, quando a ANC chamou à ‘ingovernabilidade’ dos municípios como forma de contribuir à queda do regime de apartheid. Finalmente, Monique e os demais moradores inferiram que ‘anarquia’, aqui, diz respeito aos medos racializados do crime.

Assim que o juiz levantou para deixar a corte abarrotada de gente, os moradores de Delft gritaram em afrikaans: “Ons gaan nêrens” (Não vamos a lugar algum) (HAWKER et al., 2008). No dia da reintegração de posse, a vizinha mais idosa de Monique contou que depois de ter recebido tiros de bala de borracha na lateral do corpo e caído no chão, o policial a chutou e a xingou. No mesmo dia, o gabinete da Ministra Sisulu emitiu uma declaração na qual não havia nenhuma menção a ferimentos ou violência policial, registradas pelas câmeras dos repórteres. Citando os perigos da anarquia no centro de direitos progressivamente implementados, a versão oficial dos eventos se deu da seguinte maneira: “Nesta manhã, ao alvorecer, o Xerife da Corte foi à Delft, acompanhado pela polícia... O Estado de Direito deve prevalecer... [O] governo construiu... mais casa que qualquer outro país do

... mundo... A N2 Gateway ... é um projeto que deve ser alimentado e protegido por todos os sul-africanos”¹⁸.

ACAMPAMENTOS TRANSITÓRIOS E LIBERALIZAÇÃO ECONÔMICA

A literatura recente sobre estudos africanos e antropologia urbana vem ressaltando a interconexão de três processos de larga escala nas democracias pós-coloniais: governamentalidade, violência soberana e neoliberalização (ver APPADURAI, 2006; CHATTERJEE, 2004; FERGUSON, 2006; HANSEN; STEPPUTAT, 2005; MAMDANI, 2011; MBEMBE, 2003; McDONALD; PAPE, 2002; PIOT, 2010). Meu argumento é que acampamentos transitórios nos trazem reflexões sobre como esses processos estão intimamente ligados ao nível da infraestrutura habitacional. As aulas tardias de Michel Foucault são frequentemente citadas por essa literatura e são instrutivas para se pensar sobre o Projeto da N2 Gateway¹⁹. De acordo com Foucault (1991), o objetivo da soberania tradicional é fortalecer e proteger os frágeis e sintéticos laços entre território, população e governo por meio da identificação de perigos e do desenvolvimento de tecnologias para manipular relações de força. A “arte de governar” (FOUCAULT, 1991, p. 87) se preocupa, por sua vez, com “a disposição certa das coisas” (FOUCAULT, 1991, p. 93, citando Guillaume de La Perrière), em que táticas - inclusive a própria lei - são mobilizadas para garantir a riqueza e bem-estar futuros de um “novo sujeito: a população” (FOUCAULT, 1991, p. 101).

Um dos poucos e raramente notados exemplos de governamentalidade oferecidos pelo autor é um projeto de habitação do século XIX. Para Foucault, o desenho de um projeto habitacional - que, ao menos em teoria, localiza famílias pobres (uma por casa) e as posiciona espacialmente na cidade (na periferia) - tem o objetivo de controlar os corpos ao tornar indivíduos e seus comportamentos mais visíveis e o policiamento mais efetivo. Junto dessas medidas disciplinares centradas nos corpos, há mecanismos regulatórios para populações em vistas de “encorajar padrões de poupança relacionadas à moradia... e, em alguns casos, à sua aquisição. Sistemas de seguro-saúde, pensões para aposentados, regras sanitárias

18 Declaração emitida pelo Diretor-Geral do Departamento de Habitação, Itumeleng Kotsoane, dia 19 de fevereiro de 2008, <http://www.dhs.gov.za/content/media-statements/media-statement-21-february-2008> (acesso em 8 de maio de 2008).

19 Em *História da Sexualidade*, Foucault (1978, p. 95) argumenta que Maquiavel estava “entre os poucos... que concebiam o poder do Príncipe em termos de relações de força” e que seu projeto era levar adiante tal premissa, em que a persona do Príncipe é substituída por outros mecanismos de poder. Nas suas palestras, nos mesmos anos, que foram depois reunidas em uma publicação, Foucault (2003, p. 59) observa ainda que o poder disciplinar moderno - como um discurso de decepta o rei e opera sem soberano - deve denunciar as políticas principescas como “uma ilusão, um instrumento, ou, ao menos, um inimigo”.

que garantem a longevidade ótima da população, pressões para que a própria organização municipal lide com a sexualidade e procriação, cuidados com a infância [e] a educação” (FOUCAULT, 2003, p. 251) estão entre esses mecanismos. Ao mesmo tempo, o projeto habitacional fora pensado para remover os pobres urbanos dos cortiços abarrotados, considerados havia muito como criminais - e isso tem muito a ver com a soberania no seu aspecto mais gentil, a ‘arte de governar’. O que Foucault não aborda, contudo, é como a infraestrutura pode ser transformada por práticas especiais pelos pobres, como a recusa à remoção, à ocupação ilegal de casas, a manipulação de contratos ou acordos de aluguel, ou o uso de espaços carcerários como os acampamentos como plataformas para políticas coletivas de resistência.

Retomando o Projeto da N2 Gateway, meu argumento é que mecanismos disciplinares e regulatórios que visam os corpos e populações dos ‘pobres’ estruturam e são estruturadas por violência soberana e liberalização econômica. Nos acampamentos transitórios de Delft, o capital privatizado flui para, dentre outros, Thubelisha, a companhia administradora; Eskom, a outrora multinacional pública que fornece eletricidade pré-paga aos moradores; o First National Bank, que autoriza obrigações e aluguéis; além da miríade de outros contratados para implementar o projeto, incluindo consultores, organizações sem fins lucrativos, construtoras e companhias de segurança privada. Nesse sentido, onde a soberania é concretizada, ela se difunde por meio de arranjos público-privados em vários níveis estatais e, por vezes, instituições globais. Foucault sugere que o projeto habitacional pode se tornar um local ainda mais efetivo para controle, vigilância e policiamento. Embora os acampamentos transitórios na África do Sul pareçam fazer jus a essa ideia, esses campos têm, ao invés, sido palco de condições de incerteza prolongada, o que impacta o potencial para mobilidade socioeconômica entre os pobres.

Ademais, os despejos indicam como a responsabilidade não tem endereço no que tange a demandas de moradia recentemente legitimadas pela lei pós-apartheid. Por exemplo, quando a crítica pública cresceu sobre as reintegrações de posse violentas na N2 Gateway, Sisulu declarou que ela havia instruído Thubelisha a fazer “qualquer coisa em seu poder para ajudar as pessoas de Delft ... para retorná-las aos seus locais prévios de acomodação” e para providenciar translados para aquele fim (PILLAY, 2008). Príncipe Xhanti, administrador do projeto pela Thubelisha, negou tais diretivas e afirmou que “o Xerife da Corte era o único responsável” pelas reintegrações. O xerife, por sua vez, também negou responsabilidade, dizendo “A ordem [da Corte] diz que devo despejar as pessoas e remover os seus pertences para um lugar de custódia seguro. Foi isso o que fiz” (PILLAY, 2008). Monique e os demais moradores, tendo desistido de suas moradias de fundos, não tinham outros lugares

para ir após a reintegração que não fosse a rua. O porta-voz da polícia disse então que isso também era ilegal: “A ordem judicial instruiu os moradores a deixar a área... Era então ilegal que permanecessem na rua” (SOKOPO et al., 2008). Ele ainda complementou que uma “guarda [de segurança privada] estava posicionada fora de todas as casas para prevenir que as pessoas retornassem” (SOKOPO et al., 2008). Autorizados por modos governamentais dispersos de gerir populações ‘faveladas’, o poder soberano para despejar pode ter visado ao controle, mas ocasionou um protesto de dois anos que começou e acabou em precariedade peri-urbana.

AS POLÍTICAS DO VIVER DOS ‘POBRES’

Sob essas condições, esses residentes mobilizaram uma política fundamentada na identificação coletiva como ‘os pobres’, presentes historicamente em comunidades de base racial, que se apoia em práticas antigas da luta pela liberação - tais como manifestações de massa e ocupações de terra - mas também em novas práticas, como a judicialização nas cortes recentemente dessegregadas. Os membros do movimento de pessoas pobres a denominam como ‘Políticas do Viver’ (ipolitiki ephilayo em isiZulu), um termo cunhado por Abahlali e frequentemente usados em seus encontros e manifestações públicas. Alguns moradores da Symphony Way, em especial aqueles mais jovens (como Monique), caracterizam suas atividades políticas, seu envolvimento com aquilo que chamam de ‘a luta’ (umzabalazo em isiZulu), como iniciadas com a queda do apartheid. Outros - como o vizinho de Monique, Ashraf Cassim, líder fundador da AEC - estiveram envolvidos com os movimentos de liberação em vários segmentos, inclusive a ANC, seja em operações militares, agrupamentos locais ou sindicatos.

Ao sentar-me com Cassim na Symphony Way, ele me contou a história das origens da Campanha Anti-Despejo (AEC), que começou em 1999 nas Planícies do Cabo. Após um período desempregado, Cassim trabalhou em uma editora responsável pela edição de compêndios de bolso da nova Constituição Sul-Africana. Foi assim que ele soube da Seção 26 e das proteções pós-apartheid contra despejos forçados. Do ponto de vista da unidade de habitação de sua mãe - em meio a medidas agressivas de recuperação de custos - remoções estavam se intensificando nas Planícies. Um idoso vizinho de sua mãe esteve entre os primeiros (de muitos) a serem forçados a sair de suas casas. Em resposta, os moradores orquestraram uma manifestação massiva, chamada de ‘bloqueio’, que prevaleceu sobre as forças de segurança e impediu a entrega da notificação de reintegração de posse, exigida

por lei²⁰. No dia seguinte, a polícia retornou com uma equipe militarizada. Nos comunicados de imprensa, os agentes públicos afirmaram que a AEC era uma fachada para gangues criminosas. Identificado como líder pelas forças de segurança, Cassim foi duramente agredido, seus dentes da frente quebrados por uma bota policial com biqueira de aço. O bloqueio, porém, resistiu. O homem idoso permanece em sua casa até hoje.

Políticas do Viver compreendem não somente protestos de rua, mas também atividades suscitadas pela vida cotidiana em distritos e assentamentos, como construir sem permissão ou desativar os medidores de eletricidade estatais. Deste modo, Monique e os demais moradores definem viver no asfalto da N2 Gateway - o que corresponderia a tempos longos e difíceis para muitos - como um modo de se representar em sua demanda por moradias definitivas. Monique viveu na Symphony Way em um barraco de dois cômodos, construído por ela com sucata coletada: anúncios de roupas, uma lona de plástico, pranchas de madeiras e um piso de linóleo com motivos. Dentro dele tinha-se uma cozinha e área de estar, cuidadosamente equipados com bancadas de isopor, um sofá *bakki* com almofadas e babados em cor malva e verde e cortinas.

Nas primeiras semanas, bloqueios com pneus, por vezes em chamas, eram instalados nas duas extremidades do assentamento para que veículos policiais não conseguissem entrar. Voluntários iniciaram e dirigiram uma creche, uma cozinha comunal, uma horta e um berçário. Uma ronda noturna patrulhava o assentamento até as primeiras horas do dia, especialmente para prevenir incêndios de velas ou fogueiras não vigiadas. Todas as noites, os moradores realizavam reuniões massivas da comunidade. Além das marchas no centro da Cidade do Cabo, os residentes também organizavam torneios de futebol e teatros informais sobre a vida no asfalto. Conforme as notícias da ocupação se disseminaram, eles acolheram jornalistas e ativistas de toda a África do Sul e do mundo. Sua história foi transmitida pela mídia impressa e televisiva, do *The Guardian* à *Al Jazeera*. Por meio dessas práticas e pelas 'favelas' escondidas pela cidade, Symphony Way visivelmente afirmou a existência de conflitos entre 'os pobres' e as parcerias público-privadas sobre o espaço urbano em desenvolvimento. Políticas do Viver, então, indica como moradores podem recorrer a instituições formais - por exemplo, por artigos constitucionais e políticas habitacionais nas cortes - e a atividades informais que promovem normas infraestruturais particulares.

20 Bloqueios se tornaram a resposta padrão da AEC para despejos na África do Sul, além de Chicago, Detroit e Los Angeles, onde novos ramos floresceram durante a crise imobiliária norte-americana.

O FUTURO DO FIM DAS 'FAVELAS'

Ao longo de minha análise sobre as interações cotidianas entre moradores e agentes públicos no Projeto da N2 Gateway, argumentei que as práticas espaciais informais das pessoas pobres produzem infraestruturas que modelaram e ainda modelam o espaço urbano na África do Sul contemporânea. Ademais, essas práticas sofreram alterações sob as condições da democratização e da liberalização econômica. Ao fundir práticas antigas e novas que fazem dos 'pobres' espacialmente visíveis na cidade, as políticas do viver dão resposta a processos de larga escala que configuram a governança local e global na África do Sul. No pós-apartheid, 'o fim das favelas' na Cidade do Cabo e em outras cidades tem significado o despejo de moradores de favelas próximas aos centros urbanos e sua realocação em locais indesejáveis na periferia urbana, onde eles não conseguem pagar e têm pouco incentivo para permanecer. Enquanto os acampamentos transitórios são retratados como locais mais eficientes de vigilância e policiamento (bem como de manutenção do bem-estar biológico das populações 'faveladas'), o assentamento de Delft sugere como esses lugares conquistam o oposto daquilo previsto pela política pública.

Desde o início de minha pesquisa, o governo garantiu o despejo de 20.000 famílias do assentamento Joe Slovo, em Langa, para realocá-las em Delft. Os moradores, dentre os quais alguns que viveram ali por mais de duas décadas, foram à justiça para questionar sua remoção. A Corte Constitucional decidiu por negociações, as quais ainda estão em curso, após muitos anos e protestos violentos. Um panfleto da AEC descreve o dilema da seguinte forma: "É loucura burocrática tentar forçar os moradores do Joe Slovo para Delft, para as margens da cidade onde não querem viver, e ao mesmo tempo despejar coercitivamente os moradores de Delft de casas não demandadas pelos habitantes de Joe Slovo, e que são por aqueles desesperadamente desejadas, pois não têm outro lugar para viver" (LEGASSICK, 2008, p. 40) O que os moradores de Joe Slovo estão demandando é a "construção de habitações na área para eles tem um plano de como isso pode ser executado sem nenhuma remoção forçada" (LEGASSICK, 2008, p. 7). A proposta dos moradores incluem melhoramentos *in situ* e provimento de serviços básicos interinos onde vivem, o que reafirma alguns dos princípios estabelecidos pelo documento da BNG.

Para Monique e seus vizinhos, após outra extensa disputa judicial, sobrou sua remoção da Symphony Way. Alguns se espalharam por outros distritos e assentamentos nas Planícies, enquanto outros foram para acampamentos transitórios. Aqueles que permaneceram prosseguem pedindo coletivamente residência permanente em Delft. Monique disse que passou 19 anos na lista de espera oficial por uma casa. Muitos afirmam ter passado 30 anos e ainda guardam documentos

do apartheid, dos anos 1980, para prová-lo. Para determinar quem poderia ser qualificado para uma casa na N2 Gateway, outra lista foi compilada pelo distrito, e outra ainda pela Thubelisha. Moradores se inscreveram nas delegacias, nos escritórios de Thubelisha e em vários outros lugares. Thubelisha, desde então, foi declarada insolvente após denúncias de corrupção do Cabo Oeste e em outras províncias. Príncipe Xhanti foi substituído. Por ora, enquanto os acampamentos transitórios são uma manifestação material das listas de espera, moradores têm pouca esperança de que tudo levará a uma casa de tijolos e argamassa. Contudo, alguns agentes públicos informam que a construção de acampamentos transitórios retroagiu devido a pressão pública exercida por moradores como Monique e seus vizinhos (comunicação verbal).

Ao examinar como moradores pobres ocupam papéis políticos visíveis a partir das margens da cidade, seja nas ruas, nas cortes ou na mídia internacional, minha consideração é de que os domínios legítimos da vida política estão sendo redefinidos por meio da produção de novas formas de cidadania e identidade, na intersecção de raça e classe (ver também CHARI, 2010). Contrariamente às representações apocalípticas e utópicas das favelas, que sujeitam os moradores à eterna espera pelo Estado desenvolvimentista ou a sua sangria, demonstrei como esses são espaços de próspera vida política e jurídica, com histórias complexas que revelam as contradições da experiência vivida quando justapostas às nítidas distinções de espaços formais e informais.

Este estudo enfatiza algumas das ambiguidades e ambivalências nas maneiras práticas pelas quais pessoas experienciam o mundo pós-colonial. Em um momento de recessão e intensificação dos protestos de rua por várias partes do mundo, os direitos econômicos - seu significado, adjudicação e status - estão sendo demandados por populações cada vez mais assertivas. Mais e mais, essas reivindicações estão sendo postuladas como jurídico-políticas e como demandas materiais por emancipação. Com a emergência dessas políticas do viver, o espaço urbano é prioritário e traz questões urgentes sobre a governança democrático-liberal, suas inclusões e exclusões. Conforme dito por Monique em nosso último encontro antes que ela desaparecesse da Symphony Way: “A razão pela qual eu acho que eu deveria poder estar aqui é porque sou uma cidadã e tenho direito à moradia. E é também sobre o futuro de minha filha... Eu não quero nunca mais viver em um barraco ou qualquer estrutura [do gênero]”²¹.

21 Comunicação verbal, 21 de maio de 2008.

AGRADECIMENTOS

Essa pesquisa foi financiada pela Fundação Fulbright, o Conselho de Pesquisa em Ciências Sociais, a Fundação Andrew W. Mellon, a Fundação Wenner-Gren, a Sociedade Filosófica Americana, o Fundo de Doação Nacional para Humanidades, e o Centro Hutchins para Pesquisas Africanas e Afro-americanas da Universidade de Harvard. Eu gostaria de agradecer os editores da *Social Analysis*, especialmente Bjørn Enge Bertelsen. Agradeço também aos revisores anônimos e àqueles que leram os rascunhos anteriores, inclusos aqui Jean e John Comaroff, Hiba Bou Akar, Jeremy Schmidt, Sharad Chari, Mark Hunter e Marie Huchzermeyer. Foram muito apreciados os comentários dos membros do Departamento de Antropologia da Universidade de Harvard, o Centro de Estudos Indianistas na África da Universidade de Witwatersrand e dos moradores da Symphony Way, em Delft.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANAND, Nikhil. Pressure: The PoliTechnics of Water Supply in Mumbai. *Cultural Anthropology*, v. 26, n. 4, p. 542–564, 2011.
- APPADURAI, Arjun. *Fear of Small Numbers: An Essay on the Geography of Anger*. Durham, NC: Duke University Press, 2006.
- BERTELSEN, Bjørn; TVEDTEN, Inge; ROQUE, Sandra. 2013. Engaging, Transcending and Subverting Dichotomies: Discursive Dynamics of Maputo's Urban Space. *Urban Studies*, v. 51, n. 13, p. 1–18, 2013.
- BOND, Patrick. South Africa's Resurgent Urban Social Movements. *Centre for Civil Society Research Report*, n. 22, p. 1–34, 2004. <http://ccs.ukzn.ac.za/default.asp?3,45,10,1398> (acesso em 28 de julho de 2012).
- BOYLE, Brendan; PHILP, Rowan; MBAMBATO, Sivuyile. South Africa: NIA Launches Probe into Riots. *Sunday Times*, 29 de maio de 2005 <http://allafrica.com/stories/200505310947.html> (acesso em 13 de maio de 2008).
- BRECKENRIDGE, Keith. *Biometric State: The Global Politics of Identification and Surveillance in South Africa*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.
- BRENNER, Neil; MARCUSE, Peter; MAYER, Margit (Orgs.) *Cities for People, Not Profit: Critical Urban Theory and the Right to the City*. New York: Routledge, 2011.
- CHALFIN, Brenda. Public Things, Excremental Politics, and the Infrastructure of Bare Life in Ghana's City of Tema. *American Ethnologist*, v. 41, n. 1, p. 92–109, 2014.
- CHARI, Sharad. State Racism and Biopolitical Struggle: The Evasive Commons in Twentieth-Century Durban, South Africa. *Radical History Review*, v. 108, p. 73–90, 2010.
- CHATTERJEE, Partha. *The Politics of the Governed: Reflections on Popular Politics in Most of the World*. New York: Columbia University Press, 2004.

- CHU, Julie Y. When Infrastructures Attack: The Workings of Disrepair in China. *American Ethnologist*, v. 41, n. 2, p. 351–367, 2014.
- COMAROFF, Jean; COMAROFF, John L. (Orgs.). *Law and Disorder in the Postcolony*. Chicago: University of Chicago Press, 2006.
- DAVIS, Mike. *Planet of Slums*. London: Verso, 2006.
- DE BRULJN, Rosalie. The Poor Have the Right to be Housed in Well Located Land. Abahlali baseMjondolo, 30 de maio de 2005. <http://abahlali.org/node/6750> (acesso em 24 de julho de 2014).
- DESAI, Ashwin. *We Are the Poors: Community Struggles in Post-Apartheid South Africa*. New York: Monthly Review Press, 2002.
- DISTERHOFT, Jason. 11 Numbers You Need to Know about the Global Housing Crisis. Anistia Internacional, 6 de outubro de 2011. <http://blog.amnestyusa.org/africa/human-right-to-housing-11-numbers-you-need-to-know/> (acesso em 23 de fevereiro de 2015).
- ELYACHAR, Julia. Mappings of Power: The State, NGOs, and International Organizations in the Informal Economy of Cairo. *Comparative Studies in Society and History*, v. 45, n. 3, p. 571–605, 2003.
- EVANS, Sarah. ANC to Take ‘Firm Stance’ on Violent Protestors. Mail & Guardian, 6 de fevereiro de 2014. <http://mg.co.za/article/2014-02-06-anc-to-take-firm-stance-on-violent-protesters> (acesso em 18 de fevereiro de 2014).
- FENNEL, Catherine. ‘Project Heat’ and Sensory Politics in Redeveloping Chicago Public Housing. *Ethnography*, v. 12, n. 1, p. 40–64, 2011.
- FERGUSON, James. *Global Shadows: Africa in the Neoliberal World Order*. Durham, NC: Duke University Press, 2006.
- FOUCAULT, Michel. *The History of Sexuality*. v. 1: An Introduction. New York: Vintage Books, 1978.
- FOUCAULT, Michel. “Governmentality.” In: BURCHELL, Graham; GORDON, Colin; MILLER, Peter (Orgs.). *The Foucault Effect: Studies in Governmentality*, Chicago: University of Chicago Press, 1991, p. 87–104.
- FOUCAULT, Michel. “Society Must Be Defended” In: *Lectures at the Collège de France, 1975–1975*. Trans. David Macey. New York: Picador, 2003.
- GHERTNER, Asher. “Rule by Aesthetics: World-Class City Making in Delhi.” In: ROY, Ananya; ONG, Aihwa. *Worlding Cities: Asian Experiments and the Art of being Global*. Oxford: Wiley-Blackwell, 2011, p. 279–306.
- GRAMSCI, Antonio. *Selections from the Prison Notebooks*. HOARE, Quintin; SMITH, Geoffrey N. (Org. e trad.). New York: International Publishers, 1971.
- HANSEN, Thomas B.; STEPPUTAT, Finn. *Sovereign Bodies: Citizens, Migrants, and States in the Postcolonial World*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2005.

- HARMS, Erik. Eviction Time in the New Saigon: Temporalities of Displacement in the Rubble of Development. *Cultural Anthropology*, v. 28, n. 2, p. 344–368, 2013.
- HART, Keith. Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana. *Journal of Modern African Studies*, v. 11, n. 1, p. 61–89, 1973.
- HARVEY, David. *Rebel Cities: From the Right to the City to the Urban Revolution*. London: Verso, 2012.
- HAWKER, Dianne; DAVIDS, Niemah; SAMODIEN, Leila. We're Not Budging: Delft Residents. IOL News, 7 de fevereiro de 2008. http://www.iol.co.za/index.php?set_id=1&click_id=15&art_id=vn20080207115012433C374131 (acesso em 8 de maio de 2008).
- HERZFELD, Michael. *Evicted from Eternity: The Restructuring of Modern Rome*. Chicago: University of Chicago Press, 2009.
- HOLSTON, James. *Insurgent Citizenship: Disjunctions of Democracy and Modernity in Brazil*. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2008.
- HUCHZERMAYER, Mari. *Unlawful Occupation: Informal Settlements and Urban Policy in South Africa and Brazil*. Johannesburg: Africa World Press, 2004.
- JACKSON, John L. "Gentrification, Globalization, and Georaciality." In: CLARKE, Kamari M; THOMAS, Deborah A. (Orgs.). *Globalization and Race: Transformations in the Cultural Production of Blackness*. Durham, NC: Duke University Press, 2006, p. 188–205.
- JOUBERT, Pearlle. A Lethal Find. Mail & Guardian, 1 de dezembro de 2007. <http://abahlali.org/node/3033/> (acesso em 8 de maio de 2008).
- KOTSOANE, Itumeleng. N2 Gateway Taught Some Valuable Lessons. Mail & Guardian, 10 de setembro de 2009.
- LEGASSICK, Martin. Western Cape Housing Crisis: Writings on Joe Slovo and Delft. Panfleto, fevereiro de 2008 https://westerncapeantieviction.files.wordpress.com/2008/03/joeslovo_delft-leggasick.pdf
- _____. Martin Legassick on the Macassar Land Occupation in Cape Town. libcom.org, 6 de maio de 2009. <https://libcom.org/news/martin-legassick-macassar-village-land-occupation-cape-town-27052009>.
- MABASO, Lennox. Slums Bill Not a Zimbabwe-Style 'Operation Murambatsvina.' The Witness, 18 de julho de 2007. <http://abahlali.org/node/1720>.
- MAKHULU, Anne-Maria B. "The Question of Freedom: Post-Emancipation South Africa in a Neoliberal Age." In: GREENHOUSE, Carol J (Org.). *Ethnographies of Neoliberalism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2010, p. 131–145.
- MBEMBE, Achille. Necropolitics. *Public Culture*, v. 15, n. 1, p. 11–40, 2003.
- MCDONALD, David A; PAPE, John. *Cost Recovery and the Crisis of Service Delivery in South Africa*. New York: Zed Books, 2002.

- NEUWIRTH, Robert. *Shadow Cities: A Billion Squatters, a New Urban World*. New York: Routledge, 1994.
- PATEL, Raj. A Short Course in Politics at the University of Abahlali baseMjondolo. *Journal of Asian and African Studies*, v. 43, n. 1, p. 95–112, 2008.
- PIETERSE, Edgar. *City Futures: Confronting the Crisis of Urban Development*. London: Zed Books, 2008.
- PILLAY, Verashni. Delft Residents Stranded. 24 News, 19 de fevereiro de 2008. <http://www.news24.com/SouthAfrica/News/Delft-residents-stranded-20080219>.
- PIOT, Charles. *Nostalgia for the Future: West Africa after the Cold War*. Chicago: University of Chicago Press, 2010.
- PITHOUSE, Richard. “Our Struggle is Thought, on the Ground, Running” the University of Abahlali baseMjondolo. *Centre for Civil Society Research Report*, n. 40, 2004 http://www.abahlali.org/files/RREPORT_VOL106_PITHOUSE.pdf (acesso em 29 de julho de 2012).
- RAO, Vyjayanthi. Risk and the City: Bombay, Mumbai, and Other Theoretical Departures. *India Review*, v. 5, n. 2, p. 220–232, 2006.
- ROSS, Fiona. C. *Raw Life, New Hope: Decency, Housing and Everyday Life in a Post-apartheid Community*. Cape Town: University of Cape Town Press, 2010.
- ROY, Ananya. Slumdog Cities: Rethinking Subaltern Urbanism. *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 35, n. 2, p. 223–238, 2011.
- SEABROOK, Jeremy. *In the Cities of the South: Scenes from a Developing World*. London: Verso, 1996.
- SEEKINGS, Jeremy; NATTRASS, Nicoli. *Class, Race, and Inequality in South Africa*. New Haven, CT: Yale University Press, 2005.
- SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil (Orgs.). *The Anthropology of the State: A Reader*. Oxford: Blackwell, 2006.
- SIMONE, AbdouMaliq. People as Infrastructure: Intersecting Fragments in Johannesburg. *Public Culture* v. 16, n. 3, p. 407–429, 2004.
- . “Screen.” In: LURY, Celia; WAKEWORD, Nina (Orgs.). *Inventive Methods: The Happening of the Social*. London: Routledge, 2012, p. 202–218.
- SOKOPO, Asa; WILLIAMS, Murray; MAKINANA, Andisiwe. Delft Residents Refuse, Resist Eviction. IOL News, 19 de fevereiro de 2008 <http://www.iol.co.za/news/south-africa/delft-residents-refuse-resist-eviction-1.389942#VgsXwChy9oc>
- ZIKODE, S’bu. The Third Force. Abahlali baseMjondolo, 19 de outubro de 2006, <http://abahlali.org/node/17/> (acesso em 18 de fevereiro de 2014).

Como e por que fazer de Câmara Cascudo um objeto de pesquisa sociológica?

How and why do a sociological research on Câmara Cascudo?

Aluizio Lins de Oliveira^a

Resumo Realizar uma análise sociológica de uma atividade intelectual implica a construção explicativa das condições sociais de sua produção. O método pede a consideração relacional e a interdependência de elementos que dentro de uma determinada lógica encontram grande parte da fundamentação de suas existências, além da crítica e da reflexividade da própria construção do objeto. A feitura de uma análise sociológica da atividade intelectual de Câmara Cascudo deve trabalhar com duas dimensões que formam uma só, mas se diferenciam enormemente: as relações sociais, culturais e de poder no chamado mundo local e as relações sociais, culturais e de poder nacionais. Além disso, construir analiticamente as diversas fases diferenciadas e os elementos de constância em suas diferentes cores.

Palavras-chave atividade intelectual; sociologia; método.

Abstract *Carrying out a sociological analysis of an intellectual activity implies the explanatory construction of the social conditions of its production. The method calls for relational consideration and the interdependence of elements that within a given logic find much of the reasoning of their existences, besides the criticism and reflexivity of the construction of the object itself. The construction of a sociological analysis of Câmara Cascudo's intellectual activity must work with two dimensions that form one, but differ enormously: social, cultural and power relations in the so-called local world and national social, cultural and power relations. Also, to construct analytically the various differentiated phases and elements of constancy in their different colors.*

Keywords *intellectual activity; sociology; method.*

Para realizar uma construção analítica sociológica da atividade intelectual de Luís da Câmara Cascudo pode-se iniciar pela abordagem de seus livros e artigos publicados, situando-os nos conjuntos culturais em que esses documentos

a Professor de sociologia no Departamento de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Graduado em Ciências Sociais na Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

surgiram e assumiram certas particularidades. Este ou qualquer outro ponto da atividade intelectual pode receber as considerações dos aspectos mais gerais, históricos e estruturais da vida social em seus diversos níveis de modo a explicitar os contornos que possibilitem o melhor desenho dos detalhes do caso. Isso representa um programa de pesquisa de longo prazo. Contudo, podemos buscar a construção de uma explicação geral da trajetória de Cascudo e passar para a atenção sobre suas diversas fases e partes, que podem constituir diversas construções sociológicas em cada uma delas.

Assim, pode-se fazer já algumas indicações ou registros cronológicos com o intuito de apontar diversos quadros numa trajetória que pode ser desenhada em um quadro maior. Um primeiro panorama da fixação investigativa do caso pode ser indicado pelos seguintes registros: a formação escolar de Cascudo em Natal nas décadas de 1910 e 1920; o início dos cursos superiores em 1918, matriculando-se no curso de Medicina, em Salvador; o início de publicações de artigos em jornal do pai, *A Imprensa*, também em 1918; a publicação do primeiro livro em Natal, em 1921; o início dos contatos com Mário de Andrade através de cartas em 1924 e se estendendo por quase duas décadas; a aproximação com o movimento do modernismo paulista na década de 1920, bem como com intelectuais de Recife que se vinculavam ao modernismo; a ativa participação no movimento Integralista na década de 1930; a publicação do primeiro livro enquadrado na dimensão folclorista em 1939, depois de livros de crítica literária, biografias políticas (como a sobre o paraguaio Solano Lopez), uma antologia de poeta potiguar e outro em que narra uma viagem pelo interior do Rio Grande do Norte em 1934; o cargo na estrutura do Estado Novo²; a sequência das publicações sobre o folclore que se estenderam até a década de 1970; a publicação de um *Dicionário do Folclore Brasileiro* em 1954, com reedições nas décadas de 1960 e 1970; as várias viagens ao estrangeiro vinculadas ou não a atividades de representação nacional ou financiadas para pesquisa, como a viagem à África para uma pesquisa sobre a alimentação brasi-

-
- 1 Cascudo, como outros intelectuais brasileiros do período, fez uso constante da comunicação por cartas durante toda a sua vida e há um volumoso material hoje de posse do Instituto Câmara Cascudo, em Natal, gerido por seus descendentes. Em 2010, foi publicado um volume mais completo da correspondência de Cascudo com Mário de Andrade (CASCU DO; ANDRADE, 2010). Antes, em 1991, um amigo de Cascudo, Veríssimo de Melo, que fez parte do grupo de folcloristas de Natal, capitaneado por Cascudo, organizou uma primeira edição dessas cartas (MELO, 1991). Depois, em 1999, uma dissertação de Mestrado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte finalizou um novo levantamento importante sobre esse material (GOMES, 1999).
 - 2 Sergio Miceli indica que os “ganhos posicionais de integralistas se fizeram sentir em praticamente todas as frentes especializadas do mercado central de postos”. E entre vários nomes cita o de “Luís da Câmara Cascudo (ex-membro da Câmara dos Quatrocentos), presidente da Comissão de Salário Mínimo da 6a região, Natal, Rio Grande do Norte (1941)” (MICELI, 2001, p. 276). A Câmara dos Quatrocentos fazia parte da estrutura organizativa da Ação Brasileira Integralista.

leira, na década de 1960, financiada por instituto ligado a Assis Chateaubriand; a publicação de livros sobre a história do Rio Grande do Norte nas décadas de 1940 e 1950; de biografias sobre algumas personagens dessa história local na década de 1960; de livros memorialísticos no final da década de 1960 e inícios da de 1970, etc. Toda a produção intelectual de Cascudo pode ser considerada a partir de duas grandes áreas temáticas: sobre pessoas e fatos do Rio Grande do Norte e sobre o folclore brasileiro, sendo que as publicações caracterizadas na perspectiva folclórica assumem dimensão dominante e constituem fator de fixação de uma posição no mercado intelectual nacional.

Uma questão que pode se colocar de início é o que se pretende com um tipo de estudo que se quer sociológico e anuncia a consideração de uma individualidade. O indivíduo é identificável no quadro do que se observa como real, mas pelo olhar sociológico só pode ser concebido porque componente de uma vida social e viabilizado por uma cultura histórica e socialmente construída. Na compreensão científica da sociedade, quanto mais se aprofunda a análise da individualidade, mais aparecem as estruturas sociais. O agente tomado individualmente num exercício de abstração põe em ação essas estruturas das quais é parte inseparável e das quais deriva e ativa sua razão de ser. Um quadro histórico expressa a especificidade das relações onde o que é tomado individualmente revela um sentido³. Na individu-

3 Dois estudos podem ser citados aqui, como exemplos de análises sociológicas que mantêm o registro de uma individualidade. O de Norbert Elias (1995) sobre Mozart e o de Leopoldo Waizbort (2000) sobre Georg Simmel. Elias desenvolve a explicação das mediações de elementos interdependentes, enfatizando a importância da análise sociológica para a compreensão de um caso aparentemente individual: “O destino individual de Mozart, sua sina como ser humano único e portanto como artista único, foi muito influenciado por sua situação social, pela dependência do músico de sua época em relação à aristocracia da corte. Aqui podemos ver como, a não ser que se domine o ofício de sociólogo, é difícil elucidar os problemas que os indivíduos encontram em suas vidas, não importa quão incomparáveis sejam a personalidade ou realizações individuais - como os biógrafos, por exemplo, tentam fazer. É preciso ser capaz de traçar um quadro claro das pressões sociais que agem sobre o indivíduo. Tal estudo não é uma narrativa histórica, mas a elaboração de um modelo teórico verificável da configuração que uma pessoa - neste caso, um artista do século XVIII - formava, em sua interdependência com outras figuras sociais da época.” (ELIAS, 1995, p. 18-9). Waizbort, no extenso e variado painel que expõe sobre Simmel, sempre lembra a importante compreensão da interação que o próprio Simmel inicia enquanto proposição analítica e que será bastante desenvolvida em várias modalidades por diversas elaborações da sociologia norte-americana. “Simmel mostra [...] de que natureza é o tecido das relações que ele tem em vista. Trata-se de um *jogo*. É por isso que M. Landmann ‘traduziu’ *Wechselwirkung* como ‘interação circular’, pois se não há circularidade o todo não se tece e os caminhos que Simmel percorre nunca poderiam ser percorridos. Simmel elabora uma rede de interações que forma um labirinto. Sua sensibilidade aguçada permite-lhe circular por entre o labirinto com a segurança do ensaio e da tentativa, nunca com a segurança do sistema. Os caminhos que ele percorre incessantemente são os fios dessa teia, que ele vai tecendo à medida em que se movimenta. [...] Tecer relações, atar fios e penetrar o impenetrável são aventuras, Simmel o aventureiro. Em Simmel a unidade, e portanto o todo, consiste na interação das partes. Como a interação é sempre e principalmente uma relação mútua e múltipla, e que se estende infinitamente, o resultado disso é que o todo está sempre em processo, móvel, é *um tecido que se tece continuamente*. É nesse sentido que disse que, de relação em relação, o mundo de Simmel

alidade corporal e emocional também está condensada algumas características da vida social e histórica que a definiu e a define em muitos espaços e momentos. E o grau de expressão que uma pessoa pode conter pelo trabalho que sobre ela exerça uma representação social levado a efeito por diversos agentes em determinado momento eleva o grau de visualização do social na unidade aparente do individual.

A escolha de uma individualidade é anunciada no título deste artigo, mas já expressando uma função de redução analítica e de construção de objeto de estudo. Um segundo passo é quando se define a vida intelectual de Luís da Câmara Cascudo pelas suas atividades de escritor de livros e artigos, sua formação escolar e curso superior de direito, sua prática da advocacia, bem como suas atividades como professor. As condições sociais dessa produção intelectual são objetivadas primeiramente na própria prática do escritor. Uma prática cultural cultivada na leitura de livros, jornais e revistas; no gosto de estar com os livros, de vê-los numa estante, como disse certa vez; no aprendizado de línguas estrangeiras, principalmente do francês e do inglês, mas também do latim; no amor à literatura e na valorização da crítica literária; na atividade de ensino de história; na publicação de livros e artigos em jornais e revistas, etc.

Como se vê, nesse conjunto de atividades, já se percebe a limitação da compreensão a partir de uma dimensão de individualidade em uma forma isolada e essencialista. Essa produção intelectual, então, se apresenta como uma operação social de cultura e de distinção social, com posições hierárquicas e ligada por diversas mediações ao conjunto das relações sociais e de poder⁴. Apresenta-se desde o início como um capital social nos níveis locais e nacionais, ganhando um peso

torna-se um mundo de relações.” (WAIZBORT, 2000, p. 100-1). É possível observar uma foto de Simmel na página 412, e em outros momentos Waizbort registra inclusive posturas corporais individuais de Simmel. Esses elementos podem ajudar na compreensão sociológica de uma individualidade, porque também apontam para um conteúdo social da vida corporal do indivíduo. Waizbort define também uma parte com o título “O indivíduo como ponto de cruzamento dos círculos sociais”, e desenha três gráficos com nomes de pessoas e grupos circulados e ligados por traços com o do Simmel, dando expressão a um emaranhado circular de relações sociais. Os gráficos são nomeados: “Georg Simmel como ponto de cruzamento das relações sociais.” (WAIZBORT, 2000, p. 489-490).

4 Aludo aqui à sociologia de Bourdieu (2010) e a construção do objeto que realiza, por exemplo, no livro *A distinção: crítica social do julgamento de gosto*. O estudo dos elementos que compõem as condições sociais e culturais das definições do gosto para uma série de atividades e sensibilidades se refere às estruturas sociais francesas na década de 1960 e 1970. A atividade cultural é construída na investigação como componente de definição das estruturas sociais relacionais e variadas, compreendida como capital na forma social da sociabilidade das relações de classe e de dominação material-simbólica. Assim, contribui no sentido de justificar socialmente e naturalmente a existência social das distinções e dos estratos diferenciados nas suas múltiplas gradações no interior das grandes e tradicionais estratificações de setores superiores, médios e inferiores.

maior no mundo local, inclusive através de ações no nível nacional⁵. A referência a um nome não significa que a investigação queira realizar uma “biografia”, pelo menos no sentido da concepção corrente sobre esse tipo de literatura. O nome da pessoa implica um tipo social muito situado numa divisão social de atividades e numa estrutura social que, inclusive, se desenhava e redesenhava antes do seu nascimento. Na verdade, o nome da pessoa e, dessa forma, a própria pessoa deste exemplo, como em todos os casos de certos tipos de pessoas individuais, não cessa de nascer, inclusive depois de sua existência biológica. Isso reafirma a perspectiva analítica de construção explicativa de espaço, tempo e história *social*⁶. Entretanto, esse trabalho de construção explicativa, que pode ser visto como teórica, deve vir junto do raciocínio sobre a prática. Trata-se de um *racionalismo aplicado* como o desenvolvido a partir de Gaston Bachelard. O sociólogo Bourdieu, que faz muitas referências a este filósofo, particularmente nas suas abordagens sobre a formação do pensamento científico, oferece uma expressão nova para o entendimento da teoria. Exemplo disso é o momento em que chama por uma teoria que está em todo o lugar e em lugar nenhum.

Na mesma medida em que me desagradam essas profissões de fé pretensiosas de pretendentes ávido de sentar-se à mesa dos “pais fundadores”, deleito-me com essas obras em que a teoria, porque é como ar que se respira, está por toda

-
- 5 Como avalia um estudioso local: “durante a década de quarenta o escritor Câmara Cascudo marcou sua presença na imprensa local publicando assiduamente a coluna ‘Acta Diurna’ e editando livros que lhe deram muita popularidade e respeito intelectual. Aquele período significou o início de sua ascensão como historiador e folclorista.” (SOUZA, 1984, p. 26). No meu trabalho de doutorado registrei e apontei o Rio de Janeiro e a editora José Olympio como o local e a editora onde Cascudo publicou a maioria dos seus livros.
- 6 As ciências sociais já produziram considerações muito fundamentais sobre a relação indivíduo/sociedade. Podemos lembrar a discussão em Durkheim e Mauss, indicando para os fundamentos culturais de nossa própria representação da pessoa (MAUSS, 2003). A sociologia weberiana, por sua vez, trabalha a identificação das relações e das ações sociais se afastando de determinações unitárias. Elias também tem um livro dedicado a discutir as compreensões sobre a relação indivíduo e sociedade (ELIAS, 1994), mostrando as posições dos que explicam a realidade pelo indivíduo e pela sociedade e construindo a proposta que supera as duas vias: as redes que se tecem permanentemente, os passos orquestrados da configuração, as explicações que só se completam quando vão buscar longe os vetores que atingem os elementos das redes, etc. Bourdieu já aponta o total afastamento dessa questão e da consideração das relações e de como se estabelecem suas forças relacionais, além de avançar pela concepção dos mercados de bens simbólicos, construída em investigações ao mesmo tempo teóricas e empíricas. O livro de Goffman, apesar da referência ao “self” no título, não foge a essa tradição, como se vê no desenvolvimento de suas análises e em suas considerações conclusivas questionadoras (GOFFMAN, 1999): o social não é um teatro; a dramaturgia com a qual faz analogias é apenas um recurso de método; não é o caso fornecer aos agentes a melhor forma de viver um papel e sim compreender melhor os fundamentos da vida social; o momento da interação está ligado a circuitos maiores. Finalmente, um texto de Wacquant que sistematiza a perspectiva de Durkheim destaca o papel da ciência em superar as evidências e buscar as relações impessoais (WACQUANT, 1995). Aparece nestas análises também as identificações das forças que agem nos processos relacionais que conformam e desenham constantemente a identificação e a existência das individualidades.

parte e em parte alguma, no meandro de uma nota, no comentário de um texto antigo, na própria estrutura do discurso interpretativo. Reencontro-me completamente nesses autores que sabem abarcar as questões mais decisivas em um estudo empírico minuciosamente conduzido e fazem dos conceitos um uso a um só tempo modesto e mais aristocrático, chegando por vezes a ocultar sua própria contribuição em uma reinterpretação criativa das teorias imanentes ao seu objeto (BOURDIEU, 1996, p. 204).

Trata-se de realizar um novo espírito científico nas ciências sociais. A expressão “novo espírito científico” se liga primeiramente as elaborações de Bachelard, que analisa as mudanças na física no início do século XX, como prova da necessidade da construção explicativa, contrariando a tradicional visão racionalista da objetividade (BACHELARD, 1996 e 2008). Comparando com as análises do romance moderno que realiza Auerbach, Bourdieu esclarece que isso implica uma desarumação e anulação das hierarquias de legitimidade na escolha de objetos válidos para a investigação.

Pedir a solução de um problema canônico a estudos de caso [...] É infligir à hierarquia tácita dos gêneros e dos objetos uma transformação que não deixa de estar relacionada com a que operam, segundo Erich Auerbach, os inventores do romance moderno, Virginia Woolf especialmente: “Confere-se uma importância menor aos grandes acontecimentos exteriores e aos golpes da sorte, considerados menos capazes de revelar alguma coisa de essencial a propósito do objeto examinado; acredita-se, em compensação, que qualquer fragmento de vida, tomado ao acaso, não importa quando contém a totalidade do destino e pode servir para representá-lo”. É uma transformação semelhante que é preciso operar para chegar a impor nas ciências sociais um novo espírito científico: teorias que se alimentem menos da defrontação puramente teórica com outras teorias que do confronto com objetos empíricos sempre novos; conceitos que antes de tudo têm por função indicar, de maneira estenográfica, conjuntos de esquemas geradores de práticas científicas epistemologicamente controladas (BOURDIEU, 1996, p. 204).

As dificuldades iniciais de uma pesquisa são de naturezas diversas e podem ser superadas de diversas formas. Durkheim indicou um caminho inicial para o processo do conhecimento científico quando afirmou que “no começo da pesquisa só as exterioridades nos são acessíveis” (DURKHEIM, 1994, p. 67). As aparências não nos fornecem a compreensão, mas é um passo mais evidente e realizável registrar

o que vai aparecendo como coisas exteriores. Essas coisas exteriores aparecem para os agentes que a vivenciam, como a realidade, o que pode ser superado pelo confronto com a linguagem nativa e as significações que podem afetar as próprias descrições do pesquisador. Por outro lado, existem referências implícitas teóricas e metodológicas desde o início da pesquisa, já presentes nessas primeiras aproximações. No entanto, temos que procurar a perspectiva da superação de dualidades como externo/interno, subjetivo/objetivo, teoria/prática, agente/estrutura, exterioridades/essências. Então, a própria referência a essas exterioridades implica vetores que vão além das composições formais. Considerando isso e aceitando essa porta de entrada podemos nos aproximar pelas exterioridades e ao mesmo tempo nos orientarmos por uma determinada lógica. Por exemplo, nesse caso, a definição da inserção da atividade intelectual no meio histórico e nas estruturas hierarquizadas, conflituosas e com relações de poder que já se tem em consideração desde o início da abordagem do caso empírico. Bourdieu explorou largamente esses elementos em suas críticas ao estruturalismo e a filosofia do sujeito.

O objetivo de testar a sociologia no sentido em que estamos desenvolvendo, numa específica construção explicativa de um caso particular permite que se aplique alguns conceitos, confrontando-os com o objeto construído, os reformulando e mesmo que se crie novos conceitos necessários ao trabalho de descobertas. Por exemplo, o conceito de campo intelectual exige duas considerações iniciais: o conceito de campo social como exercício prático de pesquisa e a visão relacional do real, que já se faz presente nas análises científicas de diversas áreas. Mas os conceitos não são considerados fora da aplicação *no caso*. Na construção do objeto proposto, na relação em análise entre uma atividade de publicação e o corpo social como um todo em suas múltiplas determinações culturais e políticas, o campo intelectual não se apresenta com fronteiras nítidas e se mistura às determinações inerentes às outras esferas sociais.

Considera-se Câmara Cascudo inicialmente na posição de um produtor de textos escritos publicados em jornais e livros que se tornou um importante ponto de referência e reverência no meio social local e conhecido como folclorista e erudito no mercado cultural nacional. Visualiza-se o agente como expressão das características de funcionamento dos estratos intelectuais situados nos grupos dominantes da sociedade local do Rio Grande do Norte. Os processos que definem essa posição revelam íntimas relações com o campo de poder estatal e com as sociabilidades aparentemente pessoais e impessoais praticadas no interior dos grupos dirigentes. A compreensão disso, além de outros elementos, exige um desenho da

configuração relacional (ELIAS, 1994)⁷, que ajuda a observar o tipo de produção escrita e de sua publicação e das práticas sociais e bens simbólicos que circularam nesse campo específico em relação às variadas determinações políticas e culturais da sociedade⁸. É uma construção analítica que compreende as condições sociais e culturais em que esses bens simbólicos se tornaram capital simbólico. Construir a realidade com a ferramenta compreensiva do campo social implica trabalhar com as categorias de capital simbólico, bens simbólicos, *habitus*, bem como com as frequentemente menos abordadas de poder simbólico e violência simbólica. Valorizar imprescindíveis conceitos forjados numa pesquisa que reúne de forma inseparável teoria e prática, em que a obra de Bourdieu é a mais forte expressão, não desautoriza a abertura para a criação de novos conceitos ou modificações de conceitos já existentes, retificando ou complementando sua significação. Não se pode perder de vista o caráter provisório das armações conceituais necessárias para levar à frente as investigações, nem o permanente trabalho de teste e de criação de novas perspectivas dos próprios conceitos ou mesmo de novos conceitos a serem criados no processo de pesquisa. Esse é mais um pressuposto de uma sociologia crítica e reflexiva e que torna viável a ciência social.

Empreender uma análise sociológica é compor uma criação explicativa pelo processo de construção do objeto de pesquisa. Essa criação aparece como uma construção nova da realidade e significa que se monta uma explicação que não existia anteriormente porque não era assim considerada pelos agentes envolvidos ou exteriores aos fatos. Implica o trabalho de montagem de conceitos dentro duma linguagem relacional, que realiza um discurso de expressão de um real que antes não se apresentava daquela forma e assim não existia, nem para os agentes, nem para o processo de conhecimento que o queria compreender. Trata-se, por exemplo, de uma busca da construção de redes relacionais em que cada ponto contém partes dos outros e se explicam apenas em sua mutualidade. Junto a todo esse exercício um outro é fundamental: a perspectiva reflexiva abordando as condições sócio-culturais que envolvem a pesquisa e o pesquisador buscando a compreensão sobre as características que envolvem o ato de compreender⁹.

7 As obras de Elias sobre a sociedade de corte (ELIAS, 2001), sobre o processo civilizatório da modernidade europeia (ELIAS, 1994a), sobre os alemães no século XIX e XX (ELIAS, 1997), entre outras, são exemplos de aplicações práticas da compreensão configuracional.

8 Sergio Miceli faz rica sistematização das análises da determinação na sociologia de Norbert Elias em um *Dossiê Norbert Elias* organizado por Leopoldo Waizbort (MICELI, 2001a).

9 No livro *A Miséria do mundo*, coordenado por Bourdieu, que reúne entrevistas com diversas pessoas, precedidas por considerações que procuram compreender as forças sociais que agem nos casos particulares, a perspectiva do *compreender* é nuclear. Novamente a reflexividade é abordada em uma seção final sobre indicações metodológicas: “Só a reflexividade, que é sinônimo

A atividade intelectual aqui é percebida como uma dimensão da atividade cultural geral. Quer dizer, o que pode ser visto como uma atividade técnica se realiza numa especialização que está sempre atada a várias ramificações da estrutura social. O materialismo histórico e dialético de Marx, que marcou o pensamento e a história ocidental contemporânea, desenvolveu-se alimentando a explicação da sociedade pela determinação da cultura pelo modo de produção material da sociedade. As dimensões e atividades culturais foram consideradas epifenômenos da base material econômica e como tal não seriam alvos fundamentais de preocupação explicativa. Um conjunto maior da tradição sociológica a partir de Durkheim e Weber e a matização dessa análise dentro da tradição do materialismo histórico e dialético que significou as elaborações de Antonio Gramsci e da chamada teoria crítica da sociedade, focalizou de forma diferente o papel da esfera cultural na própria explicação sobre a produção e reprodução da sociedade. As contribuições dos chamados estudos culturais dos ingleses como Raymond Williams e Edward Thompson revelam-se como um indicador dessa tendência e dessa problemática.

Por outro lado, a presença social dos espaços estudados como culturais, como o jornal, o rádio, a televisão, o cinema, etc, e as possibilidades das realizações das mensagens e da organização dos grupos, como artistas e religiosos, bem como sua organização mercadológica como indústria cultural, desenvolveu-se enormemente nas fases recentes das sociedades capitalistas. Isso também se refletiu nas discussões científicas da sociologia. Esses caminhos foram ampliados com as sociologias de Norbert Elias e Pierre Bourdieu, refletindo também um campo intelectual mais complexo ou de maior autonomia relativa. Por outro lado, Bourdieu, que reorientou o caminho da sociologia, apontou para a superação dessa dicotomia e do determinismo da economia em relação à cultura e elaborou sobre a existência de um mercado de bens simbólicos. Maria Arminda do Nascimento Arruda ilustrou essa discussão, colocando de lado por um instante o método para cativar uma audiência, dizendo que se Marx estivesse pensando esse mundo da segunda metade do século XX em diante era para os elementos de cultura que iria se voltar mais intensamente.

de método, mas uma *reflexividade reflexa*, baseada num ‘trabalho’, num ‘olho’ sociológico, permite perceber e controlar *no campo*, na própria condução da entrevista, os efeitos da estrutura social na qual ela se realiza. Como pretender fazer ciência dos pressupostos sem se esforçar para conseguir uma ciência de seus próprios pressupostos? Principalmente esforçando-se para fazer um uso reflexivo dos conhecimentos adquiridos da ciência social para controlar os efeitos da própria pesquisa e começar a interrogação já dominando os efeitos inevitáveis das perguntas” (BOURDIEU, 1997, p. 694).

Os processos posicionais que localizam o produtor de textos Câmara Cascudo em quadros de ordem hierárquica estabelecem constantes relações com o campo de poder estatal e com as sociabilidades praticadas no interior dos grupos dirigentes. Na sociedade local do Rio Grande do Norte o campo de poder estatal envolve todos os aspectos da vida e das possibilidades de resolução para os problemas que os indivíduos enfrentam, desde a formação cultural em todos os seus aspectos, até a sobrevivência biológica e as condições materiais em geral¹⁰. Podemos identificar a posição de Cascudo como fazendo parte das sociabilidades dos dominantes e um degrau abaixo do núcleo principal. Por exemplo, nas suas primeiras fases de vida, na primeira república brasileira, temos a amizade do seu pai com Pedro Velho, o “chefe supremo” no poder local, como escreveu Cascudo. Por outro lado,

10 Um exemplo: um livro publicado em Natal em 1988 sobre a Faculdade de Direito de Natal contém no prefácio escrito por um dos seus professores a seguinte observação: “Na sua história [o autor] descreve, com minúcias, a sucessão curiosa de professores de uma escola ainda por funcionar, suas nomeações e exonerações pelos governadores do Estado. Tudo decorrente das querelas da sempre agitada política partidária do Rio Grande do Norte, que se reflete nos mais diferentes e insuspeitados setores. Cada governador que ascendia, nesse período, promovia alterações no quadro do professorado, segundo os ventos políticos. Escapavam das mudanças, de um modo geral, apenas aqueles não comprometidos nas disputas político-partidárias. Meu nome, por exemplo, ficou conservado desde a primeira nomeação.” (GUANABARA, 1988, p. 10). A Faculdade de Direito de Natal começa a funcionar em 1954. O prefácio foi escrito por Otto de Brito Guerra e uma consulta rápida a um registro biográfico revela permanentes relacionamentos e ocupações que constituem fatores para um incremento do aumento do seu peso relativo no conjunto das relações sociais produzindo essa situação em que “escapava” das mudanças pessoais nos cargos pontuados pelas relações de poder. Também revela a existência de muitas relações políticas, longe desse não comprometimento expresso no excerto. “Ainda estudante de Direito, Otto Guerra deu os primeiros passos em busca de afirmação profissional, lecionando Desenho no Colégio Pedro II, e trabalhando como revisor do ‘Diário de Natal’. Formado pela Faculdade de Direito do Recife, iniciou sua vida pública como Chefe de Gabinete e Secretário do Interventor Mário Câmara (1933-1935). Ocupou, sucessivamente, os seguintes cargos e funções: 2º Promotor Público de Natal (1935), Delegado Seccional do Serviço Nacional de Recenseamento, Consultor Jurídico e Diretor do Departamento das Municipalidades, Diretor do Departamento Estadual de Reeducação e Assistência Social, Procurador Geral do Estado, no governo Dix-Sept Rosado, Chefe da Seção de Assistência Judiciária da LBA e Superintendente interino desta entidade, no Rio Grande do Norte (1945). Em 1948, tornou-se Procurador e advogado da Caixa Econômica Federal do Rio Grande do Norte, cargo em que, anos depois, aposentou-se. Firmando-se como advogado, teve destacada atuação, notadamente na defesa de presos políticos, durante a ditadura militar pós-64. Não menos importante foi sua atuação no magistério: professor de vários colégios de Natal e dos seguintes estabelecimentos de ensino superior: Escola de Serviço Social, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Natal, Escola de Sociologia e Política da FJA e Faculdade de Direito da UFRN, da qual foi diretor. Por três vezes exerceu o cargo de Vice-Reitor da UFRN. Jornalista e líder católico, particularmente interessado na difusão da doutrina social da Igreja, Otto Guerra deixou, dispersos, inúmeros artigos e ensaios sobre os mais variados assuntos, dentre estes, em especial, a problemática social nordestina. Durante muitos anos, foi diretor do jornal católico ‘A Ordem’ e colaborou na Emissora de Educação Rural e noutros órgãos da imprensa natalense, como ‘Tribuna do Norte’, ‘A República’ e ‘Diário de Natal’. Quando jovem teve uns namoros com a política, chegando a candidatar-se, uma vez a Deputado Estadual, pela Ação Integralista Brasileira, e outra a Senador, pelo PTB/PRP, sem todavia conseguir eleger-se. Pertenceu a diversas instituições culturais e religiosas, e foi, por nomeação do Papa Paulo VI, Consultor da Comissão Pontifícia Pós-Conciliar, para Comunicações Sociais, com sede em Roma. Dentre outros títulos honoríficos, recebeu a comenda da Ordem de São Gregório Magno, no grau de cavaleiro, concedida pelo Papa Pio XII.” (CARDOSO, 2000, p. 605-6).

o trabalho de produção de publicações de Cascudo só pode ser compreendido se levarmos em conta os meios intelectuais brasileiros em seus variados círculos, e particularmente a sua relação com alguns desses. O tipo de escrito que produz para ser publicado nos jornais locais é totalmente diferente nos temas e modalidades daqueles publicados para a circulação no mercado nacional de jornais e de livros. O que aparece como primeiro indicador de uma dupla inserção em dois universos institucionais diferentes, embora fazendo parte de uma mesma totalidade.

A pesquisa deve, então, se ocupar com diversas instituições que definem um quadro de relações mutáveis e permanentes para períodos curtos e longos, onde a atividade intelectual e as modalidades em que ela se realizou possam ser melhor compreendidas. Nisso, além das pesquisas do mundo local e nacional a partir das questões da produção intelectual, é preciso fazer o vínculo do caso específico com as questões que circulam na sociologia da cultura, que também inclui uma sociologia do conhecimento e uma sociologia da educação. Processo que deve andar colado aos passos da coleta de todos os elementos necessários para a melhor construção do específico.

O grande erro que aparece de forma permanente nos trabalhos que pretenderam analisar a vida e/ou a obra de Câmara Cascudo é que o tomaram como um dado da cultura e não como um problema de cultura, de uma cultura específica¹¹. O que aparece já resolvido é, na verdade, um problema de cultura. E não basta afirmar que se trata de uma cultura elitista, hierarquizada e hierarquizante, dividida e divisora, diferenciada e diferenciadora, que escamoteia os processos e as partes de um sistema cultura em sintonia com os complexos processos de dominação social, onde se pode construir um problema sociológico em relação à figura de Cascudo. É preciso definir as relações e os processos, os quadros de posições, as fases e seus aspectos constantes e mutáveis, os diferentes níveis de abrangência dentro de uma sociedade onde espaços locais, regionais e nacionais

11 A maior parte dos trabalhos que comentam Cascudo são apologéticos, mesmo os que não se realizaram com objetivos de homenagem e louvor. Nos anos mais recentes algumas análises se fizeram no interior da universidade, mas não desataram os ligamentos com os trabalhos tradicionais dos agentes de produção da representação social de Cascudo. São diversas as publicações de homenagens, desde a década de 1940 (MELO, 1947). MAMEDE (1970) E GICO (1996) publicaram livros com os registros bibliográficos da produção de Cascudo. O trabalho de Zila Mamede se estende desde o início das publicações (1918) até o final da década de 1960. Vânia Gico também realizou um trabalho de doutorado sobre a trajetória intelectual de Cascudo na PUC-SP, mas não abordou os condicionamentos sociais, culturais e institucionais dessa trajetória. Américo de Oliveira Costa ganhou um prêmio literário na Fundação José Augusto, órgão do governo estadual do Rio Grande do Norte com um trabalho, logo publicado, abordando a produção literária de Cascudo em várias áreas (COSTA, 1996). Muitos são os livros de panegírico à Cascudo. Remeto o leitor ao meu trabalho de doutorado, onde encontrará a referência de muitos deles. A produção acadêmica, apesar de não problematizar o seu objeto, tem fornecido análise mais complexas em pontos específicos. Veja-se SILVA (2003), ARAÚJO (1995), ARRAIS (2005).

se fazem sentir de diferentes modos. Não há, por exemplo, nas leituras que mistificam a figura de Cascudo onde a visão do “criador incriado”¹² é muito difundida, a preocupação com a história nem com as fases que podem ser identificadas nessa produção intelectual. A produção parece se ligar à figura pessoal de Cascudo como um elemento estado ali desde sempre, desde o seu nascimento.

A cronologia da vida de Câmara Cascudo estabelece mais uma baliza de encaminhamento analítico através do espaço temporal social: de 1898 até 1986. Esse período pode ser subdividido em muitas unidades características. Por exemplo, as publicações começaram no final da década de 1910 com artigos em jornais e o primeiro livro data de 1921. A produção de Cascudo na década de 1920 e 1930 se caracteriza pela prática de uma específica crítica literária, por escritos que explicitam perspectivas políticas, por uma historiografia biográfica personalista, por escritos relacionados a sua atividade como professor de história. O livro de 1939, *Vaqueiros e cantadores: Folclore poético do sertão de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará* (CASCUDO, 1984), representa o início de uma intensa fase de produção folclorista, que se estende da década de 1940 à década de 1970, produção que recebeu de Mário de Andrade um dos maiores incentivos iniciais como se constata nas várias informações que aparecem na correspondência entre os autores e em artigos e um ensaio sobre o folclore nacional. Na década de 1960 e 1970, Cascudo publica livros memorialísticos e outros que faz questão de caracterizar como etnográficos. Mas aparecem também, em cada uma dessas fases, escritos que podem ser relacionados a áreas mencionadas anteriormente. Por exemplo, a prática autodenominada histórica alcança maior extensão nos livros sobre a *História da cidade do Natal*, de 1948, e *História do Rio Grande do Norte*, de 1954. Muitos outros exemplos podem ser citados. Contudo, o fato do autor falecer em 1986 não encerra o período cultural de ação, tanto porque seus trabalhos foram publicados e republicados posteriormente, além do fato de que outros agentes no meio jornalístico, acadêmico e estatal realizaram publicações e eventos em sua referência e homenagem.

Proponho estudar a trajetória da produção intelectual de Luís da Câmara Cascudo. Essa produção, que apresenta aspectos unitários e particularidades de fases, também apresentou uma justaposição de ações de Cascudo no meio intelectual brasileiro e no meio social local, ampliando a força de sua presença. O local pode ser estabelecido pelo Rio Grande do Norte, pela cidade capital Natal,

12 A elaboração do mito do “criador incriado” pode ser observado nas elaborações de Bourdieu (1996).

pelo círculo nordestino a partir de Recife, pelo meio cultural litorâneo e sertanejo. Particularmente no Rio Grande do Norte, a produção intelectual de Cascudo serviu também para um aumento de sua presença nas práticas culturais dos círculos dominantes e nas formas de poder social. A interação com o meio intelectual brasileiro acontece por meio de várias ações: pelo uso constante da correspondência (das mais importantes foi a com Mário de Andrade); com o fato de fazer cursos superiores morando em cidades como Salvador, Rio de Janeiro, Recife; com as publicações em periódicos do movimento modernista paulista; com as publicações na imprensa integralista na década de 1930; com as publicações de livros e artigos (a editora José Olympio aparece como uma das principais); com o envolvimento com o movimento de intelectuais folcloristas brasileiros¹³ e por viagens constantes.

É possível imaginar sociologicamente¹⁴ um campo de poder numa sociedade como a do Rio Grande do Norte no século XX em suas diferentes conjunturas. Bourdieu desenvolve o conceito de campo de poder para dar conta das complexas relações entre os poderes de vários campos e a composição do poder na sociedade como um todo¹⁵. Mas, duas características próprias do nosso caso serve para matizar uma objetivação bem variada. Não temos a presença de muitos campos sociais bem diferenciados e a autonomia relativa é quase nula. Se temos agentes diferenciados como, por exemplo, um professor, um padre, um pai de família, um nome de família, um homem de partido, um chefe de governo, um procurador, um funcionário público, um poeta, um escritor, um advogado, um juiz, um médico, etc., suas ações, seus procedimentos, suas maneiras de viver, se misturam completamente no campo social realizando-se em grande dependência do que se passa na vida social do todo e particularmente pela força dominante das relações de poder estatal. Nesse sentido, tudo é mais simples e extremamente complexo, podendo se analisar o funcionamento de um único campo social constituindo a própria sociedade em sua totalidade. Um outro aspecto importante é a grande dependência das definições das relações locais de poder em relação ao centro do poder da sociedade nacional. Então, a autonomia relativa desse campo social também é muito tênue

13 Cf. o livro de Luís Rodolfo Vilhena que indica a existência de um movimento de intelectuais folcloristas e onde o nome de Luís da Câmara Cascudo ganha destaque (VILHENA, 1997). As publicações de Cascudo na temática folclórica coincidem com o período tratado no livro de ascensão e queda do movimento nacional dos folcloristas.

14 A referência a uma imaginação sociológica remete de imediato ao livro de Mills (1975), que tem essa expressão já no próprio título. O interessante livro *A imaginação sociológica* fornece um grande incentivo para os processos de construção do objeto de pesquisa. Como na atividade de constituir relações: “A imaginação é levada, com freqüência, a reunir itens até então isolados, descobrindo ligações insuspeitadas” (MILLS, 1975, p. 217).

15 Vide mais especificamente Bourdieu (1974).

em relação à sociedade regional e mais permanentemente em relação à sociedade nacional em suas linhas culturalmente dominantes. Não podemos imaginar sociologicamente, nesse caso, a existência de um campo intelectual¹⁶, mesmo quando instituições escolares de nível superior se desenvolvem a partir das décadas de 1950 e 1960. Teremos atividades de produção e publicação de textos muito envolvidos com os outros aspectos da estrutura social local e nacional, fazendo circular um discurso de elite com funções explícitas de distinção social e justificando o caráter especial dessas elites. A interferência de movimentos nacionais também recebeu o forte filtro dos agentes locais do Rio Grande do Norte.

A imaginação sociológica deve procurar estabelecer a posição social do agente Cascudo num quadro de outras posições em movimento. Um primeiro elemento pode ser visto através da família. Se imaginarmos dois grandes grupos de família, os que tinham posses e se aproximavam do governo e aqueles sem posses e longe de partilhar as sociabilidades da primeira, identificamos Cascudo com o primeiro grupo familiar. Observar a família é ainda mais relevante aqui devido ao fato de que o poder se processava oligarquicamente com base nos grupos familiares. Se o núcleo principal da família é a dupla pai e mãe, no caso de Cascudo era o pai que aparecia como o polo forte de concentração e de dinâmica propositiva na vida externa ao círculo doméstico. O termo patriarcal, nem também o termo “masculino”¹⁷, não deve ser confundido na imaginação sociológica com estruturas de elementos substantivados, substituindo a vida social particular e as definições relacionais. Agora, no caso de Cascudo é a figura do pai que aparece totalmente como definidor de sua posição social e dos recursos necessários para entrar no jogo das *coisas do espírito*, como falam os agentes do meio. Acionando mecanismos sociais dos quais faz parte, o pai fornece todos os conjuntos de recursos que possibilitam à Cascudo a inserção no meio educacional, até aos cursos superiores de Medicina e Direito, e de outras atividades intelectuais no Brasil da época, como o incontornável jornalismo. Do pai vem os recursos necessários, também, para a publicação dos primeiros artigos em jornais, no jornal próprio *A Imprensa* que o mesmo mantinha desde 1914, e para a publicação dos primeiros livros na década de 1920.

16 Lembro Sergio Miceli, que, na chamada *qualificação* do meu trabalho de doutorado, questionou a existência e, assim, a viabilidade da aplicação de um campo intelectual no espaço regional, já que não era o caso nem mesmo em São Paulo ou Rio de Janeiro, Estados que concentravam há décadas importantes movimentos culturais nacionais e os desenvolvimentos do mercado editorial. Veja-se, por exemplo, o estudo de Sorá (2010) sobre a editora José Olympio.

17 Vide as análises de Bourdieu em *A dominação masculina* (1999).

Depois de concluído o curso de Direito, em 1928, Cascudo, que já partilhava das outras condições sociais necessárias, se credencia para uma série de funções com as quais acabará mesmo assumindo. Advoga para a Great Western, a empresa inglesa dona da rede ferroviária no Nordeste, e depois para o governo estadual; torna-se professor da principal instituição de ensino nas décadas de 1920 e 1930, o Atheneu, e depois diretor dessa instituição e da Diretoria de Ensino, que corresponde hoje ao cargo de Secretário da Educação. Chega, também, a ocupar cargo parlamentar tornando-se Deputado Estadual em 1930, embora passando apenas três dias devido ao movimento de outubro, que nessa conjuntura alijou do poder provisoriamente diversas oligarquias locais. Essas alocações que o credenciavam a diversos espaços na vida social também o levou à ação política mais direta em formas de organização coletiva: viveu intensamente o movimento integralista da década de 1930, fazendo parte da câmara dos quatrocentos. A cada momento da história de Cascudo podemos construir quadros institucionais, embora se possa identificar uma constância em sua posição relativa, sempre no espaço das classes superiores no interior das estruturas sociais e não desprovido de ações estratégicas por colocações e espaços de poder.

Nenhuma individualidade no campo da produção letrada no Rio Grande do Norte recebeu ou recebe tantos espaços propagandísticos nas últimas décadas quanto o nome de Câmara Cascudo. Ele próprio já fazia esse trabalho de divulgação constante do seu nome e do que escrevia. Comparou sua ação com o obstinado carrapato e o vaga-lume acendendo constantemente sua luz¹⁸. Depois de sua morte física, em 1986, processo que já acontecia desde a década de 1940, os agentes sociais que exerciam e exercem essa atividade de divulgação envolvem setores diversos: o mercado editorial de livros, que tem tido novo alento nos anos recentes; a imprensa escrita; diferentes setores das organizações estatais da divisão tradicional de poderes que podem receber nomeações mais precisas na Prefeitura

18 Um amigo de Cascudo de muitos anos escreveu um livro sobre ele. Ou melhor, organizou o livro *Câmara Cascudo: um brasileiro feliz*, que o próprio Cascudo conheceu e acompanhou antes da publicação. O mesmo é em sua quase totalidade uma reunião de fotos de Cascudo em diversos momentos da vida e com diferentes companhias e de pequenos pedaços de escritos e de registros orais que o amigo foi colecionando. Uma das partes se intitula “Os vaga-lumes de Cascudo” e se inicia com essa passagem: “Gentil, como de hábito, o Mestre foi me deixar no alto da escadaria de sua casa, de onde se via o Potengi. Diante de um grande e lustroso besouro que atravessava o nosso caminho, ele comentou: – O homem não tem nenhuma importância, importante mesmo é o besouro. Na melhor das hipóteses, o homem está na terra há 50 milhões de anos. Esta espécie está há 250 milhões. O homem pode destruir todas as baleias, todos os mamíferos, mas não consegue acabar com uma única classe de insetos. E quando o homem houver desaparecido, eles continuarão a voar sobre a terra. – Os besouros são apenas mais aptos ou mais importantes do que o homem? – Quando um homem é importante, é como eu, que imita os insetos. – O senhor imita insetos? – Pelo menos dois desses bichinhos: tenho a obstinação do carrapato e faço a publicidade e a autopromoção do vaga-lume” (LIMA, 1998, p. 25).

Municipal de Natal, no Governo Estadual do Rio Grande do Norte, e também no interior da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que tem um museu com o seu nome e um centro de estudos.

Essa ação de divulgação da individualidade de Câmara Cascudo chega também aos espaços físicos da cidade. Uma estátua do escritor em corpo inteiro ocupa praça no centro de Natal, em frente a um antigo prédio que se tornou em anos recentes o Memorial Câmara Cascudo, gerido pela Fundação José Augusto, órgão do governo estadual. Seu nome também aparece na fachada de outras edificações: uma estadual, a Biblioteca Pública Luís da Câmara Cascudo, outra federal, o Museu de Antropologia Câmara Cascudo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Pouca é a preocupação em se discutir o conteúdo dos escritos ou o significado cultural do autor em suas relações com o mundo social local e nacional, mas em manter viva a sua memória. A denominação única que recebe Cascudo é a de “escritor”, realizando-se nisso uma espécie de decantação social, onde outras camadas são submergidas, como a sua constante ação junto ao poder estatal. As referências à vida de Cascudo se reduzem àquelas atividades que se poderia chamar de “intelectuais”: é o professor, o escritor, o orador, o poeta, o intelectual modernista, o folclorista, o historiador, o antropólogo, o sociólogo. O fato de que Cascudo construía bem suas amizades e tinha um carisma no diálogo e que também aparecia quando contava histórias em suas obras, é enfatizada na palavra francesa *causeur*.

As abordagens de autores como Câmara Cascudo podem ser incluídas numa investigação das condições sociais da produção letrada no Nordeste brasileiro no século XX. Nesse espaço aparecem muitos nomes conhecidos em diversas áreas de produção científica ou literária, memorialística, mas há muitos outros autores desconhecidos em diversos níveis e modalidades de produção intelectual. Podemos tentar observar dois grandes espaços que são sociais: o espaço do sertão e o espaço das cidades litorâneas capitais dos estados da região. Adicionalmente, os tipos de produção como a poesia, a memorialística, o romance e, em menores dimensões, o ensaio - seja ele histórico ou moral, com pretensões filosóficas. Câmara Cascudo, apesar de vários aspectos semelhantes no que escreveu e no modo como se motivou e se realizou essa atividade, tem suas características específicas dentro do quadro das diversas produções intelectuais no Nordeste. O limite regional aqui não diz respeito ao limite geográfico, uma vez que quase todos, senão todos, os intelectuais circularam em outros espaços sócio-geográficos e refletiram em si o que acontecia em outros espaços. Ao lembrar dos dois movimentos mais comentados - o do regionalismo e o do modernismo - vê-se que o aglutinador do movimento

regionalista, Gilberto Freyre, tinha circulado e se doutorado nos Estados Unidos e o modernismo ressoava os acontecimentos artísticos internacionais.

Pode-se avaliar a existência de um conteúdo folclórico nos escritos aparentemente muito variados de Cascudo. Esses escritos têm muitas diferenças entre si ligados a uma micro-história¹⁹ e a uma microsociologia da trajetória do intelectual que pode ser construída em seus diversos momentos. O termo micro aqui subentende uma dimensão que é envolvida por outras mais abrangentes da sociedade e que entra na composição da construção do objeto necessária para a investigação científica. Mas, a despeito da identificação de modos específicos a determinadas fases, pode-se observar também diversos aspectos constantes que compõem, por sua vez, características de um específico social e histórico. A constância, também pode-se observar, não elimina a diferença em seu próprio seio. O folclorismo é observado como uma posição de amor às coisas produzidas pelo povo. Mas, essas “coisas produzidas pelo povo” assumem diversos níveis de problematização. Desde a completa ausência real desse agente “povo” ou das coisas que eles teriam produzido, até a redefinição da prática e da representação de determinados grupos nomeados como “popular” de acordo com as práticas e representações do tipo intelectual que realiza.

Os fatos que orientam a compreensão da história e da sociedade brasileira produzida por uma tradição intelectual, servem para oferecer uma lógica ao andamento e estruturação de fatos sociais e históricos da micro-história do Rio Grande do Norte. Uma questão é saber se são suficientes ou se nas especificidades locais se encontram elementos de importância inclusive hermenêutica. A vida social encontra-se nesses quadros locais. A importância como campo de exploração de análise científica é explícita. Pode, também, realmente contribuir com novas dosagens compreensivas de diversos aspectos apontadas em análises da sociedade brasileira em termos gerais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARAÚJO, Humberto Hermenegildo de. *Modernismo: anos 20 no Rio Grande do Norte*. Natal: Editora da UFRN, 1995.
- ARRAIS, Raimundo. “O nascimento do cronista e o nascimento da cidade de Natal”. In: CASCUDO, Luís da Câmara. *Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas cascudianas dos anos 20*. Natal: EDUFRN, 2005.

19 Conhecida no Brasil é a divulgação da micro-história por Carlo Ginzburg. Aqui penso remeter a esse autor em sua indicação da atenção ao detalhe que qualquer documento histórico pode fornecer.

- BACHELARD, Gaston. *A formação do espírito científico: Contribuição para uma psicanálise do conhecimento*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- _____. *Estudos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. “Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe”. In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. (coord.). *A miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- _____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- _____. *A distinção: uma crítica social da faculdade de juízo*. Lisboa: Edições 70, 2010.
- CARDOSO, Rejane (coord.). *400 nomes de Natal*. Natal: Prefeitura Municipal de Natal, 2000.
- CASCUDO, Luís da Câmara (1984). *Vaqueiros e cantadores*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo.
- CASCUDO, Luís da Câmara, ANDRADE, Mário de. *Cartas, 1924-1944*. São Paulo: Global, 2010.
- COSTA, Américo de Oliveira. *Viagem ao universo de Câmara Cascudo: tentativa de ensaio biobibliográfico*. Natal: Fundação José Augusto, 1969.
- DURKHEIM, Émile. *Sociologia e filosofia*. São Paulo: Ícone, 1994.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- _____. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a. 2v.
- _____. *Mozart: sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.
- _____. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- _____. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- GICO, Vânia. *Luís da Câmara Cascudo: Bibliografia comentada: 1968/1995*. Natal: EDUFRN, 1996.
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GOMES, Edna Maria Rangel de Sá. *Correspondência: leitura das cartas trocadas entre Luís da Câmara Cascudo e Mário de Andrade*. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-graduação de Estudos da Linguagem. Dissertação de Mestrado. Natal, 1999.
- GUANABARA, Gileno. *Faculdade de Direito de Natal: Lutas e tradições, 1949-1973*. Natal: RN/Gráfica e Editora, 1988.
- LIMA, Diógenes da Cunha. *Câmara Cascudo: um brasileiro feliz*. 3 ed. Rio de Janeiro: Lidador, 1998.

- MAUSS, Marcel. “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de ‘eu’”. In: _____. *Sociologia e antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MELO, Manoel Rodrigues de et al. *Luís da Câmara Cascudo: depoimentos: homenagem de seus amigos*. Natal: Centro de Imprensa, 1947.
- MELO, Veríssimo de (org.). *Cartas de Mário de Andrade a Luís da Câmara Cascudo*. Belo Horizonte: Villa Rica, 1991.
- MICELI, Sergio. *Intelectuais à brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. “Norbert Elias e a questão da determinação”. In: WAIZBORT, Leopoldo (org.). *Dossiê Norbert Elias*. São Paulo: Edusp, 2001a.
- MILLS, Wright. *A imaginação sociológica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- SILVA, Marcos (org.). *Dicionário Crítico Câmara Cascudo*. São Paulo: Perspectiva, FFLCH/USP, Fapesp; Natal: Edufrn, Fundação José Augusto, 2003.
- SORÁ, Gustavo. *Brasilianas: José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro*. São Paulo: Edusp; Com-Arte, 2010.
- SOUZA, Itamar de. *Universidade: Para quê? Para quem?* Natal: Clima, 1984.
- VILHENA, Luís Rodolfo. *Projeto e Missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)*. Rio de Janeiro: Funarte; Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- WACQUANT, Loïc J. D. “Durkheim et Bourdieu: le socle commun et ses fissures”, *Critique*, Tome LI, N. 579-580, août-septembre 1995.
- WAIZBORT, Leopoldo. *As aventuras de Georg Simmel*. São Paulo: Ed. 34, 2000.

Neodesenvolvimentismo, neoliberalismo e a correlação de forças nos governos Lula e Dilma

New developmentism, neoliberalism and the correlation of forces in the Lula's and Dilma's governments

Marco Antonio Bestetti Paccola^a, Giovanni Antonio Pinto Alves^b

Resumo O artigo visa analisar o modelo político-econômico neodesenvolvimentista, buscando desnudar a correlação de forças que possibilitou sua implantação e que levou a mudanças significativas no contexto nacional. Procuramos relacionar a política econômica do governo, ao longo dos últimos anos, com os movimentos das frações da classe dominante brasileira, a conjuntura internacional e o desempenho econômico que tem influenciado diretamente estas políticas. Assim, busca-se demonstrar que a política nacional foi determinada, neste período, principalmente pela disputa entre setores da classe dominante. Disputa esta que se realizou devido à contestação da hegemonia neoliberal no Brasil, sustentada pela fração financeira e que passou a ser contrabalanceada por uma política neodesenvolvimentista, que buscou, no governo federal e na cooptação das classes subalternas, romper com o domínio dos setores financeiros. Esta disputa leva o país a uma crise política de grandes proporções, que culminou na queda do governo Dilma e na erosão do neodesenvolvimentismo.

Palavras-chave Neoliberalismo; Neodesenvolvimentismo; Lulismo; Luta de classes.

Abstract *The paper aims to analyze the political-economic neodevelopmental model, seeking to unveil the correlation between forces that allowed its implementation and that led to significant changes in the national context. We have tried to relate the government's economic policy over the last few years to the movements of fractions of the Brazilian ruling class, the international situation and the economic performance that has directly influenced these policies. Thus, it is tried to demonstrate that the national politics was determined, in this period, mainly by the dispute between sectors of the dominant class. This dispute was made due to the contestation of the neoliberal hegemony in Brazil, supported by the financial fraction and which*

a Doutorando em Ciências Sociais na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), professor da Universidade Estadual do centro oeste (Unicentro).

b Professor livre-docente da Universidade Estadual Paulista (Unesp) e do programa de doutorado em ciências sociais da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

was counterbalanced by a neodevelopmental policy, which sought, in the federal government and the co-optation of the subaltern classes, to break with the dominance of the financial sectors. This dispute leads the country to a major political crisis, which culminated in the fall of the Dilma government and the erosion of new developmentism.

Keywords *Neoliberalism; New developmentism; Lulismo; Class struggle.*

INTRODUÇÃO

A ruptura do modelo desenvolvimentista em fins da década de 1980 e a emergência do neoliberalismo como modelo de desenvolvimento em substituição ao seu predecessor, a partir da década de 1990, estabeleceu uma nova conjuntura político-econômica para o Brasil. Durante o período seguinte, o modelo neoliberal foi edificando sua hegemonia sobre as classes no Brasil de modo a consolidar sua dominação (BOITO JR, 2003, p. 3). Contudo, ao longo dos últimos anos, observou-se um conjunto de políticas estatais que podem indicar um “desvio” ou afrouxamento dessa hegemonia neoliberal. O que levanta a indagação sobre a possibilidade de uma erosão da hegemonia neoliberal no país e uma reformulação do modelo de desenvolvimento nacional.

O acirramento da disputa se deu a partir da eleição de Luis Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores para o Governo Federal em 2002 (BRESSER-PEREIRA; DINIZ, 2009, p. 99). Apesar do longo processo de cooptação deste partido, observável nas campanhas eleitorais que precederam sua vitória (1989, 1994, 1998) e que garantiu a adesão do partido ao projeto político das classes dominantes (BOITO JR, 2003, p. 5), inclusive tornando possível sua vitória nas urnas, a eleição do PT abriu um novo período para a política-econômica nacional.

NEODESENVOLVIMENTISMO E A CORRELAÇÃO DE FORÇAS NOS GOVERNOS LULA E DILMA

Sem romper com os alicerces fundamentais do modelo neoliberal, durante os mais de 13 anos em que esteve no governo, o PT passou gradativamente a aglutinar as disputas entre duas correntes, o neoliberalismo, que permaneceu como projeto hegemônico na política brasileira, mas que passou a conviver com uma política menos rígida aos seus fundamentos, sintetizada no que convencionou chamar corrente neodesenvolvimentista.

De forma geral, o governo manteve o rumo da política-econômica que vinha sendo implementada no Brasil desde a década de 1990. Assim, herdando a diretriz econômica consolidada com o Plano Real de 1994 e mantida até 2002 pelos governos de Fernando Henrique Cardoso, o Partido dos trabalhadores moldou

seu projeto político à esta herança, de modo a não realizar grandes alterações de conjuntura. Estas diretrizes neoliberais estão expressas em princípios que se tornariam objetivos declarados do partido a partir de então, como o Superávit primário, controle da inflação, autonomia do Banco Central, política cambial e de juros atreladas à estabilidade inflacionária, manutenção do pagamento da dívida pública, reforma da previdência, entre outros (BOITO JR, 2003).

Contudo, apesar da manutenção e até mesmo intensificação das políticas neoliberais, passariam a figurar no programa de governo um conjunto de políticas econômicas e sociais que não constavam nos governos anteriores e que estão relacionadas à nova orientação neodesenvolvimentista que se consolidava entre setores da classe dominante brasileira neste período, principalmente a burguesia produtivista (BOITO JR, 2013, p. 174). Dessa forma, caminhou-se no sentido da redução da taxa básica de juros, apesar dessa manter-se em níveis anacrônicos com a economia nacional, da participação ativa do Estado na indução de investimentos, principalmente em setores de infraestrutura e da implantação de políticas protecionistas para o mercado interno. Caminho que foi aprofundado no mandato de Dilma Rousseff a partir de 2011, levando inclusive à redução do superávit primário e dos spreads bancários, pilares da política econômica neoliberal. O que se observou, portanto, nos governos do PT, foi o fortalecimento da orientação neodesenvolvimentista para a política nacional, que, contudo, não pressupõe a ruptura do ciclo neoliberal no país, mas condiciona a ela um conjunto de medidas que beneficiam outros setores da burguesia, além dos tradicionalmente atendidos pelas políticas neoliberais:

Essa ascensão do neodesenvolvimentismo mostra que a política de Estado sob os governos petistas tem direção clara e visa ao desenvolvimento capitalista sem, no entanto, romper com alguns pilares do modelo neoliberal – citemos a rolagem da dívida pública, que inibe a capacidade de investimento do Estado, e a abertura comercial, que mina a indústria interna. (BOITO JR, 2013, p. 174)

Além dos “desvios” em relação à orientação neoliberal no plano econômico, essa orientação passaria a conviver também, num sentido antagônico, com políticas que contradizem ou não fazem parte do modelo neoliberal, entre elas: o aumento real do salário mínimo e políticas de assistência social com grande impacto econômico como o programa Bolsa Família (SINGER, 2012, p. 162). O que caracterizaria certa ruptura com o projeto neoliberal, que, apesar de não significar uma quebra

de hegemonia, pode apontar para o reordenamento da correlação de forças na sociedade brasileira neste período.

O modelo desenvolvido pelo PT como resultado da correlação de forças que se materializou no período foi responsável, portanto, por um duplo redirecionamento da política nacional, primeiro por vincular ao programa neoliberal uma rede de proteção social com intuito de reduzir os altos índices de miséria e pobreza enfrentados pelo país e uma política de expansão da renda que apesar do ritmo ameno, se mostrou constante. E segundo, por beneficiar através da política econômica, outros setores da burguesia, neste caso nacional, que obtiveram ganhos significativos com esta política, entre eles os setores produtivos como a indústria, o agronegócio exportador, o setor petrolífero entre outros.

Nesse sentido, é possível interpretar o período dos governos petistas, a partir de um conjunto de políticas, principalmente no âmbito econômico e social, que o caracterizaram ao longo de sua consolidação e que expressam, de forma latente, uma conjuntura de classes do Bloco no poder brasileiro (BOITO JR, 2013, p.175-178).

Ocorreu neste período uma série de transformações na correlação de forças da sociedade brasileira e que estão relacionadas diretamente à condução política do país. Na década de 1990 e durante o início dos anos 2000, o modelo neoliberal gozou de grande prestígio e aceitação por parte da classe dominante brasileira e, de modo geral, da sociedade (BALTAR, 2009). Dessa forma, as políticas neoliberais implantadas pelos governos Collor e FHC refletiram uma dada correlação de forças que, com poucas discrepâncias, apoiavam este modelo. Entretanto, a partir da segunda metade dos anos 2000, influenciado por uma série de transformações na conjuntura econômica e política, dentre as quais devem ser destacadas, o “boom” das exportações brasileiras de commodities, os baixos níveis de crescimento do PIB na década anterior, o crescimento das taxas de desemprego, a crise econômica em 2008 e a própria eleição do Partido dos Trabalhadores (PACCOLA, 2016), houve uma alteração nessa correlação de forças da sociedade.

Sem romper a hegemonia neoliberal, as dissonâncias a este modelo ganham força, dessa forma, observa-se, ainda no governo Lula, com o surgimento de diversas políticas focadas nos setores produtivos, como a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) em 2004, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) em 2007, a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) em 2008 (PACCOLA, 2016: 193-201). Além das políticas sociais como o já citado Programa bolsa família. Esta orientação neodesenvolvimentista foi aprofundada no governo Dilma (BOITO JR, 2016, p. 156).

Nesse sentido, é possível interpretar o lulismo como um modelo permeado por políticas antagônicas, uma vez que ele comporta a continuidade do receituário econômico neoliberal, enquanto realiza um projeto de redistribuição e de elevação dos rendimentos das camadas mais pobres da população e busca a retomada do crescimento econômico a partir de políticas neodesenvolvimentistas. Esse antagonismo, expresso na política econômica, e que se materializou no modelo lulista, é resultado da correlação de forças que se operou na sociedade brasileira e das disputas de classe no Bloco no poder, as quais configuraram o modelo político dominante do período.

Apesar da constatação de antagonismos, não podemos considerar o lulismo como um modelo de conciliação entre os interesses divergentes das classes dominantes e subalternas no capitalismo brasileiro, arbitradas pelo governo, como faz parecer, em alguns momentos, a análise de André Singer (SINGER, 2012, p. 169). Apesar da ambiguidade, e da existência de políticas compensatórias e redistributivas no lulismo, estes governos permanecem como representantes da classe dominante: *“Os governos Lula e Dilma são governos burgueses, especificamente da grande burguesia interna. Não são árbitros entre as classes fundamentais e nem são governos do subproletariado”*. (BOITO JR, 2013, p. 178) Esta orientação torna-se evidente ao analisarmos o eixo estrutural da política econômica do governo durante seus treze anos de mandato, prevalecendo como dito anteriormente, as orientações neoliberais (PACCOLA, 2016, p. 166).

O conceito de bloco no poder, utilizado como forma de interpretar esta correlação de forças, não pressupõe a existência de um equilíbrio de forças entre as frações de classes em uma determinada sociedade. O que ele estabelece é a existência de um conjunto de frações dentro da classe dominante, dentre as quais, uma deve ocupar a posição hegemônica. E que, apesar das contradições entre estas frações, elas compartilham o interesse comum de preservação do modo de produção capitalista, sustentado na exploração econômica e na dominação política por parte da burguesia:

Ora, a noção de fusão não pode permitir pensar o fenômeno do bloco no poder. Este constitui de fato não uma totalidade expressiva com elementos equivalentes, mas uma unidade contraditória complexa com dominante. É aqui que o conceito de hegemonia pode ser aplicado a uma classe ou fração no interior do bloco no poder. Essa classe ou fração hegemônica constitui, com efeito, o elemento dominante da unidade contraditória das classes ou frações politicamente “dominantes”, que fazem parte do bloco no poder. (POULANTZAS, 1977, p. 232)

Por isso mesmo, o modelo neoliberal permaneceu na posição hegemônica na sociedade brasileira durante o período, pois, apesar da intensificação das políticas neodesenvolvimentistas, a fração de classe que detém a hegemonia na política brasileira continua sendo a burguesia financeira. Nesse contexto, não são os interesses da classe dominante que estão sendo colocados em confronto pelos antagonismos da política econômica do governo, não são os interesses do subproletariado que se opõem ao modelo neoliberal (SINGER, 2012: 173), mas sim os pontos de divergência entre as frações presentes no bloco no poder, que, apoiados por cisões na hegemonia neoliberal, provenientes desta nova correlação de forças, tem levado a contradições no seio do Estado:

[...] a contradição principal que determinou a crise foi a contradição que opõe o conjunto do campo neoliberal ortodoxo à frente política neodesenvolvimentista. A contradição entre as classes trabalhadoras e a burguesia participou da crise na condição de contradição secundária. (BOITO JR, 2016, p. 158)

Contudo, isso não significa que as classes subalternas estão totalmente excluídas do direcionamento político do Estado. Sem desconsiderar este Estado como uma instituição da classe burguesa, concebido como aparelho de dominação, contudo não automatizado e inflexível às disputas de classe. Este deve ser entendido como uma “*condensação material de uma relação de forças entre classes e frações de classe*” (POULANTZAS, 1985, p. 148).

Nesse sentido, podemos entender os inegáveis ganhos que as classes subalternas, principalmente aquelas em situação de extrema precariedade na sociedade brasileira, obtiveram com o governo do PT, como efeito desta correlação de forças no seio do próprio Estado. A razão destes ganhos precisa ser ponderada de maneira mais detalhada, mas podemos apontá-las também como um conjunto de políticas compensatórias necessárias para cooptação das classes subalternas (BOITO JR, 2003, p. 22).

Partindo desta interpretação, os ganhos das classes subalternas estariam relacionados, em parte, às disputas no interior da classe dominante brasileira, que colocariam os setores neodesenvolvimentistas em disputa com os setores neoliberais, corrente hegemônica:

Na verdade a grande burguesia interna, nas suas disputas com a fração burguesa perfeitamente integrada ao grande capital financeiro internacional, converteu-se

em força dirigente de uma ampla e heterogênea frente política que poderíamos denominar neodesenvolvimentista. (BOITO JR, 2013, p. 178)

No desenrolar desta disputa, o lulismo teria garantido o consentimento passivo das classes subalternas através de políticas públicas de incremento dos salários e redistribuição de renda, de um lado, enquanto assegurava o apoio dos sindicatos e órgãos de classe, através da cooptação de suas lideranças para posições chave na burocracia estatal e a concessão do controle de importantes fundos de pensão (BRAGA, 2012, p. 181). Contudo, esta hipótese nos parece insuficiente pra explicar a ambiguidade da política econômica do período, já que desconsidera, ou ao menos reduz, a influência das classes subalternas sob as determinações da política estatal. A explicação para esta ambiguidade parece-nos estar mais relacionada a uma complexa correlação de forças que se estabeleceu no período, da qual a disputa entre setores financeiros e produtivistas é o elemento principal, mas não único:

Embora ampla e contraditória na sua composição de classe, a frente política neodesenvolvimentista existe e atua como tal. [...] Foi assim em 2002 na eleição presidencial de Lula da Silva; em 2005, na crise política que ficou conhecida como “Crise do Mensalão” e chegou a ameaçar a continuidade do governo Lula; em 2006, na reeleição de Lula da Silva para a presidência da República, e novamente em 2010 na campanha eleitoral vitoriosa de Dilma Rousseff. Em todos os momentos críticos citados, a sobrevivência dos governos neodesenvolvimentistas esteve ameaçada e, em todos eles, importantes associações patronais, centrais sindicais, movimentos camponeses, movimentos populares por moradia bem como o eleitorado pobre e desorganizado apoiaram, com manifestações dos mais variados tipos ou simplesmente com o seu voto, os governos e as candidaturas Lula da Silva e Dilma Rousseff. (BOITO JR, 2012, p. 11)

Contudo, a partir de 2013, observou-se um gradativo realinhamento das frações de classe em torno do modelo, enquanto no período anterior, o neodesenvolvimentismo foi capaz de aglutinar diversos setores da burguesia nacional como a burguesia industrial e o agronegócio e ainda setores das classes subalternas ao seu projeto político. No período seguinte, a frágil aliança neodesenvolvimentista viria a erodir, fazendo eclodir uma crise política que se tornaria latente a partir da segunda eleição de Dilma Rousseff (2014) (SINGER, 2015, p. 61). A crise política iniciada em 2013 levou o governo a retroceder a política neodesenvolvimentista,

que havia se intensificado no início da década, apontando para a ruptura do modelo e para uma nova reconfiguração da correlação de forças no Brasil.

A CRISE DO NEODESENVOLVIMENTISMO E A REAFIRMAÇÃO DA IDEOLOGIA NEOLIBERAL

Podemos identificar como ponto de ruptura do equilíbrio na correlação de forças que sustentou os governos do PT, o aprofundamento das políticas neodesenvolvimentistas a partir do primeiro governo Dilma (2011). Enquanto, nos governos Lula, os fundamentos da política macroeconômica neoliberal foram mantidos e inclusive aprofundados, o governo Dilma estabeleceu como meta o “combate” a estas políticas, seguindo a interpretação que as apontava como entraves ao desenvolvimento da economia.

O tripé macroeconômico ortodoxo (superávit primário, câmbio flutuante e meta de inflação) é constituído por esses três conceitos genéricos que, afinal, resultam em dois parâmetros e um único objetivo que interessam a uma coalizão política neoliberal formada por capitalistas rentistas e financistas.

[...]

Dilma Rousseff compreendeu desde o início a necessidade de rever a política do tripé. Ela é uma economista desenvolvimentista, e, em discurso de 20 de abril de 2012, por ocasião da formatura de novos diplomatas, declarou que para se desenvolver o Brasil precisa “equacionar as três amarras do país: taxa de juros alta, câmbio e impostos altos. (BRESSER-PEREIRA, 2013)

Este “ataque” à política econômica neoliberal ortodoxa suscitou uma forte resistência por parte dos setores financeiros, do rentismo, do capital internacional e de grupos políticos que representam estes setores, inclusive o PMDB, partido aliado do governo desde 2003. Apesar disso, o embate pendia para o lado governista, as taxas de popularidade da presidente eram elevadas, a economia crescia, as taxas de desemprego mantinham-se a níveis baixíssimos (SINGER, 2016: 37). Dessa forma, foi possível levar adiante uma política de redução dos juros e dos spreads, pilar da política econômica neoliberal.

Contudo, dois anos após o início da empreitada neodesenvolvimentista, a situação do governo se modificara profundamente, enfrentando uma enorme onda de protestos que teve início em 2013, fraco desempenho da economia, graves denúncias de corrupção de importantes membros do governo, queda nos índices

de popularidade, e tendo a reeleição ameaçada, o ímpeto do governo em combater as políticas ortodoxas dava sinais de esmorecimento (SINGER, 2016, p. 40).

A partir da reeleição da presidente Dilma em 2014, os recuos na política neodesenvolvimentista foram constantes, elevação dos juros, redução da intervenção estatal na economia, corte de investimentos públicos, cortes orçamentários, em suma, o governo seguiu a risca a aplicação da política ortodoxa neoliberal. Apesar deste recuo, a crise política e o processo de afastamento da presidente e do PT já haviam avançado, culminando no impeachment de Dilma em 2016:

[...] grandes setores do capital querem restaurar a hegemonia do neoliberalismo; aqueles que apoiaram a estratégia nacional de desenvolvimento do PT agora o abandonaram, a mídia está uivando tão alto que se tornou impossível pensar com clareza e a maior parte da classe média alta despencou em um ódio fascista contra o PT, a esquerda, os pobres e os negros¹. (SAAD FILHO, 2016)

O período entre o início da empreita neodesenvolvimentista, ao final de 2011 e o impeachment em 2016, foi palco de uma reconfiguração na correlação de forças no país, que resultou na reafirmação da hegemonia neoliberal e foi responsável, segundo nossa análise, pela reformulação da política econômica. As causas, os fatores, os condicionantes deste processo é o que procuraremos apontar a seguir.

POSSÍVEIS CAUSAS PARA O COLAPSO NEODESENVOLVIMENTISTA (A TÍTULO DE CONCLUSÃO)

A reversão da conjuntura político-econômica nacional, coroada com o *impeachment* da presidente, parece indicar que o modelo neodesenvolvimentista esgotou-se. Nesse sentido, a crise política seria reflexo do reordenamento das frações de classe no Bloco no poder e de um reordenamento na correlação de forças entre as classes, às quais deixaram de apoiar o governo, como ocorrera em períodos anteriores. A crise política não nos parece constituir a causa de esgotamento do modelo, contudo ela acentuou o processo, ao minar o modelo político sobre o qual se estruturou o neodesenvolvimentismo neste período, o modelo lulista, de

1 Texto original em inglês: “Large sections of capital want to restore the hegemony of neoliberalism; those who once supported the PT’s national development strategy have fallen into line; the media is howling so loudly it has become impossible to think clearly, and most of the upper-middle class has descended into a fascist odium for the PT, the left, the poor, and blacks.” (tradução do autor).

modo a ruir as bases sobre as quais o PT estruturou sua política nos últimos anos, deixando o partido sem condições de sustentar sua posição no governo.

Contudo, consideramos que os fatores determinantes para esta ruptura não estão dados apenas pela conjuntura política. As razões que levaram os setores antes comprometidos com o governo a romper com a plataforma neodesenvolvimentista precisam ser analisados de forma a apontar os limites e contradições que decretaram a erosão do modelo. Deste modo, podemos apontar algumas hipóteses sobre as causas do reordenamento da correlação de forças entre as classes e frações de classe no período.

Em primeiro lugar é preciso destacar o processo de aproximação do PT à fração hegemônica no bloco no poder do país, ou seja, o setor financeiro. Ao longo da década de 1990 ocorre uma gradual aproximação do partido às classes dominantes e a gradual interiorização no partido do projeto político hegemônico. Que tem como objetivo viabilizar o partido, como possível representante da classe dominante na política nacional. Este movimento foi realizado ao longo de vários anos, e não corresponde a mudanças restritas apenas à orientação política dos líderes do partido, mas sim a um processo de reorientação ideológica do partido como um todo.

Agora, é importante destacar uma ideia geral: ocorreu um processo político e social no Brasil ao longo dos anos 90 que resultou na implantação de uma nova hegemonia burguesa em nosso país, baseada no discurso e na prática do modelo capitalista neoliberal dependente. Colocado o problema dessa forma, a “conversão” do PT ao credo do livre mercado aparece como mais um episódio - ainda que sem dúvida um episódio de importância maior - nesse processo de implantação e consolidação da nova hegemonia burguesa. (BOITO JR, 2003, p. 4)

Ao aproximar o partido do projeto político hegemônico neoliberal, através da cooptação de suas lideranças e das alianças estabelecidas com representantes desta fração de classe, entre eles o próprio PMDB, principal partido aliado do governo, o PT estabeleceu laços profundos com a fração financeira da burguesia. Essas relações ficaram evidenciadas na política econômica adotada pelo partido ao longo dos seus mandatos, com exceção do segundo governo Dilma, em nenhum momento houvera a contestação do domínio financeiro sobre a política econômica e os interesses deste setor foram privilegiados pelos governos petistas.

Contudo, esta amálgama com o capital financeiro estabelecia rígidos limites à política econômica petista, dada a própria composição da base de apoio do partido, dentro da classe dominante, sua política ficava restrita aos interesses deste grupo.

Dessa forma, os limites do modelo neodesenvolvimentista estariam dados pela própria composição de forças que se formou no governo neste período e que dava sustentação ao partido. Tratava-se de um projeto assentido pelo setor hegemônico da classe dominante, desde que não interferisse nos seus interesses diretos. Assim, quando este projeto ameaçou molestar tais interesses, o consentimento se desfaz e os setores que representam tais interesses dentro do governo, iniciam uma ofensiva contra o projeto e, posteriormente, contra o próprio governo.

Ademais, podemos relacionar ao conjunto de fatores que contribuiu para o equilíbrio da correlação de forças que sustentou o neodesenvolvimentismo, a conjuntura internacional. O “boom” das commodities, o crescimento econômico chinês e o cenário externo profundamente favorável, teriam gerado um redirecionamento no padrão de desenvolvimento nacional, tornando possível a aplicação de uma política voltada para os setores produtivistas. Com a reversão deste cenário, a partir da crise econômica de 2008, agravada no Brasil em 2011, as condições para a manutenção do modelo neodesenvolvimentista foram esvaindo-se, apesar dos esforços do governo, levando à sua ruptura.

A reversão deste cenário influencia diretamente as disputas entre as frações de classe no bloco de poder no Brasil, a burguesia financeira aliada ao capital internacional e a burguesia nacional produtivista. Essa disputa é desequilibrada em função do enfraquecimento dos setores produtivistas, como consequência do cenário internacional, o que culminou na crise política e econômica que erodiu modelo neodesenvolvimentista.

O argumento que desejamos fixar é que a durabilidade do lulismo não depende exclusivamente das condições externas. [...] Em outras palavras, o sucesso do lulismo pode vir a depender do resultado da disputa entre as coalizões produtivista e rentista descrita no capítulo 3, e não da conjuntura internacional. (SINGER, 2012, p. 152)

Ademais, a fragilidade do modelo neodesenvolvimentista estaria na própria composição de classes que o sustentou, gerando um equilíbrio instável na correlação de forças. A aliança entre setores, os mais diversos, contava com limitações estruturais. Em primeiro lugar, as contradições entre a fração de classe dominante e as classes subalternas que apoiavam o modelo levariam, cedo ou tarde, a um

conflito interno no grupo. As políticas de aumento real do salário, redistribuição de renda e expansão do emprego empoderaram a classe trabalhadora, dando melhores condições de participação na luta de classes, o que desagradou a fração dominante do grupo, levando ao seu gradativo afastamento (SINGER, 2015, p. 65). Em segundo lugar, a composição orgânica da fração produtivista coloca limites ao apoio desta classe ao modelo. Isso porque, ao mesmo tempo em que tem seu capital vinculado ao setor produtivo, esta fração possui capital investido no setor financeiro, de modo que, seus interesses estão ao mesmo tempo em contradição e sintonia com a fração financeira, já que ela mesma é, em parte, rentista.

A dupla condição dos industriais restringiria o grau de empenho na plataforma produtivista. Como capitão de indústria, deseja crédito barato, portanto, redução dos juros. Todavia, como proprietário de conglomerado que é também financeiro, aspira a juros altos, que remunerem o dinheiro aplicado. (SINGER, 2015, p. 65)

Fato que coaduna com argumento que relaciona a ruptura do neodesenvolvimentismo à conjuntura externa, visto que, durante o período em que os ganhos no setor produtivo puderam ser potencializados pelo cenário internacional, a fração da burguesia, que conserva capitais tanto no setor financeiro quanto no setor produtivo, defendeu o aprofundamento de seus ganhos através de políticas voltadas para este setor. Porém, dada a reversão da conjuntura externa, esta fração deixa de apoiar as políticas neodesenvolvimentistas, tendendo ao setor financeiro. Isso explica também, porque as contestações do setor produtivista concentraram-se em aspectos específicos da política-econômica, principalmente a taxa de juros, sem realizar um questionamento contundente acerca de outras questões estruturais do modelo neoliberal.

Isoladamente, os fatores apontados acima, a despeito da crise do modelo neodesenvolvimentista, não são capazes de explicar o fenômeno como um todo, é preciso que relacionemos tais aspectos para compreender o movimento de ruptura observado na base de apoio do governo a partir de 2012. Contudo, entendemos que a crise política sobre a qual erodiu o modelo neodesenvolvimentista brasileiro e que levou, por conseguinte, ao golpe de 2015, encontra suas origens na disputa entre os setores da classe dominante acerca do projeto político-econômico adotado. Tendo em vista que, ao se extinguirem as condições de continuidade da política econômica ambígua, que marcou os governos petistas e que tornou possível certo equilíbrio da correlação de forças no país, desfaz-se rapidamente, também, a composição de forças que deu sustentação a este projeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BALTAR, Ronaldo. A reconstrução do discurso sobre o 'Brasil Moderno' e a idéia de 'Desenvolvimento' pós-transição democrática. In: Ciências Sociais na atualidade. 1ª ed. São Paulo: Paulus, 2009, p. 89-109.
- BOITO JR, Armando. A hegemonia neoliberal no governo Lula. In: Crítica Marxista. Rio de Janeiro, v. 17, 2003, p 9-35
- BOITO JR, Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. Trabalho apresentado na edição de 2012 do Fórum Econômico da FGV / São Paulo. disponível em: <http://sistema.bibliotecas.fgv.br/>.
- BOITO JR, Armando. O lulismo é um tipo de bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. In: Crítica Marxista. São Paulo, v. 37, pp. 171-181, 2013.
- BOITO JR., Armando. A crise política do neodesenvolvimentismo e a instabilidade da democracia. In: Crítica Marxista n. 42, maio 2016.
- BRAGA, Ruy. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; DINIZ, Eli. Empresariado industrial, democracia e poder político. In: Novos estudos – CEBRAP. São Paulo, n. 84, 2009.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O governo Dilma frente ao “tripé macroeconômico” e à direita liberal e dependente. In: Novos estudos – CEBRAP, n. 95, São Paulo, Março 2013.
- PACCOLA, Marco Antonio Bestetti. Política econômica e industrialização no Brasil. Saarbrücken: Novas edições acadêmicas, 2016.
- POULANTZAS, Nicos. Poder político e classes sociais. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- POULANTZAS, Nicos. O Estado, o poder, o socialismo. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- SAAD FILHO, Alfredo. Overthrowing Dilma Rousseff: It's class war, and their class is winning, 2016. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/democraciaabierta/alfredo-saad-filho/overthrowing-dilma-rousseff> Acessado em: 09/08/2017.
- SAMPAIO JR, Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. In: Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, out./dez. 2012.
- SINGER, André Vitor. Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- SINGER, André Vitor. Classes e ideologias cruzadas. In: Novos Estudos Cebrap. Novembro, 2013.
- SINGER, André Vitor. Cutucando onças com varas curtas: o ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). In: Novos Estudos, n. 102, Julho 2015.
- SINGER, André Vitor. A (falte de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In: SINGER, André; LOUREIRO, Isabel. *As contradições do Lulismo*. 1ªed. São Paulo: Boitempo, 2016, p. 21-55.

Sociedade como interação simbólica¹

Herbert Blumer

Tradução: Caio Moraes Reis^a

Revisão Técnica: Fraya Frehse^b

Uma visão de sociedade humana como interação simbólica tem sido mais perseguida do que formulada. Indicações parciais e geralmente fragmentárias se encontram nos escritos de um número considerável de eminentes estudiosos, alguns do campo da sociologia, outros de fora. Dentre os primeiros, podemos observar Charles Horton Cooley, W. I. Thomas, Robert E. Park, E. W. Burgess, Florian Znaniecki, Ellsworth Faris e James Mickel Williams. Dentre aqueles de fora da sociologia estão William James, John Dewey e George Herbert Mead. Nenhum desses estudiosos, em meu julgamento, apresentou um argumento sistemático acerca da natureza da vida grupal humana do ponto de vista da interação simbólica. Mead destaca-se de todos por expor as premissas fundamentais dessa abordagem, embora tenha feito pouco para desenvolver suas implicações metodo-

1 O presente artigo, publicado originalmente por Herbert Blumer em 1962 e republicado em 1969, contou com três traduções anteriores para a língua portuguesa. A primeira, uma versão reduzida, decorre de tradução da língua francesa, publicada no Brasil em 1977; as demais, publicadas em 2013, numa compilação, e em 2017, num periódico acadêmico, apresentaram a íntegra original do capítulo. Instigado pelos desencontros interpretativos que notei entre essas versões e o original, tomei a decisão de proceder a uma nova tradução deste artigo. Esta versão, além da particularidade de contar com uma revisão técnica, apresenta três outras especificidades. De um lado, ela se pauta o mais estritamente possível na literalidade do original e no estilo literário do autor, adequando-os à prosódia da língua portuguesa. De outro lado, ela se enriquece de cotejamentos com as duas versões integrais anteriores para o português. Enfim, esta versão busca evitar recriações e omissões de palavras e períodos. Cf. respectivamente de Herbert Blumer, “A sociedade concebida como uma interação simbólica”, em Pierre Birnbaum & François Chazel (orgs.), *Teoria sociológica*, Trad. Gisela Stock de Souza & Hélio de Souza, São Paulo, Hucitec/EDUSP, 1977, pp. 36-40; “A sociedade como interação simbólica”, em Maria Claudia Coelho (org. e trad.), *Estudos sobre interação: textos escolhidos*, Rio de Janeiro, EdUERJ, 2013, pp. 75-90; “Sociedade como Interação Simbólica”, trad. Raoni Borges Barbosa, *RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção*, v. 16, n. 46, pp. 14-22, abril de 2017; “Society as symbolic interaction”, em Arnold Rose (ed.), *Human behavior and social processes*, Boston, Houghton Mifflin Co., 1962, pp. 179-192; em *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*, Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, 1969, pp. 78-89. Para a versão original, que serviu de referência para esta tradução, cf. Herbert Blumer, “Society as Symbolic Interaction”, em *Symbolic Interactionism: Perspective and Method*, Berkeley/Los Angeles/London, University of California Press, 1969, pp. 78-89. Reimpresso com permissão de Pearson Education, Inc., New York (New York).

a Mestrando do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo (DCP-FFLCH-USP).

b Professora livre-docente do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo (DS-FFLCH-USP).

lógicas para o estudo sociológico. Estudantes² que busquem descrever a posição da interação simbólica podem facilmente oferecer diferentes imagens da mesma. O que eu tenho a apresentar deve ser considerada minha versão pessoal. O meu objetivo é apresentar as premissas básicas desse ponto de vista e desenvolver suas consequências metodológicas para o estudo da vida grupal humana.

O termo “interação simbólica” refere-se, evidentemente, ao caráter peculiar e distintivo da interação tal como ela ocorre entre seres humanos. A peculiaridade consiste no fato de que seres humanos interpretam ou “definem” as ações uns dos outros, em vez de simplesmente reagir a elas. Sua “resposta” não se dirige diretamente às ações uns dos outros, mas, em vez disso, se baseia no significado que atribuem a tais ações. Assim, a interação humana é mediada pelo uso de símbolos, pela interpretação ou atribuição de significado³ às ações uns dos outros. Essa mediação equivale a inserir um processo de interpretação entre estímulo e resposta, no caso do comportamento humano.

O simples reconhecimento de que os seres humanos interpretam as ações uns dos outros como instrumentos para agir reciprocamente tem permeado o pensamento e os escritos de muitos estudiosos da conduta e vida grupal humanas. Ainda assim, poucos têm se empenhado em analisar o que tal interpretação implica em relação à natureza do ser humano ou da associação humana. Geralmente, eles se contentam ou com o mero reconhecimento de que a “interpretação” deve ser captada pelo estudante, ou com a simples percepção de que os símbolos, assim como as normas ou os valores culturais devem ser introduzidos em suas análises. Apenas G. H. Mead, em meu julgamento, buscou refletir sobre o que o ato de interpretação implica para um entendimento do ser humano, da ação e associação humanas. Os pontos essenciais de sua análise são tão perspicazes, profundos e importantes para uma compreensão da vida grupal humana, que eu gostaria de esclarecê-los, mesmo que brevemente.

O elemento-chave da análise de Mead é que o ser humano possui um *self*. Essa ideia não deve ser posta de lado como esotérica ou ignorada como algo óbvio e, portanto, indigno de atenção. Ao declarar que o ser humano possui um *self*, Mead tinha em mente, sobretudo, que o ser humano pode ser objeto de suas próprias ações. Ele pode agir tanto em relação a si mesmo⁴ como em relação a outros. Cada um de nós tem familiaridade com ações desse tipo, em que o ser humano fica bravo

2 No original, “Students” como referência a estudiosos da obra de um autor, termo comum entre pesquisadores formados na Universidade de Chicago, como o próprio Erving Goffman (N. R.).

3 No original, “meaning”.

4 No original, “himself” (N. R.).

consigo mesmo, repreende a si mesmo, orgulha-se de si mesmo, briga consigo mesmo, tenta reforçar sua própria coragem, diz a si mesmo que deveria “fazer isso” ou não “fazer aquilo”, estabelece objetivos para si mesmo, assume compromissos consigo mesmo e planeja o que vai fazer. Que o ser humano age em relação a si mesmo nessas e em outras incontáveis situações é questão de fácil observação empírica. Reconhecer que o ser humano pode agir em relação a si mesmo não é conjuração mística.

Mead considera essa habilidade do ser humano de agir em relação a si mesmo o mecanismo central com o qual o ser humano encara o seu mundo e lida com ele. Esse mecanismo possibilita ao ser humano fazer indicações a si mesmo de coisas ao seu redor e, assim, guiar suas ações pelo que observa. Qualquer coisa de que o ser humano está consciente é algo que ele está indicando a si mesmo – o tique-taque de um relógio, uma batida na porta, a chegada de um amigo, a observação feita por um colega, o reconhecimento de que há uma tarefa a cumprir, ou a percepção de que está resfriado. Inversamente, qualquer coisa de que o ser humano não está consciente é, *ipso facto*⁵, algo que ele não está indicando a si mesmo. A vida consciente do ser humano, do momento em que acorda até adormecer, é um fluxo contínuo de autoindicações⁶ – notações de coisas com que ele lida e que considera. Oferece-se a nós, portanto, uma imagem do ser humano como organismo que confronta o seu mundo com um mecanismo para fazer indicações a si mesmo. Esse é o mecanismo envolvido na interpretação das ações de outros. Interpretar as ações de outrem é indicar a si mesmo que a ação tem esse ou aquele significado ou característica.

De acordo com Mead, o significado de fazer indicações a si mesmo é de fundamental importância. Esta importância se insere em duas vertentes. Primeiro, indicar algo é libertar este algo de seu cenário⁷, separá-lo, atribuir-lhe significado ou, nos termos de Mead, torná-lo um objeto. Um objeto – isto é, qualquer coisa que um indivíduo indica a si mesmo – é diferente de um estímulo. Em vez de ter um caráter intrínseco que atua sobre o indivíduo e pode ser identificado independentemente do indivíduo, o seu caráter ou significado é atribuído pelo indivíduo. O objeto é produto da disposição individual de agir, em vez de ser um estímulo

5 Do latim “pelo próprio fato”, “por isso mesmo” (N. T.).

6 Traduzir esse termo por “indicações do self” poderia sugerir equivocadamente que o self indica algo ao indivíduo. Contudo, a ideia de self designa uma relação entre “I” e “me”, em inglês, ou “eu” e “mim”, em português. Sendo o self, portanto, uma relação entre as ideias que eu tenho sobre mim e as que outras pessoas têm sobre mim, não cabe sugerir que o self faz indicações aos indivíduos, mas que os indivíduos fazem indicações a si mesmos (N. T.).

7 No original, “setting” (N. R.).

antecedente que evoca o ato. Em vez de o indivíduo ser envolvido por um ambiente de objetos pré-existentes que atuam sobre ele e suscitam o seu comportamento, a imagem apropriada é a de que ele constrói seus objetos com base em sua atividade em curso. Em quaisquer de seus incontáveis atos – quer menores, como vestir-se, quer mais importantes, como organizar-se para uma carreira profissional –, o indivíduo está designando diferentes objetos a si mesmo, atribuindo-lhes significado, julgando a sua adequação para sua ação e tomando decisões com base nesse julgamento. Isso é o que quer dizer interpretação ou ação⁸ com base em símbolos.

A segunda implicação importante do fato de que o ser humano faz indicações para si mesmo é que sua ação é construída ou montada, ao invés de ser um mero extravasamento⁹. Qualquer que seja a ação em que se engaje, o indivíduo humano procede indicando para si mesmo as coisas divergentes que têm de ser levadas em consideração no decurso de sua ação. Ele tem de notar o que quer fazer e como vai fazer; tem de indicar a si mesmo as várias condições que podem ser instrumentais para a sua ação, e aquelas que podem obstruir tal ação; ele tem de considerar as demandas, expectativas, proibições e ameaças tais como elas podem aparecer na situação em que ele está agindo. A sua ação é construída passo a passo mediante tal processo de autoindicações. O indivíduo humano compõe e guia a sua ação levando em consideração diferentes coisas, e interpretando-lhes os significados para sua ação prospectiva. Não há exemplo de ação consciente para a qual isso não seja verdade.

O processo de construção da ação pelas indicações a si mesmo não pode ser abarcado por quaisquer categorias psicológicas convencionais. Esse processo é distinto do que pode ser chamado de “ego” – assim como é diferente de qualquer outra concepção que concebe o “self” em termos de composição e organização. A autoindicação é um processo comunicativo dinâmico¹⁰ no qual o indivíduo nota coisas, avalia-as, dá-lhes um significado e decide agir com base nesse significado. É com esse processo, e não com um mero ego que o ser humano enfrenta o mundo ou “alters”¹¹. Ademais, o processo de autoindicação não pode ser subsumido nas forças exteriores ou interiores que presumivelmente atuam sobre o indivíduo para produzir o seu comportamento. Pressões ambientais, estímulos externos, impulsos orgânicos, desejos, atitudes, sentimentos, ideias e forças semelhantes não recobrem

8 No original, “acting” (N. R.).

9 No original, “release” (N. R.).

10 No original, “moving”, que na verdade abre espaço tanto para a aceção de dinamismo quanto de comoção (N. R.).

11 No original, “alters”, plural da forma latina comum na psicologia “alter”, outrem ou outro, o contrário de “ego”. (N. R.).

ou explicam o processo de autoindicação. Este defronta tais forças no sentido de que o indivíduo indica a si mesmo e interpreta o surgimento ou a expressão de tais forças, notando uma dada demanda social que lhe é feita, reconhecendo um comando, observando que está com fome, percebendo que deseja comprar algo, tornando-se ciente de que tem um dado sentimento, consciente de que não gosta de comer com alguém que repudia, ou ciente de que está pensando em fazer uma dada coisa. Em virtude da indicação de tais coisas a si mesmo, o indivíduo posiciona a si mesmo frente a essas forças e está apto a retroagir frente a elas, aceitando-as, rejeitando-as ou transformando-as de acordo com a maneira pela qual as define ou interpreta. O comportamento do indivíduo, conseqüentemente, não é resultado de coisas tais como pressões ambientais, estímulos, motivos, atitudes e ideias, mas emerge, em vez disso, a partir de como ele interpreta e lida com essas coisas na ação que está construindo. O processo de autoindicação por meio do qual a ação humana é formada não se fundamenta em fatores que precedem a ação. O processo de autoindicação existe por si mesmo e deve ser aceito e estudado como tal. É por meio desse processo que o ser humano constrói a sua ação consciente.

Ora, Mead reconhece que a formação da ação pelo indivíduo por meio de um processo de autoindicações sempre se dá num contexto social. Uma vez que essa questão é de vital importância para a compreensão da interação simbólica, ela precisa ser explicada com cuidado. Fundamentalmente, a ação grupal toma a forma de um ajuste mútuo de linhas individuais de ação. Cada indivíduo alinha a sua ação à ação de outros mediante a verificação do que esses outros estão fazendo ou intencionam fazer – isto é, captando o significado de seus atos. Para Mead, isso é feito pelo indivíduo “assumindo o papel” de outros – seja o papel de uma pessoa específica, seja o de um grupo (o “outro generalizado” de Mead). Ao assumir tais papéis, o indivíduo busca verificar a intenção ou a direção dos atos dos outros. Ele forma e alinha a sua própria ação com base em sua interpretação das ações dos outros. Esse é o modo fundamental pelo qual a ação grupal ocorre na sociedade humana.

O exposto anteriormente são as características essenciais, como eu as vejo, da análise de Mead acerca das bases da interação simbólica. Elas pressupõem o seguinte: que a sociedade humana é composta por indivíduos que possuem *selves* (isto é, que fazem indicações a si mesmos); que a ação individual é uma construção e não um extravasamento, sendo construída pelo indivíduo por meio da percepção e da interpretação dos elementos das situações em que ele age; que a ação grupal ou coletiva consiste no alinhamento de ações individuais, forjado no fato de os indivíduos interpretarem ou levarem em consideração as ações uns dos outros. Uma vez que o meu propósito é apresentar, e não defender, a posição da interação

simbólica, não vou me empenhar, neste ensaio, em defender as três premissas que acabo de indicar. Gostaria apenas de dizer que tais premissas podem com facilidade ser verificadas empiricamente. Não conheço um exemplo de ação grupal humana à qual elas não se apliquem. O leitor é desafiado a encontrar ou pensar em um simples exemplo ao qual essas premissas não se adéquam.

Eu gostaria agora de assinalar que visões sociológicas da sociedade humana são, em geral, marcadamente divergentes em relação às premissas que indiquei como subjacentes à interação simbólica. De fato, a quantidade predominante de tais visões, especialmente aquelas em voga no presente, não veem ou tratam a sociedade humana como interação simbólica. Comprometidas, como tendem a ser, com alguma forma de determinismo sociológico, elas adotam imagens da sociedade humana, dos indivíduos ali e da ação grupal que não se compatibilizam com as premissas da interação simbólica. Eu gostaria de dizer algumas palavras sobre as principais linhas de variação.

O pensamento sociológico raramente reconhece ou trata sociedades humanas como compostas por indivíduos que possuem *selves*. Em vez disso, ele assume os seres humanos como meros organismos com algum tipo de organização que respondem a forças que atuam sobre eles. Em geral, embora não exclusivamente, essas forças estão alojadas na composição da sociedade, como nos casos do “sistema social”, da “estrutura social”, da “cultura”, da “posição de *status*”, do “papel social”, do “costume”, da “instituição”, da “representação coletiva”, da “situação social”, da “norma social” e dos “valores”. O pressuposto é de que o comportamento das pessoas como membros *de uma sociedade* é expressão da atuação desses tipos de fatores ou forças sobre elas. Essa, claro, é a posição lógica necessariamente tomada quando o estudioso explica os comportamentos ou fases do comportamento das pessoas em termos de um ou outro desses fatores sociais. Os indivíduos que compõem uma sociedade humana são tratados como meios¹² através dos quais tais fatores operam, e a ação social de tais indivíduos é concebida como expressão de tais fatores. Essa abordagem ou ponto de vista nega, ou pelo menos ignora, que seres humanos possuem *selves* – que agem fazendo indicações a si mesmos. Aliás, o “*self*” não é trazido para dentro de cena por meio da introdução de itens como impulsos orgânicos, motivos, atitudes, sentimentos, fatores sociais internalizados ou componentes psicológicos. Tais fatores psicológicos têm o mesmo *status* que os fatores sociais mencionados: são concebidos como fatores que atuam sobre o indivíduo a fim de produzir a sua ação. Os fatores psicológicos não constituem o

12 No original, “*media* (N.T.)”.

processo de autoindicação. Este defronta tais fatores psicológicos, assim como defronta os fatores sociais que atuam sobre o ser humano. Praticamente todas as concepções sociológicas de sociedade humana fracassam em reconhecer que os indivíduos que a compõem possuem *selves* no sentido abordado.

De modo análogo, tais concepções sociológicas não concebem as ações sociais dos indivíduos na sociedade humana como sendo construídas por eles por meio de um processo de interpretação. Em vez disso, a ação é tratada como produto de fatores que atuam sobre e através dos indivíduos. O comportamento social das pessoas não é visto como construído por elas por meio de uma interpretação de objetos, situações ou ações de outros. Se um lugar é dado à “interpretação”, a interpretação é considerada meramente expressão de outros fatores (tais como motivos) que precedem o ato e, conseqüentemente, ela desaparece como fator de direito próprio. Assim, a ação social das pessoas é tratada como um fluxo externo ou expressão de forças atuando sobre elas, mais do que como atos construídos pelas pessoas através de suas interpretações das situações em que elas se encontram alocadas.

Essas observações sugerem outra significativa linha de diferença entre visões sociológicas em geral e a posição da interação simbólica. Esses dois conjuntos de visões diferem acerca de onde alojam a ação social. Na perspectiva da interação simbólica, a ação social é alojada em indivíduos atuantes que ajustam suas respectivas linhas de ação umas às outras por meio de um processo de interpretação; a ação grupal é a ação coletiva de tais indivíduos. Oposta a essa visão, concepções sociológicas geralmente alojam a ação social na ação da sociedade ou em alguma unidade da sociedade. Exemplos disso são legião. Deixe-me citar alguns. Certas concepções, ao tratar das sociedades ou grupos humanos como “sistemas sociais”, consideram a ação grupal expressão de um sistema, seja em estado de equilíbrio, seja em busca deste. Ou a ação grupal é concebida como expressão das “funções” de uma sociedade ou grupo. Ou a ação grupal é considerada a expressão exterior de elementos alojados na sociedade ou no grupo, tais como demandas culturais, propósitos sociais, valores sociais ou esforços institucionais. Essas concepções típicas ignoram ou descartam uma visão da vida ou ação grupais como consistindo de ações coletivas ou concertadas de indivíduos que buscam enfrentar as situações de suas vidas. Se chegarem a ser reconhecidos, os esforços das pessoas para desenvolver atos coletivos a fim de enfrentarem as situações de suas vidas acabam por ser subsumidos no jogo de forças subjacentes ou transcendentais que estão alojadas na sociedade ou em suas partes. Os indivíduos que compõem a sociedade ou o grupo se tornam “portadores” ou meios para a expressão de tais

forças; e o comportamento interpretativo por meio do qual as pessoas formam suas ações é meramente uma conexão coercitiva no jogo de tais forças.

A indicação das linhas de variação anteriormente mencionadas deve ajudar a evidenciar a posição da interação simbólica numa perspectiva melhor. Na discussão a seguir, eu gostaria de esboçar de um modo mais completo como a sociedade humana aparece nos termos da interação simbólica e indicar algumas implicações metodológicas.

A sociedade humana deve ser vista como consistindo de pessoas atuantes, e a vida da sociedade deve ser vista como consistindo de suas ações. As unidades atuantes¹³ podem ser indivíduos separados, coletividades cujos membros estão agindo juntos numa busca comum, ou organizações agindo em prol de uma comunidade. Exemplos respectivos são compradores individuais num mercado, um grupo teatral ou uma equipe missionária, e uma corporação empresarial ou uma associação profissional nacional. Não há atividade empiricamente observável em uma sociedade humana que não brote de alguma unidade atuante. É necessário enfatizar essa afirmação banal à luz da prática comum dos sociólogos de reduzir a sociedade humana a unidades sociais que não agem – por exemplo, classes sociais na sociedade moderna. Obviamente, há outras maneiras de contemplar a sociedade humana que não em termos das unidades atuantes que a compõem. Eu apenas gostaria de indicar que, a respeito da atividade humana concreta ou empírica, a sociedade deve necessariamente ser vista em termos das unidades atuantes que a compõem. E acrescentaria que qualquer esquema de sociedade humana que se reivindicar como análise realista tem de respeitar e ser congruente com o reconhecimento empírico de que uma sociedade humana consiste de unidades atuantes.

Um respeito análogo deve ser devotado às condições sob as quais tais unidades agem. Uma condição básica é de que a ação ocorre e diz respeito a uma situação. Em qualquer que seja a unidade atuante – um indivíduo, uma família, uma escola, uma igreja, uma empresa, um sindicato, uma legislatura, e assim por diante –, qualquer ação particular é formada à luz da situação em que ocorre. Isso leva ao reconhecimento de uma segunda condição importante, a saber, que a ação é formada ou construída pela interpretação da situação. A unidade atuante necessariamente tem de identificar as coisas a serem consideradas – tarefas, oportunidades, obstáculos, meios, demandas, desconfortos, perigos e fatores semelhantes; tem de avaliá-las de alguma maneira e tomar decisões com base nessa avaliação. Esse comportamento interpretativo pode ocorrer no indivíduo guiando a sua própria ação, numa

13 No original, “acting units” (N. R.).

coletividade de indivíduos agindo de modo concertado, ou em “agentes” agindo em nome de algum grupo ou organização. A vida grupal consiste em unidades atuantes desenvolvendo atos para enfrentar as situações nas quais elas se encontram alocadas.

Usualmente, a maioria das situações encontradas pelas pessoas numa dada sociedade são definidas ou “estruturadas” por elas da mesma maneira. Por meio de interação prévia, elas desenvolvem e adquirem compreensões ou definições comuns de como agir nessa ou naquela situação. Essas definições comuns permitem que as pessoas ajam de modo semelhante. O comportamento repetitivo comum das pessoas em tais situações não deveria iludir o estudante, fazendo-o acreditar que não há qualquer processo de interpretação em jogo; ao contrário, embora fixas, as ações dos participantes são construídas por eles por meio de um processo de interpretação. Uma vez que estão à disposição definições pré-fabricadas¹⁴ e comumente aceitas, pouca pressão é colocada sobre as pessoas na orientação e organização de seus atos. Contudo, muitas outras situações podem não ser identificadas de modo unívoco pelos participantes. Nesse caso, suas linhas de ação não se ajustam prontamente e a ação coletiva fica bloqueada. Interpretações têm de ser desenvolvidas e uma acomodação efetiva dos participantes uns aos outros tem de ser elaborada. No caso de tais situações “indefinidas”, é necessário traçar e estudar o processo emergente de definições que é colocado em jogo.

Na medida em que sociólogos ou estudantes da sociedade humana se preocupam com o comportamento das unidades atuantes, a posição da interação simbólica requer que o estudante capte o processo de interpretação através do qual as unidades atuantes constroem suas ações. Esse processo não deve ser captado meramente por meio de um retorno às condições que antecedem o processo. Tais condições antecedentes são úteis para a compreensão do processo na medida em que elas o adentram, mas, como mencionado previamente, elas não constituem o processo. Nem se pode captar o processo inferindo meramente a sua natureza a partir da ação manifesta, que é seu produto. Para captar o processo, o estudante deve assumir o papel da unidade atuante cujo comportamento está estudando. Uma vez que a interpretação é feita pela unidade atuante em termos de objetos designados e avaliados, de significados adquiridos e de decisões tomadas, o processo tem de ser visto do ponto de vista da unidade atuante. É o reconhecimento desse fato que torna tão notável o trabalho investigativo de estudiosos tais como R. E. Park e W. I. Thomas. Tentar captar o processo interpretativo permanecendo à distância, como um assim chamado observador “objetivo”, e se recusando a assumir

14 No original, “ready-made” (N. T.).

o papel da unidade atuante é arriscar o pior tipo de subjetivismo – o observador objetivo provavelmente preencherá o processo de interpretação com suas próprias conjecturas, em lugar de apreender o processo tal como este ocorre na experiência da unidade atuante que o utiliza.

Em geral, evidentemente, sociólogos não estudam a sociedade humana em termos de suas unidades atuantes. Em vez disso, dispõem-se a ver a sociedade humana em termos de estrutura ou organização, e a tratar a ação social como uma expressão de tal estrutura ou organização. Assim, deposita-se confiança em categorias estruturais como sistema social, cultura, normas, valores, estratificação social, posições de *status*, papéis sociais e organização institucional. Essas categorias são utilizadas tanto para analisar a sociedade humana quanto para explicar a ação social no interior dessa sociedade. Outros grandes interesses dos sociólogos se centram em torno desse tema focal da organização. Uma linha de interesse é contemplar a organização em termos das funções que ela supostamente desempenha. Outra é estudar a organização social como um sistema em busca de equilíbrio; aqui, o estudioso se esforça para detectar mecanismos endógenos ao sistema. Outra linha de interesse é identificar forças que atuam sobre a organização para gerar mudanças nesta; aqui, o estudioso se empenha, especialmente através de estudos comparativos, em isolar uma relação entre fatores causais e resultados estruturais. Essas várias linhas de perspectiva e interesse sociológicos, que hoje se encontram tão fortemente arraigadas, passam por cima das unidades atuantes de uma sociedade e desviam-se do processo interpretativo pelo qual tais unidades atuantes constroem as suas ações.

Essas respectivas preocupações com a organização, de um lado, e com unidades atuantes, de outro, estabelecem a diferença essencial entre visões convencionais da sociedade humana e a visão implícita na interação simbólica. Esta visão reconhece a presença da organização na sociedade humana e respeita a sua importância. Contudo, vê e trata essa mesma organização de modo diferente. A diferença obedece a duas linhas principais. Primeiro, do ponto de vista da interação simbólica, a organização de uma sociedade humana é a moldura dentro da qual a ação social ocorre, e não o determinante dessa ação. Segundo, tal organização e mudanças nela são o produto da atividade das unidades atuantes, e não de “forças” que desconsideram tais unidades atuantes. Cada uma dessas duas linhas principais de diferença deve ser explicada brevemente, a fim de que se obtenha uma melhor compreensão de como a sociedade humana aparece em termos de interação simbólica.

Do ponto de vista da interação simbólica, a organização social é uma moldura dentro da qual as unidades atuantes desenvolvem as suas ações. Elementos estruturais tais como “cultura”, “sistemas sociais”, “estratificação social” ou “papéis sociais” estabelecem condições para a ação de tais unidades, mas não as determinam. Pessoas – isto é, unidades atuantes – não agem em relação à cultura, à estrutura social ou a algo semelhante; elas agem em relação a situações. A organização social toma parte na ação apenas na proporção em que molda as situações em que as pessoas agem, e na proporção em que oferta conjuntos fixos de símbolos que as pessoas usam ao interpretar situações. Essas duas formas de influência da organização social são importantes. No caso de sociedades estabelecidas e estabilizadas, tais como tribos primitivas e comunidades camponesas isoladas, a influência é certamente profunda. No caso de sociedades humanas, particularmente as modernas, nas quais fluxos de novas situações surgem e velhas situações se tornam instáveis, a influência da organização diminui. Deve-se ter em mente que o elemento mais importante confrontando uma unidade atuante em situações são as ações de outras unidades atuantes. Na sociedade moderna, com o seu crescente ir e vir de linhas de ação, é comum que surjam situações em que as ações dos participantes não estão previamente regularizadas e padronizadas. Nessa proporção, a organização social existente não molda as situações. Do mesmo modo, os símbolos ou as ferramentas de interpretação usadas pelas unidades atuantes nessas situações podem variar e mudar consideravelmente. Por essas razões, a ação social pode ir além ou se afastar da organização existente em qualquer uma de suas dimensões estruturais. A organização de uma sociedade humana não deve ser identificada com o processo de interpretação usado por suas unidades atuantes; embora ela afete esse processo, não o encerra ou recobre.

Talvez a consequência mais marcante de se contemplar a sociedade humana como organização seja não reparar no papel das unidades atuantes na mudança social. O procedimento convencional dos sociólogos é (a) identificar a sociedade humana (ou alguma de suas partes) em termos de uma forma estabelecida ou organizada; (b) identificar algum fator ou condição de mudança atuando sobre a sociedade humana ou uma dada parte dela; e (c) identificar a nova forma assumida pela sociedade em decorrência do jogo do fator de mudança. Tais observações permitem ao estudante formular proposições de modo que um dado fator de mudança, ao atuar sobre uma certa forma organizada, resulta numa nova forma organizada. São legião os exemplos, que variam de argumentos simplórios a refinados, tais como a afirmação de que uma depressão econômica aumenta a solidariedade nas famílias de trabalhadores, ou que a industrialização

substitui famílias extensas por famílias nucleares. Minha preocupação aqui não é com a validade de tais proposições, mas com a posição metodológica que elas pressupõem. Essencialmente, tais proposições ou ignoram o papel do comportamento interpretativo das unidades atuantes em dado exemplo de mudança, ou consideram o comportamento interpretativo como coagido pelo fator de mudança. Eu gostaria de indicar que qualquer linha de mudança social, uma vez que envolve mudança na ação humana, é necessariamente mediada pela interpretação das pessoas atingidas pela mudança – a mudança aparece na forma de novas situações em que as pessoas têm de construir novas formas de ação. Também, na linha do que foi previamente dito, interpretações de situações novas não são predeterminadas por condições antecedentes às situações, mas dependem do que é levado em consideração e avaliado nas situações reais em que o comportamento é formado. Variações na interpretação podem prontamente ocorrer à medida que diferentes unidades atuantes eliminam diferentes objetos das situações, dão pesos diferentes aos objetos que notam ou arranjam objetos em conjunto segundo diferentes padrões. Ao formular proposições de mudança social, seria sábio reconhecer que qualquer linha de mudança é mediada por unidades atuantes que interpretam as situações com que são confrontadas.

Estudantes de sociedades humanas terão de encarar a questão quanto a se suas preocupações com as categorias de estrutura e organização podem ser compatibilizadas com o processo interpretativo por meio do qual os seres humanos, individual ou coletivamente, agem na sociedade humana. É a discrepância entre essas duas linhas que aflige tais estudantes em seus esforços para atingir proposições científicas do tipo das que foram alcançadas pelas ciências físicas e biológicas. É essa discrepância, ademais, a principal responsável pelas dificuldades de tais estudantes em ajustar proposições hipotéticas a novos arranjos de dados empíricos. Evidentemente, não faltam esforços para superar essas dificuldades por meio da elaboração de novas categorias estruturais, da formulação de novas hipóteses estruturais, do desenvolvimento de técnicas de pesquisa mais refinadas, e mesmo da formulação de novos esquemas metodológicos de caráter estrutural. Esses esforços continuam a ignorar ou a explicar de modo insatisfatório o processo interpretativo pelo qual as pessoas agem, individual e coletivamente, em sociedade. Permanece a questão sobre se a sociedade humana ou a ação social podem ser analisadas com sucesso por esquemas que se recusam a reconhecer os seres humanos tais como são, a saber, como pessoas que constroem a ação individual e coletiva através de uma interpretação das situações que as confrontam.

LISTA DE PARECERISTAS *AD HOC* DO VOLUME 25

Alberto Matarán Ruiz	Universidad de Granada, Granada, Espanha
Alexandra Gomes de Almeida	Doutoranda em Antropologia Social, UFSCar, São Carlos, SP
Amir Mohammed	PhD em Antropologia Sociocultural, Cornell University, Ithaca, NY, Estados Unidos da América
Ana Elisa de Figueiredo Bersani	Doutoranda em Antropologia Social, Unicamp, Campinas, SP
André Bezerra	FIOCRUZ, Rio de Janeiro, RJ
Bruna Nunes da Costa Triana	USP, São Paulo, SP
Andrea Roca	UBC; Vancouver, Canada
Carlos Eduardo Amaral de Paiva	UFMT, Cuiabá, MT
Carlos Roberto Filadelfo de Aquino	UFPI, Teresina, PI
Claude Petrognani	UFRGS, Porto Alegre, RS
Derek Pardue	Aarhus University, Dinamarca
Érika Cristine Kneib	UFG, Goiânia, GO
Fabrizio Roberto Costa Oliveira	UEMG, Barbacena, MG
Fernanda Lima e Silva	Doutoranda em Administração Pública e Governo, FGV, Rio de Janeiro, RJ
Francisco Pereira de Farias	UFPI, Teresina, PI
Gustavo Coelho	UERJ, Rio de Janeiro, RJ
Inácio Dias de Andrade	Doutor em Antropologia Social, Unicamp, Campinas, SP
James Amorim Araújo	Uneb, Santo Antonio de Jesus, BA
João Marcelo Ehlert Maia	FGV, Rio de Janeiro, RJ
Marco Antonio Perruso	UFRRJ, Seropédica, RJ
Marcos Tarcisio Florindo	IFSP, Bragança Paulista, SP
Mariana Magalhães Pinto Côrtes	UFU, Uberlândia, MG
Olivia Casagrande	Research Fellow na Universidade de Manchester, Manchester, Reino Unido
Rodrigo Giraldi Cocco	UFSC, Florianópolis, SC
Sávio Machado Cavalvante	Unicamp, Campinas, SP
Stella Zagatto Paterniani	Doutoranda em Antropologia Social, UnB, Brasília, DF

Comissão Editorial

Plural - Revista de Ciências Sociais do
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315. CEP 05508-900 – São Paulo
São Paulo - Brasil
E-mail: plural@usp.br / Site: <http://revistas.usp.br/plural>